

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

Maria Accioly Dias

UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS:
O CASO DA ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS (SP)



Rio de Janeiro
2018

Maria Accioly Dias

**UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DA SUSTENTABILIDADE
EM ECOVILAS: O CASO DA ECOVILA TIBÁ DE SÃO
CARLOS (SP)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social,
Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social

Orientador: Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Co-orientador: Leandro Chevitarese

Rio de Janeiro
2018

CIP - Catalogação na Publicação

D541a Dias, Maria Accioly
 Uma abordagem sistêmica da sustentabilidade em
 ecovilas: o caso da Ecovila Tibá de São Carlos (SP)
 / Maria Accioly Dias. -- Rio de Janeiro, 2018.
 298 f.

 Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
 Coorientador: Leandro Chevitarese.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
 Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
 Ecologia Social, 2018.

 1. Sustentabilidade. 2. Ecovila. 3. Comunidade.
 I. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo, orient. II.
 Chevitarese, Leandro, coorient. III. Título.

Maria Accioly Dias

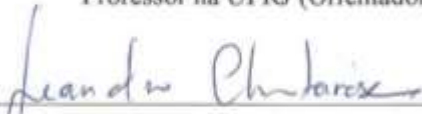
**UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DA
SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS: O CASO DA
ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS (SP)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
(Eicos), Instituto de Psicologia, Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social.


Aprovada em 28 de FEVEREIRO de 2018.




Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Doutor pela UFRJ,
Professor na UFRJ (Orientador)




Leandro Chevitarese; Doutor pela PUC-Rio,
Professor na UFRRJ / PUC-RIO (Co-orientador)




Jorge Osvaldo Romano, Doutor pela UFRJ,
Professor na UFRJ



Cleonice Puggian, Doutora pela University of Cambridge,
Professora na UERJ/UNIGRANRIO



Breno Herrera da Silva Coelho, Doutor pela UFRJ,
Analista Ambiental no Instituto Chico Mendes



Samira Lima da Costa, Doutora pela UFRJ,
Professora na UFRJ

AGRADECIMENTOS

Aos membros da Ecovila Tibá de São Carlos, que me receberam com enorme disponibilidade e carinho, expondo suas vidas para possibilitar esta pesquisa.

Ao meu orientador, Frederico Loureiro, uma das pessoas mais inteligentes e coerentes que já conheci, além de um professor extremamente dedicado e sensível às particularidades de seus alunos.

Ao Professor Leandro Chevitarese, pela co-orientação e pelas instigantes conversas filosóficas.

Aos professores Jorge Romano, Cleonice Puggian, Breno Herrera e Samira Lima, pelas excelentes contribuições enquanto banca de defesa.

Aos companheiros do LIEAS, com quem tanto aprendi nas ricas discussões de segunda-feira.

À minha mãe, Inês, por todo o apoio desde sempre, e pelos indispensáveis pitacos nesta tese.

RESUMO

As significativas dificuldades existentes na contemporaneidade para alinhar discursos e ações relativos à sustentabilidade se devem, em boa parte, ao fato de que a própria noção de sustentabilidade encontra-se apropriada pelo capitalismo – o que leva, entre outras coisas, a um tratamento compartimentalizado de suas dimensões. Partindo de referenciais teóricos críticos a esse modelo, a presente pesquisa teve como objetivo investigar de que forma as dimensões da sustentabilidade são tratadas nos discursos e práticas das ecovilas. Para tal, foi feito um levantamento bibliográfico da literatura sobre ecovilas e um estudo de caso em uma ecovila brasileira, utilizando as técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Observou-se que existe na Ecovila Tibá – e em ecovilas em geral – um conjunto amplo de práticas voltadas para a sustentabilidade que apresentam, simultaneamente, funções ecológicas, sociopolíticas, econômicas e culturais, de forma que as dimensões da sustentabilidade encontram-se estreitamente entrelaçadas, muitas vezes se interdependendo e se superpondo. Pode-se sugerir que as ecovilas vêm adotando uma perspectiva sistêmica de sustentabilidade, isto é, multidimensional e integrada, o que parece se relacionar a uma busca por coerência entre discurso e ação, assim como por uma coerência intrínseca à própria ideia de sustentabilidade. Nesse contexto, suas práticas parecem vir, até certo ponto, subvertendo a lógica capitalista em alguns aspectos, funcionando no sentido de reduzir a alienação humana e de “reparar” as fendas criadas por esse modo de produção nos processos entre sociedade e natureza e também entre seres humanos – por exemplo, a partir da restauração dos ciclos naturais, da ressignificação do trabalho como atividade vital, do resgate de um senso de coletividade (baseado no compartilhamento e na busca por relações de horizontalidade), da reavaliação de necessidades humanas (levando à busca por uma vida mais simples), do desenvolvimento de relações econômicas não exploratórias (incluindo formas alternativas de produção e consumo e modos não fetichistas de relação com o dinheiro) e da minimização do antagonismo entre campo e cidade (com a revalorização do local e do rural). Foi possível notar que, em ecovilas, enquanto a chamada “sustentabilidade ecológica” tende a ser encarada como um horizonte a ser seguido, a chamada sustentabilidade “social” (incluindo-se aí aspectos micropolíticos, econômicos e culturais) envolve dificuldades muito mais significativas, podendo mesmo inviabilizar a continuidade dessas comunidades – em especial devido a conflitos internos e questões financeiras. Assim, a sustentabilidade social evidencia-se como a própria fundação da sustentabilidade ecológica, na medida em que as práticas ecológicas são necessariamente mediadas por complexas relações sociais. Tal perspectiva sistêmica da sustentabilidade vem levando as ecovilas em geral – e a Ecovila Tibá em particular – a procurarem também exercer um papel de transformação social, buscando influenciar a sociedade a partir da demonstração de modos de vida alternativos. Isso, no entanto, envolve importantes limitações socioeconômicas: constituído predominantemente por grupos de classe média, o movimento inevitavelmente reproduz certos padrões elitistas, e as ações diretamente voltadas à inclusão social frequentemente esbarram em limites estruturais do capitalismo. Por outro lado, algumas de suas práticas alternativas acabam atuando indiretamente na promoção de justiça social – por exemplo, a partir do desenvolvimento de redes de economia solidária. Na medida em que constituem projetos que favorecem – e às vezes exigem – mudanças radicais de modo de vida, as ecovilas oferecem importantes *insights* tanto sobre as potencialidades como sobre as limitações da busca por sustentabilidade dentro do sistema capitalista.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Ecovila, Comunidades sustentáveis, Práticas sustentáveis.

ABSTRACT

The significant difficulties existing today when aligning discourse and practice related to sustainability are largely due to the fact that the notion of sustainability itself has been appropriated by capitalism. Among other things, this leads to a compartmentalized treatment of sustainability's dimensions. Using theoretical frameworks that are critical of this model, this research investigates the way the discourses and practices of ecovillages treat dimensions of sustainability. It includes a review of literature on ecovillages and a case study of a Brazilian ecovillage, applying participant observation, semi-structured interviews, and document analysis techniques. At Ecovillage Tibá – and in ecovillages in general – a broad set of sustainability practices was observed, simultaneously presenting ecological, sociopolitical, economic, and cultural functions, as dimensions of sustainability are closely interwoven and frequently demonstrate interdependence and overlapping. This suggests that ecovillages have been adopting a systemic view of sustainability that is multidimensional and integrated, which seems to relate to a search for coherence between discourse and action and for an intrinsic coherence regarding the very idea of sustainability. In this context, practices also seem to subvert, to a certain extent, some aspects of capitalistic logic, working to reduce human alienation and “repairing” the rifts in the processes between society and nature and among human beings created by the capitalist mode of production. Examples include the restoring of natural cycles, the re-signification of labor as a vital activity, the “rescue” of a sense of collectivity (based on sharing and on horizontal relationships), the re-evaluation of human necessities (leading to a pursuit of a simpler life), the development of non-exploitative economic relationships (including alternative forms of producing and consuming and non-fetishist modes of relating to money) and the minimization of the antagonism between town and country (with the revaluation of the local and the rural). It is notable that in ecovillages, while the so-called “ecological sustainability” tends to be viewed as a “horizon” to be pursued, the so-called “social sustainability” (including micropolitical, economic and cultural aspects) involves much more significant difficulties and may preclude the continuity of these communities, especially due to internal conflicts and financial issues. Thus, social sustainability stands out as the very foundation of ecological sustainability, in so far as ecological practices are necessarily mediated by complex social relationships. This systemic view of sustainability has been guiding ecovillages in general – and Ecovila Tibá in particular – to also try to exercise a role in social transformation, aiming to influence society by demonstrating alternative lifestyles. This, however, involves important socioeconomic limitations: predominantly constituted by middle class groups, the ecovillage movement inevitably reproduces certain elitist patterns, and their actions that are directly oriented to social inclusion often conflict with structural limits of capitalism. By contrast, some alternative practices end up indirectly contributing to the promotion of social justice, for example through the development of solidary economy networks. In so far as they constitute projects that favor – and sometimes require – considerable changes in lifestyle, ecovillages offer important insights about both the potentialities and the limitations in the pursue of sustainability in the capitalist system.

Keywords: Sustainability, Ecovillage, Sustainable communities, Sustainable practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	17
2.1 ABORDAGEM GERAL: OBJETIVO DE PESQUISA, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.2 O TRABALHO DE CAMPO	18
2.2.1 Definições metodológicas	18
2.2.2 O processo de chegada à Ecovila Tibá	21
2.2.3 Técnicas de coleta de dados	22
2.3 ANÁLISE DOS DADOS	24
2.3.1 Tratamento dos dados	24
2.3.2 Organização da tese	26
3 A SUSTENTABILIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	29
3.1 SUSTENTABILIDADE OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL? A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA	29
3.2 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	37
3.3 VIDA COMUNITÁRIA: A SUSTENTABILIDADE COMO BEM COMUM	48
3.3.1 A complexa relação indivíduo-coletividade na comunidade	55
3.3.2 Ecovilas e a sustentabilidade como uma experiência comunitária	61
3.3.2.1 <i>Tibá, sufixo de coletivo: breve apresentação da ecovila estudada</i>	66
4 ASPECTOS POLÍTICO-COMUNITÁRIOS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS	69
4.1 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS: UM “RESGATE” DA COLETIVIDADE EM CONTÍNUA NEGOCIAÇÃO	69
4.1.1 Liberdades individuais e interesse coletivo: uma fronteira sensível	74
4.1.2 Administração de conflitos e a qualidade da comunicação	81
4.1.3 O autocuidado frente aos “espelhos sociais”	91
4.2 AUTOGESTÃO: A MICROPOLÍTICA COMUNITÁRIA DA EQUIDADE	94
4.2.1 A busca por um poder horizontalizado	95
4.2.2 Decisões participativas – o exercício do consenso	100
4.2.3 A construção coletiva de regras e a importância da flexibilidade	109
4.2.4 Atividades comunitárias: o estímulo ao fazer coletivo	116

5 ASPECTOS ECOLÓGICO-ECONÔMICOS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS	125
5.1 AS CAMADAS DA NOÇÃO DE TRABALHO: DA FENDA METABÓLICA À “FUSÃO” COM O DINHEIRO	125
5.1.1 O “nó” das relações empregatícias	127
5.1.2 Voluntariado, uma relação “simbiótica”?	130
5.1.3 Formas alternativas de geração de renda: o desafio das economias internas ...	137
5.2 A ECONOMIA ALÉM DA LÓGICA CAPITALISTA	141
5.2.1 Tratando a “ferida” com o dinheiro	142
5.2.2 Práticas economicamente “subversivas”: compartilhamento e trocas	148
5.2.3 Exclusão e inclusão socioeconômica e o gargalo da propriedade	153
5.3 DO CONSUMO À PRODUÇÃO: TRILHANDO O CAMINHO INVERSO	164
5.3.1 O “eco” das ecovilas: tecnologias e práticas “ecológicas”	164
5.3.2 Autossuficiência ou autossustentabilidade? A realocação econômica em redes	172
5.3.3 Reavaliando a “roda” das necessidades	177
6 ASPECTOS CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS E SEU PAPEL SOCIAL	183
6.1 CULTURA, UMA DIMENSÃO CENTRAL	183
6.1.1 Ponto de partida: a crítica ao status quo	183
6.1.2 As motivações e a “cola”: o que une uma ecovila?	189
6.1.3 A medida da diversidade	197
6.1.4 Ideais de educação alternativa e práticas de aprendizado contínuo	205
6.2 AS “RELAÇÕES EXTERIORES” DAS ECOVILAS	211
6.2.1 Apostando no efeito multiplicador	211
6.2.2 Dos ideais às práticas voltadas para a sociedade	216
6.2.3 Desafios e limitações da busca por sustentabilidade em ecovilas	224
7 CONCLUSÃO: VISLUMBRES DE UMA SUSTENTABILIDADE SISTÊMICA	239
REFERÊNCIAS	245
APÊNDICE A - ECOVILAS DOS ESTUDOS LEVANTADOS	257
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	259
APÊNDICE C - DADOS BÁSICOS DOS ENTREVISTADOS	263

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE	265
APÊNDICE E - CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS ANALÍTICAS	267
APÊNDICE F - EXEMPLO DE ALOCAÇÃO DE CÓDIGOS DAS CATEGORIAS 1 A 4 E ASSOCIAÇÕES ENTRE ELES	269
APÊNDICE G - FOTO AÉREA DA ECOVILA TIBÁ (ÁREA CONSTRUÍDA)	271
ANEXO 1 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	273
ANEXO 2 - ESTATUTO DA ECOVILA TIBÁ	277
ANEXO 3 - REGIMENTO DA ECOVILA TIBÁ	283
ANEXO 4 - MODELOS DE SUSTENTABILIDADE	295
ANEXO 5 - REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA PERMACULTURAL	297

1 INTRODUÇÃO

As sociedades capitalistas pós-industriais enfrentam, no início do século XXI, uma série de crises que vêm se mostrando estreitamente relacionadas. Alguns aspectos mais visíveis dessa crise são a acelerada degradação ambiental decorrente da superexploração/exaustão de recursos naturais fundamentais à vida humana, a corrupção sistêmica subordinando governos aos interesses do capital e aprofundando desigualdades sociais, o comprometimento ideológico das mídias, as democracias “representativas” em que a maioria do povo não é representada, a hipervalorização do capital financeiro em detrimento de bens essenciais à vida. Aspectos menos discutidos publicamente são os padrões psicossociais relacionados a esses problemas: o hiperconsumismo, o hiperindividualismo, o atomismo social, a intolerância à diversidade. Em última instância, pode-se dizer que se trata, também, de uma crise ética, ou seja, uma crise de valores, complexa, irreduzível a qualquer uma das dimensões da vida. Considerando a ética como uma “reflexão filosófica sobre a ‘moral’” (TUGENDHAT, 1997), isto é, uma dimensão reflexiva sobre a conduta humana, dizer que vivemos uma crise ética significa dizer que parte do problema é a falta de reflexão crítica sobre os valores que permeiam a vida social – ou, ainda, que as reflexões em curso não vêm se traduzindo satisfatoriamente em ações concretas.

A partir das últimas décadas, muitas das grandes questões éticas passaram a ser discutidas através da noção de *sustentabilidade*. Esta emergiu como um conceito-chave da contemporaneidade nos anos 1960, principalmente em resposta às preocupações com a degradação ambiental gerada pelo modelo civilizatório capitalista (MCKENZIE, 2004), e ganhou cada vez mais complexidade e importância nas agendas políticas. Hoje, é praticamente ubíqua nos discursos institucionais e corporativos. No entanto, as ações concretas nesse sentido são ainda muito incipientes, e, em geral, paliativas. Ocorre que a sustentabilidade é um conceito polissêmico (LOUREIRO, 2014), que dá margem a interpretações e prescrições diversas. Como alerta McKenzie (2004), existe o risco de que carregue tantas implicações e nuances que, para ser entendido, precisa ser definido a cada vez que é utilizado. Segundo Colantonio (2007), a falta de uma estrutura teórica coerente e compreensível para uma abordagem integrada da sustentabilidade se deve, em parte, à sua natureza multifacetada, que procura unir questões sociais, ecológicas e econômicas em uma nova entidade independente. A nosso ver, um dos principais empecilhos na busca por sustentabilidade parece ser justamente o tratamento compartimentalizado (e desigual) de suas dimensões – como se estas pudessem funcionar de forma independente. Embora, em teoria,

lhes seja dado igual peso e se deva trabalhá-las de forma articulada, na prática é bastante evidente que a sustentabilidade econômica vem prevalecendo sobre as demais (MCKENZIE, 2004; LITTIG; GRIESSLER, 2005; MAGEE; SCERRI; JAMES, 2012). Adicionalmente, cabe notar que os aspectos políticos e culturais costumam ficar obscurecidos, empobrecendo a abordagem das questões sociais.

A prevalência da dimensão econômica não é um desequilíbrio casual. As dificuldades de se avançar concretamente em direção à sustentabilidade se devem, em grande parte, ao fato de que a própria lógica do sistema capitalista engendra as dinâmicas insustentáveis que mais adiante vem a reconhecer como problemas, gerando assim sérias contradições e uma inevitável incoerência entre discurso e prática. No intuito de dissimular tais contradições ou revertê-las em benefício do mercado, instituições políticas e econômicas (pois as primeiras foram englobadas pelas últimas) tratam a sustentabilidade como uma questão meramente técnica. Trata-se de uma estratégia falaciosa, na medida em que desconsidera a heterogeneidade das relações da sociedade com seu ambiente e menospreza as tensões sociais que são, em última instância, as causas mais determinantes dos problemas ambientais (FOLADORI, 1999). Assim, qualquer dificuldade relativa à busca por sustentabilidade só poderá ser adequadamente compreendida (e eventualmente superada) se houver espaço para se questionar as próprias bases do nosso modelo societário.

Até que ponto então – e de que forma – a sustentabilidade pode ser colocada em prática dentro do capitalismo? Em que medida será possível promover uma integração/articulação entre suas dimensões? Tais debates tendem a se tornar nebulosos se limitados à teoria. Nesse contexto, a análise de experiências concretas voltadas para a sustentabilidade pode oferecer importantes *insights* – em especial, acreditamos, aquelas de caráter comunitário, por favorecerem transformações mais radicais de modo de vida. Dentre estas, focamos aqui nas ecovilas, comunidades explicitamente orientadas para a sustentabilidade que vêm realizando práticas alternativas em suas diversas dimensões – apresentando alguns possíveis traços de anticapitalismo. Existem ainda relativamente poucos estudos sobre elas, mas o interesse acadêmico vem crescendo nos últimos anos (WAGNER, 2012), inclusive no Brasil (SANTOS JR., 2015). Embora a princípio haja uma tendência de supor que essas comunidades se pautem exclusivamente ou primordialmente em preocupações ecológicas, um olhar mais minucioso sugere que as transformações realizadas em aspectos psicossociais, culturais, micropolíticos e econômicos são também fundamentais em sua configuração. Assim, ecovilas fornecem um rico ambiente de pesquisa acerca das diversas questões relativas à sustentabilidade no mundo contemporâneo.

2 METODOLOGIA

2.1 ABORDAGEM GERAL: OBJETIVO DE PESQUISA, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, o embasamento teórico da presente pesquisa havia sido construído a partir do estudo das seguintes categorias gerais: “ética/moral”, “comunidade”, “comunidade intencional” (CI) e “ecovila” – com uma tendência de apoio em autores críticos ao capitalismo e à sua base filosófico-política, o liberalismo (especialmente, após cerca de um ano de doutorado, nos autores chamados “comunitaristas”). Após um ano e meio de pesquisa, porém, houve uma mudança de orientação acadêmica e um redirecionamento na abordagem teórica, que passou a girar principalmente em torno do tema da sustentabilidade (ficando as questões éticas mais como pano de fundo). Nesse contexto, elementos do materialismo histórico dialético, especialmente no âmbito ontológico, foram utilizados para ajudar a refletir sobre a sustentabilidade no contexto do modelo econômico capitalista. Definimos então o seguinte objetivo geral: investigar de que forma a sustentabilidade, em suas diversas dimensões, é tratada nos discursos e práticas das ecovilas.

Em consonância com a perspectiva interdisciplinar do Programa Eicos, a literatura utilizada nesta pesquisa abrangeu diversas áreas do conhecimento – Ecologia Social, Sociologia, Psicologia Social, Filosofia, Ciências Ambientais, Antropologia e Psicologia Moral, dentre outras. A bibliografia sobre ética/moral, comunidades, comunidades intencionais e sustentabilidade (em especial sustentabilidade social) foi constituída principalmente por artigos de revisão, outros artigos de enfoque geral e alguns livros afins. Já para as ecovilas, que constituem um tema mais específico, foi possível realizar uma revisão bibliográfica sistemática no portal de periódicos da CAPES: foram levantados os artigos científicos (até novembro de 2017) que utilizavam o termo “ecovila” no título ou no resumo (buscas em português, inglês e espanhol),¹ e, dentre eles, selecionados aqueles com enfoque mais social (não tecnológico), dando especial ênfase aos que continham dados empíricos. Utilizamos também alguns livros e textos (inclusive de *insiders* ao movimento) como apoio, assim como algumas teses e dissertações sobre ecovilas brasileiras. Parece existir, na verdade, certa “hibridização” de pesquisas acadêmicas com a literatura “cinza” oriunda do próprio

¹ Sendo que, em inglês, o termo pode ser encontrado com três diferentes grafias: “ecovillage”, “eco-village” ou “eco village”. Em espanhol, o termo utilizado é “ecoaldeia”.

movimento de ecovilas – isto é, pesquisadores que são também membros ou simpatizantes do movimento. É importante esclarecer ainda que a presente pesquisa acabou ficando bastante limitada às características do que se pode chamar simplificada de ecovilas “do norte global” (isto é, pequenas comunidades intencionais “experimentais”), já que é sobre elas que existem mais estudos; fizemos apenas algumas breves considerações sobre questões relativas às ecovilas que são comunidades tradicionais do sul global.² Para simplificar a referência às ecovilas investigadas nos estudos levantados, elaboramos uma lista com seus nomes, abreviaturas/siglas pelas quais são conhecidas, localização e autores que as citaram/pesquisaram (ver Apêndice A).

Vale ressaltar, por fim, a vinculação pessoal da pesquisadora com o tema de investigação. Há tempos eu já sentia um forte incômodo frente a práticas (econômicas, sociais e ecológicas) predatórias, mas meu interesse específico por ecovilas teve origem a partir de minha formação como ecóloga e do contato com projetos diversos voltados para a sustentabilidade, em especial cursos de permacultura, o chamado curso “Educação Gaia” e a participação na Rede Ecológica, um grupo de compras coletivas que promove o consumo consciente e a economia solidária. Desde 2010 desenvolvi também um gosto pela vida comunitária, enquanto praticante de “co-living”. Embora não seja um membro do movimento de ecovilas, portanto, é importante esclarecer que sou simpatizante, e no momento de fechamento desta tese eu estava inclusive envolvida no planejamento de compra coletiva de uma terra.

2.2 O TRABALHO DE CAMPO

2.2.1 Definições metodológicas

Considerando a complexidade do fenômeno das ecovilas e a escassez de conhecimento sobre elas (principalmente no Brasil), optamos por uma abordagem de pesquisa de campo qualitativa e de caráter exploratório, com um foco bastante amplo – conforme entendimento de Gil (2008) e Vasconcelos (2013). Assim como ocorreu em relação à perspectiva teórica, o caminho metodológico do trabalho de campo passou por significativas modificações. Em princípio cogitamos realizar um estudo de casos múltiplos (como definido por Yin, 2001), no

² O binômio “norte global” – “sul global” é uma das formas de se referir à principal divisão socioeconômica e política mundial, entre países centrais e periféricos do capitalismo. Para mais detalhes sobre como isso se reflete nas ecovilas, ver seção 3.3.2.

intuito de abranger uma diversidade dentro do fenômeno e obter certa “representatividade”,³ possibilitando discussões mais amplas sobre ecovilas brasileiras. O plano inicial era então fazer o trabalho de campo em três ecovilas, 10 dias em cada, totalizando 30 dias (tal limite de tempo foi definido pensando no volume de dados gerado, que, se fosse grande demais, poderia inviabilizar uma boa análise). Havia então duas possibilidades: investigar três ecovilas semelhantes entre si ou três ecovilas bem diversas entre si. A estratégia de três casos, no entanto, foi questionada pela banca de qualificação, que chamou a atenção para o fato de que isso poderia acabar gerando um excesso de dados, de difícil tratamento, e/ou dados superficiais sobre cada ecovila, não sendo possível caracterizar cada uma como um “caso”. Assim, passamos a considerar também a possibilidade de estudar apenas uma ou duas ecovilas, ou, se mantivéssemos a ideia de investigar três delas, encarar o campo mais como sendo de cunho ilustrativo, e não como três “casos”.

Havíamos previamente definido os seguintes critérios para a escolha das ecovilas a serem estudadas: 1- autorreconhecimento/autointitulação como uma “ecovila”; 2- pelo menos cinco anos de formação; 3- pelo menos 10 membros; 4- perspectiva comunitária; 5- algum nível de governança participativa e de 6- compartilhamento de propriedade; 7- espaço para diversidade espiritual/religiosa; 8- aceitação da pesquisa. O critério número 1 visava a facilitar o recorte, uma vez que o conceito de ecovila é algo polêmico e está em evolução (como veremos na seção 3.3.2); os critérios 2 e 3 visavam a limitar a escolha a ecovilas relativamente bem estabelecidas; e os critérios 4 a 7 refletem um entendimento mais estrito de ecovila (pois existem também entendimentos mais amplos).

No intuito de ter uma visão geral das ecovilas no Brasil, para então escolher os possíveis casos de estudo, foi realizado um levantamento inicial pela internet, incluindo os sites da GEN (*Global Ecovillage Network*), do CASA (*Consejo de Asentamientos Sustentables de América Latina* – “braço latino” da GEN), da FIC (*Fellowship for Intentional Communities*) e do MBE (*Movimento Brasileiro de Ecovilas*), além de dois mapeamentos independentes encontrados,⁴ complementados por teses e dissertações e também por conversas com participantes do movimento das ecovilas. Como a própria definição do que é uma ecovila é algo complexo, e considerando que os sites pesquisados incluíam não apenas

³ Evidentemente não nos referimos aqui ao sentido mais estrito de “representatividade”, relacionado à lógica de amostragem – Yin (2001) nos mostra que é um equívoco pensar a generalização de estudos de casos dessa forma.

⁴ <http://ecoaldeasabyayala.blogspot.com.br>, <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1B5UDfJdngX-0MqhvHqGPLmJVEhA&ll=-21.597626384573747%2C-44.37604083593749&z=8>

“ecovilas” assim autointituladas, mas diversos tipos de “projetos” voltados para a sustentabilidade, nosso levantamento inicial seguiu esse mesmo padrão. Foram listados 169 projetos, dentre eles institutos de permacultura, “(eco)sítios”, “(eco)centros”, comunidades religiosas e outros que se assemelhavam a “eco-condomínios”. Apenas 34 se autointitulavam ecovilas. Cabe ressaltar que o levantamento não foi exaustivo (pois não era o foco principal da presente pesquisa), e assim algumas ecovilas (especialmente as que não têm website) podem não ter sido encontradas.

Dentre as ecovilas levantadas, muitas eram recentes, ainda fracamente estabelecidas e/ou com poucos membros. Dessa forma, poucas se encaixavam em todos os critérios definidos para esta pesquisa. Fizemos contato então com as três ecovilas que melhor pareciam cumpri-los – uma em SP, uma em MG e outra no RS –, e duas aceitaram receber a pesquisa, mas uma nunca nos respondeu. Considerando os comentários da banca de qualificação, começamos então a cogitar a visita a três ecovilas que fossem bem diferentes entre si, mas para isso teríamos que afrouxar os critérios de escolha, atendo-nos principalmente aos três primeiros (e ao oitavo, evidentemente). Definimos, assim: a ecovila em SP anteriormente contatada; uma ecovila na Bahia que não apresentava um compartilhamento de propriedade significativo; e uma ecovila no RS que era uma comunidade espiritual kilombola. As três aceitaram a pesquisa com bastante facilidade.

Após uma primeira visita exploratória à comunidade espiritual do RS, no entanto, tudo acabou se modificando novamente. Logo ao chegar, ficou claro que esta comunidade na verdade não se autointitulava como “ecovila” (houvera um mal entendido nesse ponto) – o que feria nosso primeiro critério de escolha e exigiria um afrouxamento metodológico ainda maior se persistíssemos em pesquisá-la. Em segundo lugar, apesar de um recebimento caloroso da pesquisadora pelos membros da comunidade, evidenciou-se também certo desconforto e preocupação, especialmente por parte de sua líder espiritual, pois eles sustentavam fortes críticas à forma de produção de conhecimento acadêmico e já haviam decidido anteriormente não mais aceitar pesquisas de pessoas de fora de sua irmandade. Nesta situação, após alguns dias em campo, consideramos inadequado insistir na pesquisa naquela comunidade.

Reavaliamos então o caminho metodológico e chegamos à conclusão de que um período de 10 dias de fato poderia acabar sendo insuficiente para coletar satisfatoriamente os dados desejados – ao menos naquela primeira comunidade o havia sido; mesmo antes da desistência da pesquisa, ficou claro que haveria uma grande dificuldade de conseguir tempo para entrevistas com os moradores. Além disso, se entre as ecovilas assim autorreconhecidas

já existe bastante diversidade, outras comunidades voltadas para a sustentabilidade que não se reconhecessem como ecovilas provavelmente constituiriam “universos” ainda mais distintos, e, assim, perderíamos quaisquer possibilidades de generalização. Visando gerar dados qualitativos mais significativos, decidimos, então, seguir as considerações originais da banca de qualificação e realizar um trabalho de campo mais aprofundado em apenas uma ecovila⁵ – um estudo de caso, como define Yin (2001) – que de fato se encaixasse bem em todos os critérios de escolha previamente definidos. De acordo com Yin, o estudo de caso constitui uma estratégia bastante apropriada em situações de pesquisa como a nossa, em que a principal questão é sobre o “*como*” – no caso, “como” a sustentabilidade é tratada em ecovilas. A ecovila definida para estudo foi então a Ecovila Tibá de São Carlos (SP) – que já havia aceitado a pesquisa previamente.

2.2.2 O processo de chegada à Ecovila Tibá

O primeiro contato com a Ecovila Tibá foi feito por e-mail em março de 2016. Um membro respondeu uma semana depois, de forma receptiva, pedindo um texto que detalhasse um pouco a pesquisa, e ficou de colocar o assunto em reunião comunitária. Um segundo e-mail foi enviado para eles em 22-03 perguntando se havia uma posição, e, em 05-04-16, recebemos uma resposta positiva (por parte de outro membro) de que a pesquisa estaria em princípio aprovada. Havia, no entanto, algumas diretrizes predefinidas para o recebimento de pesquisas, duas das quais poderiam gerar dificuldades: uma delas definia que o pesquisador deveria enviar inicialmente seu projeto completo – o que é indesejável cientificamente, pois pode criar vieses por parte dos pesquisados (imaginemos, por exemplo, os entrevistados tendo acesso prévio ao roteiro de entrevistas); outra condição era de que o pesquisador se comprometeria a enviar o material produzido para apreciação da comunidade antes de sua apresentação oficial, “para eventuais ajustes” – porém, em se tratando de uma pesquisa científica não participante, os pesquisados evidentemente não poderiam fazer modificações. As diretrizes definiam também que o pesquisador deveria primeiro fazer uma visita guiada à ecovila, participar de uma atividade comunitária (preferencialmente um mutirão) e apresentar presencialmente o projeto para a comunidade “avaliar se poderia contribuir” com ele – o que geraria um custo extra alto de viagem de campo para a pesquisadora. Felizmente foi possível

⁵ Como frisam Yin (2001) e Vasconcelos (2002), é importante manter a flexibilidade na definição dos casos e do número de casos.

renegociar tais condições, e a pesquisa seguiu sem impedimentos. Logo após a aprovação do projeto pelo CEP - Comitê de Ética em Pesquisa (parecer no Anexo 1), foi realizada então uma visita de campo de duas semanas na Ecovila Tibá (em agosto de 2016). À época, planejávamos realizar posteriormente uma segunda visita de mais duas semanas, para aprofundar a coleta de dados e totalizar 30 dias de campo, mas, após uma primeira análise do material da primeira visita (entrevistas, diário de campo e documentos), chegamos à conclusão de que este já atendia fartamente aos objetivos da pesquisa. A pesquisadora acabou retornando para uma segunda visita, mais curta (quatro dias), apenas ao final de 2017, após ter conhecimento de que algumas transformações importantes estavam ocorrendo na comunidade (a ecovila havia ficado fechada para visitas no primeiro semestre de 2017, alguns acordos sobre as formas de se estar lá não existiam e haviam sido modificados e diversos moradores haviam saído).⁶

2.2.3 Técnicas de coleta de dados

Para o trabalho de campo na Ecovila Tibá foram utilizadas principalmente as técnicas de *observação participante* e *entrevistas semiestruturadas*, complementadas pela *análise documental* de alguns materiais internos à ecovila (Estatuto, Regimento interno – ver Anexos 2 e 3 –, acordos de convivência e material do site).⁷ A utilização de várias fontes de evidências, como nos lembra Yin (2001), possibilita a triangulação dos dados, incentivando linhas convergentes de investigação e tornando as descobertas do campo mais convincentes e acuradas.

A observação é um recurso sempre utilizado na coleta de dados, ainda que de maneira informal e assistemática (VASCONCELOS, 2002), e é essencial para a apreensão do que não costuma ser expresso verbalmente, e também do que é expresso (verbalmente ou não) em situações cotidianas informais. Na presente pesquisa, a observação foi formal e participante, pois a pesquisadora fez parte ativa do cotidiano da comunidade, com todos os membros da ecovila estando cientes do motivo de sua presença – o que, é preciso lembrar, pode ter interferido em seus comportamentos (embora a pesquisadora não tenha tido quaisquer indícios

⁶ O assunto será abordado principalmente nas seções 5.1.2 e 6.2.2.

⁷ Os acordos de convivência e o material do site não foram colocados como anexos por não terem apresentado muita relevância para a tese. O primeiro é apenas um documento curto voltado para o recebimento de visitantes (e não foi citado em momento nenhum da tese), e o segundo é extenso e estava bastante desatualizado (e apenas foi citada na tese a “missão” da ecovila que lá constava).

disso). Considerando que a observação ocorre durante todo o tempo em que se está acordado (cerca de 16 horas por dia), em 14 dias foram cerca de 224 horas de observação; em mais quatro dias da segunda visita, somaram-se mais 64 horas, totalizando 288 horas.

As conversas informais são parte essencial das observações. A pesquisadora esteve na ecovila como “hóspede/visitante colaborativa” (na primeira visita), trocando quatro horas de trabalho diárias por uma redução no preço da estadia, o que também lhe favorecia o contato com os moradores. Optou-se por evitar gravar ou fazer anotações durante as conversas informais, a fim de manter um clima mais espontâneo. Os dados da observação eram memorizados e tão logo quanto possível transcritos para o diário de campo – diretamente em meio digital (tablet pessoal). Na segunda visita à ecovila, que foi bastante breve, como a ideia era apenas fazer uma atualização em relação às transformações ocorridas, as conversas informais constituíram o cerne da investigação. Foi possível conversar de forma relativamente prolongada com boa parte dos moradores presentes na ecovila naquele momento (cerca de oito), e os procedimentos foram os mesmo adotados na primeira visita.

As entrevistas semiestruturadas funcionam de forma complementar à observação, pois permitem investigar aquilo que raramente seria observável – o discurso específico dos moradores da ecovila sobre os temas de relevância para a pesquisa. Por se tratar de uma interação assimétrica (uma parte é “fonte de dados” e outra os coleta), e considerando a importância de se criar um *rapport* para motivar os entrevistados e deixá-los à vontade (VASCONCELOS, 2002), a pesquisadora só realizou a primeira entrevista no quarto dia de visita à ecovila. Como o foco da pesquisa era bastante aberto, e a ideia era analisar a comunidade como um todo, não havia motivos para uma seleção estrita de determinados membros para as entrevistas. O principal critério de inclusão dos membros entrevistados foi, então, sua disponibilidade. No entanto, ao fazer os convites, a pesquisadora procurou abarcar uma diversidade de gênero, idade, tempo de permanência e “posição” como morador⁸ na ecovila. Também evitou entrevistar membros que constituíssem casais (no entanto, dois casais acabaram sendo entrevistados). O único critério de exclusão foi a menor idade. Quase todos os membros da Ecovila Tibá mostraram-se dispostos a conceder entrevistas, e alguns comentaram espontaneamente que era algo que ajudava a refletir. Apenas uma pessoa se recusou, por achar que “não saberia falar bem” (uma voluntária).

As entrevistas foram norteadas pelo roteiro que se encontra no Apêndice B, que foi elaborado da seguinte forma: o tema central da sustentabilidade foi organizado em eixos

⁸ Sócio, em processo de inserção ou voluntário. Ver mais detalhes na seção 3.3.2.1.

segundo quatro dimensões (as utilizadas pela Rede Global de Ecovilas – cultural, ecológica, econômica e social)⁹ e desdobrado em diversos aspectos/subtemas associados que se mostraram relevantes nas literaturas sobre sustentabilidade e ecovilas (tecnologias ecológicas, autogestão, participação, tomada de decisões, hierarquias, lideranças, conflitos, propriedade, trabalho, renda, desenvolvimento pessoal etc.). As perguntas do roteiro eram flexíveis em relação à supressão, adição ou modificação de conteúdo ou de ordem a partir da fala do entrevistado, permitindo-lhe uma expressão relativamente livre. Para cada entrevistado foram coletados alguns dados básicos, que se encontram organizados no quadro do Apêndice C. Seguindo as exigências do CEP, cada um deles assinou um TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D). Foram realizadas ao todo 11 entrevistas – número que se mostrou suficiente em termos de atendimento à necessidade de respostas e viável em termos de análise de dados – que foram registradas com a utilização de dois gravadores digitais (o segundo apenas por segurança) e alguma complementação com anotações do diário de campo (evitando-se anotar demais, para manter um clima de conversa informal). O tempo total das gravações foi de 19,26 horas – sendo que a menor entrevista durou 1 hora e 12 minutos e a maior durou 2 horas e 58 minutos. É relevante notar que a Ecovila Tibá pedia uma colaboração de 10 reais por hora de entrevista (pelo tempo de dedicação do entrevistado); porém, como a menção a isso em um dos primeiros e-mails de contato havia passado despercebida pela pesquisadora, os moradores aceitaram fazer uma troca por uma oficina de música, que foi realizada na segunda visita à ecovila.

2.3 ANÁLISE DOS DADOS

2.3.1 Tratamento dos dados

As gravações das entrevistas foram transcritas em meio digital. Considerando que não seriam utilizados métodos de análise do discurso, e visando à economia de tempo, a transcrição suprimiu alguns elementos como um excesso de gaguejos e repetições (mas procurou representar fielmente as entonações das falas através da pontuação). Foram utilizados nomes fictícios para todos os membros da ecovila (entrevistados ou apenas observados) e também para pessoas que eles citaram. Na fase de pré-análise foi feita uma primeira “leitura flutuante” do *corpus* de material de pesquisa (entrevistas, anotações do

⁹ Ver modelo na Fig. 4 do Anexo 4 e discussão na seção 3.2.

caderno de campo e documentos), marcando nos textos o que chamava mais a atenção – como definido por Bardin (1977). As transcrições das entrevistas foram então inseridas no software Atlas Ti (cuja licença para a versão completa foi comprada), que auxiliou na organização e análise dos dados. As anotações do diário de campo e os documentos da ecovila não foram codificados no software porque não pareceu haver necessidade – considerando que era um material sucinto, este foi diretamente interpretado em sua relação com os temas relevantes para a pesquisa.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo temática, como descrita por Bardin (1977): codificando segmentos de texto de acordo com “temas”, que são “unidades de significação complexas”, de comprimento variável. Tal procedimento normalmente envolve a elaboração de categorias, que são “rubricas” ou classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, objetivando fornecer uma representação simplificada dos dados brutos. Fazer uma análise temática consiste, então, em descobrir os “núcleos de sentido” que podem significar algo para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 1977). Nesta pesquisa a categorização foi feita de acordo com o procedimento “por caixas” descrito pelo autor, isto é, havia um sistema de categorias previamente esboçado (os “temas” associados à sustentabilidade que nortearam as entrevistas, explicitados na página anterior) – mas novas categorias também poderiam surgir.

O processo de análise se deu da seguinte forma: considerando que no Atlas Ti a menor unidade existente é o “código” (“code”), optamos por não fazer corresponder os códigos às categorias analíticas, pois dessa forma não seria possível criar subcategorias e a complexidade dos temas poderia se perder ou se tornar de mais difícil análise. Assim, os “códigos” utilizados para os segmentos de texto consistiram em palavras, expressões ou frases bem resumidas que procuravam “descrever” (naturalmente, já a partir da interpretação da pesquisadora) os posicionamentos observados dos entrevistados em relação aos temas abordados, ou seja, representavam os “resultados” da pesquisa em si. Evidentemente, tais códigos tinham relação com as categorias temáticas previamente definidas (estariam, em princípio, contidos nelas) e que direcionaram o roteiro de entrevista, mas não necessariamente se restringiam a elas (alguns emergiram espontaneamente e não “se encaixaram” em nenhuma).

Inicialmente, foram criados mais de 700 códigos, que, no entanto, apresentavam muitas redundâncias. Eles foram gradualmente sendo “enxugados” – alguns descartados, outros mesclados –, chegando-se a 488. Foram também sendo agrupados em “famílias” – estas sim, representando mais fielmente as categorias temáticas de análise (mas não todas;

algumas famílias constituíam apenas “rótulos” maiores para agrupar códigos que não se encaixavam nas categorias definidas). Ao final desse processo, obtivemos sete categorias principais de análise e 34 subcategorias (ver Apêndice E), que serviram de base para organizar a tese. É importante ressaltar que a maioria dos códigos, na verdade, foram inseridos em mais de uma família/categoria e/ou tinham associação com códigos que estavam alocados em categorias bem distintas (associação esta representada pelos “links”, uma ferramenta do software - ver exemplo no Apêndice F). Isso foi considerado uma parte importante dos resultados, pois ajudou a evidenciar a natureza complexa dos temas e a interdependência entre as dimensões da sustentabilidade.

Os resultados da Ecovila Tibá foram sendo, então, constantemente comparados ao que era encontrado na literatura. Embora cada ecovila possa ser bastante peculiar em muitos aspectos (ver seção 3.3.2), observamos muitas convergências tanto dentro da literatura como entre esta e os dados de campo; assim, arriscamos algumas generalizações, que, no entanto, são necessariamente apenas tendências gerais. Vale ressaltar que, em se tratando de um trabalho de campo curto, aliado ao fato de que os moradores da Ecovila Tibá eram, em sua grande maioria, pessoas de nível educacional elevado – e portanto conheciam as implicações de uma pesquisa científica –, as entrevistas podem ter sofrido vieses, no sentido de obscurecer certas contradições que só poderiam ser percebidas a partir de um trabalho mais aprofundado, de caráter etnográfico.

2.3.2 Organização da tese

A partir daqui, os capítulos da tese foram organizados da seguinte forma: no Capítulo 3, apresentamos uma discussão teórica sobre a categoria analítica central desta pesquisa – a sustentabilidade –, incluindo-se sua abordagem no âmbito das comunidades. Nesse contexto, introduzimos rapidamente o “objeto” mais específico que decidimos investigar: as ecovilas. Em seguida, passamos a analisar diversos aspectos relativos à sustentabilidade já no contexto das ecovilas. Considerando a problemática acerca da compartimentalização das dimensões da sustentabilidade,¹⁰ mas também, por outro lado, a necessidade de organizar o pensamento, dividimos os capítulos posteriores, inicialmente, em dois grandes eixos: aspectos *político-comunitários* (Capítulo 4) e aspectos *ecológico-econômicos* (Capítulo 5) relacionados à sustentabilidade em ecovilas. Dessa forma, não seguimos fielmente nenhum dos modelos

¹⁰ Assunto brevemente apresentado na introdução e mais aprofundado no capítulo 3.

preexistentes de sustentabilidade (nem mesmo o utilizado pelas ecovilas) – embora estejamos nos aproximando mais daquele dos círculos de sustentabilidade,¹¹ já que adotamos a ideia de que *tudo* relacionado ao ser humano é *social*, portanto nenhuma dimensão poderia ser assim denominada;¹² por outro lado, enfocamos alguns aspectos específicos da vida *comunitária* que contrastam com a vida em uma sociedade atomizada,¹³ especialmente no que se refere à esfera micropolítica. Esta primeira parte estaria então representando, principalmente, as *relações dos seres humanos entre si*. Já os aspectos ecológico-econômicos representariam primordialmente as relações *entre os seres humanos e seu ambiente*.¹⁴ É evidente que tais relações não são algo completamente separável; trata-se mais de uma simplificação para facilitar o tratamento dos temas, que são, na verdade, muito complexos e interconectados, gerando inevitavelmente redundâncias. O leitor perceberá, por exemplo, que, com muita frequência, é preciso remeter a temas tratados em seções anteriores ou posteriores, e que vários temas na verdade poderiam estar em outras seções (por exemplo, o Capítulo 5 inicia-se falando sobre “trabalho”, embora no Capítulo 4 já tenhamos tratado das “atividades coletivas”, que obviamente são, também, trabalho). No Capítulo 6, tratamos então dos aspectos *culturais* da sustentabilidade. Considerando-se que estes perpassam todas as dimensões da vida e envolvem implicações muito mais abrangentes, os abordamos em associação com a discussão sobre o papel das ecovilas na sociedade. Por fim, como conclusão (Capítulo 7), procuramos articular as discussões mais relevantes acerca da sustentabilidade no contexto de ecovilas.

¹¹ Ver Figuras do Anexo 4 e discussão na seção 3.2.

¹² No entanto, por vezes ainda será útil utilizar o termo “social” para designar tudo que é político, econômico e cultural, visando a distinguir tal dimensão de uma dimensão que poderia ser chamada de “ecológica”, que, em certo ponto, extrapola o universo humano.

¹³ Fora de um contexto comunitário, essa dimensão poderia talvez ser chamada “relacional”.

¹⁴ Embora a economia seja mais comumente pensada como uma relação apenas entre seres humanos (principalmente a partir da virtualização do dinheiro), é preciso notar que ela envolve necessariamente a gestão de recursos materiais. Discutiremos isso mais a fundo no início do capítulo 5.

3 A SUSTENTABILIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

3.1 SUSTENTABILIDADE OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL? A CONTRADIÇÃO CAPITALISTA

Existe na contemporaneidade uma patente incoerência entre os discursos e práticas relativos à sustentabilidade. Para Adams (2006), vivemos um profundo paradoxo: se, por um lado, o século XXI é anunciado como a “era da sustentabilidade”, por outro as evidências empíricas são de que a “empreitada” humana está se tornando cada vez *menos* sustentável: o consumo de recursos, a geração de resíduos e as taxas de extinção de espécies estão aumentando, assim como as desigualdades sociais. Isto, no entanto, não deveria surpreender ninguém, uma vez que a ideia de sustentabilidade está largamente apropriada pelo capital. “Era da sustentabilidade” constitui claramente uma expressão de efeito associada ao *marketing* verde, e fala-se nisso justamente porque a sustentabilidade (ecológica e social) está cada vez mais ameaçada. O capitalismo, na verdade, se desenvolveu mantendo esses aspectos em segundo plano, em parte se justificando através da apropriação de certos elementos das ciências naturais: a ideia de “resiliência”, da Ecologia, por exemplo, foi reinterpretada pela sociedade de modo a servir como uma metáfora confortadora, parecendo indicar que, sendo os ecossistemas homeostáticos, eles retornariam ao seu estado original quando um dado estresse cessasse; de forma semelhante, a hipótese de Gaia (de James Lovelock, 1972) foi interpretada como significando que a biosfera, sendo um sistema autorregulado, sempre suportaria a vida humana (ADAMS, 2006). Assim, não haveria razão para temer que o mau uso do ambiente levaria a um colapso irreversível. Ainda que a própria Ecologia tenha evoluído, passando a reconhecer que um sistema não necessariamente retorna ao que era, a cultura hegemônica associada ao capitalismo obviamente não incorporou tal consciência.

A apropriação da ideia de sustentabilidade pelo capital fica bastante evidente na expressão “desenvolvimento sustentável”, que se incorporou ao jargão econômico a partir dos anos 1990 – e vem sendo usada como sinônimo de sustentabilidade (SARTORI, LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”¹⁵ (WCED, 1987), o conceito parece carregar alguns méritos:

¹⁵ Traduzido livremente de “*development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*”, do relatório “Our Common Future”, também conhecido como “Relatório Brundtland”, da ONU.

segundo Sen (2013), ele ajudou a dar ao discurso da sustentabilidade uma maior força ética, ao transferir o foco apenas dos recursos naturais para os seres humanos, e capturou aspectos importantes como a obrigação para com as gerações futuras e uma preocupação em aliviar a pobreza dentro de cada geração – remetendo, respectivamente, às noções de justiça ou equidade inter- e intrageracional.¹⁶ No entanto, é preciso notar que o que se entende por “necessidade” permanece indefinido, e assim a própria associação à ideia de equidade torna-se aberta a interpretações. Além disso, colocar o desenvolvimento como um pressuposto traz importantes implicações (MCKENZIE, 2004). De acordo com Carneiro (2005), o capitalismo já havia transformado o desenvolvimento em uma *doxa* (uma ideia tomada como premissa inquestionável), e, recentemente, isso apenas assumiu uma nova roupagem, com a nova *doxa* do “desenvolvimento sustentável”. O problema aí é que “desenvolvimento” vem sendo entendido fundamentalmente como sinônimo de “crescimento” (econômico) – quanto mais acelerado, melhor. Segundo Adams (2006), o próprio conceito de sustentabilidade teria sido cunhado para sugerir que seria possível obter crescimento econômico e industrialização sem causar danos ambientais.¹⁷

O desenvolvimento como crescimento, como ressaltam Parris e Kates (2003), envolve uma ilusão temporal: quando pensamos no futuro de uma geração, quase qualquer desenvolvimento parece sustentável; a longo prazo, porém, *nenhum* desenvolvimento o é, pois mesmo o menor crescimento, se estendido infinitamente, criaria um cenário insustentável. Assim, desde a década de 1970, perspectivas teóricas como a Ecologia Humana e a Economia Política Marxista vêm convergindo em prescrições sobre a necessidade de *redução* do crescimento econômico e populacional (YORK; DUNLAP, 2012) ou de estabelecimento de uma economia estacionária (crescimento econômico zero) (DALY, 1991, apud YORK; DUNLAP, 2012). Alguns autores defendem inclusive o *decrescimento* (p. ex., LATOUCHE, 2015; BARRY, 2009). Paralelamente, as literaturas do anticonsumismo e da economia política vêm apontando para uma necessidade de revisão dos significados de “desenvolvimento”, “riqueza”, “qualidade de vida” e outros conceitos usados para avaliar as sociedades (YORK; DUNLAP, 2012). De fato, uma simples consulta aos dicionários mostra que “desenvolvimento” *não é* necessariamente sinônimo de “crescimento”: “desenvolver(-

¹⁶ Montibeller-Filho (1999) adiciona ainda a isso a ideia de equidade *internacional*, procurando enfatizar a justiça entre países.

¹⁷ O autor se refere aqui ao seu uso como conceito estratégico do capitalismo, não sobre sua origem acadêmica.

se)” significa também “evoluir”, “melhorar”, “avançar” – o que pode ou não implicar expansão. “Evolução”, por exemplo, significa, antes de mais nada, “transformação”.¹⁸

Um tipo de argumento construído para justificar o desenvolvimentismo expansionista do capitalismo reflete-se no que poderíamos chamar de uma “cultura de escassez”: muito se fala, por exemplo, na necessidade de criar empregos para reduzir a pobreza; mas pouco se questionam as condições desses empregos, as relações trabalhistas, os baixos salários. De forma semelhante, reafirma-se a necessidade de aumentar da produção de alimentos, quando há muito já se sabe que o problema não é quantidade, mas má distribuição e desperdício (FOSTER, 2005). Outro argumento comum relaciona-se a uma pretensa “imaterialidade da sociedade” na contemporaneidade, em decorrência da “nova era informacional” que vivemos; no entanto, jamais se demandou tanta matéria e produção de mercadorias para garantir o atual modo de vida (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; HARVEY, 2014). Não existe expansão econômica sem expansão material. Isso fica bastante evidente no fato de que o imperativo de circulação cada vez mais rápida do capital deu origem à estratégia de obsolescência programada para sustentar a superprodução (HARVEY, 2014). O que ocorre, na verdade, é que o crescimento – exponencial e acumulativo – é uma condição básica para o funcionamento do capital (HARVEY, 2014), e *por isso* o desenvolvimento como crescimento precisa ser uma doxa. Um “capitalismo sustentável” está, necessariamente, sempre em expansão, buscando acumulação através de aumento de lucros e redução/externalização de custos, o que se dá fundamentalmente através da exploração do trabalho humano e da natureza (O’CONNOR, 2002).

Como explicou Marx, isso ocorre porque o capital obedece a uma “lei” geral e absoluta de acumulação, isto é, a tendência de concentrar cada vez mais riqueza (material) nas mãos de poucos (gerando monopólios), enquanto a crescente maioria da população (que passa a constituir um “exército industrial de reserva”) se vê em crescente processo de empobrecimento e degradação (FOSTER, 2005) – uma degradação que é *também* ambiental. Tal padrão teve sua origem a partir do séc. XIV, com o chamado processo de “acumulação primitiva” – a apropriação privada da terra e suas riquezas – e se reproduz principalmente através do lucro, que nada mais é do que o resultado da apropriação privada do valor social do

¹⁸ A ideia de “progresso” (econômico, científico, tecnológico) associada à noção de evolução já resulta de uma apropriação cultural secundária do termo. Originalmente ele apenas indica mudança de configuração.

trabalho alheio (a mais-valia) e da natureza.¹⁹ Trata-se de um funcionamento nitidamente exploratório. As desigualdades sociais, então, não são apenas uma consequência indesejável de um capitalismo “mal desenvolvido”, elas são *constitutivas* dele; para Harvey (2014), o capitalismo é, em essência, construído sobre o roubo, a despossessão, a violência –a própria expropriação de terras, como ressalta o autor, acontece até hoje. Embora existam alguns países em que um capitalismo mais regulado pelo Estado aparentemente minimiza os padrões de degradação ecológica e social, o que geralmente ocorre na verdade é que tais países, através das corporações globais, exportam para nações periféricas suas atividades econômicas geradoras de degradação ambiental e social, extraíndo delas os superlucros que não conseguem obter em seus países de origem por força de regulamentações diversas. Ou seja, o ônus é apenas terceirizado. Harvey conclui: “se todos que trabalham em uma organização contra a pobreza se convertessem da noite para o dia a uma política contra a riqueza, em breve nos encontraríamos vivendo em um mundo muito diferente” (p. 277).

Dessa forma, a incoerência do discurso do desenvolvimento sustentável se dá não apenas no sentido de que as ações em geral são insuficientes para fazer frente aos problemas que se colocam, mas também se expressa em uma questão de universalização e particularização: nos discursos, enfatiza-se um caráter universal de direitos e obrigações; na prática, benefícios particulares são favorecidos (MONTIBELLER-FILHO, 1999). Marx já alertava que, na sociedade capitalista de classes, o princípio de igualdade universal existe apenas na teoria, realiza-se de forma puramente “legalista-formal”, pelos “direitos de posse” transformados na abstração da “posse de direitos”;²⁰ na prática, os interesses parciais, o particularismo associado à apropriação privada da terra e dos meios de produção, é o que prevalece; assim, a parcialidade do interesse particular capitalista é transformada em um princípio universal da sociedade (MÉSZÁROS, 2006); trata-se de uma universalização *fictícia* da igualdade.

Segundo a teoria de Marx, o capitalismo gerou, ainda, uma “fenda metabólica” nas relações entre sociedade e natureza (FOSTER, 2005). Isto porque, para ele, o ser humano

¹⁹ Embora muito se fale também no aumento da taxa de lucro pelo desenvolvimento tecnológico, é importante perceber que o próprio desenvolvimento tecnológico provavelmente envolve exploração de trabalho humano e da natureza.

²⁰ Marx explica que, embora a tendência original inerente à divisão da terra fosse a de igualdade, essa igualdade foi logo negada, pois a alienação da terra, pelo direito de posse a um número limitado de pessoas, implica exclusão. Existe, assim, uma contradição irreconciliável entre forma e conteúdo dos Direitos do Homem: a universalidade formal do apelo ideológico versus a parcialidade do conteúdo motivador (MÉSZÁROS, 2006, p. 126).

constitui-se (e distingue-se dos outros animais) a partir de sua atividade produtiva, o trabalho sobre a natureza – este é entendido, então, como o *metabolismo*²¹ entre sociedade e natureza, uma atividade vital e social voltada para a satisfação das necessidades humanas (MÉSZÁROS, 2006). No entanto, com o processo de formação de mão-de-obra para a industrialização capitalista (que se deu, em boa parte, pela expropriação dos camponeses e sua expulsão para as cidades, obrigando-os a vender sua força de trabalho), o trabalho perdeu seu significado de atividade vital e passou a ser um simples “meio” para existir. Isso acarretou, então, uma alienação multifacetada do ser humano: em relação à natureza, à própria atividade produtiva (o trabalho), a si mesmo enquanto espécie (já que ele é definido pelo trabalho) e, conseqüentemente, ao outro ser humano (FOSTER, 2005; MÉSZÁROS, 2006).

A fenda metabólica de que fala Marx fica nítida, por exemplo, ao se analisar a agricultura capitalista, que, ao obedecer a uma lógica de lucro em curto prazo em detrimento da subsistência em longo prazo, cria uma cadeia de relações exploratórias entre a cidade e o campo, o proprietário e o trabalhador, e o trabalhador e o solo (ERGAS; CLEMENT, 2016). Ergas e Clement ressaltam que, nesse sistema, tanto o proprietário como o trabalhador têm relações estranhadas com o solo: o primeiro porque não o trabalha, o segundo porque seu trabalho está sob o domínio do primeiro. Marx denunciou também que tal forma de agricultura de larga escala gerava, desde o século XIX, uma depleção (por superexploração) da fertilidade dos solos e uma necessidade de busca por fertilizantes (além de sementes e outros insumos) vindos de longe. Nesse ponto, a fenda metabólica tornou-se evidente em nível global: colônias tiveram seus solos e outros recursos naturais exauridos para sustentar a industrialização dos países colonizadores (FOSTER, 2005, p. 164). Paradoxalmente, os resíduos orgânicos que devolveriam os nutrientes aos solos não eram reciclados, mas se acumulavam nas cidades e poluíam seus rios – afetando principalmente os proletários, que também eram sujeitos a altíssimos níveis de poluição atmosférica. Os camponeses que se mantinham no campo, por sua vez, eram privados do mundo mais amplo de intercâmbio social/cultural das cidades. Criou-se, assim, um forte antagonismo entre campo e cidade (FOSTER, 2005) que veio se agravando até hoje.

Embora a sociedade tenha se complexificado muito desde a época de Marx, o fato é que sua análise continua surpreendentemente atual. A fenda metabólica e as distintas formas de alienação parecem vir se potencializando – basta observar, por exemplo, que em geral não

²¹ Do alemão *Stoffwechsel* (Foster, 2005). Interessante notar que o conceito de metabolismo posteriormente tornou-se uma categoria-chave na abordagem da teoria de sistemas, que trata da interação dos organismos com seu ambiente, referindo-se a todos os níveis biológicos, da célula ao ecossistema.

temos a menor ideia de onde, como e por quem são produzidos os bens que consumimos (HARVEY, 2014) –, assim como as contradições oriundas da exploração do trabalho e da natureza pelo capital: como aponta O’Connor (2002), uma vez que trabalho e natureza são as bases da produção, o capital acaba colocando em risco inclusive sua própria sustentabilidade, na medida em que tende a exaurir o que o mantém. É nesse sentido que Bauman (2010) o considera um sistema “parasitário” e Harvey (2014) fala em uma “propagação cancerosa”. Harvey estende ainda essa análise das contradições do capital e sugere que há pelo menos 17 delas, algumas das quais poderiam ameaçar mais seriamente sua continuidade – como o fato de que a reprodução do capital está cada vez mais nas mãos de rentistas, isto é, sem uma correspondência com a produção material (“capital fictício”); o autor reconhece, no entanto, que o capital tem um enorme poder de adaptação, e já “superou”, ainda que temporariamente, muitas crises. Para Harvey, então, a questão não é tanto se o capitalismo será capaz de perdurar (*se sustentar*) apesar dessas contradições, mas se os *custos* disso se tornarão inaceitáveis para a maioria da população. Um dos cenários prováveis para a continuidade do funcionamento atual do capitalismo seria uma sociedade distópica, cada vez mais oligárquica – o que, como sugere o autor, constitui algo não tão distante quanto gostaríamos de imaginar.

Assim, como argumenta O’Connor (2002), um capitalismo *ecologicamente e socialmente* sustentável parece algo altamente improvável, pois isso requereria mudanças tão drásticas que o tornariam “irreconhecível”. E, sem uma consciência clara acerca da real causa dos problemas, tais mudanças se tornam igualmente improváveis. Isto porque o modo de produção capitalista é governado por uma espécie de “lei natural” – a busca do lucro – que é *alheia* ao ser humano (MÉSZÁROS, 2006); assim, este passa a se ver submetido pelo sistema que ele próprio criou. Para Marx e Engels, o capitalismo era “como o feiticeiro que não podia mais controlar os poderes do mundo inferior invocados por seus feitiços” (FOSTER, 2005, p. 140). Constitui-se então um ciclo de retroalimentação; pois, como um robô, o sistema obedece cegamente a regras simples que lhe foram “ensinadas” e que o constituem como tal. Segundo Montibeller-Filho (1999), “os condicionantes inerentes ao modo capitalista de produção e consumo levam-no a não poder passivamente permitir a colocação de entraves sociais que venham a prejudicar significativamente o lucro” (pp. 242-243); por exemplo, se for obrigado a internalizar os custos “ambientais” da produção, o capital provavelmente precisará compensar isto aprofundando a exploração sobre a força de trabalho. Harvey (2014) ressalta que o capital se torna ainda mais perigoso durante crises graves que ameaçam sua reprodução – por exemplo, se a venda de supérfluos estiver prejudicada, ele procura extrair lucro a partir da privatização de bens fundamentais à vida, como a água. Ou seja, as contradições raramente

são resolvidas, mas sim deslocadas (HARVEY, 2014). Não adianta então esperar que transformações significativas surjam de dentro do próprio capitalismo, pois isso acarretaria sua dissolução.

Em uma perspectiva materialista histórica e dialética, existe, portanto, uma contradição básica entre capital e sustentabilidade, e, conseqüentemente, entre “desenvolvimento” (como crescimento) e sustentabilidade. Isso fica bastante evidente quando Parris e Kates (2003), em revisão da literatura sobre desenvolvimento sustentável, observaram que existem objetivos conflitantes entre o que deve ser sustentado e o que deve ser desenvolvido, o que se traduz em expressões como: “*sustain only, develop mostly, develop only but sustain somewhat; sustain, or develop*”²² (p. 561). Em relação ao que deveria ser sustentado, os autores encontraram menções a: “sistemas de suporte à vida”, “natureza” e “comunidade”; e, em relação ao que deveria ser desenvolvido: “economia”, “pessoas” e “sociedade”. Assim, a expressão “desenvolvimento sustentável” mais se assemelha a um estranho (e conveniente) jogo de palavras. Segundo Banerjee (2003), a ideia não representa qualquer quebra de paradigma, pois segue embasada em uma racionalidade economicista e um pensamento colonial que impõe um determinado funcionamento ao Terceiro Mundo, particularmente com relação a biotecnologia, biodiversidade e propriedade intelectual – sendo que, claramente, os modos predominantes de produção e consumo do *norte global* são ecologicamente muito mais nocivos (LITTIG; GRIESSLER, 2005). A ideologia do desenvolvimento sustentável claramente recusa-se a encarar as implicações associadas à sustentabilidade. A discussão vem excluindo a possibilidade de mudança nas relações sociais de produção, e, assim, as propostas de solução pretendem atingir os resultados sem intervir nas causas (FOLADORI, 2002). Dessa forma, como sugere Carneiro (2005), os problemas são vistos como “sem dono”, e o desenvolvimento sustentável passa a servir apenas como emblema para a legitimação do *status quo* – acaba sendo, com frequência, um “desenvolvimento como usual”, carregando uma “acanhada aspiração pela sustentabilidade” (ADAMS, 2006, p. 4), ou, ainda, uma “cortina de fumaça” atrás da qual os negócios capitalistas podem continuar operando sem uma real preocupação ambiental (MCKENZIE, 2004). Nesta pesquisa, portanto, nos referiremos à “sustentabilidade” como algo fundamentalmente distinto da ideia corrente de “desenvolvimento sustentável”.²³

²² Optamos por manter as expressões em inglês para preservar sua força retórica.

²³ É relevante notar que os educadores ambientais no Brasil em geral também tendem a rejeitar tal denominação, preferindo a ela o conceito de “sociedades sustentáveis” (LOUREIRO, 2014).

De acordo com Loureiro (2014), o conceito de sustentabilidade (na ciência) é oriundo da Biologia e refere-se à “capacidade de suporte” de um ecossistema, isto é, o que possibilita sua permanência no tempo; aplicado a uma espécie biológica, trata-se da projeção de uma população máxima que pode ser mantida indefinidamente sem gerar uma degradação de recursos que acabe por afetar a própria viabilidade de reprodução dessa espécie. A questão é que, quando se transpõe essa ideia para o complexo plano da sociedade humana, os fatores envolvidos nessa permanência se multiplicam vertiginosamente.²⁴ Falar *apenas* em continuidade temporal, por exemplo, torna-se insuficiente e até perigoso. A preocupação com um futuro que não se sabe o quão distante está pode acabar criando uma armadilha, especialmente considerando que a leitura capitalista do fator “tempo” costuma ser distorcida de forma a valorizar, e, portanto, antecipar ações que propiciam lucro e postergar aquelas que impliquem custos. Confiar na resolução futura dos problemas através da tecnologia, além de constituir uma ilusão bastante útil para o capital – pois gera constantemente novos mercados – é também algo irresponsável, e, portanto, antiético. É preciso cuidar do que *há*, até porque a noção de sustentabilidade aplicada às sociedades humanas tem a ver fundamentalmente, também, com a *qualidade* de sua permanência (DIAS et al., 2017). Isso fica evidenciado no fato de que os indicadores de sustentabilidade social incluem aspectos como equidade, participação política ampla e senso de comunidade (ver, por exemplo, MCKENZIE, 2004; WOODCRAFT, 2012; DEMPSEY et al., 2011; SPANGENBERG; OMAN, 2006; LITTIG; GRIESSLER, 2005; NEAMȚU, 2012) – que em princípio não seriam elementos essenciais para a mera continuidade no tempo. Uma sociedade fortemente oligárquica (como ilustrada em diversos filmes sobre distopia desde o século XX), por exemplo, poderia até perdurar, mas seria muito difícil considerá-la “sustentável”. Torna-se evidente, assim, a necessidade de buscar caminhos mais coerentes para se pensar e praticar a sustentabilidade – o que, a nosso ver, pressupõe uma outra economia que não a capitalista. Mas o capitalismo não se trata apenas de economia; trata-se de um sistema que vem moldando a sociedade em diversas dimensões da vida, e isso nos lembra que a sustentabilidade é um tema inerentemente multifacetado. Concentremo-nos agora nisso.

²⁴ Por exemplo, apesar de o crescimento populacional de fato constituir um problema, é preciso evitar uma leitura malthusiana que simplifique sua relação com a disponibilidade de recursos, pois se sabe que essa conta é mais complexa.

3.2 AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

No núcleo do pensamento contemporâneo dominante sobre sustentabilidade está a noção de que ela é constituída pelas dimensões ecológica,²⁵ social e econômica (ADAMS, 2006). A relação entre tais dimensões costuma ser representada principalmente por dois modelos: o das três esferas concêntricas, em que o ambiente “contém” a sociedade, que, por sua vez, “contém” a economia (Anexo 4, Fig. 1); e o dos círculos sobrepostos, que atribui igual importância a todas as dimensões (MCKENZIE, 2004). Cabe notar que o primeiro deles reflete uma ideia central ao materialismo histórico e dialético: a de que a natureza é ontologicamente prioritária, uma vez que constitui nossa base material de existência. Isto não significa que as condições naturais determinem completamente a vida humana, mas que o grau de liberdade que temos é necessariamente limitado pelas condições materiais antecedentes (FOSTER, 2005). O modelo dos círculos sobrepostos, por sua vez, deu origem ao que conhecemos como *triple bottom line* (Anexo 4, Fig. 2), noção atualmente hegemônica no entendimento da sustentabilidade. Existem também modelos alternativos, como o dos “círculos de sustentabilidade”, que utiliza quatro dimensões em vez de três – a “política” e a “cultural” em lugar da “social” (Anexo 4, Fig. 3) (MAGEE; SCERRI; JAMES, 2012). Além de incluir explicitamente a cultura (uma dimensão simbólica geralmente negligenciada) e a política (normalmente subsumida no “social”), tal modelo tem o mérito de tratar o social como uma categoria geral integrada à própria definição de sustentabilidade, em vez de como uma dimensão específica. De fato, considerando que a economia é uma instituição que *emerge da sociedade* e que os sistemas naturais são enxergados *em suas relações com a sociedade*, pode-se considerar que tudo é, em última instância, *social*. Levando em conta, porém, que a maioria dos trabalhos acadêmicos refere-se ao “social” como uma dimensão específica da sustentabilidade (inclusive o modelo adotado pelas ecovilas – ver seção 3.3.2), e também para fins de simplificação de linguagem, no decorrer do trabalho será útil eventualmente fazer referência à dimensão social – entendida, porém, nesse caso, como compreendendo aspectos político-comunitários, econômicos e culturais, e excetuando apenas os aspectos ecológicos, já que estes podem ser interpretados como extrapolando as questões humanas.

No contexto do modelo dominante da *triple bottom line*, as dimensões da sustentabilidade em teoria têm igual importância e devem ser trabalhadas de forma integrada

²⁵ Optamos por traduzir “environmental” por “ecológico(a)” para evitar discussões associadas ao termo “ambiental”, que, na verdade, inclui em si o social.

(NEAMȚU, 2012). No entanto, assume-se também que existem inevitáveis *trade-offs* entre elas (SPANGENBERG; OMAN, 2006; COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIESSLER, 2005; WOODCRAFT, 2012; ADAMS, 2006; MAGEE; SCERRI; JAMES, 2012), o que vem sendo tratado basicamente de duas formas: permitindo-se *trade-offs ilimitados* – a chamada “sustentabilidade fraca”, que pressupõe a aceitação “de uma certa compensação pela perda do patrimônio natural em decorrência do progresso econômico”; ou restringindo-os – a chamada “sustentabilidade forte”, que exige “a manutenção da integridade ecossistêmica atual simultaneamente à garantia da justiça social, o que induz à defesa da substituição total ou parcial das economias atuais e seus modos de produção” (LOUREIRO, 2014, p 43). A *triple bottom line* reflete evidentemente uma sustentabilidade fraca, levando a que, como vimos, o desenvolvimento como crescimento funcione como premissa inquestionável.

Analisemos brevemente, então, de que forma cada dimensão da sustentabilidade vem sendo abordada neste cenário. No que se refere à chamada “dimensão ecológica”, a mais evocada nos discursos, algumas questões bastante discutidas publicamente são eficiência energética, redução das emissões de carbono, desenvolvimento de fontes de energias renováveis e reciclagem de resíduos – o que não significa que existam avanços significativos em qualquer uma delas, notadamente devido à influência de poderosos *lobbies* industriais. A sustentabilidade ecológica costuma ser trabalhada principalmente a partir de conceitos como “pegada ecológica”²⁶ (LITTIG; GRIESSLER, 2005) – um índice que mede a demanda humana (e portanto seu impacto) sobre a natureza; e das noções de “*source*” e “*sink*” – isto é, de que o ambiente tem duas grandes funções para o ser humano: fonte de recursos e repositório de resíduos (GOODLAND, 1995). Alguns citam o habitat, ou “espaço de vida”, como uma terceira função à parte (DUNLAP; MARSHALL, 2007; DUNLAP; JORGENSON, 2012). Nessa perspectiva, quando a capacidade de um dado ecossistema em atender a uma dessas três funções é excedida, com frequência ocorre também uma disrupção na capacidade de atender às outras duas, pois há uma incompatibilidade funcional entre elas – para compreendê-lo, basta considerar a impossibilidade de se utilizar uma mesma área como espaço de vida e como repositório de resíduos; ou ainda uma situação em que os resíduos contaminam a água, que não pode mais ser utilizada como recurso. Parece ser possível dizer então que, em termos ecológicos, a essência dos problemas de insustentabilidade diz respeito

²⁶ Do inglês “ecological footprint”, trata-se de um dos mais conhecidos índices de sustentabilidade ecológica. O termo foi primeiramente usado em 1992 por Rees e Wackernagel e se refere à quantidade de terra e água (medida em hectares) necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população.

à interrupção dos ciclos naturais de matéria e energia, nos quais os *outputs* de um processo ou sistema são *inputs* em outros processos ou sistemas – o que nos remete novamente à noção marxiana de fenda metabólica, e se evidencia, por exemplo, como vimos, na análise da agricultura capitalista e do antagonismo campo-cidade. As sociedades capitalistas vêm, de fato, produzindo fluxos unidirecionais em que os recursos são explorados de forma acelerada, sem reposição, enquanto os resíduos, de difícil decomposição, se acumulam – gerando grande aumento de entropia.²⁷ É importante notar, no entanto, que a degradação ecológica resultante de tais processos é desigualmente distribuída segundo padrões geopolíticos claros (HARVEY, 2014) – como a Ecologia Política e o movimento de Justiça Ambiental vêm denunciando, existe uma associação clara entre áreas de degradação ecológica e regiões pobres. Assim, fica clara a forte dependência político-econômica dos chamados “problemas ecológicos”.

Se, ao menos nos discursos, a dimensão ecológica da sustentabilidade vem sendo bastante abordada, o mesmo não se pode dizer da chamada “dimensão social”. Esta em geral vem recebendo pouca atenção (LITTIG; GRIESSLER, 2005; OMANN; SPANGENBERG, 2002; COLANTONIO, 2007; NEAMȚU, 2012; WOODCRAFT; HACKETT; CAISTOR-ARENDAR, 2012), e encontra-se ainda sub-teorizada (SPANGENBERG; OMAN, 2006; COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIESSLER, 2005; WOODCRAFT, 2012). Existem consideráveis dificuldades para conceitualizá-la, o que parece se dever, em parte, à conotação ampla e multifacetada da própria palavra “social” (LITTIG; GRIESSLER, 2005), e também a limitações para fixar parâmetros. As múltiplas (e, frequentemente, conflitantes) interpretações existentes dessa dimensão da sustentabilidade abrangem uma ampla gama de temas filosóficos, políticos e práticos (WOODCRAFT, 2012), que podem aparecer como parte de definições, como conceitos relacionados e/ou como indicadores/critérios de sustentabilidade social. Em 2007, segundo Colantonio, já existiam no mundo mais de 600 iniciativas de desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade social. Alguns exemplos principais são: justiça social, inclusão social, igualdade/equidade, satisfação de necessidades básicas, participação política ampla, integração social, senso de comunidade, ação comunitária, coesão social, emprego, renda, diversidade cultural e social, subsidiariedade, transparência e responsabilidade das instituições, qualidade do ambiente local, qualidade de vida, felicidade e bem-estar (ver, por exemplo, MCKENZIE, 2004; WOODCRAFT, 2012; DEMPSEY et al.,

²⁷ Conceito da física termodinâmica, a entropia indica uma desordem material/energética. O uso do termo aqui se refere ao fato de que os sistemas humanos geram grandes quantidades de resíduos que são dificilmente reintegrados aos ciclos naturais.

2011; COLANTONIO, 2007; SPANGENBERG; OMAN, 2006; LITTIG; GRIESSLER, 2005; OMANN; SPANGENBERG, 2002; NEAMȚU, 2012). Como se pode observar, são tantos elementos (incluindo questões político-econômicas e culturais diversas) que a sustentabilidade social parece se referir a praticamente tudo que seria eticamente desejável em uma sociedade – a começar por uma ênfase na justiça social, que, no entanto, ao ser colocada no mesmo “pacote” que aspectos subjetivos como “felicidade” e “bem-estar”, tende a ter seu caráter de urgência material “atenuado”. É importante notar que os chamados “temas *soft*”, menos mensuráveis – como felicidade, bem-estar, qualidade de vida, mistura e coesão social, identidade, senso de lugar, cultura, empoderamento, envelhecimento, migração, mobilidade (COLANTONIO, 2009) – vêm emergindo especialmente no norte global; no sul global, os “temas *hard*” tradicionais relacionados a necessidades básicas como emprego, educação, equidade, justiça social, moradia e ambiente saudáveis, direitos humanos e de gênero, alívio da pobreza, continuam sendo mais relevantes (COLANTONIO; DIXON, 2008).

Há algumas tentativas de organização/hierarquização dos temas ligados à sustentabilidade social. Littig e Griessler (2005) propõem organizar seus indicadores em três grupos: *satisfação de necessidades básicas*, que incluiria aspectos como renda individual, distribuição de renda, (índice de) pobreza, desemprego, educação e aperfeiçoamento, condições de moradia, saúde, segurança, satisfação subjetiva (em relação a trabalho, moradia, renda e ambiente); *justiça social*, que se relacionaria a oportunidades em termos de qualidade de vida e participação na sociedade (incluindo educação, equidade de gênero e migrantes); e *coerência social*, que diria respeito a integração em redes sociais, envolvimento em atividades voluntárias, solidariedade e tolerância social (p. ex., em relação a migrantes, desempregados, homossexuais e *queers*). Bramley et al. (2006, apud COLANTONIO, 2007), simplificam ainda mais a questão, sugerindo que há duas ideias principais no núcleo da noção de sustentabilidade social: equidade e sustentabilidade da comunidade. Outro aspecto-chave – e, para Foladori (2002), um dos elementos mais “radicais” da sustentabilidade social – é a participação social. Considerando tais elementos, não é preciso uma análise profunda para perceber que a sustentabilidade social em geral vêm sendo bastante desfavorecida nas sociedades capitalistas.

Chegamos, então, à chamada “dimensão econômica” (poderíamos também denominá-la “político-econômica”, já que a macropolítica encontra-se fundamentalmente englobada por ela). No entanto, a partir da discussão apresentada até aqui, parece-nos até absurdo falar em *sustentabilidade econômica*, uma vez que a economia capitalista é justamente *o que mais vem sendo sustentado*, notadamente *em detrimento* das questões ecológicas e sociais. O que

entendemos por sustentabilidade econômica implicaria, então, uma economia não baseada nos imperativos de lucro e crescimento – como a economia solidária, que vem funcionando em pequenas escalas dentro (porém às margens) do capitalismo. Afinal, uma economia sustentável, como ressalta Litfin (2014), não pode ter como premissa um sistema monetário direcionado por juros compostos (em que o dinheiro produz mais dinheiro). Parece ser sempre necessário lembrar que a economia capitalista não é a única possível, tampouco é algo “natural”; ela foi construída e naturalizada. Não há nada que determine que uma economia precise funcionar de maneira antagônica à sustentabilidade socioecológica.

Como vemos, na prática, a desejada equidade e integração das dimensões da sustentabilidade apresenta-se bastante incipiente (NEAMȚU, 2012), e é provavelmente inviável no contexto do capitalismo. Não é à toa que as perspectivas atuais focam muito mais em balancear (presumidos) *trade-offs* do que em explorar conexões e interdependências entre as dimensões da sustentabilidade. Tal noção de que inevitavelmente existem *trade-offs* entre as dimensões da sustentabilidade, na verdade, precisa também ser questionada, pois trata-se de uma generalização que obscurece importantes diferenças. Embora possam existir situações que reflitam, em princípio, *trade-offs* entre sustentabilidade ecológica e social (por exemplo, a tensão entre os interesses de comunidades extrativistas e os objetivos de uma unidade de conservação restritiva), tal tipo de conflito não se compara em escala ou mesmo em “conteúdo ético” à exploração generalizada do trabalho humano e da natureza pelo capital. Este, sim, parece ser o principal – e talvez insolúvel – *trade-off*. Muitas vezes, no entanto, essa tensão é simplesmente negada. Loureiro (2014) argumenta que o debate sobre sustentabilidade tende a ser marcado por um “pressuposto de aliança entre agentes sociais”, de interrelação harmônica entre economia, política e condições ecológicas, e, dessa forma, “os problemas ambientais são reduzidos a questões relativas ao desenvolvimento científico e tecnológico”, e a sustentabilidade, por sua vez, a um mero conjunto de instrumentos técnicos (p 48). Ora, a sustentabilidade obviamente não é apenas uma questão técnica, assim como os discursos e práticas sobre ela não são apolíticos ou neutros. Dependendo de como e por quem são usados, podem até exacerbar consequências negativas como a gentrificação, no desenvolvimento urbano (WOODCRAFT, 2012). Dessa forma, fica evidente que a busca por sustentabilidade nem sempre gerará os resultados desejados para *todos* (VALLANCE; PERKINS; DIXON, 2011).

Pode-se sugerir, então, que os *trade-offs* entre as dimensões da sustentabilidade representam, em última instância, conflitos de interesse entre diferentes agentes sociais: quem é favorecido e quem é prejudicado com a economia capitalista. Isto não pode ser

invisibilizado, pois determina boa parte dos problemas contemporâneos. É improdutivo pensar a sustentabilidade abstraindo-se das condições sociomateriais ou a partir de dimensões isoladas. Não há como alcançar justiça social, por exemplo, sem afetar as relações de propriedade (FOLADORI, 2002). Não há como esperar que gente que é tratada como “lixo social” (a periferia, os excluídos da sociedade de consumo) sinta-se responsável pelo tratamento adequado do lixo material. Em uma perspectiva materialista histórica e dialética, existe uma relação inextrincável entre o que entendemos por questões “sociais” e “ecológicas” e o contexto político-econômico.

A problemática compartimentalização da sustentabilidade nos remete, finalmente, a uma dimensão que costuma ser sistematicamente negligenciada: a cultural. Os modelos dominantes, como vimos, sequer a explicitam – embora a considerem, juntamente com a política, como incluída na dimensão “social”. No entanto, deixar de pensar especificamente a cultura (assim como a política) pode ser perigoso, pois ela tem um papel central na sociedade, e pode representar, justamente, o maior obstáculo para as transformações necessárias em direção à sustentabilidade. Ocorre que, embora intangíveis, os padrões culturais permeiam toda a vida social, abrigando os valores e princípios que embasam e legitimam nossas práticas. Pode-se dizer que a cultura, em última instância, *se concretiza* em nossas ações. Por isso, daremos especial atenção agora a algumas questões culturais associadas ao capitalismo que têm consequências diretas em relação à sustentabilidade.

Um aspecto cultural-chave das sociedades capitalistas ocidentais é um marcado individualismo²⁸ (DUMONT, 1985; SILVA, 1998; NARDI, 2003; TAYLOR, 2011; MACINTYRE, 2001; ETZIONI, 1989; GUARESCHI, 1998) que parece estar se acirrando cada vez mais na contemporaneidade.²⁹ Trata-se de um traço cultural desenvolvido e sustentado no contexto de um liberalismo político e filosófico que entende o indivíduo como um ser soberano e autônomo (TAYLOR, 1994; FRISANCHO, 1998), e, assim,

²⁸ No senso comum, o termo “individualismo” é com frequência associado, positivamente, à gama de liberdades individuais desenvolvidas na modernidade, e, nesse contexto, é comum que seu uso seja confundido e intercambiado com a noção de “individualidade”. No entanto, enquanto “individualidade” designa simplesmente a particularidade que constitui um indivíduo, “individualismo” denota uma postura filosófica ou ideológica que privilegia o indivíduo em detrimento da coletividade, podendo ser entendido como uma tendência ao egoísmo, uma disposição de espírito oposta à solidariedade. Vásquez (1996) e Arendt (2013) apontam que foi com a ascensão da sociedade burguesa que se sedimentou uma dissociação entre os interesses do indivíduo e da comunidade, o que teria acarretado uma “cisão” entre a vida pública e a privada. Assim, de acordo com Heller (1977), um “saudável” cultivo da individualidade desenvolvido ao longo da modernidade gradualmente teria se convertido em sinônimo de individualismo.

²⁹ Existem, porém, algumas discordâncias acerca da radicalização do individualismo na contemporaneidade. Ver, por exemplo, Dufour (2009) e Maffesoli (1998).

essencialmente não social (DUMONT, 1985, p. 37). De fato, as pessoas parecem cada vez mais construir suas vidas individualmente, com escassas e superficiais conexões sociais – o que se relaciona também à virtualização das relações. Nossos laços afetivos mais profundos tendem a se limitar à família e amigos próximos – e mesmo aí se pode operar com superficialidade. Fora desse círculo, pouco nos dispomos a conhecer nossos vizinhos, ajudar desconhecidos na rua, buscar experiências cooperativas.³⁰ Preocupamo-nos quase que exclusivamente com nossa casa, nossa carreira, nossas férias. A competição e a dominação figuram como as principais estratégias de sobrevivência, e a busca da realização individual e do sucesso material são a principal motivação dos indivíduos (BAUMAN, 2003). Isso tem importantes consequências na dinâmica social: basta pensar no lixo jogado na rua, na fila furada, e, em maior escala, no voto em troca de favores pessoais e no roubo de recursos públicos.

Tais padrões parecem vir se desenvolvendo gradualmente ao longo dos séculos. Marx já apontava, ainda no século XIX, a existência de um culto da privacidade, uma valorização *per se* do mundo do indivíduo, em abstração das suas relações com a sociedade – uma aparência enganosa de independência/autossuficiência; assim, o instinto social desaparecia, os laços sociais pareciam artificiais e impostos, o ser humano perdia a consciência de seu “ser genérico” e passava a se submeter a uma nova “servidão”: à “necessidade egoísta” (MÉSZÁROS, 2006); convertia-se em “escravo” de seus interesses privados (HELLER, 1986). Enquanto a economia política assumia esse individualismo/egoísmo como parte da natureza humana, Marx o via como *resultado* histórico, manifestação determinada pela alienação do trabalho. Para ele, no sistema capitalista o indivíduo é não apenas capacitado, mas *compelido* a se refugiar no seu mundo privado “autônomo”, para que possa assumir assim seu papel como *consumidor* privado (MÉSZÁROS, 2006).

Estreitamente associado ao individualismo existe também uma forte tendência à *instrumentalização* das relações sociais – isto é, estas são usadas como *meios* para satisfazer interesses individuais (TAYLOR, 1994), tornando-se reificadas, “coisificadas”. Taylor sugere que isso realimenta o individualismo, uma vez que a vida passa a se basear em cálculos meios-fim, e a medida de êxito é a eficiência máxima. O evidente problema disso é que há diversas coisas que deveriam se determinar por outros meios que não uma equação de custo-benefício. Muitos fins importantes acabam sendo eclipsados pela exigência de máximo

³⁰ Embora valha citar a assombrosa proliferação de igrejas, que, de certa forma, vêm ocupando esse espaço social da cooperação.

rendimento (por exemplo, justificam-se as desigualdades sociais e a degradação ambiental pela “necessidade” de crescimento econômico).

O instrumentalismo reflete uma cultura de mercantilização generalizada que podemos considerar como uma consequência direta do que Marx chamou de “fetichismo das mercadorias”³¹ – em que *tudo* torna-se mercadoria. Segundo Sandel (2012), nossa sociedade derivou, sem perceber, de uma economia de mercado (sendo que o mercado, em si, constitui uma valiosa ferramenta para organizar a atividade produtiva) para uma *sociedade* de mercado, isto é, um modo de vida em que os valores do mercado se infiltram em todos os aspectos da vida humana. Ora, são evidentes os perigos de uma sociedade em que praticamente tudo pode ser comprado e vendido: bens como saúde, educação, vida familiar, natureza, arte, deveres cívicos – que são questões *morais e políticas*, e não meramente econômicas –, ao serem transformados em mercadorias, são “degradados” (SANDEL, 2012). A alienação relaciona-se exatamente a essa extensão universal da vendabilidade (MÉSZÁROS, 2006). Nesse contexto, o dinheiro, por constituir algo completamente alienável, foi se tornando o valor universal de todas as coisas, passando a constituir um “fim” em si, um fetiche duplo – pois deixou de representar os bens materiais para representar apenas a si mesmo.³² Dessa forma, foi também privando o ser humano e a natureza de seu valor específico (FOSTER, 2005),

Essa cultura de mercantilização fetichista tem ainda outro efeito perigoso: o valor de uso dos bens materiais (aquele que não pode ser quantificado, relativo às reais necessidades humanas) fica eclipsado – ou, pior, “escravizado” – pelo valor de troca (aquele determinado pelas leis de mercado) (HARVEY, 2014). Assim, enquanto um quadro pode valer milhões, milhões de pessoas simplesmente não têm acesso a alimentos, moradia, educação, saúde. Isso porque as relações capitalistas de produção e distribuição não são determinadas pelas necessidades humanas, mas pelas “necessidades” *do mercado*: lucro, crescimento (MÉSZÁROS, 2006). Como explica Mészáros, no capitalismo as necessidades humanas só podem ser satisfeitas até o limite em que contribuem para a acumulação de riqueza. Isto é, o “fim” da produção é a valorização do capital, e a satisfação das necessidades (no mercado) é apenas um meio para isso (HELLER, 1986). Configura-se, assim, uma inversão das relações meios-fim: “os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados

³¹ Para Marx, fetichismo se trata de ver a riqueza como exterior ao homem e independente dele, como algo que tem caráter de objetividade absoluta (MÉSZÁROS, 2006).

³² Harvey (2014) ressalta que isso se acentuou enormemente depois que o lastro nos metais preciosos foi abandonado, possibilitando que o dinheiro fosse se tornando algo mais e mais fictício.

em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema” (MÉSZÁROS, 2006, p 82). Para Polanyi (1989, apud HARVEY, 2014), o que se destrói dessa forma é “a capacidade de ser humano de qualquer outra maneira que não seja a que exige e dita o capital” (p. 255).

Essa cultura individualista e instrumentalista – que Zajdsznajder (1999) chama de “estratégico-tecnológica” – pode ter implicações psicossociais e políticas severas. Se somos seres sociais (BERGER; LUCKMANN, 2004), a escassez de laços comunitários e a busca de satisfação exclusivamente em interesses particulares podem gerar sentimentos de isolamento e desconexão; anomia em graus variados (VAISEY, 2007; BERGER, 1998; ZAJDSZNAJDER, 1999; TAYLOR, 2011); “alheamento em relação ao outro” (COSTA, 1997) e “insensibilidade ética” – isto é, uma anestesia em relação ao sofrimento alheio³³ (ZAJDSZNAJDER, 1999). Dessa forma se configura, em última instância, um empobrecimento da vida humana (ZAJDSZNAJDER, 1999; TAYLOR, 1994). A racionalidade instrumental do liberalismo, teria dividido o ser humano *triplamente*: dentro de si, entre si e frente à natureza segundo (TAYLOR, 2011). Nesse quadro de fragmentação generalizada, o indivíduo não se sente parte de um todo, não reconhece a sociedade ou a natureza como instâncias codeterminantes de sua identidade/subjetividade – para MacIntyre (2001), é como se tivéssemos perdido nossas “funções sociais”. Assim, perde-se também a motivação para a ação coletiva. Segundo Taylor (2011), individualismo e instrumentalismo, juntos, desfavorecem de fato a participação política, gerando impotência e solapando focos locais (potenciais ou reais) de autogoverno. Isso não acontece casualmente: a estratégia liberal de produzir atomismo social tem uma clara função de extirpar qualquer consciência de classe que possa vir a ameaçar o ciclo de acumulação capitalista.

E como pode ser que a sociedade não tenha, em geral, uma reflexão mais crítica acerca desses padrões tão flagrantes? A resposta parece estar em uma forte, e quase invisível, dominação ideológica. De fato, para que o capitalismo possa funcionar, é necessário haver toda uma cultura de legitimação. O trabalhador explorado dificilmente pensa sobre a necessidade de transformação das relações trabalhistas e econômicas; ele quer, sim, alcançar um posto mais alto nesse mesmo sistema, que é o que ele conhece e foi levado a acreditar que é o único possível. Parece ser mais ou menos a isso que se refere Harvey (2014) ao falar de

³³ A sensibilidade do indivíduo contemporâneo para com o sofrimento alheio e com violações de direitos humanos tende, em geral, à abstração. Observa-se que as lutas relacionadas a esses temas configuram-se mais como questões globais, de caráter universalista, enquanto o sofrimento que está perto, que bate à porta diariamente, tende a permanecer, paradoxalmente, para a maioria das pessoas, fundamentalmente obscurecido.

uma “alienação universal” na contemporaneidade: não se percebe a barbárie sobre a qual nossa civilização está construída. O autor dá um exemplo interessante de como podemos nos tornar cegos à exploração do capital: ao mesmo tempo em que a moralidade burguesa condena o trabalho infantil exploratório no Paquistão ou na Índia, ela se mostra indulgente para com a exploração de seus próprios filhos como consumidores, através do inculcamento de uma cultura de mercantilização generalizada. Essa penetração sistemática do capital em cada aspecto da nossa vida cotidiana (HARVEY, 2014) fica evidente, ainda, em expressões como “capital humano” e “capital social” (comumente utilizadas para falar sobre sustentabilidade social). Segundo Harvey, a expressão “capital humano” foi primeiro utilizada por Adam Smith e ressurgiu com Gary Becker na década de 1960, e a principal consequência de seu uso foi “enterrar a importância da relação de classe entre capital e trabalho e fazer parecer como se todos fôssemos capitalistas que obtemos distintas taxas de benefício a partir do nosso capital”; assim, se os trabalhadores recebem salários baixos, isso apenas “refletiria o fato de que eles não teriam investido suficiente esforço em construir seu capital humano” (p. 184).

Estando a sociedade imersa nessa cultura tão eficientemente legitimada, pode-se dizer que falta espaço para se questionar sobre os próprios valores, sobre o que torna a vida significativa, satisfatória – ou, em palavras aristotélicas, sobre “*o que é o bem viver*” (TAYLOR, 2011). Estamos, em geral, funcionando “no automático”, reproduzindo cegamente valores que nos são impostos, perseguindo o que nos incitam a valorizar (“você ainda não tem o novo Iphone?”) – e, assim, nos alienando e também nos eximindo de certas responsabilidades. Cabe lembrar que, nesse contexto, a mídia, com seu culto aos valores do mercado, tem cumprido um papel altamente alienador. Seria preciso, então, resgatar a possibilidade de refletir sobre como desejamos viver, e isso não apenas em relação à esfera da vida privada dos indivíduos, mas especialmente em relação à esfera do bem *comum*³⁴ – um aspecto central ao ideal de sustentabilidade que vem sendo seriamente eclipsado pelos padrões culturais de individualismo e instrumentalismo. Estes, por sua vez, relacionam-se diretamente ao funcionamento econômico capitalista. Como sustenta Vázquez,

Numa sociedade na qual [...] domina o culto do dinheiro e na qual um sujeito é pelo que possui privadamente, criam-se as condições favoráveis para que qualquer um aspire a satisfazer os seus interesses mais pessoais às custas dos demais. Fortalecem-

³⁴ Utilizamos o termo “bem comum” neste trabalho tanto no sentido dos bens materiais comuns, indispensáveis ao bem viver, como das preocupações subjetivas relacionadas a um senso de coletividade.

se os impulsos individualistas ou egoístas, não porque correspondam a uma suposta natureza universal do homem, mas porque assim exige um sistema econômico no qual a segurança pessoal encontra-se tão-somente na propriedade privada (VÁZQUEZ, 1996, p. 195).

Com base no pensamento de Ulrich Beck, Bauman (2003) sugere algo semelhante: que, no contexto de um mundo de competitividade e incerteza, “somos convocados [...] a buscar soluções *biográficas* para contradições *sistêmicas*”³⁵ (p. 129). Enquanto não nos damos conta de que os problemas de insustentabilidade são sistêmicos, corremos o risco de nos desgastar em esforços vazios, perder tempo “enxugando gelo”. É o que parece vir ocorrendo ao se apostar em uma visão de sustentabilidade apropriada pelo capital. Surgida dentro do contexto corporativo, tal abordagem, associada ao modelo hegemônico da *triple bottom line*, está longe de possibilitar uma equidade – ou mesmo um sutil equilíbrio – entre as dimensões da sustentabilidade (MCKENZIE, 2004): como já vimos, é bastante evidente que, na prática, a dimensão econômica prevalece sobre as demais (MCKENZIE, 2004; LITTIG; GRIESSLER, 2005; MAGEE; SCERRI; JAMES, 2012) – correspondendo ao que seria, na verdade, uma reorganização invertida do modelo das três esferas concêntricas (MCKENZIE, 2004). Em uma perspectiva materialista histórica e dialética, isto constitui um sério equívoco, já que a natureza *sustenta* a sociedade e, conseqüentemente, também a economia (que é, afinal, apenas um mecanismo social para mediar trocas de bens ou valores).

Se o capitalismo é, para Marx e para outros autores marxistas recentes, um sistema incapaz de um funcionamento que poderíamos chamar de “sustentável”, ele precisa então ser transcendido. Medidas ditadas pelo próprio capitalismo seriam paliativas, portanto não haveria soluções parciais: toda a lógica do sistema deveria ser mudada – notadamente, as relações alienadas entre produção e consumo –, o que seria, inevitavelmente, um processo lento (MÉSZÁROS, 2006). Apesar do diagnóstico desanimador, é importante ressaltar que, para Marx, a alienação não é uma “totalidade inerte homogênea”, pois a atividade alienada tende a produzir também uma consciência da alienação, e, com isso, uma necessidade de superação (MÉSZÁROS, 2006; HELLER, 1986). Foi nesse sentido que Marx desenvolveu a ideia de “comunismo”: baseado na ideia de libertar as atividades vitais humanas das leis da economia capitalista e buscar a riqueza interior do ser humano (MÉSZÁROS, 2006). O comunismo implicaria, fundamentalmente, a abolição da propriedade privada dos meios de produção (incluindo a terra) e a dissolução do antagonismo campo x cidade, que por sua vez

³⁵ Grifos da pesquisadora.

exigiria uma dispersão mais equitativa da população entre regiões rurais e urbanas, a integração de indústria e agricultura e uma produção agrícola racional que mantivesse a fertilidade dos solos (FOSTER, 2005). Envolveria, ainda, o fim da especialização do trabalho em atividades “puramente intelectuais” ou “puramente manuais” (HELLER, 1986).

E por que chamar tal superação de “comunismo”? Porque, para Marx, a essência da natureza humana é a socialidade; um corolário disso, então, é que sua realização adequada não poderia vir da concorrência, mas apenas da associação consciente. Ele considerava que “a privatização representava a abstração (na prática) do lado social da atividade humana”, e que, em uma relação humana não alienada, o individual e o social formavam uma unidade complexa. (MÉSZÁROS, 2006, p. 160). Assim, a revolução social total marxiana só é possível quando se organiza conscientemente em comunidade (HELLER, 1986). Mas é importante notar que a simples apropriação do capital pela comunidade não significaria o fim da alienação, pois a comunidade poderia acabar se configurando como um “novo capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p 121) – se o objetivo de organizações cooperativas for produzir valores de troca, elas tornam-se cúmplices (HARVEY, 2014). No comunismo de Marx, uma comunidade deveria se constituir sobre relações não capitalistas de produção – o que implicaria, em última instância, reestabelecer as terras comuns e desmercantilizar as necessidades básicas em geral (HARVEY, 2014). Sendo antagônicas ao capitalismo e construídas com uma perspectiva de bem comum (embora a ideia de dissolução da propriedade privada da terra ainda pareça algo distante), as comunidades poderiam representar um elemento-chave na busca por sustentabilidade.

3.3 VIDA COMUNITÁRIA: A SUSTENTABILIDADE COMO BEM COMUM

Provavelmente a partir da percepção acerca dos problemas gerados pelo excessivo individualismo e o conseqüente atomismo social associados ao modelo capitalista, parece vir se configurando na contemporaneidade um movimento plural de “resgate” de um sentido de coletividade. De acordo com Heller (1986), cada vez mais pessoas insatisfeitas buscam formas de vida alternativas, criando novas estruturas familiares que assumem formas comunais. Segundo Yankelovich (1981, apud KIRBY, 2003), trata-se de um desejo por criar uma conectividade e um engajamento mais fortes com o mundo, na forma de relações interpessoais mais profundas e de um melhor equilíbrio entre aspectos subjetivos e instrumentais – o que comumente envolve trocar boas oportunidades de carreira pautadas pela lógica capitalista por estilos de vida alternativos. Vaisey (2007) sugere que existe um desejo

do indivíduo por se “reencaixar”³⁶ socialmente, procurando simultaneamente formas de compartilhar significado e propósitos, mas sem violentar sua liberdade e autonomia. Diversas experiências de grupos mais ou menos organizados – alguns de cunho explicitamente anticapitalista – vêm se desenvolvendo e funcionando como modelos contraculturais, ou, nas palavras de Taylor (1994), como “pontos de resistência”. Dentre eles, gostaríamos de destacar aqui as experiências comunitárias.

Segundo Colantonio (2007), a partir dos anos 1980 as comunidades reemergiram como espaços centrais para se pensar a busca pela sustentabilidade. O conceito de “comunidades sustentáveis” vem sendo trabalhado por alguns autores e instituições, e é interessante notar que se confunde muito com o próprio conceito de sustentabilidade social, relacionando-se a aspectos como equidade/justiça social, diversidade, interação social, interconectividade, coesão e inclusão social, democracia, participação em instituições locais, estabilidade relativa dos membros, confiança, segurança, identificação com a comunidade/senso de lugar, forte cultura local, atividades comuns, participação/representação/liderança inclusivas, design incluindo ambientes naturais, bons serviços públicos, privados, comunitários e voluntários, uso efetivo dos recursos naturais, prosperidade econômica, bem-estar e alta qualidade de vida (ver, por exemplo, WACOSS,³⁷ 2000, apud MCKENZIE 2004; DEMPSEY et al., 2011; ODPM,³⁸ 2005; MAGEE; SCERRI; JAMES, 2012; WOODCRAFT; HACKETT; CAISTOR-ARENDAR, 2012; EGAN, 2004). No entanto, assim como ocorre em relação à sustentabilidade, o conceito de comunidade abre espaço para diversas discussões, e muitas vezes o significado exato do que se quer dizer permanece obscuro. Passemos então a uma breve análise.

A ideia de comunidade é antiga e ampla. O termo é largamente utilizado para designar desde grupos étnicos tradicionais (quilombolas, indígenas) até o conjunto da humanidade, passando pela nação, as favelas, as “castas” profissionais, sítios (ou *sites*) virtuais e diversos outros grupos identitários (p. ex. negros, homossexuais, “nerds”). Mesmo dentro da academia, não há consenso (PALLÍ, 2003): em 1955, Hillery encontrou 16 conceitos de comunidade, formulados em 94 diferentes definições, o que evidenciou uma grande imprecisão e levou a que o termo fosse praticamente abandonado no campo das ciências sociais; no entanto, a ideia

³⁶ Vaisey refere-se aqui à questão do “Grande Desencaixe” (*Great Disembedding*) da modernidade, tema importante nas ciências sociais desde Tönnies e Durkheim.

³⁷ Western Australian Council of Social Services.

³⁸ Bristol Accord, UK Office of the Deputy Prime Minister’s.

continuou a ser utilizada em expressões como “relações comunitárias” e “desenvolvimento comunitário” (CLARK, 1973), o que denota sua importância e evidencia que, apesar do desgaste do termo, não parece haver substituto adequado.

O conceito de comunidade tornou-se uma categoria analítica central do pensamento social (SAWAIA, 1996) a partir de Tönnies, que, em fins do séc. XIX, propôs uma estrutura tipológica que contrapunha a ideia de “comunidade” (*Gemeinschaft*), como um agrupamento “natural”, “orgânico”, à ideia de “sociedade” (*Gesellschaft*), um agrupamento “artificial”, formado por “propósitos conscientes” (WIRTH, 1926). O conceito de Tönnies, porém, tornou-se limitado para pensar as comunidades contemporâneas (COSTA; MACIEL, 2009; BRINT, 2001; D’ÁVILA NETO, 2002), até porque se baseava em uma visão das comunidades tradicionais pré-modernas. A partir de Durkheim, desenvolveu-se uma abordagem “desagregada” que vem sendo mais utilizada. Como o termo sugere, tal abordagem buscou “extrair” as propriedades relevantes da comunidade; segundo Brint (2001) as mais citadas são: laços sociais densos e demandantes; conexões sociais e envolvimento institucionais; realização de rituais; grupos de pequeno tamanho; percepções de similaridade em relação aos demais; e crenças comuns. Nesse caso, uma vez que não se espera que todas essas características sejam necessariamente encontradas em simultâneo nas comunidades, não se fala tanto em um *conceito* de comunidade, mas em “relações sociais *community-like*” (BRINT, 2001).

Na esteira dessas duas grandes abordagens, diversos autores da Sociologia e da Psicologia vêm procurando fornecer conceitos de comunidade ou descrever seus elementos essenciais – que podem ser bastante diversos, incluindo desde questões concretas como territorialidade (PALLÍ, 2003; CLARK, 1973), socialização de produção e consumo, compartilhamento de instalações, serviços e recursos (PALLÍ, 2003), até aspectos mais subjetivos como “senso de comunidade” (MONTERO, 2004; FRISANCHO, 1998), ou de “pertencimento” (MONTERO, 2004). Outros aspectos bem comuns são: solidariedade, cooperação, interdependência, homogeneidade de crenças/valores, coesão social e interações frequentes (ver, por exemplo, Clark, 1973; Heller, 1977; Sawaia, 1996; Berger, 1998; Frisancho, 1998; Brint, 2001; Pallí, 2003; Montero, 2004; Taylor, 2011). Alguns desses elementos suscitam questões ou divergências e merecem atenção.

Um aspecto que gera uma espécie de “divisor de águas” a respeito da noção de comunidade é a necessidade (ou não) de “territorialidade”. Os autores que trabalham com um conceito que não pressupõe territorialidade sustentam que as comunidades podem ser definidas apenas com base em interesses, religião ou identidade compartilhada

(WOODCRAFT; HACKETT; CAISTOR-ARENDAR, 2012); assim, podem se interpenetrar (CLARK, 1973), cada indivíduo fazendo parte de diversas delas simultaneamente (BERGER, 1998). Nessa perspectiva, as comunidades são enxergadas como fenômenos instáveis (BRINT, 2001), “fluidos”. Bauman (2003) sugere que as identidades individuais que são permanentemente construídas e desconstruídas sem engajamentos mais profundos acabam sendo extremamente vulneráveis, o que faz com que as pessoas acabem procurando “cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados” (p. 21). Formam-se, então, “comunidades-cabide”,³⁹ em que apenas conexões transitórias e superficiais se processam entre as pessoas, de acordo com interesses temporários, gerando “momentos de alívio da solidão” (p. 21). Para a presente pesquisa, no entanto, considerando o enfoque na busca por sustentabilidade, a concretude das ações humanas é indispensável, e, portanto, só faz sentido trabalhar com a noção de comunidades *territoriais*.

No âmbito dessas comunidades (territoriais), dois fatores interrelacionados que podem gerar divergências são o seu tamanho e a intensidade de interações. Enquanto a maioria dos autores que estudamos (desde Tönnies e Marx até outros mais recentes como Berger, 1998) e a sociologia em geral (de acordo com Brint, 2001) consideram que uma comunidade é necessariamente pequena, gerando interações face-a-face frequentes, para outros isso não é determinante (ver, por exemplo, Frisancho, 1998, e Heller, 1977). Sem pretensões de fornecer uma resposta a tal questão, é relevante apenas notar que, quanto maior uma comunidade, mais impessoal ela tende a se tornar, até, provavelmente, perder seus traços comunitários. No entanto, existem algumas “supercomunidades” formadas por centenas ou até milhares de moradores – como Auroville, na Índia (uma ecovila com forte caráter espiritual).

Outro elemento que suscita polêmicas é a ideia de que existe – ou deve existir – nas comunidades uma homogeneidade (de interesses, objetivos, crenças e/ou valores morais). De acordo com as teorias substantivas sobre comunidade, uma ordem moral compartilhada tem importância fundamental para gerar um senso de pertencimento em grupos face-a-face (VAISEY, 2007). No entanto, a noção de homogeneidade muitas vezes acaba estando associada a um ideal de “harmonia”, em um cenário em que a comunidade, como alerta Bauman (2003), toma a forma de um “paraíso perdido”. Segundo Sawaia (1996), a ideia de comunidade vem, frequentemente, funcionando como uma utopia para enfrentar o processo de globalização, considerado “o grande vilão da vida em comum e solidária”. Trata-se

³⁹ No original, *cloakroom communities*, também traduzido eventualmente como “comunidades de chapelaria”.

geralmente, porém, de uma utopia reacionária ou saudosista, baseada em “modelos de comunidade como arquétipo de situação ideal, que teria ocorrido nos primórdios da humanidade” (p. 36).

Parace haver, de fato, uma tendência a que se crie uma visão “encantada” (BERGER, 1998), mitificada, da comunidade (FISK, 1993, BAUMAN, 2003) – especialmente dentro da Psicologia Social.⁴⁰ Muitas concepções teóricas enfatizam apenas seus aspectos positivos, não mencionando seus potenciais problemas e contradições, o que provavelmente se deve, ao menos em parte, a essa idealização acerca das comunidades pré-industriais. No entanto, como ressaltam Bowles e Gintis (1998), comunidades não são “anacronismos vestigiais”, valores de um legado do passado. Alguns estudos sociológicos empíricos (os chamados “estudos de comunidades”) já procuraram identificar as “virtudes” e “vícios” das comunidades contemporâneas concretas (BRINT, 2001). Segundo Brint, as mais frequentemente mencionadas “virtudes” são fraternalismo, suporte mútuo, baixos níveis de estratificação e poder e resolução de disputas por acordos informais; e os mais frequentemente mencionados “vícios” são iliberalismo e conformidade forçada. Isso não significa, evidentemente, que tais elementos estarão sempre presentes. Quanto à tendência a “baixos níveis de estratificação e poder”, por exemplo, Brint argumenta que alguma hierarquia costuma aparecer em todas as comunidades caracterizadas por contato face-a-face regular, o que pode se relacionar a uma série de razões: diferentes níveis de contribuição para a comunidade, de habilidade ou sabedoria relacionada a atividades de grupo, atributos físicos ou sociais notáveis, ou simplesmente como forma de reforçar o controle social. Por outro lado, o autor ressalta que, quando há *oportunidades* de interação, mas sem *expectativas* de interação, em geral não se desenvolvem hierarquias “fortes”.⁴¹

É interessante notar ainda que, por vezes, certas virtudes podem se encontrar associadas a certos vícios. Notadamente, o fraternalismo com frequência acaba levando à conformidade forçada no sentido de uma pressão para a homogeneização, o que atinge diretamente a possibilidade de manutenção de diversidade e liberdades individuais. Segundo Brint (2001), quanto mais coesivas (interações face-a-face frequentes) as comunidades, e mais

⁴⁰ Em revisão (não exaustiva) da literatura sobre o conceito de comunidade, observamos tal tendência principalmente nos trabalhos dessa área do conhecimento.

⁴¹ Embora isso não tenha sido discutido pelo autor, é importante observar que há muitas formas de hierarquia. As autoritárias de fato tendem a ser alienantes e a minar o sentimento de comunidade – em um estudo baseado em dados de 50 comunidades, por exemplo, Vaisey (2007) observou relações negativas significativas entre autoridade e “*we-feeling*”. No entanto, outras formas de hierarquias podem ser essenciais para a organização social. Esse assunto será abordado novamente na seção 4.2.1.

baseadas em crenças, maior a tendência de que desenvolvam padrões de iliberalismo e intolerância, o que pode se expressar, por exemplo, pela imposição de constrangimentos severos às liberdades individuais, pelo emprego regular de instrumentos de controle social para forçar a conformidade⁴² e pelo estabelecimento de barreiras entre membros e não membros.

Bauman (2003) sugere que a maioria das comunidades territoriais contemporâneas se configura, na realidade, como *guetos*, sejam eles “voluntários” (condomínios murados que visam a impedir a entrada de estranhos) ou “verdadeiros” (áreas de baixa renda de onde “não se pode sair”) – no Brasil, o melhor exemplo são as favelas.⁴³ Segundo Bauman, esse tipo de comunidade mais se parece com uma “fortaleza sitiada, [...] frequentemente assolada pela discórdia interna” (p. 19), do que com o ideal de harmonia frequentemente teorizado. No entanto, é importante notar que apenas territorialidade e semelhança de condições socioeconômicas em geral não bastam para definir uma comunidade, pois a proximidade física nem sempre gera conexões sociais – os espaços urbanos modernos, na verdade, tendem a ser anônimos e impessoais. Por outro lado, segundo Brint (2001), uma das poucas generalizações científicas valiosas dos estudos sociológicos de comunidades foi de que as comunidades reais, de fato, *não são* muito “*community-like*” – isto é, os ideais acerca de uma “harmonia” ou “homogeneidade comunitária” (oriundos da teoria de Tönnies) não se concretizam, prevalecendo, em realidade, as divisões internas e os conflitos (SELZNICK, 1987; BERGER, 1998; COSTA; MACIEL, 2009; BRINT, 2001; FISK, 1993; ESPOSITO, 2009; LOCKYER, 2010a), muitas vezes relacionados a questões de poder (PALLÍ, 2003; BERGER, 1998).

Dessa forma, solapou-se na sociologia a imagem comumente elaborada de relações comunitárias que seriam *a priori* solidárias, assim como a ideia de que relações “*community-like*” apenas ocorreriam em contextos comunitários (BRINT, 2001). Na verdade, como os sociólogos nos lembram com frequência, tanto as relações entre os indivíduos como entre eles e os valores comunitários são frequentemente tensas (ou seja, desarmônicas); essa tensão,

⁴² Brint (2001) cita exemplos do que seriam alguns “mecanismos sacrificiais de construção de comunidade”: doações de dinheiro ou tempo, rituais de trote, privação de prazeres, mudanças de guarda-roupa, cabelo, atitude e linguagem.

⁴³ É interessante lembrar que se convencionou, de uns dez anos pra cá, que é politicamente mais correto chamar “favela” de “comunidade” – o que pode ter um fundamento concreto, já que, onde há escassez, as pessoas tendem a compartilhar mais. No entanto, com essa recente conotação, nenhum rico ou mesmo pequeno burguês admite que seu condomínio seja chamado pelo mesmo nome. Comunidade passou a ser “coisa de pobre”, ou, na melhor das hipóteses, coisa de “bicho-grilo” ou “hippie tardio”.

porém, não necessariamente é disfuncional – pode ser também criativa (ETZIONI, 1989). Os “vícios” associados às comunidades possivelmente são evitados se se admitirem os conflitos e desacordos como parte da realidade social. Pode-se sugerir que, em última instância, o iliberalismo, a intolerância e a conformidade forçada se originam justamente a partir de *expectativas irreais* de fraternidade, igualdade, homogeneidade ou “harmonia”. Para Guareschi (1996), o ideal de igualdade nas comunidades, em lugar de implicar homogeneidade, significa mais que cada um seja igualmente reconhecido em sua singularidade. O estudo de Vaisey (2007), por exemplo, não encontrou qualquer associação entre homogeneidade e senso de comunidade. Em vez de igualitária, homogênea ou harmônica, Etzioni (1989) sugere que uma “boa” comunidade precisaria ser *responsiva equitativamente* a seus membros, porém pluralista, além de não coercitiva, não hierárquica e não excludente. Segundo o próprio Etzioni (2001), porém, na medida em que traçam limites entre membros e *outsiders*, as comunidades acabam sendo, inevitavelmente, excludentes. É bastante comum, até, que um senso de comunidade se estabeleça justamente face ao repúdio a outros (BRINT, 2001). No pior cenário, o “fora” da comunidade passa a ser visto como “o inimigo”, perspectiva esta que tende a gerar alienação coletiva, radicalização de visões de mundo, corrompimento das relações internas de poder e dificuldades de lida com a alteridade – e, dessa forma, comunidades podem acabar até se tornando distópicas (SARGISSON, 2007).

Existem, evidentemente, formas muito diversas de comunidades na contemporaneidade, com níveis variados de coesão moral e de objetivos, senso de pertencimento, isolamento em relação ao exterior, desequilíbrios de poder *etc.*⁴⁴ Mas algo que parece estar sempre presente nelas é uma maior importância dada ao bem-estar *coletivo* em comparação com a sociedade como um todo. Para Sawaia (1996), o conceito de comunidade é objetivado justamente no confronto entre valores coletivistas e individualistas. Considerando o hiperindividualismo dominante na cultura capitalista ocidental, é fácil entender então por que construir e manter comunidades “saudáveis” pode ser tão difícil. Muitos argumentam até que seria impossível desenvolver um *ethos* compartilhado na sociedade atual (ver Frisancho, 1998). Brint (2001) sugere que, na prática, as formas de comunidades com conexões mais frouxas e esporádicas seriam mais consistentes com as “predisposições humanas fundamentais” nas sociedades industriais contemporâneas, portanto nelas estariam “as melhores esperanças” para trazer algumas virtudes das comunidades para o mundo moderno.

⁴⁴ Vide, por exemplo, a tipologia de comunidades proposta por Brint (2001).

Em uma perspectiva materialista dialética, porém, o individualismo e o consequente atomismo social das sociedades contemporâneas só podem ser considerados *construções históricas* que foram naturalizadas, e não “predisposições humanas fundamentais”. Assim, torna-se relevante investigar até que ponto as comunidades seriam capazes de compatibilizar, por exemplo, senso de coletividade e respeito à individualidade. Afinal, a despeito das dificuldades existentes, algumas formas de comunidades coesivas persistem, desafiando a noção de que as virtudes ligadas à coesão comunitária necessariamente levam a seus vícios.

3.3.1 A complexa relação indivíduo-coletividade na comunidade

Existem, na Sociologia, duas narrativas históricas opostas acerca das intensas mudanças que a passagem para a modernidade acarretou em relação aos laços comunitários – isto é, no período de decadência das comunidades pré-industriais e desenvolvimento progressivo da sociedade capitalista: enquanto uma lamenta a “perda” da comunidade (narrativa “comunitarista”), a outra comemora a “libertação” do ser humano em relação a ela (narrativa “liberal”) (SMITH, 2003, apud HAIDT, 2008). Um dos pontos centrais da divergência entre tais narrativas se relaciona justamente ao “embate” entre valores individualistas e coletivistas. A narrativa comunitarista, naturalmente, critica fortemente o individualismo, mas acaba descambando para o extremo oposto ao adotar um saudosismo generalista em relação às comunidades pré-industriais, que tendiam a subsumir o indivíduo no coletivo. Segundo Taylor (1994), só a partir da decadência de tais comunidades é que valores liberais como liberdade, justiça e igualdade universais teriam podido florescer, e, juntos, teriam promovido a ascensão consistente da democracia. No entanto, a dominância da narrativa liberal acabou obscurecendo as questões morais relacionadas aos valores comunitários (HAIDT, 2008), o que, como vimos, gerou diversos problemas associados a um excessivo individualismo e um consequente atomismo social.

Uma das grandes dificuldades em “equilibrar” individualidade e coletividade parece se relacionar ao fato de que a *liberdade*, um dos mais valorizados bens nas sociedades capitalistas ocidentais pós-industriais, vem sendo fortemente associada ao indivíduo e ao individualismo. Pensar hoje em abrir mão de liberdades individuais em favor de demandas coletivas é algo quase impensável para boa parte das pessoas – o que, no Brasil, por exemplo (mas não apenas), talvez ocorra muito relacionado também a um descrédito generalizado em relação ao poder público, que faz com que as pessoas tendam a voltar suas preocupações morais apenas para sua família simbólica (círculo de pessoas próximas), gerando dificuldades

em se criar um senso de responsabilidade social pelo bem comum (MELLO E SOUZA, 1993). Provavelmente em decorrência dessa associação entre liberdade e individualismo, e também da memória histórica de algumas experiências de “espírito coletivista” malsucedidas em maior ou menor escala (como algumas tentativas de implementação de socialismo/comunismo), existe uma ideia bastante arraigada de que os comportamentos coletivos (e, portanto, a comunidade) implicam perda de liberdade e/ou geram culturas autoritárias.

Dessa forma, no contexto da cultura liberal, o compromisso com a liberdade requer, aparentemente, o “sacrifício” da comunidade (TAYLOR, 1994). Para Bauman (2003), a “busca pela comunidade” hoje constituiria essencialmente uma busca por segurança, que, no entanto, seria incompatível com a liberdade. Tal ideia parece-nos, porém, bastante simplificada e abstrata. Não fica claro, em primeiro lugar, *qual* liberdade e *qual* segurança são estas. O discurso liberal, com frequência, alude a uma liberdade – um tanto ilusória e inconsequente – relacionada ao “direito de consumir”. Ora, excetuando-se a obtenção de alimentos e outros bens essenciais à sobrevivência, sabemos que a cultura de (hiper)consumo atende primordialmente aos interesses do mercado, e não às necessidades do ser humano – o que é parte fundamental da atual crise socioecológica. Ocorre-nos, também, comumente, pensar em algo genérico como a liberdade “de se fazer o que se quer, na hora em que se quer, da forma que se quer” – uma espécie de “poder de escolha ilimitado”, evidentemente ilusório. A ideia de um poder de escolha como um bem que se “auto maximiza”, a afirmação da escolha *em si*, como sugere Taylor (2011), nada mais é do que um produto pervertido da busca por autorrealização. O autor nos lembra que tal busca de modo algum implica que o *conteúdo* dos objetivos de vida deva fazer referência apenas ao indivíduo: a autorrealização pode ser encontrada em fatores coletivos diversos, como em uma religião, uma causa política, na família, nas relações comunitárias, em cuidar da terra *etc.*

Cabe questionar, ainda, *qual* segurança é aquela que, para Bauman, se oporia à liberdade. Pois, se o autor se refere a uma segurança coletiva contra os perigos do exterior, pode-se também, por outro lado, pensar na segurança psicossocial da qual o ser humano sabidamente necessita para se desenvolver plenamente – provida fundamentalmente pela família, mas também, em outro nível, e cada vez mais à medida que se cresce, pela sua “comunidade”. Assim, embora evidentemente exista certa tensão entre liberdade e segurança – assim como entre individualidade e coletividade –, isso se dá apenas na medida em que tais conceitos funcionam como extremos opostos de um eixo comum. As relações entre tais extremos podem e devem ser entendidas mais como complementaridades do que como

antagonismos. Pode-se sugerir que existe, então, uma enorme confusão em relação ao grau em que a liberdade necessita estar associada ao indivíduo e ao individualismo. Para Zajdsznajder (1999), a concepção de liberdade que temos na contemporaneidade é extremamente restrita, e muitas vezes se confunde com “libertinagem”. Berger (1998) nos lembra também que a ideia de liberdade traz sempre consigo um “lado negro” relacionado à possibilidade de alienação e anomia.

Em última instância, o cerne do problema parece se relacionar ao fato de que a liberdade costuma ser vista de forma puramente *idealista*, desconsiderando questões materiais fundamentais – ou, como diria Harvey (2014), negando a realidade social. Na perspectiva marxista, a liberdade não pode ser tratada como um princípio abstrato: ela é *humana*, concreta, natural e socialmente limitada, e pode assumir três sentidos: 1- em relação às necessidades naturais; 2- em relação à distribuição (da riqueza) entre os vários grupos humanos; 3- e como a “liberdade para exercer os poderes essenciais do homem”, isto é, o poder de objetivar a si mesmo através do trabalho, que, enquanto a “propriedade ativa do homem”, deveria ser uma atividade livre (MÉSZÁROS, 2006, p 145). Na análise de Marx, a alienação causada pelo modo de produção capitalista afeta negativamente a liberdade nos três sentidos, pois: o aumento da capacidade produtiva (que aumentaria a liberdade no sentido 1) é contrabalançado pelo fato de, estando as forças produtivas sujeitas a uma “lei natural” que prevalece cegamente sobre os indivíduos, as necessidades abstratas da expansão da produção e do lucro prevalecem sobre as necessidades humanas reais, e, assim, “a esfera dos poderes estranhos a que o homem está sujeito” é ampliada, ao invés de reduzida. No sentido 2, não é preciso nem argumentar; é demasiado evidente que a distribuição da riqueza torna-se cada vez mais desigual. E, no sentido 3, na medida em que a atividade humana (o trabalho) torna-se estranha, forçada – pois está sob o domínio do capital –, o ser humano não tem como exercer seus “poderes essenciais” (MÉSZÁROS, 2006, p. 144). Assim, da mesma maneira que ocorre com a igualdade, a liberdade no capitalismo acaba sendo algo apenas formal, teórico, para a maioria da população. Basta pensar nas atrocidades cometidas pelo governo dos Estados Unidos (EUA) em nome da “liberdade” para ter um quadro do quanto tal conceito pode ser manipulado: ele vem sendo sistematicamente utilizado para justificar a dominação neocolonial de boa parte do mundo (HARVEY, 2014). Harvey argumenta que o que de fato vem sendo construído ao longo dos últimos séculos é a liberdade *para o capital* – liberdade de acesso ao trabalho assalariado (que lhe garante a mais-valia), de pilhagem de recursos de populações tradicionais, de ter protegidos os direitos de propriedade privada fundiária e intelectual; de percorrer o mundo em busca de possibilidades rentáveis (o que exigia a

redução drástica de barreiras físicas, sociais e políticas à sua mobilidade), de sofrer o mínimo de regulação pelo Estado, de sobrecarregar o uso de ecossistemas.

Em uma perspectiva materialista histórica e dialética, então, a liberdade humana concreta necessitaria estar fundamentalmente atrelada, antes de qualquer coisa, à satisfação de necessidades básicas para todos, o que implicaria a *redução* de liberdade para uma minoria privilegiada. Nesse ponto, fica claro novamente o quanto o capitalismo *necessita* do individualismo. As teorias liberais sustentam uma concepção de que a sociedade nasceria por um simples “contrato de associação” entre indivíduos moralmente autônomos – isto é, que fazem suas escolhas sem influência de uma base compartilhada de valores (FRISANCHO, 1998). Dessa forma, os interesses dos indivíduos são vistos, *a priori*, como antagônicos entre si, criando uma perigosa oposição entre o individual e o social – o último sendo visto como opressivo para o primeiro (FRISANCHO, 1998). Assim se ignora – não por acaso – um importante “cânone” sociológico: o caráter social do ser humano. Como nos lembram Berger e Luckmann (2004), nós não existimos em isolamento, seríamos um caos em nível apenas biológico. Somos absolutamente dependentes das culturas que criamos, e, assim, dependentes de outros. Nos processos de socialização, interiorizamos um mundo social que está *previamente* definido. Nossa identidade, portanto, deriva da *dialética* entre indivíduo e sociedade: o ser humano produz o mundo social, que por sua vez também o produz (BERGER; LUCKMANN, 2004). O processo é de mão dupla, mas, na perspectiva do indivíduo, na verdade ele é *primeiro* produzido por seu mundo social. Como nos lembra Arendt (2013), a presença de outros é o que garante nosso senso de realidade, e o próprio termo “privado”, em sua acepção original, relaciona-se com *privação*, com “estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana” (p. 71). Assim, não é difícil perceber que o ser humano autônomo assumido pelo liberalismo, o “sujeito livre e desprendido”, existente antes da sociedade, na verdade não existe (TAYLOR, 1994).

Se o indivíduo é um ser histórico-cultural constituído por suas inter-relações sociais, não há como sustentar uma contradição entre ele e a sociedade (BONIN, 1998). Para Marx, a verdadeira individualidade não pode ser compreendida se nos abstraímos da socialidade; os problemas da sociedade não resultam de falta de autonomia individual, mas, ao contrário, de seu culto, pois a autonomia humanamente relevante é, na verdade, reciprocidade social. (MÉSZÁROS, 2006, p 244). Existe, então, uma conexão direta entre liberdade e socialidade – isto é, a liberdade individual é um produto *social*. Isso se reflete, por exemplo, no fato de que o “senso de (pertencimento a uma) comunidade” vem sendo amplamente apontado como um importante aspecto da sustentabilidade social. Nesse sentido, como entender a pretensão

liberal de alcançar uma sociedade igualitária sem solidariedade e sentimento de comunidade? (FRISANCHO, 1998). Parece haver uma incoerência básica ao se tentar compatibilizar individualismo e justiça social: se “meu pirão vem primeiro”, onde fica o bem coletivo? Do outro lado da moeda, até que ponto será que uma comunidade permite o desenvolvimento das individualidades? Com referência na perspectiva da socióloga Agnes Heller, Sawaia (1996) sugere que a comunidade na verdade “rompe com a dicotomia clássica entre coletividade e individualidade” (p. 48). Mas complementa:

Os valores comunitários devem ser interiorizados como projeto individual para se transformar em ação. [...] Ninguém é motivado por interesses coletivos abstratos, e não se pode exigir que o homem abandone a esfera pessoal da busca da felicidade, pois bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos e o consenso democrático não é conquistado necessariamente à custa do sacrifício pessoal (p. 49).

Pode-se pensar então que o elemento que “dá vida” à ideia de comunidade seria justamente essa *dialética* entre individualidade e coletividade (SAWAIA, 1996). Expandindo essa ideia, tais instâncias (individualidade e coletividade) podem ser tratadas como duas escalas de um mesmo fenômeno: por exemplo, se fazemos parte de um grupo, este pode constituir uma “individualidade” dentro de um coletivo maior, e assim por diante. Vásquez (1996) e Berger e Luckmann (2004) sugerem ainda que as relações entre indivíduo e coletividade podem ser entendidas como *análogas* àquelas entre comunidade/sociedade e natureza: ambos seriam processos dialéticos que requerem valorações não puramente instrumentais. Pode-se argumentar, assim, que a sustentabilidade da sociedade implica, necessariamente, o desenvolvimento de relações menos alienadas, pois um indivíduo sempre faz parte de uma coletividade.

Nesse ponto emerge outra questão relevante a respeito da busca por sustentabilidade em comunidades: suas relações com a sociedade. Muitas críticas são feitas justamente ao extremo particularismo que as comunidades eventualmente representam. Afinal, como ressalta Bonin (1998), o fato de um indivíduo pertencer a um grupo “não significa, necessariamente, que se sinta interdependente ou solidário em relação a outros grupos e à humanidade em geral” (p. 71). E uma comunidade que não tenha uma visão mais ampla da sociedade fica, evidentemente, muito limitada em termos de sustentabilidade – que, afinal, exige um pensamento universal sobre o bem comum. No entanto, nem toda comunidade se fecha para o exterior; muitas mantêm uma visão universalista, da humanidade ou da biosfera como um todo. Nesse contexto, elas podem funcionar como “microcosmos” de sociedade, favorecendo o desenvolvimento de soluções locais.

Como vemos, há muita complexidade envolvida na discussão sobre comunidades na contemporaneidade. Assim, as narrativas radicais que só enxergam a “libertação” ou a “perda” da comunidade simplificam demasiadamente a questão. Como aponta Etzioni (2001), muitos liberais enxergam apenas os potenciais problemas comunitários, enquanto muitos comunitaristas ignoram tais problemas e só veem o mérito das comunidades em satisfazer necessidades humanas de conexão e identidade. Dessa forma, desfavorecem-se investigações mais profundas acerca do *que* é valioso na ideia de comunidade, e de *como* elas poderiam ajudar a “equilibrar” individualidade e coletividade, liberdade e segurança, e, com isso, favorecer a busca por sustentabilidade. É possível esboçar algumas ideias sobre as formas práticas pelas quais as comunidades podem gerar transformações em direção a uma sociedade mais sustentável. Sua pequena escala, associada a um padrão social minimamente coesivo, permite a constituição de uma esfera micropolítica que tende a gerar solidariedade e confiança social, favorecendo também a descentralização de poder e a participação social – aspectos estes, segundo Taylor (1994), fundamentais para a manutenção da saúde de sociedades autogovernantes. Para Guareschi (1996), o fortalecimento de comunidades e redes de comunidades pode ser visto, até, como condição essencial para a construção de uma democracia efetiva. Adicionalmente, devido às possibilidades de ação coletiva, comunidades podem facilitar o desenvolvimento de redes locais que forneçam formas de produção e consumo alternativas, o que tem inúmeros desdobramentos em termos ecológico-econômicos e também político-culturais.

É claro que não *necessariamente* uma comunidade promoverá qualquer um desses avanços – existem comunidades, na verdade, extremamente conservadoras em relação aos valores capitalistas. No entanto, se houver esse objetivo, pode-se dizer que as possibilidades de exercer ações voltadas para a sustentabilidade se expandem consideravelmente estando em coletivo – em especial, talvez, as possibilidades de uma boa gestão de recursos naturais, que, afinal, são bens coletivos. De acordo com Ostrom (2002), a teoria socioeconômica convencional empregada para explicar e prever de que modo os usuários locais se relacionam com os recursos compartilhados chega sempre à predição de que eles não poderão se liberar da “Tragédia dos comuns” (*Tragedy of the Commons*),⁴⁵ segundo a qual o livre acesso a um recurso finito leva necessariamente ao seu esgotamento por superexploração; assim, uma comunidade seria incapaz de gerir seus recursos, sendo necessário um poder externo para regular seu uso. Ostrom ressalta, porém, que essa perspectiva deixa de considerar

⁴⁵ Teoria popularizada na publicação de Hardin (1968).

a existência e a variação de desempenho dos grupos auto-organizados – muitos dos quais têm evidenciado mais sucesso do que tal teoria propõe. Agrawal e Gibson (1999), de forma semelhante, nos lembram que é essencial reconhecer as diferenças entre as comunidades existentes e como isso afeta os processos de conservação de recursos naturais. Assim, é possível sugerir que as comunidades contemporâneas, em suas diversas formas, carregam potencialidades relativas à busca pela sustentabilidade ainda insuficientemente estudadas. Passemos então a analisar um tipo específico e concreto de comunidade explicitamente voltado para essa busca: as ecovilas.

3.3.2 Ecovilas e a sustentabilidade como uma experiência comunitária

Ecovilas são comunidades que vêm realizando diversas práticas voltadas para a sustentabilidade, tendo se tornado especialmente visíveis ao se articular como movimento social, em 1995, com a criação da GEN - Rede Global de Ecovilas (*Global Ecovillage Network*). Segundo Chitewere (2010), elas são essencialmente remanescentes do movimento ambiental da década de 1970, com importante inspiração também no modelo dinamarquês de *cohousing*, levado para os EUA na década de 1980. Historicamente, no entanto, ecovilas podem derivar de linhagens muito mais diversas: os ideais de autossuficiência e investigação (“*inquiry*”) espiritual dos monastérios, ashrams e movimentos gandhianos; os movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, incluindo o ambiental, o pacifista, o feminista e os de educação alternativa; nos países afluentes, o movimento *back-to-the-land* e o de *cohousing*; e, nos países “em desenvolvimento”, os movimentos por desenvolvimento participativo e apropriação de tecnologia (DAWSON, 2006, sistematizado por LITFIN, 2014). Essas comunidades se situam em contextos socioculturais, históricos, ecológicos e geográficos bem particulares (LOCKYER, 2010b), podendo ser rurais ou urbanas, “high-tech” ou “low-tech”, espirituais ou seculares (LITFIN, 2014). Assim, há uma grande dificuldade em caracterizá-las de forma acurada. Segundo Dawson (2006), ecovilas são tão heterogêneas que não se pode descrever nenhum modelo que cubra todos os casos. Isso se relaciona também, em parte, ao fato de que elas não surgiram *como tal*. O termo começou a ser utilizado amplamente apenas na década de 1990 (KASPER, 2008; WAGNER, 2012), em especial a partir de um relatório que os ativistas Robert e Diane Gilman realizaram em 1991, sobre melhores práticas em comunidades sustentáveis: os autores descreveram assentamentos ao redor do mundo que poderiam servir como base de inspiração para o que seriam “comunidades de transição para uma sociedade sustentável”, as quais passaram a denominar “ecovilas” (DAWSON, 2006).

Daí em diante, algumas novas comunidades surgiram já alinhadas com esse perfil (especialmente no norte global, ou com populações expatriadas de lá - DAWSON, 2006), e, paralelamente, outras comunidades preexistentes foram se identificando e passando também a se autointitular ecovilas (WAGNER, 2012) – é o caso, por exemplo, de Findhorn, na Escócia (comumente chamada “a mãe de todas as ecovilas” - LITFIN, 2014), que a princípio era uma comunidade intencional (CI)⁴⁶ com identidade focada em desenvolvimento espiritual (FORSTER; WILHELMUS, 2005).

O conceito de ecovila vem se transformando consideravelmente desde a década de 1990. A definição que figura no site da GEN no momento final de escrita desta tese (janeiro de 2018) é a seguinte: “uma ecovila é uma comunidade intencional, tradicional ou urbana conscientemente ‘desenhada’ através de processos participativos locais nas quatro dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica⁴⁷ e econômica) para regenerar os ambientes social e natural”⁴⁸ (GEN, 2017). Observa-se que tal formulação é bastante ampla, e que, ao focar nas *estratégias de busca* por sustentabilidade, permite a descrição de fenômenos bem

⁴⁶ Comunidades intencionais são grupos de pessoas que deliberadamente escolheram viver juntas por um propósito comum (SARGISSON, 2004; KOZENY, 1995). Em geral são fundadas por pessoas insatisfeitas com a vida como a conhecem, que compartilham uma visão sobre o “bem viver” e querem realizá-la coletivamente (SARGISSON, 2004), procurando criar um estilo de vida que reflete seus valores centrais (KOZENY, 1995). Trata-se de fenômenos muito antigos (METCALF, 2012), mas alguns exemplos relativamente recentes e mais conhecidos são os Quackers, os huterites, os kibutzim, as comunidades hippies, dentre outros. Ao longo da história, foram identificadas algumas “ondas comunais”, fluxos crescentes e decrescentes de formação de CIs, com frequência em resposta a grandes desafios de cada época. Kanter (1972, apud ERGAS, 2010) identificou três ondas nos EUA nos últimos séculos, cada uma com motivações diferentes (religiosas, político-econômicas e psicossociais, respectivamente). Uma quarta onda teria começado nos anos 1980, com características mais ecléticas e motivações mais relacionadas a autorrealização e crescimento pessoal (SMITH, 2002). Segundo Smith, ao contrário das ondas anteriores, essas novas CIs não procuram se isolar do mundo, mas tentam se integrar à sociedade mais ampla, sendo menos alienadas em relação à cultura *mainstream*. Elas respondem também a novas questões, como degradação ambiental acelerada, globalização do comércio, ascensão da tecnologia da informação (KIRBY, 2003) e deterioração das instituições sociais (SANGUINETTI, 2012). Considera-se hoje a existência de muitos subtipos de CIs (ver, por exemplo, a tipologia de Meijering, Huigen e Van Hoven, 2007).

⁴⁷ Ver, em nota na seção 3.2, a justificativa para a tradução de “environmental” por “ecológico(a)” em vez de “ambiental”.

⁴⁸ Traduzido livremente de “*An ecovillage is an intentional, traditional or urban community that is consciously designed through locally owned, participatory processes in all four dimensions of sustainability (social, culture, ecology and economy) to regenerate their social and natural environments*”. É interessante notar que, até 2014, as comunidades tradicionais não estavam incluídas na definição, e, até 2016, não constavam as comunidades urbanas (embora tanto comunidades intencionais como tradicionais possam, em princípio, ser urbanas ou rurais). Vale notar ainda que a versão que figurava até 2016 tinha o mérito de falar explicitamente sobre uma *integração* das quatro dimensões da sustentabilidade: “*An ecovillage is an intentional or traditional community using local participatory processes to holistically integrate ecological, economic, social, and cultural dimensions of sustainability in order to regenerate social and natural environments.*”

diversos. Um fator que merece especial atenção aí é a inclusão explícita (e recente) das comunidades tradicionais. Isso porque, como as comunidades intencionais (CIs) do norte global foram a principal fonte de inspiração para os Gilman à época de sua pesquisa (embora não tenham sido a única) (DAWSON, 2006), as ecovilas passaram a ser entendidas, implicitamente ou não, por muitos pesquisadores, autores e pelo senso comum, *exclusivamente* como CIs. Isso, no entanto, gera uma contradição interna ao movimento, uma vez que algumas comunidades tradicionais fazem parte dele desde sua origem. Dawson (2013) sugere que as ecovilas na verdade podem ser distinguidas em dois grandes tipos (que correspondem aproximadamente à principal divisão socioeconômica e política mundial): pequenas CIs experimentais localizadas principalmente – mas não exclusivamente⁴⁹ – no *norte global*; e comunidades ou redes de comunidades tradicionais (vilas e vilarejos) *do sul global*, cujos líderes locais buscam retomar o controle sobre seus recursos culturais, ecológicos e econômicos. Exemplos dessas redes incluem Sarvodaya, no Sri Lanka, com 15 mil comunidades rurais, e Colufifa, no oeste africano (especialmente Senegal), com 350 comunidades (LITFIN, 2014). Apesar das grandes diferenças, Dawson (2013) ressalta que as ecovilas do norte e do sul global têm algumas causas comuns, como realocação econômica, alívio da pobreza, justiça global, respeito pela diversidade cultural e espiritual e evolução de uma cultura pós-consumista.

Em um mundo marcado pela desigualdade, a inclusão das comunidades tradicionais do sul global na definição oficial da GEN carrega um importante significado sociopolítico. Ainda parece existir, no entanto, certa “nebulosidade” sobre o assunto. Alguns autores continuam utilizando conceitos mais estritos de ecovila, que se referem exclusivamente a CIs – ver, por exemplo, as definições de Metcalf (2012) e do próprio Dawson (2006). Ocorre que, ao incluir as comunidades tradicionais, o conceito de ecovila se apresenta ainda mais complexo e difícil de delimitar. DAWSON (2013) ressalta que é extremamente difícil oferecer uma definição que englobe satisfatoriamente os atributos das ecovilas do norte e do sul global. Embora a definição atual da GEN procure dar conta disso até certo ponto, ela ainda é muito baseada nas características das ecovilas do norte – pois as do sul não necessariamente utilizam processos participativos, e com frequência têm foco em questões imediatas de sobrevivência que as levam a se concentrar em uma ou outra dimensão mais específica da sustentabilidade (geralmente a econômica). Existe também uma questão de “autorreconhecimento” nessas

⁴⁹ A maioria das ecovilas existentes no Brasil, por exemplo – um país do sul global –, são mais semelhantes às do norte global.

comunidades tradicionais: Litfin (2014) ressalta que em Colufifa, por exemplo, o termo “ecovila” não tem significado para a maioria dos membros – os líderes dessa rede de vilarejos se uniram à GEN essencialmente por conta de seu comprometimento comum com a autossuficiência.⁵⁰ Em Sarvodaya, apenas uma das 15 mil comunidades foi pensada de fato como uma ecovila (LITFIN, 2014). Na verdade, Sarvodaya constitui um movimento por si só (*Sarvodaya Shramadana Movement*), podendo, talvez, ser mais acuradamente descrita como estando *em articulação* com o movimento de ecovilas do que como uma rede de ecovilas em si.

Outro aspecto que suscita discussões se refere à forma de desenvolvimento das ecovilas: a princípio, elas são largamente entendidas como um fenômeno *bottom-up*, ou seja, que emerge espontaneamente da base social. De fato, como vimos, o movimento se iniciou largamente baseado em CIs *grassroots*. No entanto, algumas iniciativas *top-down* vêm também utilizando o nome “ecovila” – particularmente no sul global, mas não apenas. Trata-se, com frequência, de projetos (governamentais ou não) que visam a transformar vilarejos tradicionais rurais em comunidades sustentáveis – é o caso do programa “*Chinese Ecological Agriculture*” (SANDERS, 2000) e semelhantes na Índia (MOHAN et al., 2016) e no Senegal – sendo que este último tem até uma Agência Nacional para Ecovilas (LITFIN, 2014; DAWSON, 2013). Algo afim ocorre em Gayamsari, na Indonésia, onde um programa governamental aplicou o conceito de ecovila para criar uma área urbana sustentável (YULIASTUTI et al., 2017). Sarvodaya e Colufifa têm também um envolvimento significativo de governos e ONGs em sua constituição como ecovilas. Há ainda projetos *top-down* de ecovilas que podem ser consideradas CIs, como Lynedoch, na África do Sul – construída para ser um exemplo de área urbana ecológica e economicamente sustentável (SWILLING; ANNECKE, 2006) –, e outros mais semelhantes a projetos de assistência social, como Nashira, na Colômbia – formada para acolher mães solteiras de baixa renda vítimas de violência e deslocamento forçado (BURKE; ARJONA, 2013). Pode-se falar, talvez, em um caráter “misto” (*bottom-up/top-down*). Mesmo para ecovilas de caráter a princípio puramente *bottom-up* (notadamente as pequenas comunidades intencionais experimentais do norte global), algum apoio governamental pode ser determinante. Cloughjordan (CUNNINGHAM; WEARING, 2013) e Ecovillage of Ithaca (EVI) (BOYER, 2015), por exemplo, antes de se instalarem, precisaram passar por negociações com autoridades locais para conciliar seu assentamento com os requerimentos municipais, e o Ecovillaggio Autoconstruído (EVA)

⁵⁰ E, provavelmente, também em busca de legitimação institucional e apoio político.

apenas conseguiu se estabelecer porque conseguiu autorização e auxílio governamental (FOIS; FORINO, 2014). As ecovilas, afinal, estão inseridas em um sistema societário, e é importante, assim, não desprezar as possibilidades de articulação que podem surgir entre iniciativas populares, governos, instituições de ensino e outras organizações nos esforços em direção à sustentabilidade. Se instâncias sociais diversas vêm começando a fomentar comunidades orientadas para a sustentabilidade e associam-nas ao “modelo” de ecovilas, isso pode representar uma interessante ampliação dos limites do movimento, gerando novas possibilidades em termos de alcance social. Por outro lado, pode também acabar incentivando um uso excessivamente indiscriminado e até uma degeneração do termo “ecovila” – à semelhança do que vem acontecendo com a própria noção de sustentabilidade.

Observa-se, então, que não é tarefa fácil compreender o que são as ecovilas no mundo atual e como e com que intensidade interferem na dinâmica societária. A própria base de dados da GEN reflete isso: funcionando a partir de um autocadastramento livre, constam ali certas “ecovilas” que dificilmente seriam reconhecidas como tal (há, por exemplo, algumas que são claramente “eco-resorts” ou “eco-condomínios”). Por outro lado, há também comunidades que, mesmo “se encaixando” bem na definição da GEN, não utilizam o nome “ecovila” e/ou não estão conectadas a nenhuma rede afim (LOCKYER, 2010b). Devido a essa autoatribuição em sua denominação, Wagner (2012) considera a existência de “falsos positivos” e “falsos negativos”, o que torna conhecer o número de ecovilas existentes uma tarefa bastante complicada – no site da GEN há aproximadamente 900 cadastradas, mas há estimativas de que existam até 15 mil (LITFIN, 2014). No entanto, cabe notar que o movimento de ecovilas é, desde sua origem, bastante amplo e experimental, podendo ser improdutivo procurar encaixar tais comunidades em modelos muito estritos. O conceito de ecovila, na verdade, permanece em evolução.

No que tange mais diretamente ao tratamento dado à sustentabilidade, vale notar que a definição de ecovila da GEN faz referência a quatro dimensões que não correspondem exatamente nem às utilizadas nos modelos da *triple bottom-line* e das três esferas concêntricas ou no modelo dos círculos de sustentabilidade (ver seção 3.2) – mas se aproximam mais deste último, ao utilizar quatro dimensões, sendo uma delas a cultural; a diferença é a existência de uma dimensão chamada “social” em vez de “política” (Anexo 4, Fig. 4). Por se tratar de comunidades, a denominação “social” nesse caso parece procurar englobar, além de aspectos *micropolíticos*, questões relacionadas à qualidade das relações sociais propriamente ditas (que costumam ir além de aspectos normalmente entendidos como políticos). Assim, apesar de uma ênfase mais explícita (ou mais “divulgada”) na sustentabilidade ecológica, diversos

autores vêm sugerindo que isto não é suficiente para caracterizar as ecovilas. Kasper (2008), por exemplo, considera que o aspecto social, na verdade, seria a mais importante força motriz por trás do movimento. Kirby (2003), Chitewere (2010) e Wagner (2012) sugerem que o que distingue as ecovilas de outras comunidades é justamente a união das preocupações ambientais e sociais. Kirby enfatiza também a importância do fator espiritual, e Meijering (2012) adiciona a isso o fator político – sendo que ambos poderiam, também, ser interpretados como estando incluídos no social (mas não deixa de ser importante explicitá-los separadamente). A seguir oferecemos então um panorama geral da ecovila que originou os dados empíricos desta pesquisa.

3.3.2.1 Tibá, sufixo de coletivo: breve apresentação da ecovila estudada

Fundada em 2006, a Ecovila Tibá é uma pequena comunidade intencional localizada em área periurbana, a 17 km do centro da cidade de São Carlos (SP), em um sítio de 11 alqueires paulistas. A terra pertence a uma Associação sem fins lucrativos, da qual cada associado (que em geral consiste em um núcleo familiar) detém títulos que representam cotas iguais. Os moradores têm (ou planejam ter) suas casas privadas, mas há também espaços coletivos como o centro de convivência (um antigo curral adaptado que abriga uma cozinha, um refeitório, um espaço de estar com sofás e áreas para as crianças), o barracão (onde são guardados ferramentas, equipamentos, materiais de construção etc.) e a “casa-mãe” (a casa que já existia previamente no terreno quando de sua compra, onde os moradores costumam viver inicialmente) – ver localização das edificações no Apêndice G. Cada moradia contribui igualmente para a infraestrutura comunitária e proporcionalmente para a infraestrutura dos serviços de que dispõe. Não há uma atividade econômica central na ecovila, e é comum que cada morador tenha seu trabalho independente, mas a cooperação entre moradores é incentivada. Como muitas ecovilas (LITFIN, 2014), a Tibá utiliza amplamente a permacultura,⁵¹ um sistema filosófico e de design que fornece princípios, diretrizes e técnicas para criar culturas sustentáveis através da imitação dos sistemas naturais (VETETO; LOCKYER, 2008). Tal sistema gira em torno de três grandes princípios éticos – cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e partilha justa – que regem 12 princípios de design, que, por sua vez, podem ser aplicados em sete áreas da vida (representadas pelas sete pétalas da “flor

⁵¹ Criada pelos australianos Bill Mollison e David Holmgren no final da década de 1970, a permacultura hoje é bastante difundida pelo mundo. O termo se referia originalmente a “agricultura permanente”, mas seu significado foi estendido para “cultura permanente”, no sentido de englobar as múltiplas dimensões da vida.

da permacultura”) – sendo que, para cada uma dessas áreas, existem diversas tecnologias típicas associadas (ver Figs. “a” e “b” no Anexo 5). Na Tibá o sistema permacultural tinha um papel central, funcionando como metodologia de autogestão da comunidade.

A Ecovila surgiu a partir de conversas entre um grupo de amigos que moravam em repúblicas. Eles falavam sobre como “otimizar o mundo” (no sentido de gerar menos impacto ambiental), vivendo entre amigos, de uma forma que pudesse escalar mais do que uma república, para ter espaço para a formação de famílias. Foram chegando à ideia de um bairro, uma vila, uma associação de amigos, um agrupamento comunitário, até que alguém do grupo comentou que isso que eles estavam querendo fazer costumava ser chamado de “ecovila”. Pesquisaram e concluíram que o nome de fato representava bem o que estavam planejando. Começaram a pensar nas vantagens de a ecovila ser rural, para favorecer práticas de preservação, plantios, e até procurar influenciar outros agricultores. Segundo o entrevistado que narrou esse histórico, o grupo inicial era relativamente heterogêneo (embora de forma geral muito ligado às universidades) – havia professores, alunos, pessoas que estavam trabalhando no mercado, empresários –, e por isso o processo já se iniciou com uma perspectiva de diversidade. Ele comenta: “foi nessa época que a gente colocou que o lema da ecovila era “crescer na diversidade humana”. Depois de um tempo, a gente descobriu que tem que ser ‘crescer na diversidade’, não precisa ser humana, não” (José).

Após dois anos de reuniões e pesquisas, o grupo comprou a terra para construir a ecovila, que já tinha nome então: “Tibá”, do tupi, “tyba”, é um sufixo de abundância, de coletivo. Inicialmente, foram três casais morar lá, mas apenas um desses casais permanecia até o momento da pesquisa de campo. Membros mais antigos relataram que, desde 2006, houve três “embriões de comunidade” (formados sempre por três casais), sendo que o terceiro, que vinha se desenvolvendo até 2016, havia sido iniciado em 2013. Nesse período o número de moradores cresceu bastante: no momento da pesquisa (agosto de 2016), a ecovila estava com cerca de trinta pessoas envolvidas diretamente (sendo muitos casais jovens com filhos), e quarenta e poucas contando com as “flutuantes”. Além dos sócios moradores (pois havia também alguns sócios não moradores), estavam vivendo lá pessoas em processo de inserção (aspirantes a sócios, em período de experiência), voluntários e visitantes (que podiam ser hóspedes ou visitantes colaborativos).⁵²

⁵² Essa nomenclatura faz parte do que os membros chamam “quadro de categorização de viventes”.

Como muitas ecovilas, a Tibá possui um website, no qual disponibiliza um considerável volume de informações (incluindo seu Estatuto e seu Regimento interno).⁵³ No site, sua “missão” está definida como: “procurar uma forma de vida que permita o máximo de aprendizado (diversidade, por convívio humano, entidades, livros, consigo mesmo), sem destruir o ambiente. Dividir este conhecimento com as outras pessoas”.⁵⁴ No estatuto, seus objetivos incluem, além das questões pragmáticas como as relativas a moradia, atividades e utilização de recursos, elementos mais gerais como: “incorporar os princípios da sustentabilidade, economia solidária e permacultura nos projetos e nas ações individuais e coletivas”; “cooperar e orientar outras sociedades que tenham objetivos afins, ambientais e/ou de educação”; e “fazer da vida em grupo um instrumento de crescimento pessoal, promovendo o convívio construtivo, as habilidades de diálogo e a resolução pacífica de conflitos, consolidando a diversidade com uma rede de confiança e solidariedade dentro e fora da Ecovila Tibá de São Carlos, em evolução contínua para estas e as próximas gerações; sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião” (Anexo 2). Interessante notar o conteúdo diversificado e integrado de tais textos. Com base no estudo de campo realizado, apoiado por dados da literatura, procuraremos analisar então, nos capítulos seguintes, de que forma os diversos aspectos associados à sustentabilidade se expressam e se articulam nas práticas das ecovilas.

⁵³ Anexos 2 e 3.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.ecovilatiba.org.br/site/index.php/projeto-missao-visao>>. Acesso em: 10 out. 2017.

4 ASPECTOS POLÍTICO-COMUNITÁRIOS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS

Diversos aspectos associados à chamada “sustentabilidade social” (aqui referidos como “aspectos político-comunitários” da sustentabilidade) – p. ex. equidade, participação social, senso de pertencimento – ganham evidência em contextos comunitários. Particularmente em ecovilas, por se tratar de um tipo de comunidade que responde diretamente aos problemas contemporâneos de insustentabilidade (não apenas ecológica), tais elementos costumam ser trabalhados de forma consciente e intensiva, em especial através do aprofundamento de laços sociais e de uma autogestão participativa. Investiguemos como isso se dá.

4.1 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS: UM “RESGATE” DA COLETIVIDADE EM CONTÍNUA NEGOCIAÇÃO

A partir de uma escolha deliberada pela vida comunitária,⁵⁵ as ecovilas tipicamente promovem uma intensificação das interações sociais, o que é favorecido pela existência de espaços comuns (CHITEWERE, 2010; NEWMAN; NIXON, 2014; KIRBY, 2003; KASPER, 2008; LITFIN, 2014) e por formas diversas de encontros sociais, formais e informais (reuniões comunitárias, projetos de trabalho, refeições coletivas, rituais/festas, encontros casuais, *hobbies* etc.) (KASPER, 2008; KIRBY, 2003). O compartilhamento de refeições é uma prática bastante central nesse contexto (BROMBIN, 2015; KASPER, 2008), assim como o trabalho coletivo. Newman e Nixon (2014) e Brombin (2015) observaram que as práticas de produção de alimentos, em especial, são meios privilegiados para articular relações sociais – além de ser vistas como ferramenta para o crescimento pessoal. Práticas coletivas de expressão cultural são também muito frequentes e atuam no desenvolvimento de coesão social (LITFIN, 2014). Pode-se dizer que esse alto grau de convívio tende, assim, a favorecer um senso de pertencimento e solidariedade. Kirby (2003) relatou, por exemplo, uma forte satisfação pessoal por parte dos membros de EVI – Ecovillage of Ithaca (EUA), relacionada à existência de intimidade, comprometimento e apoio mútuo na comunidade. Um outro estudo, que abrangeu diversas ecovilas, mostrou que a alta qualidade de vida relatada por seus membros em geral tem forte ligação com o suporte gerado pela vida comunitária, e não

⁵⁵ No caso das ecovilas que são comunidades intencionais (CIs).

apenas com a vida ecologicamente sustentável (MULDER; COSTANZA; ERICKSON, 2006).

O apoio comunitário em ecovilas se reflete inclusive, por vezes, em uma integração intergeracional, como observado em EVI, onde pessoas mais velhas servem como “avós” para as crianças, e, dessa forma, se sentem “úteis”; e famílias jovens, por sua vez, se sentem apoiadas (KIRBY, 2003). Segundo Litfin (2014), em muitas ecovilas existe mesmo um afastamento do modelo de família nuclear, e a estrutura social primária pode acabar sendo mais a comunidade – como observado pela autora especialmente em Svanholm (Dinamarca) e Damanhur (Itália). Apesar de pouco discutido na literatura, esse aspecto geracional, se não for devidamente tratado, pode acabar gerando um problema demográfico em ecovilas. A falta de escola próxima, em especial, pode constituir um importante empecilho para famílias com crianças – como observado por Roysen (2013) na “Comunidade Andorinha”⁵⁶ (Brasil). Já em relação aos idosos, o padrão tende a ser inverso: muitas ecovilas do norte global acabam funcionando até como uma espécie de “retiro” para pessoas mais velhas (muitas vezes aposentados) – de classe média ou alta, evidentemente.⁵⁷ Yarrow (Canadá), por exemplo, à época do estudo de Newman e Nixon (2014), estava construindo uma segunda área de moradias especialmente para pessoas acima de 50 anos. Em Findhorn (Escócia), a população é principalmente de pessoas de meia idade para cima, o que se tornou uma fonte de preocupação na ecovila (MATOS, 2015). Em um mundo cada vez mais urbano e individualista, viver em uma comunidade rural (como é o caso da maioria das ecovilas) vem sendo, de fato, cada vez menos atrativo para os jovens. Litfin relata que, em geral, jovens que crescem em ecovilas tendem a perceber a vida comunitária como limitante e saem para conhecer outras possibilidades – embora muitos acabem retornando posteriormente. Por outro lado, no Brasil parecem existir cada vez mais iniciativas de pessoas jovens formando ecovilas rurais.

Nem todas as ecovilas investem em uma vida comunitária intensa. Em Crystal Waters (Austrália), por exemplo, não há espaços (físicos ou temporais) para encontros comunitários. Segundo seus membros, trata-se de uma “vila permacultural” (LITFIN, 2014), e não de uma “comunidade”. O fato de não se reconhecer como comunidade, porém, não a exime das dificuldades que podem ser chamadas de “comunitárias”: viver juntos, por si só, já traz à tona uma série de inevitáveis questões relacionais e de autogestão. Na verdade, Litfin observou

⁵⁶ Nome fictício.

⁵⁷ Discutiremos as questões de classe na seção 5.2.3.

nesta “vila permacultural” um senso de comunidade bem mais desenvolvido que o que normalmente se encontra na sociedade *mainstream*. No entanto, quando de sua visita, havia uma séria crise, em que a maioria dos donos de negócios internos, incluindo agricultores, estavam indo embora – no caso dos agricultores, justamente por sentir uma falta de apoio social. Como ressalta Litfin, apenas uma afinidade por permacultura não é suficiente para manter unida uma “comunidade” – assim autointitulada ou não.

Na Ecovila Tibá, foi possível observar uma clara busca por aprofundar e melhorar a qualidade das relações humanas. Como em muitas ecovilas, uma forma central de criar proximidade social lá são as refeições coletivas: eram três refeições diárias feitas coletivamente de segunda a sexta-feira,⁵⁸ e havia também trabalhos coletivos (falaremos mais sobre eles adiante, na seção 4.2.4) e festividades frequentes. Todos os entrevistados mostraram grande satisfação com tal estreitamento das relações sociais – vejamos algumas falas que exemplificam isso:

Essa coisa da comunidade, do coletivo, é muito lindo, essa abertura pra sentar, trocar uma ideia, expôr o que realmente você tá sentindo, o autoconhecimento, esse cuidado, esse afeto, essa prioridade que são as relações, o cuidado com elas, [...] você realmente se sentir parte... (Zélia)

O ser humano ele foi feito pra viver junto. Ele precisa de momentos de silêncio, como todo movimento do yin yang, mas ele precisa viver junto, e esse vazio que as pessoas sentem, não é carro, não é casa, não é casamento, não é filho, não é nada disso que vai preencher. O que vai preencher é a gente se relacionar, é a gente criar essa cadeia, é isso que faz a gente se sentir pleno e inteiro, é um sentir-se parte da cadeia maior. [...] Então acho que o maior ponto positivo [da vida comunitária] é [...] essa sensação de plenitude, que dinheiro nenhum no mundo consegue trazer. (Flávia)

Não estar sozinho, [...] em todos os sentidos, né. Ter alguém sempre pra você abraçar, se precisar, pra compartilhar as angústias, alguém pra te ajudar na horta, pra te ajudar a carregar alguma coisa pra dentro do seu quarto, ouvir o som das crianças [...]... isso pra mim não tem preço. É ótimo. Quando tem festa não precisa chamar gente, que a festa já tá aqui... (Pedro)

Como essa última fala sugere, outros moradores comentaram também sobre as facilidades pragmáticas promovidas pelo fato de se estar em um coletivo, como a divisão de tarefas e a ajuda para criar os filhos. Uma entrevistada deu uma visão geral da questão:

Lá fora eu me sinto muito refém. Eu me sinto muito do “ah, é isso aí, não tem nada pra fazer, você tem que aceitar...” Se eu, por exemplo, me dedicar lá fora ao trabalho espiritual, vai me faltar tempo pra cuidar da minha alimentação, da forma como eu construo, da forma como eu trabalho com os resíduos orgânicos... porque não dá pra

⁵⁸ Na segunda visita à ecovila, porém, por questões operacionais, as refeições coletivas tinham sido reduzidas apenas aos almoços. Ver detalhes na seção 4.2.4.

você dar conta de todos os eixos da sua vida, então sempre vai ter um eixo que eu vou estar refém. Numa comunidade, o trabalho é dividido. E é como se eu pudesse viver todos esses espaços através dos meus colegas, porque a gente discute junto, a gente compartilha junto, então eu não me sinto refém daquilo que eu não dou conta; pelo contrário, eu sinto que aqui eu ganho forças com o grupo. [...] Se eu não posso estar na terra, eu tô trabalhando em outras áreas na ecovila, meus companheiros estão lá, então é como se... [...] Eu sinto que eu sou ativa em qualquer espaço, tô presente em todos os espaços, interferindo de alguma maneira, aprendendo de alguma maneira... (Flávia)

Vários entrevistados ressaltam que esse apoio social está muito relacionado a uma confiança que foi sendo criada com a convivência na ecovila. Isso pode ser ilustrado por algumas situações relatadas: um membro que costumava cozinhar diariamente para si se ofereceu para cozinhar para todos; a partir de dificuldades com uma criança que tinha alergia a laticínios, a comunidade decidiu tirar esses itens da alimentação coletiva, não por ter havido qualquer pressão ou sequer um pedido dos pais, mas por um misto de solidariedade e entendimento de que isso seria bom para a saúde de todos; a comunidade também costumava auxiliar cada morador na criação de formas de gerar renda (inclusive voluntários e visitantes colaborativos).⁵⁹ Mas o melhor exemplo talvez seja o fato de que, por duas vezes, quando um morador decidiu ou precisou largar o trabalho, outros o ajudaram financeiramente – não apenas emprestando dinheiro, mas realmente *provendo*, pagando algumas de suas contas – para que ele não precisasse sair da ecovila. Na cultura capitalista – individualista e competitiva – em que vivemos, uma atitude como essa tende a ser bastante incomum. Uma entrevistada sugeriu que esse tipo de coisa ocorre, e funciona, fundamentalmente, porque a ecovila “trocou a competição pela cooperação” (Flávia). Outro entrevistado explica: “se eu tenho uma pessoa um grupo de pessoas que tá desfavorecido, é como se eu fosse mais uma delas, entendeu, ou eu posso vir a ser, então a gente tem que olhar pro conjunto” (Fabrício).

Por outro lado, o excesso de proximidade social da vida comunitária pode trazer também muitos problemas e desafios, como a perda de privacidade e os conflitos interpessoais – aspectos que abordaremos mais detalhadamente nas seções seguintes. Na Ecovila Tibá parecia existir um reconhecimento dessas dificuldades, mas muitos relataram que a confiança que foi se construindo com o tempo de convivência vinha facilitando inclusive a resolução e prevenção de conflitos. Corroborar isso o fato de que, segundo os relatos, os conflitos sempre foram mais sérios com sócios *externos*, ou seja, que não moravam na ecovila:

⁵⁹ Falaremos mais adiante sobre eles.

No começo, quando a gente tinha boa parte dos sócios morando fora, e uma parte morando dentro, era mais difícil, porque quem tá de fora não entende a necessidade de quem tá aqui dentro. Então, por exemplo, “ah, a gente tem que ter um quarto pra quem é sócio externo”. E tem gente em barraca, sabe? Um quarto pra um sócio externo que vem uma vez por mês aqui... Não faz sentido, sabe... [...] Aí as conversas eram mais difíceis, mas é porque é isso, como é que você vai entender a necessidade de um grupo que você não tá aqui? Você vai olhar a *sua* necessidade... (Flávia)

A distância é algo que pode, de fato, comprometer bastante a qualidade das relações e a possibilidade de se dissolver os problemas que surgem – basta pensar nas mazelas das amizades cultivadas nas redes sociais. Interações face-a-face, ao mesmo tempo em que são mais desafiadoras, também tendem a trazer maior desenvolvimento pessoal, mesmo a partir de questões triviais: alguns entrevistados da Ecovila Tibá falaram, por exemplo, sobre dificuldades associadas ao compartilhamento do espaço, e sobre a necessidade de compreensão do outro nessas situações:

É uma coisa que vem do costume, né? A pessoa muitas vezes teve uma vivência desse jeito, não foi pedido lá pra ela nos cinco, seis anos de idade dela guardar os brinquedos dela, e aí ela continua fazendo exatamente a mesma coisa [...], que é não guardar as ferramentas, ou [...] deixar as roupas dela largadas. [...] São coisas que vêm de muito longe, assim, então precisa de muita lembrança. (Fabrício)

Conviver, meu, é como casamento... sabe, você tem que respirar fundo, pensar por que aquilo tá acontecendo, evitar o conflito ao máximo, tentar contornar... isso aconteceu com a gente desde as primeiras vezes que a gente veio. É uma coisa muito interessante, essa entrega, você tentar superar mesmo qualquer coisa. (Benício)

Vários entrevistados compararam a vida em comunidade a um “relacionamento amoroso”, com suas fases, desde a lua-de-mel até crises que podem culminar em rompimentos. O próprio Estatuto da ecovila descreve as fases do processo de inserção dessa forma: “paquera”, “namoro”, “noivado”, “casamento”.⁶⁰ Uma entrevistada falou especificamente sobre como, para conseguir viver na ecovila, era necessário ultrapassar um certo ponto em que os incômodos se tornam muito grandes:

Todo mundo quando chega aqui é como uma relação nova, tudo é apaixonante [...] Tudo é lindo, [...] você não vê defeito no lugar. Conforme você vai ficando aqui, você vai encontrando problema em tudo, tudo vai te incomodando. Por quê? Porque as coisas não são feitas do seu jeito, da maneira que você quer, tudo tem que ser discutido, tudo tem que ser debatido... [...] E aí, como num relacionamento, se você não conseguir olhar nos olhos daquela pessoa, ver o que que você pode mudar pra melhorar essa relação [...], e entender – a 3ª fase da relação – que tudo que tá acontecendo lá fora depende de como você tá trabalhando isso internamente, a relação termina, né? (Flávia)

⁶⁰ Ver Anexo 2.

Esse empenho na compreensão das diferenças e a disponibilidade para encarar as inevitáveis divergências parecia vir constituindo um aspecto-chave para a continuidade da Ecovila Tibá. Uma entrevistada sugeriu que o que possibilitou que a ecovila começasse a existir enquanto comunidade foi justamente um forte respeito que os três casais de moradores mais antigos, apesar de serem bem diferentes, tinham entre si: eles sabiam “se colocar no lugar do outro”. Mas isso não se dá sem desafios:

A gente costuma dizer que as melhores coisas do Tibá são as pessoas e as piores coisas do Tibá são as pessoas. E por quê? Porque em dados momentos enche o saco. [...] É o tempo todo lidando com as pessoas, com as dificuldades das pessoas, com as nossas próprias dificuldades, com os limites nossos, com os limites dos outros... [...] Cansa pra caramba. Dá trabalho, às vezes é muito chato, mas tudo na vida é assim, nossas relações familiares, relação no trabalho, no dia-a-dia... [...] No nosso balanço normal, as coisas legais são a maioria e são muito mais interessantes, fazem muito mais bem do que o chato. (José)

Muitos outros entrevistados, de forma semelhante, destacaram a proximidade social como um dos pontos mais positivos, e ao mesmo tempo como uma das maiores dificuldades da vida na ecovila – o que corrobora o padrão já descrito por Litfin (2014): a partir de cerca de 150 entrevistas com membros de 14 ecovilas ao redor do mundo, a autora observou que as relações humanas eram consideradas, ao mesmo tempo, o aspecto mais recompensador e também o mais desafiador da vida comunitária. De fato, lidar – sabiamente, ou, se preferirmos, sustentavelmente – com a alteridade pode constituir um grande “entrave”. Afinal, até onde vai a autonomia do indivíduo, suas necessidades, expectativas e desejos, e onde é preciso priorizar o interesse da coletividade?

4.1.1 Liberdades individuais e interesse coletivo: uma fronteira sensível

Como vimos na seção 3.3, a vida em comunidade tende a gerar restrições, em graus variáveis, de liberdades individuais. A busca por superar o individualismo e resgatar um sentimento de coletividade por vezes acaba incorrendo no problema oposto, isto é, uma proximidade social exacerbada nas comunidades pode também causar desconfortos e inconvenientes. Torna-se evidente, então, a necessidade de balancear compartilhamento comunitário e privacidade (LITFIN, 2014), necessidades individuais e coletivas. Kunze (2012) sustenta que as comunidades intencionais contemporâneas em geral vêm desenvolvendo maneiras de fazê-lo, combinando liberdade individual e autorrealização com cooperação, responsabilidade, estilo de vida sustentável e segurança social.

Na Ecovila Tibá, é interessante notar que, embora a pergunta da pesquisadora tenha sido sobre “liberdade”, os entrevistados falaram basicamente sobre *privacidade*. Esses dois elementos, de fato, se “interpenetram” bastante, mas não coincidem exatamente. A privacidade parece ser um aspecto mais delimitado, associado à possibilidade de se estar sozinho – ou, como veremos no caso da Tibá, apenas com seu núcleo familiar –, podendo ser pensada como uma parte específica da liberdade. Essa última, por sua vez, constitui um tema mais amplo e complexo, que encerra considerável controvérsia. Como discutimos na seção 3.3.1, no contexto da cultura hegemônica associada ao capitalismo a liberdade com frequência vem sendo entendida como uma “liberdade ilimitada de escolha”, ideia que, no entanto, simplesmente não se sustenta. Para nos ajudar a pensar o que significa a liberdade para pessoas que escolheram uma vida comunitária, vejamos algumas falas dos entrevistados:

Uma coisa que todo mundo sempre me alertou [...] é que viver em comunidade, no coletivo, rola uma diminuição grande da sua privacidade. Eu acredito que pro indivíduo e pro casal também, então é uma perda de privacidade dupla. [...] Por exemplo, eu não tenho um quarto pra eu ir e fazer minha meditação, como eu sempre tive, né? [...] Às vezes eu falo “não, então eu vou lá no meio do mato, vou meditar”. Vou lá, os caras tão construindo uma casa. Eu falo “não, vou lá pro outro meio do mato”, eu vou lá, os caras tão ensaiando. Então, [...] a gente veio pro meio do mato pra encontrar essa paz, tranquilidade, e não é exatamente isso. Mas não que isso seja um problema, porque a gente tá percebendo que você precisa encaixar esses momentos de tranquilidade de acordo com a dinâmica do coletivo, né? Então, por exemplo, uma coisa que eu já aprendi é que o momento de meditação tem que ser bem cedo, que aí você consegue fazer numa área externa sem ninguém te atrapalhar, também não tem mosquito, então, eu vou aprendendo as técnicas. Então tem essa perda de privacidade. Dizem que ela vai se intensificando com o tempo, isso vai se acumulando, sabe? Mas, por hora, a gente tem tirado de letra. (Benício)

Você acaba tendo, além do seu marido, você tem mais cinco maridos, todo mundo vira cunhado, primo, irmão, então, assim, aquela coisa fica muito familiar. E aí, [...] a intimidade gera conflitos e gera intromissões, né? Às vezes que não são bem-vindas, às vezes que são bem-vindas. [...] Mas também é um processo de cada um, de saber o seu limite, de saber como se colocar, saber quais aberturas dar. Teve vários momentos que a vida social, ela era tão forte, que você acabava não pensando “qual é o momento do núcleo familiar?” [...] Isso aí, quando caiu a nossa ficha, incomodou muito, sabe? Porque as crianças querem ficar entre elas o tempo todo. Nós queremos ficar aí cozinhando, aí arruma, aí faz. Quando você vê, você não tá tendo tempo de juntar a sua família e sentar pra fazer uma refeição junto, né, pra estar fortalecendo... Aí, vira o oposto. Você não vive aquele núcleo na sua família, papai, mamãe e filhinhos em casa, né, você foi pra um núcleo bem maior, mas aí você também não tá preservando a sua individualidade. (Lívia)

O coletivo ele te suga muito, se você não souber dar limites, né. que é uma coisa que eu também tô aprendendo, todo mundo aqui tá aprendendo. O limite do que é o seu núcleo familiar e o que é o coletivo. E quando você tá na “casa-mãe” isso é muito mais difícil. Quando você tem sua casa, “ah, vou jantar e vou voltar pra casa”. quando você tá na casa coletiva, não tem “minha casa”, você tá o tempo inteiro com o coletivo. (Flávia)

Como podemos observar, os entrevistados ressaltaram bastante a perda de privacidade dos núcleos familiares, mas tal perda costumava estar muito associada à vida coletiva na “casa-mãe” (a casa preexistente onde os primeiros casais viveram juntos e onde posteriormente as pessoas em processo de inserção passaram a ser recebidas). As duas primeiras falas acima são de pessoas que estavam morando na casa-mãe no momento da pesquisa. Um morador mais antigo, que já tinha sua casa privada, relatou:

Três casais ali na casa-mãe, [...] todo mundo embolado [...]... Então a gente sentiu um pouco mais de restrição de liberdade individual. Mas, ao mesmo tempo, nunca foi uma coisa que passasse de um certo limite. [...] Quando eu morava em república, eu senti muito mais isso do que morando aqui. E a gente tem uma certa coisa tipo assim: o tempo todo a gente tá tendo que lidar com o meu limite e o limite do outro. Isso é uma coisa que a gente tem que aprender a lidar, tá nessa regra do jogo nossa, de morar em comunidade, e quando tá todo mundo na mesma casa, isso é mais intenso, isso é mais o tempo todo e às vezes tem situações meio chatas. Tipo assim, você precisa ficar mais tempo no banheiro, mas sabe que tem outra pessoa e que tem um horário... [...] Então você tem que lidar com isso. Ou não, sabe, e a pessoa tem que bater na porta pra te chamar. Então, essas coisas acontecem. Mas nunca foi pra mim uma coisa que fosse demais da conta. (José)

Uma entrevistada comentou também sobre os desdobramentos dessa perda de privacidade para as crianças: de acordo com ela, na vida intensa da casa-mãe, “a criança normalmente sofre muito”, porque gera a “sensação de perda dos pais” (Gilda). A partir desse tipo de observação, os moradores da ecovila foram percebendo, cada vez mais claramente, a importância de que os núcleos familiares criassem formas de manter sua privacidade, sua “individualidade”, o que depende, em grande parte, de ter a própria casa – mas isso, por sua vez, em princípio só é possível após o processo de inserção e a associação efetiva. Criava-se, assim, uma situação em que, ao menos durante o processo de inserção, os aspirantes a sócios da Ecovila Tibá precisavam aprender a lidar com uma perda de privacidade mais acentuada. Apesar dos inconvenientes, isso podia vir a ter uma interessante função ao “obrigar” a encarar as dificuldades envolvidas na experiência comunitária. Trata-se da busca por um equilíbrio entre individualidade e coletividade, sendo que se pode pensar que o bom funcionamento do segundo depende do primeiro, como sugere esta entrevistada:

O coletivo vai estar bem quando a pessoa está bem. [...] Às vezes a pessoa precisa de um espaço pra ficar... [...] refletir... ficar só entre o núcleo [familiar], né, [...] casal... e pra mim às vezes essa intensidade do coletivo, às vezes “ah, eu quero silêncio, pára com isso, não quero resolver mais nada, deixa eu ficar em paz lendo um livro”... Tanto é que as minhas férias normalmente é isso, ir prum hotel ficar lendo. Rrsrs. Tem vantagens e desvantagens, a vida do coletivo são muitas ideias, muitas conversas, que é um barato, você aprende um monte, né. Mas chega uma hora que você não quer ouvir ninguém, você quer, a gente fala “zerar QI”... (Gilda)

Eu tô pra fazer uma placa lá em casa assim, do tipo, "família descansando", uma hora eu vou ter que ter alguma coisa desse tipo, né. [...] São coisas que a gente vai tendo que experienciar pra colocar limites [...]. E, nossa, tem uma hora que, assim, falando de coletivo, a gente também deve falar do eu, assim, né, porque tem uma coisa do... uma parcela muito saudável do seu eu, né? Eu acho que isso é fundamental, que cada um tenha seu espaço, em relação a família também, né. [...] Porque [...], em última instância, [...] cada um, a gente é um. (Fabrício)

Evidenciou-se, então, na Ecovila Tibá, um reconhecimento da importância da manutenção das individualidades. Ainda assim, parecia ser inevitável que, na prática, o coletivo eventualmente se acabasse sobrepunhando. Em EVI, por exemplo, membros reportaram que sua expectativa de que a vida seria mais simples não se concretizou, pois as facilidades da vida comunitária foram compensadas por outras complexidades relacionadas a obrigações e interações sociais (KIRBY, 2003). De forma semelhante, diversos moradores da Tibá comentaram que existia um excesso de estímulos do coletivo que dificultava a manutenção de uma rotina – o que, segundo uma entrevistada, não necessariamente era ruim, na medida em que se subvertiam certos valores estabelecidos na sociedade *mainstream*:

Quando você tá na cidade e você faz seus trabalhos e tal, é mais fácil organizar sua rotina... [...] Aqui, é muito gostoso você parar e conversar, então, tipo, você vai fazer uma coisa na horta, você fica conversando. E aí, eu tenho que ler um livro pra faculdade, só que tá tão bom o papo, e aí você fica naquela coisa... [...] Às vezes eu acho que aprendo muito mais cinco minutos conversando com um visitante ou com alguém que mora aqui mesmo, filosofando sobre as coisas, do que eu ficar lendo um texto... É claro que é importante também, sabe? Mas às vezes eu acho que é muito mais valorizado na cidade, no sistema que a gente vive, essa concentração nossa, [...] de manter essas funções de uma forma menos coletiva, né? E aí, num coletivo, não é só a função em si que você tem que fazer, né? Você tá ali, você tá dando atenção ao convívio, você tem um outro olhar, um outro tipo de relação! E aí, o tempo-espaço muda. (Zélia)

A tensão entre liberdades individuais e necessidades coletivas fica evidente também quando se analisam as atividades comunitárias obrigatórias (das quais falaremos com detalhes mais adiante, na seção 4.2.4). A vida comunal de fato tende a ser bastante demandante em termos de tempo, recursos e liberdade (VAISEY, 2007), e, ao que parece, para todos os moradores da Ecovila Tibá o coletivo em algum momento acabava “pesando demais”. Muitos entrevistados falaram sobre a necessidade eventual de “tirar férias” da comunidade:

Uma hora a gente fica de saco cheio e vai embora, dá o fora. A gente vai passar um final de semana na casa dos pais da Gilda, que é na cidade, pra não ver ninguém, pra não ter que prestar atenção em ninguém, não ter que decidir nada... [...] Tem final de semana que a gente falou "Olha, nós não estamos no Tibá, mesmo que vocês vejam nosso carro lá, mesmo que vocês vejam luz na nossa casa, nós não estamos no Tibá. Se alguém vir a gente passando por aqui, nós não estamos no Tibá, tá bom?", a gente se enfurna em casa, vê filme, estoura pipoca, faz nada, sai pro lado de fora e vê o sol se pôr, e pronto. (José)

Aqui vira e mexe tem gente indo embora, indo tomar um ar, respirar... analisar o que vai acontecer, e depois ou volta ou segue o rumo. E tá tudo certo. [...] Achar que todo mundo tem que voltar é achar que a Tibá é o lugar perfeito pra todos estarmos, e não é, é só mais um lugar. [...] Eu vivo tirando dias que eu saio pra ficar sozinha mesmo. [...] Às vezes você precisa de um tempo pra repensar... [...] Eu faço muito isso quando eu percebo que eu tô começando a ficar impaciente. Eu não demonstro pras pessoas, mas eu percebo internamente que eu tô me segurando, sabe, pra não estourar. E aí eu sei que é hora de eu sair. Eu preciso de uma respirada, pra conversar com a minha criança mimada interna, pegar ela no colo, dar carinho, dar afeto, dizer pra ela “não, que que tá acontecendo, por que que você tá assim?” [...] E é tão normal isso, que quando alguém chega na reunião e fala “ó, vou tirar uns 10 dias, tal...” “Ah, beleza! Próxima pauta?” É normal as pessoas pedirem esse respiro. E a gente sabe que tem gente que pode ser que não volte do respiro, que vá sair e decida que vai ficar mais tempo fora, e que não vai voltar tão cedo, né. [...] É difícil. Como tudo aquilo que você dá muito valor, geralmente são coisas muito difíceis. (Flávia)

Duas entrevistadas, por outro lado, relataram não sentir qualquer perda de liberdade com a vida na ecovila – uma voluntária que estava morando lá há cerca de 10 meses e uma sócia que tinha uma situação bem específica; esta última comenta:

Nenhuma liberdade minha foi vetada. Eu tenho um privilégio, assim, que a comunidade super aceita e que em vários momentos eu fico... A comunidade te aceita tanto, de tantas formas, que você fica se sentindo com pé atrás, de falar “nossa, poxa, eu não tô [...] sendo um problema, etc.?” que é: eu sou a pessoa que tô há mais tempo na casa-mãe. Porque quando a gente foi construir a casa, veio a loja,⁶¹ veio os gêmeos, veio todo o processo, então a gente focou [...] energia e dinheiro pra loja. [...] E a casa-mãe, ela é uma casa transitória, [...] não é pra pessoa morar o resto da vida. Ela fica lá pra depois ter a sua própria casa, ter o seu cantinho. [...] E a comunidade super entende a minha realidade e compreende que eu posso me manter naquele espaço até onde der. Até minha casa ficar pronta, que é a vontade. Mas aí tem hora que eu falo “gente, eu já tô há cinco anos morando na casa-mãe! É demais!” [...] E eu ainda fui pra... a parte, a gente brinca que é a suíte presidencial da casa-mãe, porque ela tem dois quartos, um banheiro e uma salinha. Então ela é muito grande para o que todas as outras famílias têm, né, de disponível. E aí eu fico “nossa, mas é uma liberdade tão grande que a comunidade me dá que eu fico incomodada...” (Lívia)

No caso dessa moradora, podemos imaginar que a valorização do privilégio que ela sente ter acabava não deixando espaço para enxergar quaisquer outras formas de restrição de liberdade. Torna-se algo, naturalmente, comparativo. Outros dois entrevistados falaram da restrição de liberdades, ainda, como uma *troca*, ou como uma “escolha dos problemas que se quer ter”:

Tem restrição de liberdade individual, porque [...] nossa proposta de comunidade é uma grande família, então... [...] Tem um carro coletivo, eu tenho que negociar o uso do carro... [...] Essas coisas de decisão de última hora, por exemplo... “ah, vou sair

⁶¹ Esse casal de moradores da ecovila havia aberto uma loja de orgânicos na cidade de São Carlos.

do trabalho, pegar as crianças, ir pra um passeio”. Não, eu tenho a responsabilidade de trazer todas as crianças para a comunidade, então... [...] Você tem os compromissos com a comunidade, se não existisse a comunidade, você teria essas agendas livres. Mas também, se não existisse a comunidade, você não teria as outras vantagens que a comunidade tem, então é uma troca, né? (Gilda)

Não é só uma opção de moradia, é um projeto de vida. Você tem que pensar que a sua vida vai ser um pouco diferente. Você vai ter que abrir mão de ter aquelas coisas que você sempre teve, você vai ter que buscar coisas que você nunca teve, você vai ter que lidar com relações que você não sabe lidar. Nenhum de nós foi adestrado pra vida em comunidade hoje em dia. Todos nós somos amadores nisso. [...] Eu prefiro esses problemas do que problema com vizinho de cima que anda de salto alto ou que toca som alto e que eu tenho que bater com a vassoura em cima pra ver se o cara deixa eu dormir. [...] A gente não pode viver uma vida sem problemas, né, mas alguns a gente quer ter e outros a gente não quer ter. (José)

A ideia de liberdade, de fato, envolve *trade-offs*. Farkas (2017) sugere que a visão de liberdade nas ecovilas tende a ser bem diferente daquela da sociedade *mainstream*: enquanto esta enfatiza uma “independência social” (que se reflete no individualismo) e em relação à natureza, aquelas em geral buscam independência em relação às estruturas econômicas globais. No entanto, na medida em que desenvolvem autonomia alimentar e energética, por exemplo, ecovilas se tornam *mais diretamente* dependentes (pois, no final das contas, todos somos) das condições que seu ambiente natural impõe; similarmente, ao escolher uma vida em comunidade, os membros precisam ajustar-se e dedicar-se a ela – sendo que, para atividades que consideram significativas e úteis, eles em geral não se importam de doar seu tempo (FARKAS, 2017). Como discutimos na seção 3.3.1, ocorre que a noção de liberdade pode variar muito. Dois entrevistados da Ecovila Tibá enfatizaram, por exemplo, um aumento na liberdade *de expressão* com a vida na ecovila:

Me senti mais à vontade, sabe, pra falar exatamente [...] o que eu penso, e senti assim que eu não vou ser julgado, tachado... [...] Foi como se eu tivesse me liberado de uma carga muito grande, sabe, agora eu me sinto realmente à vontade pra agir exatamente como eu acho que eu devo agir, refletindo sobre essas ações, e não agindo automaticamente. (Benício)

O outro entrevistado (Rogério) deu o exemplo de uma situação de impasse em que a liberdade de expressão lhe foi extremamente valiosa: um membro (chamêmo-lo Maurício) queria que o som da banda (da qual Rogério fazia parte) parasse às oito horas da noite porque ele dormia cedo. A comunidade em geral acolheu a ideia, e Rogério, não concordando, pôde questionar abertamente:

Eu protestei *na frente* dele. [...] Eu pude falar isso, cara, foi muito louco. Porque, imagina, numa reunião de trabalho, o cara acaba a reunião na hora assim, ó. [...] Eles me deixam ter essa profundidade de conversa e chegar lá e falar "não concordo por causa disso, não me sinto bem por causa disso e tal". [...] Ter essa oportunidade aqui

pra mim é sensacional, isso é incrível. [...] Mesmo que não acatem. Eu quero que me deixem chegar nesse ponto, assim. [...] Pra mim o importante é aquele momento ali existir. [...] Não é no isolado, sabe? É ali. Então eu acho “da hora”. A reunião da flor,⁶² desde o primeiro dia, [...] eu achei sensacional. Eu falei “nossa, cara, é assim que a gente tem que se ordenar mesmo”, é muito respeitoso, eu nunca vi alguém brigar nem nada, sabe? [...] Discussão tem pra caralho, mas brigar mesmo, sair do nível, nunca vi. E, sei lá, numa reunião de trabalho eu já vi. Eu já vi neguinho subir na mesa, quebrar coisas, sair da sala... (Rogério)

A liberdade de expressão, de fato, é uma forma de liberdade que em princípio não teria porque sofrer restrições por parte do coletivo – na Ecovila Tibá, ao contrário, ela é bastante estimulada. Mas há também outros aspectos subjetivos interessantes relacionados à restrição de liberdades em uma comunidade. Por exemplo, esse mesmo entrevistado, ao defender que a ecovila deveria comer apenas orgânicos, explicitou um desejo de que o coletivo o “obrigasse” a isso:

Eu gostaria que a ecovila se posicionasse assim exatamente pra me obrigar a entrar nesse esquema. Porque, hoje, eu mesmo sou uma pessoa que tem dificuldade de parar de comer algumas coisas e tal... (Rogério)

Ou seja, ele abriria mão mais facilmente da liberdade de comer certos produtos se houvesse uma regra coletiva “banindo” tais produtos. Este parece ser um bom exemplo da complexidade e das contradições que cercam a “liberdade individual”. Qualquer grupo tende a exercer um efeito de “seguir a massa”. Em Currumbin (Austrália), por exemplo, moradores relataram considerar muito mais fácil viver, de forma sustentável, em uma ecovila, devido a toda a infraestrutura tecnológica, as redes sociais e os códigos de conduta/funcionamento existentes, pois dessa forma não precisavam encontrar soluções por si sós, bastando se adaptarem (MILLER; BENTLEY, 2012).

É claro que analisar tais formas sutis de se pensar a liberdade não significa, de modo algum, negligenciar questões mais concretas e determinantes envolvidas aí – por exemplo, o fato de que um projeto de vida como a Ecovila Tibá só é acessível, em princípio, para quem tem condições financeiras suficientes para propiciar a *liberdade de escolha* de comprar a cota de associação (assunto que discutiremos mais adiante, na seção 5.2.3). No entanto, a perspectiva cultural que se adota, incluindo a noção de liberdade, também cumpre um importante papel na qualidade da dinâmica social, e, portanto, na possibilidade de uma comunidade se sustentar. Esse último relato evidencia, por exemplo, a ligação entre a

⁶² Nome dado em referência à “flor da permacultura”, apresentada esquematicamente no Anexo 5 e explicada brevemente nas seções 3.3.2.1 e 4.2.

liberdade de expressão e a possibilidade de resolver tensões sociais que, do contrário, poderiam se acumular e causar rupturas – o que nos leva a pensar um outro aspecto extremamente central da vida em comunidade: os conflitos.

4.1.2 Administração de conflitos e a qualidade da comunicação

Em quaisquer relações sociais eventualmente ocorrem conflitos. No contexto de comunidades, eles com frequência emergem a partir de desequilíbrios de poder (SARGISSON, 2004; CHRISTIAN, 2003) e desigualdades em termos de dedicação aos trabalhos internos (BRINT, 2001), mas podem também surgir a partir de pequenas divergências pessoais. Mesmo os valores ecológicos podem gerar tensões em ecovilas, por exemplo, entre os objetivos de desenvolver agricultura e de preservar florestas (LITFIN, 2014). No estudo de Sargisson (2004) em 50 comunidades intencionais na Nova Zelândia, os conflitos foram citados por todos os entrevistados como o aspecto mais difícil da experiência comunitária. Construir “boas” comunidades passará necessariamente, então, pela questão de *como lidar com eles*.

No senso comum, os conflitos tendem a ser vistos, de forma geral, como algo ruim, não fazendo parte de uma vida saudável. Isso parece se dever, em parte, ao fato de que eles são frequentemente entendidos como situações competitivas – provavelmente devido ao arraigado modelo de subjetividade associado ao capitalismo. Mas nem todo conflito é competitivo (TJOSVOLD; WONG; CHEN, 2014), e entendê-los *a priori* dessa forma tem profundas implicações na predisposição das pessoas para resolvê-los. O estudo de Jetten e Hornsey (2014), por exemplo, sustenta que os “desvios” e “divergências”⁶³ – importantes fatores causadores de conflitos – podem ter motivações muito diversas, inclusive a própria lealdade ao grupo. Os autores ressaltam que, quando esses desvios são “rejeitados” – o que ocorre com mais frequência em grupos pequenos e recentes –, geralmente o são com o “intuito” (não necessariamente consciente) de “proteger” o grupo e gerar segurança pessoal. Mas com frequência eles são, na verdade, bem aceitos pelos grupos, mostrando-se até benéficos, sob certas condições, pois podem gerar melhores decisões, criatividade, inovação e mudança social.

⁶³ No original, “deviance” e “dissent”.

Na Ecovila Tibá, nenhum dos entrevistados falou dos conflitos de forma pejorativa. Todos reconheceram sua existência como algo normal e até positivo – como um “um processo de aprendizagem do coletivo” (Gilda).

Eu acredito que elas [as situações de conflito] sempre acontecem o tanto que tem que acontecer. E eu acredito que esses momentos, eles são momentos que ativam bastante a reflexão não só daqueles que estão diretamente envolvidos na questão, mas do grupo como um todo. Então eu acredito que eles são, assim, muito bons. Normal que aconteça [...], às vezes até pra gente [...] treinar outros sentimentos, até da humildade, e falar "poxa, vida, eu estava errado, me desculpe", né. (Fabrício)

Acho que as pessoas que estão aqui, todas elas passaram em algum momento por um momento de tensão e percebeu que teve jeito de contornar isso pro melhor. Teve jeito de “dançar com o dragão”⁶⁴ e fazer a coisa valer a pena, então hoje em dia, as pessoas que estão no Tibá há mais tempo, [...] eles têm muito a dizer pros outros que vale a pena. Tem muito a ter paciência e a ouvir e se pôr na posição do outro, e fazer as coisas funcionarem. As pessoas que vão chegando vão tendo que lidar com isso. E, pras pessoas que vão chegando mais novas, é mais fácil ou mais difícil. Pelo menos, tem a referência de quem tá aqui. Então já teve conflito, dificuldade, não bateu o santo, rusga... É impossível a gente imaginar que não tenha. A questão é como a gente lida com isso. A gente vai saber lidar com isso ou a gente vai fazer um probleminha virar um problemão? A gente tá lidando, a gente tá aprendendo com o tempo que dá pra evitar virar um problemão. [...] A maioria das vezes tem dado certo. (José)

Se os conflitos surgem na interação das diferenças, pode-se presumir que sua chance de ocorrência é tanto maior quanto maior a intensidade da convivência social, como em ecovilas e outras formas de comunidades. Litfin (2014) sugere que isso ocorre porque, ao contrário do que acontece na sociedade *mainstream*, onde em geral sequer conhecemos nossos vizinhos, os problemas comunitários dificilmente podem ser deixados “sob o tapete”. Uma entrevistada da Ecovila Tibá comenta algo muito semelhante: para ela, se na cidade nós geralmente “virmos as costas” para os conflitos,

Na ecovila não dá. Porque, se você virar as costas e ir embora, no outro dia você vai encontrar essa pessoa de novo. De manhã, de tarde e de noite. E no final de semana. E no outro... não tem como você fugir dessa pessoa, você tá construindo uma vida com essa pessoa, né? É como um relacionamento amoroso, que você casou com aquela pessoa, tá morando na “mesma casa”. Você vai ficar chateado quantos dias? (Flávia)

Para trabalhar os conflitos é preciso, em primeiro lugar, disponibilidade para lidar com o outro. Quando virmos as costas, a questão pode se tornar latente e gerar algo mais sério depois. Pode-se sugerir, então, que a proximidade social, de certa forma, obriga, intima as

⁶⁴ Provável referência à técnica “Dragon Dreaming”, que utiliza essa expressão para falar sobre a superação de dificuldades.

peessoas a lidar com os conflitos. Mas, evidentemente, não é *apenas* a convivência que determina isso. Por exemplo, na sociedade *mainstream*, se uma pessoa tem problemas com alguém do ambiente de trabalho, com quem convive 40 horas por semana, é comum que ela acabe simplesmente suprimindo a questão, muitas vezes até por necessidade (manter o trabalho). Em uma ecovila, as relações que se criam geralmente não são – ao menos não exclusivamente – de trabalho, mas podem ser relações até mais distantes em termos de convivência: dependendo da dinâmica comunitária de uma ecovila e da rotina de trabalho de um morador, ele pode passar a semana inteira sem encontrar um outro morador. Na Ecovila Tibá isso não é tão comum porque há as refeições coletivas das quais os moradores em geral participam, mas pode acontecer. Nesse ponto, é interessante notar a separação que existe, na sociedade em geral, entre vida pessoal e ambiente de trabalho: é como se o trabalho não fosse parte da vida pessoal e vice-versa, e fosse possível manter tais esferas completamente apartadas – o que se relaciona bastante também à questão da alienação.⁶⁵ Pode-se pensar, então, que a diferença principal, em ecovilas, é que geralmente há uma busca deliberada por construir relações de amizade – seja envolvendo trabalho ou não –, ou ao menos não deixar que se criem inimizades sérias, como essas que se acumulam e um dia explodem em um grande conflito. Trata-se de uma cultura que busca a melhoria das relações humanas, o que implica *assumir* os conflitos, encará-los em vez de abafá-los, como expressaram os entrevistados da Ecovila Tibá:

A gente tenta ter as coisas bem claras, assim, estimular bem que esses desconfortos sejam logo trazidos, não acumulados, que as pessoas falem pras outras o que incomodou. (Fabrício)

Eu tenho alguns [conflitos] aqui desde que eu cheguei. [...] A gente fica DZZZZZZZ [barulho de choque]. Às vezes a gente se respeita muito, troca ideia, dá risada, e às vezes a gente quer se matar! [...] Tem, sabe, aquele negócio do tipo, [...] o cara fala, e vem atravessado pra você. [...] E aí outra pessoa às vezes te xinga e não entra torto. [...] É isso, é empatia e antipatia. [...] Tenho muitos amigos aqui, mas tenho problema de relação com algumas pessoas, mas é tudo muito claro aqui. Não deixo escondido, não. (Rogério)

Outro entrevistado também relatou suas dificuldades interpessoais, sugerindo que na vida coletiva torna-se necessário desenvolver um comportamento que “foge do padrão”:

Teve uma pessoa que [...], todas a vezes que a gente veio, teve algum conflito. [...] E aí a gente conversando muito sobre isso, sobre por que que isso acontecia, e o que que a gente podia fazer pra evitar [...], e como lidar com ela... e, no final, nessa estada aqui agora, de verdade assim, a gente vem se relacionando muito bem, sabe?

⁶⁵ Ver discussão mais aprofundada nas seções 3.1 e 5.1.

Não vou dizer que seja perfeito, mas é assim... maravilhoso. Então eu acho que viver aqui no coletivo sempre isso vai acontecer. Uma hora mais um, uma hora mais o outro, dependendo de com quem você tá se relacionando mais, ou menos, e sempre vai exigir de você um comportamento que não é o comportamento-padrão, que não é o comportamento da competição, de querer ganhar, de querer impor a sua necessidade à pessoa, mas é o comportamento de entender o ponto que é importante pra essa pessoa e tentar conciliar. (Benício)

Apesar de normais e potencialmente benéficos, os conflitos precisam ser trabalhados, do contrário tendem a gerar rupturas sociais. De acordo com Christian (2003) e Litfin (2014), eles são o principal motivo pelo qual muitas ecovilas (e outras comunidades intencionais) fracassam em perdurar – ou nem sequer se concretizam. Um exemplo disso foi encontrado no estudo de Cunha (2010) em uma iniciativa de formação de ecovila no Brasil, a ECOOVILA 1 (ARCOO): lá, devido a problemas de gestão na cooperativa que era a base social da comunidade, conflitos internos não resolvidos impossibilitaram qualquer coesão social; as reuniões periódicas para discussão de propósitos comuns deixaram de existir, as atividades foram paralisadas e a administração da ecovila acabou se configurando mais como um condomínio, e não como uma comunidade.

Como, efetivamente, então, lidar com os conflitos? A literatura da Psicologia organizacional nos lembra que eles podem ser *terminados* de várias formas (WAGNER-PACIFICI; HALL, 2012), com resultados diversos; muitas vezes são apenas “contornados”. No contexto da construção e manutenção de comunidades, a chamada “*resolução de conflitos com conciliação*” se apresenta como a maneira mais desejável, na medida em que procura realmente “dissolvê-los”. Uma ferramenta que vem se mostrando eficiente para isso, em muitos contextos, é a mediação de conflitos (WAGNER-PACIFICI; HALL, 2012; KYDD, 2010), na qual uma terceira pessoa facilita que as partes envolvidas se expressem e incentiva um entendimento real, um acordo satisfatório para ambas. Chegar a um entendimento, na verdade, pode ser mais simples do que parece. Cardoso de Oliveira e Cardoso de Oliveira (1998) ressaltam que, por vezes, um conflito deixa de ser resolvido ou é “resolvido” de maneira insatisfatória simplesmente porque as coisas não são ditas claramente. Por exemplo, já se observou que pessoas que entram em conflitos judiciais com frequência estão mais interessadas em discutir os méritos da causa ou exigem indenizações que embutem um conteúdo simbólico pelos direitos agredidos (HABERMAS, 1986, apud CARDOSO DE OLIVEIRA; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998). Ou seja, o que desejam não é simplesmente “ganhar uma disputa”, mas sim ter a legitimidade de suas razões reconhecida. A desejada conciliação de conflitos parece passar, então, necessariamente, por esse reconhecimento da dignidade e das razões/necessidades alheias, o que se relaciona estreitamente à criação de

empatia. Estudos psicológicos sobre concordância e conformidade,⁶⁶ de fato, mostram que elementos como diálogos triviais, pequenas percepções de similaridade ou simplesmente a permanência na presença de um outro aumentam a possibilidade de aquiescência em relação a pedidos desse outro (CIALDINI; GOLDSTEIN, 2004). Assim, pode-se sugerir que, se a proximidade social abre espaço para que se gerem conflitos, é também por ela que passam as soluções mais efetivas.

Como vimos na seção 3.3, um dos mais frequentemente mencionados elementos positivos associados às comunidades nos estudos sociológicos é a “resolução de disputas por acordos informais” (BRINT, 2001), ou seja, esse esforço de entendimento na lida direta com o outro, sem a necessidade de uma instituição para intermediar. Em ecovilas, de fato, é muito frequente a adoção (através de treinamentos) ou até o desenvolvimento de técnicas de comunicação e resolução de conflitos (KASPER, 2008), sendo que as primeiras têm um papel decisivo também na sua *prevenção*. Segundo Sargisson (2004), a prevenção de conflitos exige sistemas de gestão e formas de justiça procedural – ou seja, uma estrutura organizacional bem definida, podendo incluir conjuntos de regras, códigos de comportamento e acordos sobre comunicação. Brint (2001) ressalta que ferramentas formais como estas são fundamentais para evitar a criação de “faccionalismos” nas comunidades, pois ajudam a “despersonalizar” os conflitos. Regras explícitas de convivência certamente podem, até certo ponto, ajudar a evitar conflitos (KASPER, 2008), mas, em geral, não são suficientes. Para Liftin (2014), o “sangue vital” da comunidade é mesmo a *comunicação*. A linguagem é, inegavelmente, uma das mais importantes ferramentas para se lidar com conflitos (WAGNER-PACIFICI; HALL, 2012), mas é preciso saber ouvir e se expressar de forma socialmente “eficiente”, o que requer habilidades que geralmente não nos são ensinadas (ao menos não nas culturas ocidentais). Uma revisão recente mostra que conflitos construtivos pressupõem discussões de mente aberta, se expressando livremente e ouvindo (e procurando compreender) o outro, sendo que relações de benefício mútuo são antecedentes críticos para permitir tais discussões (TJOSVOLD; WONG; CHEN, 2014).

As técnicas de comunicação utilizadas por ecovilas – que são, muitas vezes, também de prevenção e resolução de conflitos – variam bastante, indo desde conversas informais a procedimentos mais complexos. Por exemplo, Konohana (Japão) utiliza o momento pós-jantar para discutir os assuntos do dia; Damanhur (Itália) criou um conjunto de práticas chamado “Technakarto”, que inclui “utilizar” as pessoas como “espelho” para si mesmo; Zegg

⁶⁶ “Compliance” e “conformity”.

(Alemanha) desenvolveu o método de Fórum Social,⁶⁷ que foi tão bem sucedido que passou a ser adotado por diversas outras ecovilas (LITFIN, 2014). Outras técnicas bastante utilizadas são a CNV – Comunicação Não Violenta⁶⁸ (LITFIN, 2014) e os processos de construção de comunidades baseados no trabalho de Scott Peck – ambos voltados para criar atmosferas de tolerância mútua (KUNZE, 2012). Há ainda técnicas como *World Café*, *Compassionate Listening* e *Appreciative Inquiry* (LITFIN, 2014), e o próprio método de consenso, que é a forma mais comum de autogestão em ecovilas (falaremos mais detalhadamente sobre ele adiante, na seção 4.2.2), é também usado para evitar e resolver conflitos.

A experiência de muitas ecovilas vem mostrando a importância das técnicas de comunicação e resolução de conflitos para manter a confiança e a participação comunitárias (SARGISSON, 2004). Mas é preciso notar que o seu uso é observado fundamentalmente nas ecovilas que são comunidades intencionais (tipicamente no norte global), pois, nas vilas tradicionais do sul global como Colufifa e Sarvodaya, com suas fortes diferenças culturais, estas não são questões que se colocam (LITFIN, 2014). Isso não significa que não haja boa qualidade de comunicação ou formas de resolução de conflitos nessas ecovilas; apenas não existe tal preocupação com técnicas e treinamentos – provavelmente as questões comunitárias são resolvidas de outras maneiras, mas não há informação sobre isso na literatura sobre ecovilas. Pode-se arriscar a interpretação de que as ecovilas que são comunidades intencionais são formadas, em geral, por pessoas criadas com valores individualistas que se dispõem a enfrentar os desafios do coletivismo. Neste cenário, o choque cultural é inevitável, e com ele a dificuldade de administrar conflitos. Nas comunidades tradicionais, ao contrário, as pessoas desenvolvem desde cedo um maior senso de coletividade e as práticas de gestão de conflitos já vêm embutidas na cultura, o que dispensaria técnicas e treinamentos.

Na Ecovila Tibá, ao que parece, não se utilizavam técnicas muito específicas de comunicação e resolução de conflitos, embora os moradores tivessem conhecimento de algumas. Os entrevistados falaram mais sobre a *prevenção* de conflitos, e comentaram que um dos principais elementos voltados para isso era a *clareza de comunicação* – sobre acordos, direitos, deveres etc.:

⁶⁷ Trata-se de um tipo de encontro focado em assuntos relacionais e emocionais, que promove a explicitação e resolução de questões e conflitos pessoais e interpessoais (KUNZE, 2012; LITFIN, 2014).

⁶⁸ Do inglês “Nonviolent Communication” (NVC), a técnica foi criada pelo psicólogo Marshall Rosenberg na década de 1960 e tem como essência estimular a empatia, dando voz às necessidades e aos sentimentos subjacentes dos envolvidos (LITFIN, 2014). A CNV vêm sendo aplicada em diversos contextos (educacional, organizacional, prisional, programas internacionais de paz em zonas de conflito etc.), e recentemente o interesse científico sobre ela parece vir crescendo.

Muitos dos conflitos começam porque a pessoa não entendeu os acordos, então tem uma pessoa que é visitante colaborativo que trabalha 20 horas na semana, outra é visitante colaborativo e trabalha 10 horas na semana. Por quê? Existe algum acordo [...]. Enquanto isso não tá bem resolvido pra todo mundo, alguém pode se sentir mal. (José)

Quando as pessoas têm clareza sobre o papel delas, o que q elas têm que fazer, direitos e deveres dentro de um grupo, facilita muuuuito a convivência. Então o que a gente vai aprendendo cada vez mais é que uma forma da gente minimizar desconfortos, ruídos, é a gente ter uma comunicação muito clara, muito direta com as pessoas. (Carolina)

Sob essa perspectiva, as próprias metodologias de organização e acolhimento de recém-chegados funcionavam como formas de prevenir conflitos na Ecovila Tibá – por exemplo, a organização por áreas da permacultura, o quadro de categorização de viventes,⁶⁹ os processos de inserção de novos associados e de recebimento de visitantes. Mas, quando as estratégias preventivas eram insuficientes e acontecia um conflito, a ecovila tinham alguns procedimentos para lidar com eles: primeiro, estimulava-se uma conversa direta e sincera entre as partes; se isso não resolvia, procurava-se uma terceira parte (um mediador) para auxiliar – muitas vezes eram os chamados “padrinhos” e “madrinhas”,⁷⁰ mas também podia ser outra pessoa qualquer que se disponibilizasse e que fosse aceita pelas partes; em geral acabava sendo alguém envolvido na pétala da gestão,⁷¹ que, segundo uma entrevistada (Carolina), normalmente tinham mais o perfil e a paciência para ouvir sem julgar, entender os pontos de vista, fazer considerações e ajudar a resolver o assunto. Se mesmo isso não resolvia, podia-se levar o assunto a uma reunião da flor, ou, mais comumente, a uma “reunião do coração” realizada especialmente para isso, e nesse caso a comunidade como um todo tentava ajudar a solucionar. Nessas reuniões procurava-se expor os sentimentos e trabalhar o que os moradores chamavam de “escuta profunda” – uma escuta atenta e “desarmada” –, utilizando técnicas como a CNV ou o “bastão da fala”, para auxiliar, simbolicamente, a demarcar posições de fala e de escuta. Pelos relatos dos entrevistados, tais mecanismos pareciam funcionar bem, e os conflitos vinham sendo evitados ou bem resolvidos:

Quando eu consigo superar um conflito com outra pessoa, [...] é uma coisa muito gratificante pra mim porque eu sei que essa superação vem de dentro, você aprender

⁶⁹ Composto, como vimos, por sócios, pessoas em processo de inserção, voluntários e visitantes.

⁷⁰ Todo morador antes de ser associado escolhe um padrinho e/ou uma madrinha mais antigo na Ecovila Tibá. Visitantes também têm padrinhos e madrinhas temporários (nesse caso não escolhidos pelo visitante, mas alguém da comunidade que se disponibiliza a se responsabilizar por essas pessoas).

⁷¹ Uma das pétalas da “flor da permacultura”, que representa as áreas da vida. Ver detalhes no Anexo 5.

a se dominar, a se entender, a se controlar... então cada conflito superado pra mim é auto-conhecimento, [...] me traz muita paz. E aqui na ecovila a gente tem tido uma facilidade muito grande de convivência, tivemos raríssimos conflitos, que foram remediados de forma brilhante... (Benício)

Segundo moradores antigos, já aconteceram alguns poucos casos de conflitos mais sérios, mas, como já vimos na seção 4.1, principalmente entre moradores e não moradores.⁷² Ocorre que alguns sócios da Ecovila Tibá nunca foram morar lá, ao mesmo tempo em que diversas pessoas não sócias já estiveram morando lá (ainda que temporariamente), o que gerou consideráveis dificuldades. Uma entrevistada comentou:

Esse grupo novo chegava e já ia implementando as técnicas. E isso gerava um conflito com quem era sócio, e com quem já tava há muito tempo planejando, se organizando. Pra quem tava aqui, vivendo aqui, criando técnicas, pensava "poxa, mas eu estou criando técnicas ecológicas pra melhoria desse espaço, né, pra ele se tornar uma ecovila". E quem era sócio se sentia atropelado, e os dois lados tinham seus argumentos e suas razões, porque "você é novato, você tá chegando agora, você não sabe o que foi pensado, o que foi planejado, o que foi estudado", e aí o outro lado fala: "mas, você não tá aqui, você planejou, você estudou, mas você não executou nada", não nada, mas a partir das suas possibilidades, né, que o pessoal tinha também o que foi um conflito super saudável, mas era um conflito de geração e de disponibilidade. Então, era uma geração mais velha, de pessoas mais acadêmicas, na universidade, que trabalhavam muito, e sempre se dedicando o mínimo possível a estar na ecovila, a contribuir com os processos, e sempre gostaria de estar mais aqui e não conseguia; e ao mesmo tempo vem uma geração nova que disponibiliza o seu tempo pra estar aqui. Então isso teve um momento que gerou conflitos bons. Que aí, a partir desses conflitos é que a gente foi criando espaços e momentos de partilhas de projetos e ideias para serem implementadas e de decisões, pra que não fosse uma coisa atropelada, e que todo mundo também tivesse um cuidado, porque aí você pega e implementa uma ferramenta. E aí, as outras pessoas não participaram da construção dessa ideia, já chegaram aqui e viram a ferramenta. Então, às vezes, ela não vai ter aquele cuidado e aquele carinho por aquilo. Agora, por ela ter só, em reunião, discutido, dado ideias, podendo estar contribuindo de alguma forma com aquela ferramenta, é uma ferramenta que acaba sendo acolhida por todos, e acaba tendo essa relação com todo mundo. (Lívia)

Tal situação corrobora, novamente, a importância da convivência para uma comunidade “funcionar”, assim como a importância de se tomar decisões coletivamente. Pode-se sugerir, talvez, que os sócios não moradores nunca chegaram efetivamente a fazer parte da comunidade; o fato de nunca terem morado na ecovila (ainda que por motivos de força maior) impossibilitou que realmente vivenciassem a experiência comunitária e provavelmente dificultou a resolução de conflitos, favorecendo que eles abandonassem o projeto. Tanto que a maioria dos sócios que nunca foram morar acabaram de fato saindo

⁷² Por outro lado, quando da segunda visita à Ecovila Tibá, um morador (Rogério, um dos entrevistados) estava saindo da ecovila devido ao envolvimento em conflitos internos não resolvidos que levaram a que a comunidade decidisse interromper seu processo de inserção (ver detalhes sobre isso na seção 6.1.3).

devido a tensões não resolvidas – muitas vezes relacionadas a divergências de ideias sobre o rumo que as coisas estavam tomando na ecovila:

Tiveram pessoas que saíram por não compartilhar como [...] o processo tava se desenrolando. [...] Mas eram pessoas que na verdade não moravam aqui, né... [...] Por exemplo, vamos receber um evento de 700 pessoas. Eu, que moro, posso ter uma opinião, e a pessoa que não mora pode ter outra... E aí, esse distanciamento entre quem mora e quem não mora, se a pessoa não tiver uma clareza bem legal, [...] ela pode começar a [...] não participar do que tá rolando aqui dentro, então, assim, eu, no meu entendimento, tiveram pessoas que saíram porque elas não moravam, a coisa aqui estava extremamente dinâmica em relação a tomada de decisões, elas não tavam acompanhando. Muitas dessas decisões elas não compartilhavam, mas elas foram tomadas, assim, porque a pessoa não apareceu na assembleia, porque [...] tinha outros focos na vida, né, [...] então, isso eu acho que foi chateando algumas pessoas. Tipo, por, sei lá, "tão brincando com meu brinquedo", [...] acho que foi meio que isso... (Fabrício)

Um entrevistado narrou o difícil episódio de saída desses sócios:

Essas pessoas tomaram a decisão difícil elas mesmas, de sentirem que era hora de elas saírem. E elas lutaram muito com elas mesmas pra isso. Inclusive, lutaram tanto com elas mesmas que machucaram pessoas de fora. Machucaram outras pessoas que estavam aqui. E na hora que essas pessoas resolveram sair, e elas disseram de que forma elas queriam sair, as pessoas que estavam machucadas aqui ficaram também mais machucadas ainda porque elas queriam, tipo assim, caíram na forma mercadológica de resolver a coisa: "ah, [...] teve inflação de tanto e vocês então me devem 50 mil". Tá, mas a gente em momento algum falou que a gente ia passar a inflação inteira pra frente, até o valor da cota não é ligado a nenhum índice específico. [...] E, no entanto, na hora de sair, as pessoas falaram "não, vamo aplicar aí as regras de mercado." E aí deu muita angústia pra quem tava aqui. E foi um processo difícil, né. E graças a deus, se resolveu muito bem, [...] a gente achou um meio termo disso tudo, e conseguimos reverter a situação pr'um ponto onde muitas dessas pessoas chegaram e falaram: "olha, se eu tivesse tido um pouco mais de paciência na época que eu falei que ia sair, talvez eu não tivesse saído. Talvez eu estivesse aqui até agora [...]. Mas como eu falei aquela hora que ia sair e minha vida mudou em função disso, agora não vale mais a pena eu dizer 'vou desfazer o que eu fiz' [...]". E aí as coisas foram, digamos assim, viraram de uma rusga, de uma dor, pra uma coisa que tá ok, que tá dentro do possível, dentro do que a gente consegue continuar a lidar com as pessoas de um jeito tranquilo. [...] A comunidade precisou se movimentar física, espiritual, emocionalmente pra passar por isso. A gente teve que apoiar muito um ao outro e tentar entender um pouco o lado da outra pessoa, e se fazer, pôr no lugar da outra pessoa e tal... [...] A gente teve que fazer várias reuniões entre os sócios, para que os sócios equalizassem essa dificuldade e tal, e trazer pra cá pessoas que iriam ser sócias e que estavam tendo que lidar com isso, e essas pessoas tiveram que acolher tudo isso, e a gente foi indo... foi um trabalho cuidadoso, meio longo, sei lá, seis meses, mas a gente se fortaleceu com isso e estamos dando a volta por cima com isso, e as coisas estão todas bem encaminhadas. (José)

Um aspecto que apareceu espontaneamente na fala de muitos entrevistados ao falar sobre conflitos na vida comunitária foi a ideia de que é preciso *olhar para si mesmo*, e não apenas apontar problemas nos outros. Relatos semelhantes foram encontrados na literatura sobre ecovilas. Membros de EVI, por exemplo, ao falar sobre as técnicas de comunicação e

resolução de conflitos, reportaram que estas favorecem aprender a ouvir, se expressar melhor e evitar entrar em um padrão de culpar os outros (KIRBY, 2003). Os entrevistados da Ecovila Tibá falaram, ainda, da necessidade de maturidade emocional, procurando entender que todos têm suas dificuldades e seus altos e baixos, e da importância de não alimentar um excesso de expectativas sobre o outro:

Eu já [...] senti raiva, já fiquei muito chateado, muito magoado, mas tendo compreensão e paciência descobri que era eu que tinha que resolver comigo, né, e não os outros que têm que se resolver. Também, né, mas a princípio, quando é comigo eu venho aprendendo a me enxergar primeiro. [...] Uma das ferramentas que a gente usa é a reunião do coração, que é quando alguém sente essa necessidade... [...] Eu almejo um dia não precisar mais dessas reuniões. Eu almejo um dia que a gente tenha a maturidade e a vivência natural de expressar os nossos sentimentos sem precisar de um momento específico. [...] Que quando algo nos incomode isso saia naturalmente, e tanto pra quem fala quanto pra quem ouve seja algo [...] que não incomode falar e também não incomode ouvir. E isso exige muita caminhada né, maturidade... (Pedro)

O que mais gera conflito são as expectativas. [...] Por exemplo, todo mundo aqui tem o seu próprio ideal de ecovila. E aí quando a ecovila começa a não ir com o sentido do seu ideal de ecovila, aí já começa a gerar os conflitos. Então, no meu ideal de ecovila, eu espero que todo mundo vá trabalhar, que todo mundo esteja sorridente, que ninguém nunca chegue um dia pra mim e fale de uma forma grosseira comigo... Todo mundo que vem viver numa comunidade espera que todo mundo seja lindo, maravilhoso. Não são pessoas evoluídas, que querem o bem da humanidade? Não são seres mais amáveis? Não, não são, são seres humanos, que vão ter altos e baixos, vão ter yin e yang. [...] Os conflitos que eu tenho [...] ajudado mais a resolver, são conflitos de convivência mesmo, do dia a dia. Então... De som alto... só que aí a pessoa fica assim, sabe, ela fica achando que o outro tem que adivinhar que o som tá alto. Percebe a expectativa? [...] Então são coisas de convivência. De você não expressar os seus limites e de gerar muita expectativa sobre o outro, de como o outro deve ser. (Flávia)

Christian (2003) já havia observado que, de fato, uma importante fonte de conflitos em ecovilas são as “expectativas divergentes ocultas” dos membros sobre o que significa viver em comunidade. Para lidar bem com conflitos, então, é essencial não apenas aceitar, mas também *valorizar* a diferença de opiniões (KUNZE, 2012) – o que nos remete imediatamente ao aspecto de *diversidade* da chamada sustentabilidade social (que abordaremos detalhadamente mais adiante). Ora, não há como acolher a diversidade sem valorizá-la, e não há como valorizá-la sem conhecê-la; e, para conhecê-la, é preciso que as relações sejam aprofundadas e que as eventuais divergências sejam trabalhadas. Pode-se presumir até que, provavelmente, onde se faz o esforço de abrir espaço para trabalhar os conflitos, a tendência é de que haja cada vez menos conflitos significativos. E, se valorizamos a diversidade, então acolher as divergências inerentes às relações humanas e trabalhar os potenciais conflitos associados pode ser considerado até uma tarefa ética. Métodos para auxiliar nessa direção não

faltam; o desafio parece ser adaptá-los às necessidades específicas de cada comunidade e seus membros (KUNZE, 2012).

Viver em comunidade requer, sem dúvida, enormes habilidades. Christian (2003) sugere que tal empreitada pode ser considerada “o mais longo e custoso workshop de crescimento pessoal que se pode ter” (p. 12).⁷³ Afinal, adotar um caminho alternativo e solidário pode ser muito mais difícil e conflituoso do que seguir a maneira habitual de ação – mas, como ressalta Roysen (2013), saber lidar com o conflito de forma respeitosa e acolhedora é justamente o que faz um caminho solidário. A lida com a alteridade, se feita sabiamente, pode gerar um crescimento pessoal significativo. Membros de EVI, por exemplo, relataram que viver em uma ecovila gera grande aprendizado, na medida em que é possível contribuir com suas habilidades e trabalhar as próprias fraquezas (KIRBY, 2003). Assim, pode-se considerar que a sustentabilidade “social” depende também de um *autocuidado*.

4.1.3 O autocuidado frente aos “espelhos sociais”

Aqui, estamos nos referindo à ideia de “autocuidado” como incluindo a saúde física e também o chamado “autoconhecimento” ou “autodesenvolvimento”. A busca por autocuidado parece fazer parte da cultura geral das ecovilas. Elas costumam promover diversas práticas físicas, espirituais ou comunitárias orientadas para o crescimento pessoal e a saúde integral (SALAZAR, 2013). Segundo Litfin (2014), trata-se de procurar integrar as realidades interna e externa. Na Ecovila Tibá, no contexto da pétala da “saúde e espiritualidade”, havia práticas como meditações, alimentação saudável, medicina alternativa (reiki, tratamentos com plantas, etc.) e o próprio estudo de técnicas de comunicação e resolução de conflitos. Alguns moradores realizavam também práticas espirituais de autodesenvolvimento, mas estas eram bastante particulares e não foram investigadas nesta pesquisa. Como vimos na seção anterior, muitos entrevistados falaram sobre a importância de olhar para si mesmo, no sentido de se questionar, refletir. Alguns sugeriram que, na vida comunitária, acabamos encarando “espelhos”, isto é, vendo-nos refletidos nas outras pessoas. Uma entrevistada comentou que, quando acontece algo que incomoda,

... É justamente pra gente refletir, né, se o que incomoda do lado de fora não é o que tá na gente mesmo... então é um trabalho constante, de você observar, e refletir sobre as coisas, né... [...] Acho que é uma mudança interna mesmo... e externa, também, as pessoas junto com a sua mudança... o seu padrão de comportamento, as pessoas

⁷³ Citando Zev Paiss, um ativista de *cohousing*.

também reagem, né... [...] As pessoas também vão percebendo coisas e transformando... é tudo uma dança, assim, né... junto... (Bia)

Quando você aponta pro outro, você tá apontando pra você mesmo, no fundo, né. Isso é uma coisa que você aprende aqui, na marra, [...] que se você sente raiva de alguém é porque você tem que resolver alguma coisa em você e não na pessoa, né. Porque é você que tá sentindo a raiva, não é a outra pessoa, né. (Pedro)

Aqui, na Tibá, se você não se trabalhar internamente, tudo vai gerar conflito. Os que estão aqui é porque de alguma forma ou estão nesse processo de trabalhar internamente ou conseguiram entender isso, que é como você enxerga o conflito dentro de você. [...] Se você não consegue fazer esse link e entender que tudo tá dentro, é um trabalho interno, nossa, aí vai ficar insuportável viver aqui... e aí é o que eu vejo, pessoas que fogem mesmo, ou que vão embora meio “nossa, que alívio, que eu tô saindo desse lugar”, sabe... Porque é isso: viu o conflito externo, não conseguiu ver o trabalho interno que poderia ser feito pra resolver o conflito, e aí o conflito vai sendo suportado, ele não vai sendo trabalhado. E eu, particularmente, acho que o mais bonito de uma comunidade são os conflitos, porque é onde você vence o seu ego. É onde você vence esse eu interno, essa criança birrenta que quer tudo do jeito dela, tudo da maneira dela, sabe, e é onde você evolui seu espírito. É aí, é no conflito. Então quando você passa a agradecer o conflito ao invés de sofrer com ele ou amaldiçoá-lo, ou... Aí a vida em comunidade fica uma maravilha. Eu tô aqui há dois anos e meio. E nunca briguei com ninguém. Nunca. Porque eu sempre enxergo que o conflito do outro não é do outro, é meu, é eu comigo mesma. É como... o que tem dentro de mim que tá me impedindo de lidar bem com essa diferença? O que que dentro de mim ainda não aceitou essa diferença? E quando a coisa é muito forte, o que que me impede de chegar pra essa pessoa e expor a minha dificuldade pra ela? Me abrir pra ela e dizer “olha, eu sou uma pessoa com limites. Eu não consigo suportar tudo, eu não consigo aguentar tudo... Como é que a gente pode combinar amorosamente pra achar esse meio-termo, pra que nós dois fiquemos bem?” (Flávia)

Existia, então, na Ecovila Tibá, um forte estímulo à exposição de sentimentos, principalmente em situações de conflito, mas não apenas. Por exemplo, na medida em que as reuniões de decisão vinham se tornando mais ágeis, os membros estavam considerando a possibilidade de substituí-las, de 15 em 15 dias, por “reuniões do coração”, para falar mais deles mesmos, das próprias dificuldades. Todos os entrevistados se mostraram bastante satisfeitos com essa busca por autoconhecimento promovida na ecovila:

Hoje, vivendo assim com sei lá quantas pessoas, né, mais de vinte pessoas, e ter passado outras tantas por aqui, de diferentes países, de diferentes idades, com suas particularidades todas, eu percebi quão rico é a gente ter essas relações com as outras pessoas e poder partilhar o que a gente sabe e ter disposição para aprender o que elas têm a nos oferecer, isso está sendo, assim, muito interessante. Uma oportunidade de crescimento pessoal muito grande, né. (Fabrício)

É um grande desafio, mas os aprendizados eles são constantes e pra mim é muito gratificante, porque eu me sinto uma pessoa cada vez melhor. Em relação a ter mais compreensão, mais paciência... E quanto mais você se conhece, você ter mais paciência, mais compreensão com o outro, né, porque afinal de contas muito do que você passa o outro também passa... (Pedro)

Esse processo de lidar com as outras pessoas, os conflitos, e tudo mais, eu acho que isso é muito enriquecedor pessoalmente, na questão de... você refletir sobre os seus próprios atos, também, repensar comportamentos... (Benício)

Um entrevistado falou sobre as próprias dificuldades nesse processo, e comentou que a vida comunitária o vinha ajudando a se transformar:

Eu julgo bastante as coisas, [...] eu sou impaciente, então gera conflitos, sabe? [...] Eu sou muito reativo... [...] Tem muita coisa que eu preciso segurar minha onda. E eu acho que aqui tá me ajudando pra caramba. Eu já não tô num lugar, como eu tava lá em São Paulo, que eu disse que eu sento a mão na mesa de raiva do que uma pessoa tá falando na minha frente, eu não tenho mais isso. Tô mais sereno. [...] Aqui eu tenho que [...] ser mais tolerante, esse espaço me obriga. Não é que ninguém tá me obrigando a ser assim, mas eu não me sinto bem de não ser assim. (Rogério)

A vida comunitária, em geral, e a busca por autodesenvolvimento, em particular, exigem “desconstruções” que, de fato, podem ser bem dolorosas. Alguns entrevistados falaram sobre isso:

Eu acredito que, assim, não é porque você vem pr'uma ecovila que você é um ser de luz, sabe? [...] A gente tá junto tentando desconstruir uma sociedade machista, [...] “bulinista”, né? [...] Transformar essas relações, assim. [...] Eu acho que uma pessoa que se abre pra um coletivo, ela tem que estar pronta pro aprofundamento que ele traz dentro de nós. É uma desconstrução diária o convívio com o outro, com a outra. E é intensa, às vezes... [...] Energeticamente isso é uma loucura, assim. Aprender a administrar e desconstruir é um processo doloroso. [...] Você tem que começar a mudar tua lente, sabe? [...] E é um processo devagar, você se cobra muito. Às vezes te leva até à exaustão, assim, você ouve mais seu corpo, né, que você vê que não pensa só com a cabeça, nem vê só com os olhos, nem ouve só com os ouvidos – e você vai se revisitando... [...] É muito positivo, mas você tem que aprender a lidar com essas coisas, né? E entender o tempo do outro, e lidar às vezes com uma frustração... [...] O mais difícil é isso, [...] conseguir entender o tempo de cada coisa. Tanto o tempo do abacate vir no próximo ano quanto do amigo, de parar de fumar ou de comer carne, ou de tentar ter um vocabulário menos machista, ou de estar aberto a uma conversa. [...] É muito fácil ter uma vida sozinho, né? Quando é só sua vontade atendida, e o seu ego contemplado. Então, uma vida justa, sabe? Tem seus prazeres e seus deveres e suas dores também. (Zélia)

O [...] autoconhecimento exige um processo muito grande pra passar disso, e ter as relações de comunicação e entendimento mais profundas... Aí [...] quando você tem diversidade de perfil de pessoas tem aspectos do seu ser espelhados em várias pessoas, [...] aí você vai lapidando, [...] acho muito rico. [...] Aí também é o processo mais doloroso, que você tá mudando – não mudando, revelando [...] o seu ser de fato, quem você é. Então tem que cair a máscara, se não você não consegue viver, proteger, num convívio intenso, com várias pessoas diferentes, manter uma máscara. É muito complicado. Não é do dia pra noite, é com o tempo, mas essa máscara cai, e você tá num processo de autoconhecimento, e você vai ficar cada vez melhor se deixar o seu ser aflorar. E esse processo é doloroso, tem um monte de barreira que você tem que derrubar pra passar por isso. Mas muito gratificante, é libertador, eu diria. Eu estou no processo, não cheguei lá. Mas cada coisa que passo me liberta. (Gilda)

[A intensa convivência social] demanda bastante energia, que é meio que um renascimento, né, um renascimento social. A gente tem que aprender a viver de novo, socialmente. [...] É bem difícil, porque a gente aprendeu a ser bem egoísta, né, ser bem materialista, dar muito valor pras coisas e menos valor pras pessoas, né... E aí aqui a gente dá uma quebrada nisso tudo, né. Porque você divide os espaços com muitas pessoas, pessoas que conhece há bastante tempo, pessoas que conhece há

pouco tempo... [...] É difícil, né, não é necessariamente ruim. [...] Mas é ótimo porque traz muito aprendizado, né. (Pedro)

A vida comunitária de fato envolve uma série de aprendizados que não costumam ser valorizados na cultura *mainstream*. A ideia de “renascimento social” a que se refere o último entrevistado, por exemplo, reflete a difícil busca por superar o hiperindividualismo típico da sociedade capitalista. Mas a manutenção de comunidades depende também de aspectos mais objetivos: quaisquer coletividades necessitam de uma organização interna para perdurar – do contrário, provavelmente não resistiriam às “forças centrífugas”. Passemos então a investigar as diversas formas de autogestão que as ecovilas vêm experimentando e desenvolvendo.

4.2 AUTOGESTÃO: A MICROPOLÍTICA COMUNITÁRIA DA EQUIDADE

Quando um grupo de pessoas compartilha um espaço e atividades, é necessária uma autogestão adequada para organizar os processos comunitários. Falhas sérias de organização podem minar comunidades inteiras, na medida em que geram o que Christian (2003) chama de “conflitos estruturais” – isto é, problemas oriundos da falta de explicitação de certas questões organizacionais (aspectos legais e financeiros, formas de processos decisórios) que funcionam como “bombas-relógio”. A autora sugere que, para evitar tais tipos de conflitos, importantes procedimentos são: identificar a visão comum da comunidade e criar documentos sobre ela; escolher processos decisórios participativos apropriados; fazer acordos claros por escrito; realizar treinamentos em comunicação e processos de grupo; selecionar cuidadosamente novos membros de acordo com maturidade emocional e alinhamento à visão e aos valores da comunidade; e investir no aprendizado de habilidades racionais e emocionais.

Há, evidentemente, muitas formas de autogestão. Em comunidades intencionais religiosas, por exemplo, é comum haver uma hierarquia fixa, um mestre ou guru que toma as decisões (ou as delega a pessoas específicas, com certa posição dentro da comunidade). Longe de sugerir que tal tipo de configuração social não possa ser benéfica para o grupo em questão, nesta pesquisa escolhemos investigar certos aspectos (associados à chamada “sustentabilidade social”) que divergem desses padrões – em especial a equidade, associada à participação social. As ecovilas oferecem um cenário interessante para isso porque costumam adotar formas sociopolíticas que favorecem uma governança participativa não hierárquica, ou seja, uma distribuição horizontal de poder e uma participação igualitária nas decisões, o que leva também à construção coletiva de regras e à gestão coletiva de atividades comunitárias. Isso muitas vezes é alcançado a partir de treinamentos. Por exemplo, Espinosa e Walker (2013)

relatam que Cloughjordan passou por workshops participativos para facilitar seu processo de auto-organização e teve bons resultados, aprendendo a projetar mais efetivamente seus papéis e tarefas, melhorando a conectividade entre eles, e, em geral, sua viabilidade e sustentabilidade.

Na Ecovila Tibá, a autogestão mostrou-se muito baseada na permacultura, que era usada não apenas em práticas isoladas, mas como metodologia geral de organização. As sete pétalas da flor da permacultura⁷⁴ (terra, espaço construído, ferramentas e tecnologia, arte e educação, finanças, gestão, e saúde e espiritualidade) se refletiam em grupos de trabalho que davam conta da maior parte dos processos internos da ecovila – sendo que as quatro últimas eram chamadas de “pétalas invisíveis”, pois criam estruturas e lidam com processos que são intangíveis. Dentro da pétala propriamente chamada “gestão”, por exemplo, eram criadas ferramentas diversas (anteriormente já citadas) como o quadro de categorização de viventes,⁷⁵ os processos de inserção de novos associados e de recebimento de visitantes. Essa organização permacultural mostrava-se muito mais relevante no cotidiano da Ecovila Tibá do que a estrutura formal descrita no estatuto (que inclui Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal etc.). Em nenhum momento a pesquisadora ouviu falar desses órgãos ou funções, exceto quando perguntou diretamente sobre eles. Segundo uma entrevistada, a diretoria da associação na verdade existia mais “no papel”, como formalidade, e tinha apenas algumas funções burocráticas pontuais.

4.2.1 A busca por um poder horizontalizado

Uma importante faceta da busca por equidade em ecovilas relaciona-se ao compartilhamento da propriedade da terra, que comumente pertence a uma associação sem fins lucrativos da qual os moradores são sócios igualitários – como é o caso na Ecovila Tibá. No entanto, nem sempre isso ocorre. Em muitas ecovilas há uma estrutura de donos e inquilinos, o que gera, já de início, desequilíbrios de poder (LITFIN, 2014). Em uma ecovila nos EUA, por exemplo, Ergas (2010) observou que os donos da propriedade procuravam manter relações não hierárquicas, trazendo as questões para a comunidade resolver, mas, especialmente em relação a assuntos financeiros, eles inevitavelmente acabavam tendo a

⁷⁴ Ver Anexo 5 e seção 3.3.2.1.

⁷⁵ Que, como vimos, compreende sócios, pessoas em processo de inserção, visitantes (colaborativos ou não) e voluntários.

palavra final. Em Piracanga (BA), Siqueira (2012) observou que, embora houvesse alguns proprietários de pequenos lotes, a maior área da ecovila, contendo as reservas naturais da propriedade, pertencia a um único casal de fundadores, que acabava então concentrando o poder das decisões. A partir disso, parece ter se desenvolvido naquela ecovila um antagonismo entre um pequeno grupo de “seguidores” do casal e o resto dos moradores. Discutiremos mais detalhadamente as questões relativas à propriedade na seção 5.2.3.

Mesmo quando há compartilhamento da terra, exercer a igualdade não é algo simples. Como comentamos na seção, 3.3, hierarquias com frequência acabam se estabelecendo em quaisquer comunidades (BRINT, 2001), ainda que implicitamente (PEPPER, 2005 apud MEIJERING; HUIGEN; VAN HOVEN, 2007) – notadamente nos processos decisórios (sobre os quais falaremos na seção seguinte). Em Tamera (Portugal), por exemplo, a despeito de um objetivo explícito de promover horizontalidade, Esteves (2017) observou a existência de hierarquias informais baseadas em idade, precedência (tempo de vivência na comunidade) e “reputação” (associada à identificação com valores dos membros fundadores). Cabe ressaltar, porém, que alguma hierarquia – e, com ela, alguma liderança – pode ser fundamental para a auto-organização de um grupo. Christian (2003) enfatiza que o poder – a habilidade de influenciar outros – não só não é algo negativo como, se estimulado equitativamente, pode beneficiar a todos. Forster e Wilhelmus (2005) relataram, por exemplo, que, em Findhorn, alguns poucos indivíduos tiveram um papel-chave como líderes (que atuavam essencialmente como facilitadores das ideias de outros), sem o que a ecovila provavelmente teria se dissolvido em épocas de dificuldade. A questão é que, em ecovilas, as hierarquias existentes costumam ser mais *funcionais* que estruturais, e as lideranças, *circulares*. Ou seja, o poder em geral não é fixo, mas rotativo, e tende a estar mais relacionado com o envolvimento, e não com qualquer tipo de “direito”.

Na Ecovila Tibá, todos os membros entrevistados afirmaram não sentir a existência de (algo que eles reconhecessem como) hierarquias – o que de fato correspondeu às observações da pesquisadora no cotidiano, em especial na dinâmica da reunião da flor.⁷⁶ Um entrevistado relatou sentir até dificuldades devido ao alto nível de horizontalidade:

É muito horizontal aqui. [...] Até me incomoda, porque eu sou um cara que tô acostumado com uma carreira profissional hierárquica, onde o cara acima de você te arrebeta e você arrebeta o cara debaixo, então, imagina... [...] Você, inclusive, tem uma performance ruim se não for uma pessoa que respeita hierarquia e [...]

⁷⁶ Embora seja preciso considerar, como explicitado na Metodologia, que o tempo de observação de campo foi relativamente curto.

demonstra poder sobre o outro. Então, isso aí é performance positiva pro mercado de trabalho, [...] que é como eles te valorizam [...]. Aqui não, então eu tenho dificuldade. (Rogério)

Um membro (recém-chegado) chegou a sugerir que, por causa dessa distribuição igualitária de poder e da flexibilidade/mutabilidade das normas (sobre as quais falaremos mais detalhadamente adiante, na seção 4.2.3), poderia-se entender que existe na ecovila, sob certo aspecto, uma aproximação com o anarquismo – mas frisou, bem-humoradamente, que isso se dava “sem anarquia nenhuma, tudo muito bem organizado” (Benício). Na verdade, os entrevistados evidenciaram uma consciência de que, ao mesmo tempo em que há a busca por uma horizontalidade, existem também focos de poder que estão relacionados, essencialmente, a um respeito pelos mais antigos na comunidade:

Acho que tem um bom senso aqui de uma pessoa que chegou agora versus um cara que tá trabalhando dez anos na terra, né, [...] acho que isso já tem aqui naturalmente, eu não vejo nada de alguém tentando impor aqui alguma coisa, fazendo alguém fazer alguma coisa na marra... (Rogério)

Espaço e voz e opinião nós temos, né, todos. E eu sinto isso. A diferença é que quem tá aqui há mais tempo, construindo essa história, naturalmente tem mais experiência, né, e mais calos também. Então normalmente eu presto mais atenção nessas pessoas. Mas é longe de ser uma questão hierárquica, assim, acho que é mais um respeito, também, e uma humildade, né, de saber que eles tão nessa caminhada há mais tempo do que eu, né, já caíram muito mais que eu. (Pedro)

É uma questão de tempo, né? [...] De você saber a história, né? Do que que já passou. [...] Por exemplo, a gente já conversou inúmeras vezes sobre algum tema e essa pessoa que tá chegando, ela não conversou, né? [...] Não dá pra gente fugir do fato de quem já tá dentro de uma ecovila e quem tá querendo entrar. [...] Porque quem tá dentro vai dizer se quem tá fora vai entrar ou não. Então é como se fosse uma espécie de poder, né. Então, talvez seja uma pequena hierarquia, mas é que ela é dividida entre todo mundo que tá ali [os antigos]. (Fabrício)

Esse respeito pelos mais antigos, no entanto, não parecia ser algo “cego” – no sentido de que eles também eram questionados – nem acarretar um respeito menor pelos mais novos. Uma entrevistada (não sócia) comentou que os antigos “se mostravam muito abertos”, e que ela se sentia “muito acolhida” (Zélia); outro membro recém-chegado (havia se mudado para a ecovila há apenas um mês) relatou:

Uma coisa que eu [...] acho muito legal aqui é essa dinâmica. Por exemplo, uma pessoa pode ser antiga aqui e se interessar mais em seguir as coisas como estão, não se preocupar em aprimoramento, mais deixar como está. E, por outro lado, [...] eu me sinto muito à vontade, mesmo sendo novo, pra trazer novas ideias, e expressar os meus pensamentos, e eu sei que eles vão ser acolhidos, e debatidos, e discutidos como das pessoas mais antigas. (Benício)

Esse poder associado aos mais antigos relacionava-se estreitamente, também, a um respeito por quem tinha maior conhecimento sobre determinado assunto, o que, por sua vez, dependia principalmente de *envolvimento*, experiência. Tais pessoas acabavam se tornando, naturalmente, lideranças, “pessoas-referência” em certas áreas:

Dependendo do que você quer falar tem as pessoas mais específicas, porque elas são mais envolvidas com a coisa, não porque elas são as manda-chuvas, mas porque elas sabem mais sobre a coisa, só isso. (Flávia)

Tem os líderes naturais que normalmente é quem tá há mais tempo. Então quem tá há mais tempo na pétala do espaço construído se torna o líder da pétala porque sabe das ferramentas, o que tá sendo feito... a história, né, o conhecimento da história faz com que as pessoas liderem alguns aspectos. (Gilda)

Eu acho que rola um pouco da liderança natural, e um pouco do respeito à história de cada um. [...] Tem algumas pessoas que estão mais antigas no processo de gestão da comunidade, você vai ter um respeito um pouco maior, as pessoas que estão mais antigas na Pétala da Terra, você vai ter um respeito um pouco maior, as pessoas que estão mais antigas nas finanças da ecovila, você vai ter um respeito um pouco maior... [...] E aí a experiência e o envolvimento, então, traz essa sabedoria, traz esse conhecimento à frente. E às vezes, não, às vezes vem uma pessoa nova que traz outra perspectiva, outra experiência, etc., e aí vai ser também respeitado, vai ser ouvido, vai ser incluída também essa posição dela. (Lívia)

Alguns entrevistados ressaltaram também a existência de pessoas com mais facilidade (pessoas agregadoras, eloquentes etc.) ou mesmo mais disposição para assumir lideranças do que outras. Embora se procurasse respeitar a posição (ou, ao menos, como disseram alguns entrevistados, o “tempo”, o “processo”) de pessoas menos propensas a liderar, as capacidades de liderança eram muito valorizadas na ecovila. Isso se refletia em uma forte “expectativa de pró-atividade”, o que, por sua vez, só poderia ocorrer na ausência de um líder centralizador – ideia que os entrevistados, de fato, rechaçavam. Uma moradora que havido vivido um tempo em uma comunidade espiritual, por exemplo, narrou que começou a se incomodar com a espiritualidade regida por um mestre ou guru, e que a Ecovila Tibá a agradou justamente por não ter um líder (Flávia). Ficou bastante evidente, então, nas colocações dos diversos entrevistados, a contraposição entre *uma* (indesejada) liderança central e as (altamente desejadas) lideranças *múltiplas*. Ilustremos com duas falas:

Normalmente quem precisa de líder não consegue ficar aqui. Porque a gente pede por pró-atividade. As pessoas que precisam de alguém lá “ó, tem que fazer isso, tal hora, tal hora...” normalmente não conseguem... (Gilda)

A gente dizer que não existe liderança é uma ilusão. A liderança ela é fundamental, porque aqui é como um corpo. O corpo não vai ter uma cabeça? Lógico que vai. Só que essa cabeça é rotativa, são lideranças circulares, cada hora é uma pessoa que tá ocupando esse lugar. (Carolina)

A promessa de lideranças circulares, no entanto, envolvia muitas dificuldades, pois naturalmente acabavam se desenvolvendo “especializações” de habilidades. A rotatividade na Ecovila Tibá ainda constituía mais um sonho que uma prática corriqueira (falaremos um pouco mais sobre isso adiante, na seção 4.2.4). Mas já houve casos de troca de lideranças em certas áreas ao longo dos anos: na horta e nos SAFs (atividades da pétala da terra), por exemplo, no momento do trabalho de campo, havia acabado de começar a se desenvolver uma terceira liderança em um período de aproximadamente 4-5 anos (um voluntário que estava morando na ecovila há cerca de um ano havia passado a liderar a pétala, “substituindo” um sócio-voluntário que vinha sentindo necessidade de gerar renda).⁷⁷ Outra troca de liderança iminente no momento da pesquisa de campo era que a pessoa que vinha sendo referência da gestão até então ia começar a trabalhar fora da ecovila, tendo menos tempo para se dedicar internamente, e assim provavelmente uma nova pessoa acabaria se tornando referência. Uma entrevistada (Flávia) comentou que isso ocorre naturalmente: quando uma liderança sai, “automaticamente as pessoas vão encabeçando outro” – ou seja: as lideranças vão sendo criadas essencialmente pelos próprios liderados. Considerando essa tendência, é interessante ressaltar duas falas que frisam a importância de haver uma atenção crítica às lideranças, gerando uma espécie de “autorregulação”:

Eu acho que [...] o grupo tem que estar atento, né [...] Se você tem uma pessoa eloquente, ela pode levar o grupo pra determinado lugar ou outro. [...] Assim, uma coisa que a gente não quer, é um discurso que a gente tem na ponta da língua, é essa coisa de não ter um líder aqui, né. É uma coisa que todo mundo concorda. Mas eu acho que a gente tem que ter esse tipo de atenção, né, como que as pessoas se expressam, se elas são mais comunicativas e conseguem persuadir, de repente, a nossa opinião, nos levando. Mas aí todo mundo junto eu acho que a gente vai. É legal a gente ter sempre esse olhar. A gente não ir simplesmente seguindo alguém. (Fabrício)

Quando esse lastro – de prática, de experiência, de relação [da liderança] – fica demais, aí a própria comunidade rejeita. Então aquela pessoa tá demais impondo a experiência dela, a ideia dela, etc. Aí a comunidade vai ouvindo, finge que “tá bom, escutei” e não faz, entendeu? Então também vai rolando essa autorregulação de... pra não se tornar uma hierarquia, não se tornar nada de imposto, né, e sim uma coisa mais construída. (Lívia)

Como comentamos ao início desta seção, é evidente que a possibilidade de horizontalidade na Ecovila Tibá tinha relação direta com a forma jurídico-econômica da ecovila, em que a propriedade da terra era compartilhada igualmente entre os associados. Um entrevistado comentou que um fator facilitador desse tipo de pessoa jurídica (sociedade civil

⁷⁷ Na segunda visita de campo, como veremos na seção 5.1.3, os dois estavam trabalhando juntos.

sem fins lucrativos) é que existe pouca jurisdição predeterminada, tudo dependendo do estatuto interno. Assim, embora existisse uma estrutura organizacional prevista (diretoria, conselho fiscal etc.), a comunidade pôde estabelecer que, em última instância, a Assembleia Geral, composta por todos os sócios, é que tinha o poder soberano. Mas tais assembleias não davam conta de todos os assuntos da autogestão comunitária, até porque existiam sócios não moradores e não sócios moradores. Segundo uma entrevistada, as assembleias eram na verdade apenas as reuniões formais, que exigiam ações de cartório. As demais questões (que eram na verdade a maioria) eram discutidas nas reuniões semanais da flor, da qual todos os moradores participavam. Assim, tais reuniões acabavam constituindo o “poder soberano” para assuntos “não burocráticos”.

Parecia existir então, na Ecovila Tibá, um esforço no sentido de expandir a horizontalidade de poder também aos não sócios. Isso, no entanto, emergiu como uma questão em uma semana de planejamento realizada no início de 2017 (no período entre a primeira e a segunda visita de campo): os moradores antigos começaram a questionar o fato de que voluntários e visitantes acabavam podendo direcionar questões que diziam respeito ao futuro da comunidade, sendo que eram pessoas que estavam, a princípio, de passagem. Um exemplo disso (segundo um relato) foi a discussão sobre a possibilidade de se ter animais de estimação na ecovila: alguns voluntários haviam defendido que não, enquanto alguns sócios queriam continuar tendo. Assim, os moradores sentiram a necessidade e consideraram legítimo rediscutir os “poderes de voto” em relação a determinados assuntos. Tornam-se evidentes, assim, algumas limitações inerentes à busca por equidade em ecovilas: não há como fugir do fato de que ela depende do “lugar social” das pessoas envolvidas (falaremos mais sobre isso adiante). Vejamos então em mais detalhes como as tomadas de decisão – uma das principais formas pelas quais o poder se concretiza – se dão em ecovilas.

4.2.2 Decisões participativas – o exercício do consenso

Um elemento central na autogestão de qualquer comunidade são os processos decisórios (CHRISTIAN, 2003), que em ecovilas costumam ser participativos. Cunningham e Wearing (2013) sugerem que, ao procurar se afastar da cultura neoliberal e de consumo, as ecovilas encorajam os indivíduos a exercer papel mais ativo nas decisões comunitárias, assumindo responsabilidade por suas ações. Uma das formas mais comuns de tomada de decisões coletivas em ecovilas são os métodos de consenso (KASPER, 2008) – praticamente

todos os estudos encontrados mencionam o uso dessa ferramenta.⁷⁸ No contexto das ecovilas, o consenso é entendido como uma técnica de “negociação” (mais ou menos como descreve Habermas) em que todos os envolvidos têm oportunidade de se expressar, e a partir daí se procura adequar as demandas de forma que todos se sintam contemplados (SARGISSON, 2004). Na verdade, existe um intercâmbio frequente entre os termos “consenso” e “consentimento”, alguns os considerando sinônimos; para os que veem diferenças, ao que parece, o consentimento seria um processo mais simples, que não aprofundaria tanto a busca por atender a todos. Tal diferença de terminologia, no entanto, provavelmente se relaciona a uma associação que comumente se faz de “consenso” com *unanimidade*. Embora, no senso comum, este uso seja corriqueiro, no contexto das ecovilas a busca pelo consenso não significa que todos tenham que concordar em tudo, mas apenas que estão suficientemente satisfeitos para não “bloquear” (vetar) as decisões do grupo (LITFIN, 2014). Assim, em essência, a ideia por trás de “consenso” e “consentimento” seria a mesma.

O método de consenso serve, claramente, a um ideal de igualdade – o que se expressa, por exemplo, no uso ubíquo de arranjos circulares nas reuniões comunitárias (LITFIN 2014, KASPER, 2008). No entanto, assim como comentamos em relação à distribuição de poder em geral, o funcionamento adequado deste método depende crucialmente de estruturas de propriedade compartilhadas (KUNZE, 2012; CHRISTIAN, 2003). Mesmo onde a terra é compartilhada, como vimos, podem ocorrer desequilíbrios de poder, por exemplo, em favor de membros mais antigos (MEIJERING; HUIGEN; VAN HOVEN, 2007; CHRISTIAN, 2003), mais ativos (CHRISTIAN, 2003), ou, ainda, de acordo com o gênero, como observado por Ergas (2010) em uma ecovila nos EUA (poder concentrado nas mulheres). Em Cloughjordan (Irlanda), houve uma crise tão grave relacionada a isso que quase metade dos membros da ecovila decidiram sair (CUNNINGHAM; WEARING, 2013). Segundo os autores, alguns poucos indivíduos com mais habilidades sociais começaram a ter mais influência nas tomadas de decisão, estabelecendo lideranças “invisíveis”, o que gerou sérios antagonismos internos: membros percebidos como “*trouble makers*” eram ostracizados, e os que queriam ser mais inclusivos eram marginalizados.

Sargisson (2004) e Christian (2003) apontam que é comum haver dificuldades democráticas desse tipo nos processos de consenso: membros mais confiantes, mais articulados política ou socialmente ou que detenham mais informações podem acabar dominando os debates. Mas é importante ressaltar que isso não necessariamente é consciente

⁷⁸ Cabe notar que isso ocorre fundamentalmente em ecovilas do norte global, como resalta Litfin (2014).

(CHRISTIAN, 2003), e também que o envolvimento das pessoas nos processos decisórios é naturalmente variável. Cunningham e Wearing (2013) observaram que, por um lado, algumas pessoas de fato têm dificuldade de se colocar e podem se sentir sem voz, ressentindo-se; outras, no entanto, ficam satisfeitas em deixar um grupo mais ativo tomar as decisões. De qualquer forma, para minimizar os problemas de dominância nos processos de consenso existem estratégias diversas relacionadas à estrutura dos encontros – p. ex., tempo ou número de contribuições limitado por pessoa, sistema de cartas, e mediação por facilitador imparcial (SARGISSON, 2004).

Apesar das evidentes vantagens em termos de participação social, o consenso não é adequado para quaisquer situações (SARGISSON, 2004). Uma limitação inerente ao processo é que ele se aplica bem à pequena escala, mas não é prático em grandes grupos (SANGUINETTI, 2012) – estes tendem a desenvolver formas de decisão menos centralizadas, com menos encontros gerais e mais subgrupos especializados (LITFIN, 2014), como é o caso em Findhorn (FORSTER; WILHELMUS, 2005). Segundo Kunze (2012), existem na verdade diferentes estratégias de consenso de acordo com o tamanho da comunidade e o grau de compartilhamento de propriedade – ele pode ser combinado com outros métodos como voto majoritário ou decisões autônomas de subgrupos. A comunidade Niederkaufungen, por exemplo, tem um sistema de tomada de decisões complexo, feito em assembleias gerais com facilitadores em sistema de rotação, atrelado a um processo altamente estruturado de participação automotivada em grupos de trabalho (buscando evitar sobrecarregar os membros envolvidos) (KUNZE, 2012). Em Cloughjordan, há um conselho de diretores eleito democraticamente e grupos de trabalho auto-organizados (ESPINOSA; WALKER, 2013). Em Lynedoch, há uma associação de moradores formada pelos donos de propriedades, que elege anualmente um Conselho de administradores (*trustees*) (SWILLING; ANNECKE, 2006). Christian (2003) ressalta que, na verdade, todas as comunidades de sucesso que estudou utilizam sistemas decisórios que combinam reuniões gerais mensais e uma série de comitês menores – e estes, sim, provavelmente adotariam com mais frequência as decisões por consenso.

Mesmo em pequenos grupos, por vezes não se consegue alcançar consensos em um tempo razoável e usa-se o voto majoritário (ERGAS, 2010; CUNNINGHAM; WEARING, 2013) – embora isso possivelmente se relacione, ao menos em parte, a um uso inadequado da ferramenta. Mas é preciso notar que, ao mesmo tempo em que é importante otimizar o processo de consenso, também não se pode apressá-lo; ele é *inerentemente* custoso em termos de tempo, o que pode ser um problema especialmente nos estágios iniciais das ecovilas,

quando há muitas questões (financeiras e de construção) que requerem decisões urgentes (CUNNINGHAM; WEARING 2013; CHRISTIAN, 2003). Cunningham e Wearing sugerem que a abordagem de consenso talvez devesse ser implementada gradualmente, após essa fase inicial. No Ecovillaggio Autoconstruído (ecovila em estágio de formação quando do estudo realizado), por exemplo, Fois e Forino (2014) notaram que a busca do grupo por alcançar consenso em todos os pontos de fato se provou muito dispendiosa, e que a melhor solução encontrada foi uma forma descentralizada, sem hierarquias ou lideranças formais, em que cada um se responsabilizava por parte das atividades, com base em suas habilidades e conhecimentos.

Segundo Sargisson (2004), os processos de consenso podem também não se adequar bem a todas as comunidades por conta de diferenças culturais. Em Damanhur, por exemplo, há dois “*king guides*” eleitos periodicamente (um homem e uma mulher);⁷⁹ e em Colufifa e Sarvodaya trabalha-se com maioria simples, o que, para Litfin (2014), juntamente com a igualdade de gêneros, já constitui uma considerável mudança daquelas culturas em direção à democracia. Christian (2003) ressalta que é preciso avaliar bem em que situações o consenso é adequado – e possível –, e também a variedade de estilos de consenso existentes; quando não for o caso de usá-lo, existem outras formas participativas de acordos que usam elementos de maioria. Algumas ecovilas vêm experimentando, por exemplo, sistemas de “supermaioria” (nos quais uma maioria prescrita é exigida) e sociocracia (sistema complexo e descentralizado baseado em *feedbacks* dentro de subgrupos e entre eles) (LITFIN, 2014). No Brasil, Santos Jr. (2015) encontrou que 45,2% das 22 ecovilas estudadas utilizavam o consenso, 22,6% utilizavam sistemas de votos ou maioria, e 25,9% tinham líderes ou grupos de líderes que tomavam as decisões, ou seja, não adotavam sistemas participativos (o que em geral ocorre nas ecovilas religiosas e/ou onde a terra não é compartilhada).

Como vemos, o método de consenso envolve uma série de pré-requisitos para funcionar bem.⁸⁰ É necessária uma *estrutura* bem definida, incluindo fundações objetivas e neutras para despersonalizar as questões (CUNNINGHAM; WEARING 2013). Em situações de conflito intenso, por exemplo, o consenso provavelmente será inviável (SARGISSON, 2004) – como ocorreu em Earthaven (EUA), onde, segundo Litfin (2014), debates sobre como resolver o suprimento de água desencadearam praticamente uma “guerra civil”. Em EVI, o consenso foi visto pelos membros ao mesmo tempo como “bênção” e como “maldição”: no

⁷⁹ O que possivelmente se relaciona a uma questão espiritual dessa comunidade.

⁸⁰ Como de fato prevê Habermas em sua Teoria da Ação Comunicativa.

estágio de planejamento, ele favoreceu a determinação, paciência e criatividade dos membros, mas, com a necessidade de começar as construções, muitas decisões para tomar e comprometimento financeiro, o processo foi pressionado por prazos e acabou prejudicado; como resultado, surgiram fortes tensões e animosidades que cresceram com o tempo, ameaçando ainda mais as possibilidades de se alcançar qualquer consenso (KIRBY, 2003). Sargisson (2004) ressalta que, se se chega a um ponto em que o consenso não é mais possível porque a confiança se perdeu, outros processos mais pesados (p. ex., *court injunction* ou *legal arbitration*) podem ser necessários, mas as consequências disso podem ser muito problemáticas, e as comunidades raramente sobrevivem bem a essas experiências. Para possibilitar o uso de métodos de consenso, portanto, é necessário trabalhar concomitantemente os conflitos, de preferência prevenindo-os (embora o próprio consenso seja também uma ferramenta para se evitar ou resolver conflitos, no processo de autogestão de uma comunidade, se mal utilizado, ele pode também ajudar a gerá-los). Nesse contexto, habilidades de comunicação e competência social vêm se mostrando fundamentais (KUNZE, 2012; CHRISTIAN, 2003). Não é à toa que as técnicas de autogestão muitas vezes precisam funcionar em conjunto com as já mencionadas técnicas de comunicação e resolução de conflitos. Em EVI (Kirby, 2003) e Earthaven (Litfin, 2014), por exemplo, os problemas de gestão foram “dissolvidos” através de trabalhos de resolução de conflitos e CNV. É interessante notar que existe, então, uma ligação estreita entre a qualidade das relações sociais e a possibilidade de desenvolvimento de uma autogestão participativa.

É bastante desafiador desenvolver formas adequadas de governança participativa em uma cultura que supervaloriza o indivíduo. O consenso pode ser um processo árduo, envolvendo muita disputa e contrariedade (BAUMAN, 2003) – principalmente se os concernidos estiverem em franca competição. No contexto de ecovilas, Cunningham e Wearing (2013) ressaltam que o método de consenso se revela, comumente, uma “estrada pedregosa”, podendo haver uma curva de aprendizado bastante acentuada até se desenvolver um governo equitativo. Quando mal utilizado, ele pode acabar gerando o que Christian (2003) chama de “pseudo-consenso” ou “falso consenso”,⁸¹ ou, ainda, o problema reverso ao da

⁸¹ Algumas formas de falso consenso apontadas pela autora são: quando uma pessoa ou grupo tenta impor sua visão (“Big League Complex”); quando se persiste na discussão até que se chegue a um consenso, não importa quanto tempo dure (“Decision by Endurance”); e quando se insiste que todos precisam decidir sobre cada pequeno detalhe. Existe ainda o conhecido fenômeno psicológico de “Groupthink”, que ocorre quando um grupo, pelo desejo de harmonia ou conformidade, e geralmente tentando evitar conflitos, chega a uma decisão sem uma real avaliação crítica dos pontos de vista alternativos.

democracia: uma “tirania da minoria”, em que as propostas são sempre rejeitadas⁸² – como ocorreu em Earthaven (LITFIN, 2014). Por outro lado, quando bem geridos, os processos de consenso funcionam como uma filosofia de inclusão que tende a reduzir consideravelmente os desequilíbrios de poder (Christian, 2003), construindo uma participação bem mais profunda que a das democracias representativas, pois as visões das minorias, em vez de serem sobrepujadas pela maioria, são incorporadas em propostas melhores (LITFIN, 2014). Litfin faz ainda uma analogia com a ecologia: para a autora, quando funcionam bem, os processos de consenso espelham o que seriam “ecossistemas saudáveis” – cada indivíduo oferecendo uma contribuição para a inteligência coletiva. Assim, apesar das dificuldades envolvidas, o consenso (sozinho ou em combinação com outros métodos) ainda é uma forma de processo decisório muito utilizada em ecovilas, e costuma ser apontado como uma ferramenta essencial de gestão participativa, pois, na medida em que gera decisões *genuinamente* participativas, as legítimas e ajuda a fortalecer os laços grupais (SARGISSON, 2004).

Na Ecovila Tibá, a maioria dos entrevistados relataram que as decisões eram tomadas por *consentimento*⁸³ – mas, como vimos que ocorre frequentemente, seu processo era bem semelhante ao que aparece na literatura como “consenso”, e em seu site esse último termo é o que aparece. Os processos decisórios na ecovila (no que se refere às decisões que precisam da participação de todos – pois há também aquelas dentro dos grupos de trabalho) ocorriam nas já citadas “reuniões da flor”, que eram abertas inclusive a visitantes – a pesquisadora em campo foi convidada a participar, de um jeito que soou bastante corriqueiro, e houve também relatos sobre a participação frequente de outros visitantes. Seria até difícil que essas reuniões fossem fechadas, já que ocorriam em um espaço comum completamente aberto (o centro de convivência). A reunião presenciada pela pesquisadora teve um clima bem informal: sem horário predefinido, algumas pessoas arrumando a cozinha após o jantar, e crianças passando eventualmente. Mas havia algumas metodologias como uma pauta, um facilitador e uma pessoa fazendo a ata – um mínimo de organização, que, segundo Kasper (2008), é essencial para que quaisquer reuniões sejam produtivas. A conversa na reunião se mostrou bastante tranquila, levando o tempo necessário para que cada assunto se esgotasse (ainda que

⁸² Na verdade, embora cada indivíduo possa, no processo de consenso, “bloquear” (vetar) qualquer decisão, quando o faz, espera-se que dê alternativas (CUNNINGHAM; WEARING, 2013). Bloqueios legítimos precisam ser por princípios, não por preferências pessoais, e, em realidade, devem ser evitados – idealmente, são bem poucos ao longo de toda a vida de uma pessoa (LITFIN, 2014; CHRISTIAN, 2003).

⁸³ Alguns demonstraram, como ressaltamos anteriormente, entender consenso como sinônimo de “unanimidade”. Apenas um entrevistado, recém-chegado, referiu-se à forma de tomada de decisão na Ecovila Tibá como “consenso”.

temporariamente) e com espaço para que todos se expressassem – o que fazia com que as decisões fossem relativamente demoradas, como evidenciado na literatura. Os entrevistados relacionaram isso a uma necessidade de se dar tempo para aprofundar discussões e amadurecer decisões:

Às vezes a gente tira uma conversa, uma diretriz, mas [...] precisa de desenvolvimento, a gente percebe nessas falas, uma pessoa entendeu de um jeito, uma pessoa entendeu de outro, então a gente resgata e fala “Ó, vamo conversar de novo? [...] Precisa maturar mais? Deixa pra próxima reunião?” [...] A troca de trabalho por valor de cota foi uma [decisão] que foi e voltou... [...] O uso do banco de horas foi uma ferramenta que a gente discutiu, implantou, tentou executar duas vezes, [...] depois falou “não, chega, não tá... essa discussão ninguém quer fazer, sobre a valorização do trabalho, então... [...] Acordamos em desistir, depois, se precisar, volta. Até hoje não voltou. Pode ser que precisasse? Pode ser. [...] Tem assuntos que acontece... Normalmente são assuntos que a gente quer praticar diferente, mas tá muito enraizado outra forma. Então precisa de muita reflexão da comunidade pra chegar a um encaminhamento, então normalmente a gente dá tempo... (Gilda)

Tem alguns acordos de convivência que exigem um aprofundamento maior nas reuniões porque as pessoas pensam diferente, tem um valor diferente pra cada coisa, né? Mas o fato de isso ser decidido em assembleia, em reunião, geral e todo mundo junto... Falam que as coisas coletivas, elas demoram mais mas elas são mais certas, né? Do que alguém impondo uma maneira. Então, quando é decidido coletivamente e tal, às vezes precisa de mais tempo pra conversar, pra entrar num acordo, né. Mesmo que esse acordo seja sair da comunidade porque já não dá mais, entende? (Zélia)

Mas alguns entrevistados comentaram também que muitas vezes era preciso trabalhar com o melhor que se tinha no momento, em vez de continuar aprofundando indefinidamente as discussões, buscando soluções perfeitas. Ao que parece, isso, somado ao desenvolvimento de confiança social, vinha tornando as discussões decisórias cada vez mais agilizadas:

Eu lembro a 1ª reunião que eu participei aqui, ela durou o dia inteiro, foram 8 horas de reunião. A 2ª foram 6 horas, a outra foram 5, e agora as nossas reuniões duram 1 hora e meia, duas... [...] Por quê? Porque tá fluindo, as pessoas tão confiando umas nas outras, nas pétalas... Então o financeiro chega e fala “ó, vamos precisar aumentar as taxas”. A gente sabe que esse financeiro tentou de todas as maneiras fazer com que não tivesse que subir essa taxa, se ele tá falando que precisa subir, é porque vai ter que subir mesmo, né... Então é isso, conforme as pétalas foram funcionando, a gente foi confiando no trabalho uns dos outros, as reuniões decisivas foram ficando quase que desnecessárias. (Flávia)

A mesma entrevistada comentou que um fator que ajudava a agilizar as decisões eram as “conversas em *off*” que aconteciam principalmente durante as refeições, pois quando chegava o momento das reuniões o assunto já estava encaminhado. Essa otimização dos processos decisórios, no entanto, segundo os moradores, só vinha sendo possível porque o grupo era relativamente pequeno e já estava vivendo junto há algum tempo. Assim como

observado na literatura, os entrevistados falaram das dificuldades de se alcançar consentimentos com um grupo grande – e também com pessoas novas no grupo, situação em que a confiança conquistada diminuía e podia ser necessário usar o voto de maioria:

O consenso coletivo, [...] numa reunião numerosa, é bem difícil, quase utópico, então, [...] a gente conseguir “jóia” de todo mundo é muito raro. Às vezes a gente consegue um, tipo, “vai lá, tenta, vamos tentar dessa forma um tempo...” então as reuniões têm sempre essas divergências, e assuntos importantes, delicados de serem tratados, mas eu sempre vi eles serem tratados da forma como eu acho que tem que ser: colocando as cartas na mesa e pensando sempre no coletivo, pensando no que é importante pra que a gente atinja os nossos objetivos de médio e longo prazo, né. (Benício)

Eu sinto que o consentimento ele surge quando existe uma relação forte de confiança entre as pessoas do grupo. Porque daí você entrega, “ah, não tá fazendo sentido pra mim, mas... confio nesse grupo, vamos ver...” Quando começa a chegar um monte de gente nova, [...] acho que a relação de confiança dá uma abaixadinha, e aí os consentimentos ficam mais difíceis de serem atingidos. Aí o que você tem na verdade é voto de maioria. “Tá, beleza, né, vai”. [...] Pode ser que a gente tenha que lidar com isso nesse cenário atual. (Carolina)

Apesar dessas dificuldades, os moradores da Ecovila Tibá demonstraram bastante satisfação com a boa qualidade das conversas nos processos decisórios da comunidade – em especial um morador recém-chegado, que comentou:

As minhas dinâmicas cotidianas sempre são de discussões muito intensas, e de coisas muito assim, do meu trabalho, por exemplo, né? Então pra mim aqui sempre foi tudo muito brando. Às vezes as pessoas falam “nossa, a reunião foi pesada, teve assunto polêmico...” E eu não percebi que teve esse assunto polêmico, porque foi tudo tratado de uma forma muito cortês... [...] Então eu não me vi em situações de conflito pra decidir nada. Mas, por outro lado, qualquer detalhe rola uma discussão profunda, e detalhada. De cada pequeno aspecto. É sempre aberto, cada um dá sua opinião, e o assunto é gerido aos poucos. E eu acho isso uma coisa muito boa, você ter tempo pra analisar em profundidade, porque é aí que você sai do padrão, né, do comportamento-padrão... Você pára pra refletir formas melhores de se comportar. (Benício)

Os entrevistados falaram bastante sobre a importância da participação/expressão de todos nas reuniões, e, conseqüentemente, nas decisões.⁸⁴ Uma entrevistada comentou que as melhores decisões costumavam emergir quando havia intensa participação, por exemplo, a partir do que eles chamavam “chuvas de ideias” – quando uma ideia sucessivamente puxava outras, de outras pessoas. A partir desse desejo de que todos se expressassem e participassem,

⁸⁴ Nesse ponto ainda não havia ocorrido a rediscussão sobre os “poderes de voto” dos moradores temporários, como explicamos ao final da seção 4.2.1. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo que um morador temporário não tenha poder de decisão sobre determinado assunto, isso não significa que não poderia dar ideias e expressar sua opinião.

evidenciaram-se posições diversas. Alguns falaram sobre tentar “puxar pelas pessoas” mais quietinhas:

Eu costumo trabalhar a minha percepção sobre quem é mais quietinho, né, justamente pra chegar nessas pessoas, por entender que elas são quietas por uma dificuldade, assim, não porque elas escolhem, né. [...] Então cabe a quem é mais soltinho ter esse olhar, essa preocupação com quem tem dificuldade de se expressar, de se colocar. E na medida que a gente consegue, [...] procuramos criar espaços pra essas pessoas participarem tanto quanto quem é mais solto. Que entendemos que todos que moram aqui têm esse dever de se expressar, pra se sentir cada vez melhor e construir junto. [...] Então isso tem que ser incentivado, né. Respeitando as limitações da pessoa, né, nada é forçado. Mas só com essa atenção. (Pedro)

Outros entrevistados, por sua vez, ressaltaram a importância de respeitar que há pessoas “que preferem ser mais pontuais, ou não têm tanta necessidade de se expressar, ou se sentem contempladas [com as decisões do coletivo]” (Fabrício). De fato, houve uma voluntária que explicitou gostar mais de ouvir do que de falar. Assim, é interessante notar que, embora a participação nas reuniões e decisões fosse altamente incentivada, ela também não era obrigatória. Uma entrevistada esclareceu que havia um acordo de que quem não ia às reuniões estava consentindo que as decisões fossem tomadas pelos demais. Outro entrevistado comentou:

Se você quer aproveitar a reunião da flor, você traz pauta, você traz informe. [...] Se você quer dormir você dorme, se você não quer vir, não vem, ninguém vai pedir sua presença. Agora, se você quer participar da comunidade, você tem que estar lá. Você tem que estar nessa reunião, tem que participar, tem que ser ativista mesmo. É onde você vai conseguir as coisas que você acredita que precisam ser feitas. (Rogério)

Ao que parece, na Ecovila Tibá as reuniões da flor costumavam ter um bom *quorum* – o que, pode-se presumir, provavelmente se relacionava bastante também ao fato de a ecovila ser jovem. Franke (2012) ressalta que, ao longo do tempo, comumente ocorre um certo declínio de participação social (em encontros e processos de decisão) em comunidades, como observado, por exemplo, pelo próprio autor em EVI e por Meijering (2012) em Toustrup Mark (Dinamarca). Alguns autores já notaram que a obrigatoriedade ou não das atividades pode influenciar bastante na qualidade da participação e na satisfação geral dos moradores de ecovilas. Por exemplo, assim como na Tibá, na ecovila (não identificada) estudada por Ergas (2010), os encontros são facultativos, mas estimulados através de uma atmosfera social atraente, e dessa forma contam com alta taxa de participação. Isso nos leva a pensar uma outra parte específica da autogestão: as regras comunitárias.

4.2.3 A construção coletiva de regras e a importância da flexibilidade

Uma forma importante de regular a vida em comunidades é a existência de regras e políticas explícitas, que determinam desde questões de desenvolvimento físico do espaço, como práticas de construção e design de moradias, uso da terra e de recursos, tratamento de resíduos, até aspectos pessoais e sociais de planejamento, como os processos de entrada e saída de membros (KASPER, 2008). Kasper ressalta que tais políticas podem ser bem restritivas e costumam gerar formas de divisão de trabalho, certa burocracia e, em alguns casos, alguma hierarquia – o que, no entanto, costuma ser contrabalançado por práticas como os processos decisórios baseados em consenso, procurando evitar efeitos indesejáveis como hierarquias rígidas, desequilíbrios de poder, impessoalidade e inflexibilidade. Muitas vezes essas regras e políticas são claramente explicitadas em documentos comunitários (alguns longos e detalhados, outros bem gerais), normalmente elaborados pelos membros fundadores, mas abertos a mudanças consideradas necessárias pelos membros atuais (KASPER, 2008). A autora observou que a participação na elaboração de políticas, ainda que seja um processo dispendioso, gera um maior senso de co-propriedade e corresponsabilidade entre os membros.

Um tipo muito comum de regras existentes em ecovilas são as de “admissão”⁸⁵ de novos membros. Geralmente há procedimentos que incluem um período probacional, o que funciona como uma espécie de “seguro” para as comunidades (KUNZE, 2012). De forma geral, quanto mais antigas elas forem, mais se usam longos processos; já em comunidades recentes ou em formação, é comum que se aceitem facilmente novos membros. Por exemplo, em uma ecovila na Itália recém-formada após um grande terremoto (Ecovillaggio Autoconstruído, abreviada “EVA”), não havia qualquer processo seletivo, e a comunidade era considerada não apenas o grupo nuclear de pessoas que morariam na ecovila; mas um número mais amplo de indivíduos gravitando ao seu redor, com diversos níveis de engajamento (FOIS; FORINO, 2014). Por outro lado, Litfin (2014) ressalta que a ausência de processos de admissão pode gerar problemas no médio ou longo prazo, especialmente se o determinante passa a ser as forças de mercado – pois, dessa forma, a “fábrica social” dessas ecovilas se enfraquece, como ocorreu, por exemplo, em Crystal Waters. Christian (2003) enfatiza que a seleção cuidadosa de membros é fundamental para que as ecovilas mantenham uma visão

⁸⁵ Em inglês, *membership*. Nem sempre se trata efetivamente de uma associação formal, no sentido jurídico.

comum,⁸⁶ o que, por sua vez, é necessário para viabilizar uma comunidade. Além do período probacional, há outras ferramentas para procurar garantir que se mantenha um comprometimento com a visão e os valores de uma ecovila. Em Lynedoch, por exemplo, existem restrições à revenda dos lotes, para evitar especulação, e os compradores precisam ser aprovados pela associação de moradores (SWILLING; ANNECKE, 2006). Em muitas ecovilas existe mesmo uma impossibilidade de venda de lotes, quando a terra pertence a uma Pessoa Jurídica à qual os membros são associados; nesse caso, o máximo que se pode fazer é vender títulos da associação, e mesmo assim com restrições – é o caso da própria Ecovila Tibá.

Apesar da importância das normas e políticas comunitárias, é preciso cuidado para que elas não se tornem demasiado rígidas. Kunze (2012) enfatiza que as estruturas institucionais precisam ser flexíveis e responsivas às necessidades particulares dos indivíduos, e que, para que as regras de associação sejam construtivas, elas precisam balancear liberdade individual, cooperação/responsabilidade comunitárias e incorporação sustentável da comunidade na sociedade e no seu ambiente ecológico. A partir de um estudo em sete comunidades, a autora observou a importância de que as regras de associação permitam contratos *individuais* entre cada membro e a comunidade, com diferentes níveis de comprometimento – pois, com isso, respeitam-se as necessidades particulares e a comunidade ganha diversidade e resiliência.

A Ecovila Tibá tinha algumas regras básicas formalizadas em seus documentos internos. O estatuto estabelecia a finalidade da associação e incluía aspectos gerais como parâmetros de admissão e exclusão de associados, direitos e deveres dos associados, fontes de recurso para manutenção da associação, constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos.⁸⁷ Já o regimento interno tratava das categorias de “membros atuantes na Ecovila, associados ou não”, e definia aspectos como: processos de inserção e integração; processos de reconciliação ou exclusão; patrimônio; processos de decisão; usos e ocupação (incluindo moradia e hospedagem, usos da terra, consumo, empreendimentos solidários); e a conduta (encorajada) dos membros.⁸⁸ Tais documentos foram elaborados quando da formação da ecovila, mas já haviam sido revisados posteriormente. O regimento se inicia mencionando que, para cumprir seu “objetivo de ordenar harmoniosamente as

⁸⁶ Discutiremos mais adiante (seções 6.1.2 - 6.1.3) a tensão entre uma visão comum, gerando certa homogeneidade, e a diversidade.

⁸⁷ Ver anexo 2.

⁸⁸ Ver anexo 3.

instâncias e as relações entre os/as associados/as e destes com a própria Ecovila”, “deve ser revisto e melhorado/aperfeiçoado sempre que necessário”. Mas a maioria das regras na Tibá eram informais, questões discutidas e rediscutidas nas reuniões comunitárias que acabavam gerando acordos construídos coletivamente por quem estivesse vivendo lá. Todos os entrevistados demonstraram satisfação com as regras existentes, ainda que ponderando a partir de suas necessidades individuais:

Ah, eu acho que tem sido bom, sabe... [...] Tá todo mundo de acordo, assim... não tem ninguém, nossa, fazendo um super sacrifício pra cumprir tal regra, sabe... é algo bem sincero, assim, de cada um, eu acho. [...] Acho que até justamente por ser criado por todos, né... não ser algo que só uma pessoa diz e todos fazem, mas é algo que a gente cria junto, assim... e... se a pessoa não concorda com a ideia... [...] Nas reuniões, a gente sempre tenta discutir as coisas que tão incomodando, como a gente faz pra reelaborar, e... pra tentar manter essa ordem, essa compreensão de todo mundo... (Bia)

Eu sou uma pessoa muito prática, [...] então pra mim tem regra de menos. [...] Se eu pudesse eu enchia regra em tudo, porque eu acho que isso aliviaria bastante o meu estresse sobre muitas coisas, sabe? Então, tipo, eu olho aquela prateleira da cozinha, por exemplo, onde tão guardados os utensílios, eu quero morrer com aquilo!... rsrs. Eu acho que se botasse regra, “aqui, só panela de pressão”, “aqui, só tijela”... Primeiro que ia poupar o meu tempo, porque eu ia saber exatamente onde tão as coisas, e segundo que ia ficar mais organizado, né. Mas eu sou assim, na minha vida, eu tenho tudo extremamente organizado, estruturado, e tal. Pensando no coletivo, eu acho que a gente tá num ponto bom de regras. [...] É o *meu* cérebro que funciona assim, e é isso que eu falo de você vencer seu ego, não querer que as coisas sejam como você gostaria que fosse, né. É você entender o tempo do coletivo... (Flávia)

Alguns entrevistados comentaram que havia, na verdade, uma intenção explícita de reduzir as obrigatoriedades a um mínimo – na busca de resguardar as individualidades. Um dos poucos acordos claros de obrigatoriedade na ecovila era o chamado “cuidado coletivo”, que incluía o preparo de refeições coletivas e a manutenção da organização e limpeza de espaços comunitários uma vez por semana (falaremos mais sobre isso na seção seguinte). Fora isso, parecia haver de fato poucas regras, e bastante flexibilidade em relação às existentes:

A gente [...] achou que era legal ter esse cantinho dos vícios e não proibir, assim, sabe? Porque também tem o tempo da pessoa, ela quer fumar, deixa ela, né? Quer beber também. Acredita que isso é um processo na vida dela, né, [...] ela tem esse direito. Mas como alinhar, né, com o que é uma boa influência - é meio moralista isso, né, mas assim - o que seria legal pra criança estar convivendo ou não, né? [...] O lance de alimentação, a carne ou a não carne. [...] Simplesmente “ah, quero comer uma bolacha Bono, o que que eu faço”, sabe? São questões que demoraram... (Zélia)

Uma coisa que eu sempre percebo aqui é que, se for pra melhorar pro coletivo, pra todas as pessoas, sempre as regras podem ser flexibilizadas, elas são sempre reanalisadas no contexto, e sempre existe espaço pra discussão, e debate... [...] Parece que as regras tão em constante mutação. [...] E muitas vezes as regras evoluem entre apenas os interessados diretos, assim, o resto do coletivo não precisa

se mobilizar, ou saber que aquele ponto da regra tá sendo quebrado. Desde que a intenção esteja sendo cumprida, e tá melhor pras pessoas, é uma coisa que flui bem, assim. Então eu acho essa forma de lidar com as regras muito interessante. Elas devem existir, mas sempre deve haver muito espaço pro debate sobre o porquê delas, se elas fazem sentido, se elas tão chegando ao objetivo proposto... [...] E, quando as regras não são seguidas, eu percebo que todo mundo tem uma abertura muito grande pra escutar críticas, sabe... [...] Não é do aspecto de repressão, de punição, [...] é do aspecto só de te lembrar de que o melhor pro coletivo... [...] E eu acho que, assim, as pessoas vendo sentido nas regras que elas tão seguindo, existe uma tendência muito maior dela seguir essa regra e se sentir bem com isso. (Benício)

Algumas regras elas se tornam necessárias pra gente viver melhor em grupo, de forma mais harmoniosa. E todas as regras são quebradas de vez em quando, por todos, né... porque na minha cabeça também as regras elas são só um ponto de partida, assim, pro aprendizado, né. E, quando elas são quebradas, [...] se isso incomodou alguém, isso é conversado, né, isso é exposto, o incômodo é exposto, traz-se a reflexão sobre a regra (naturalmente há essa reflexão, né), porque se ela for quebrada então talvez ela deva ser mais flexível, no acordo formal, né, verbal... ou não, né? Aí também não tem uma receita não. Cada caso é um caso, né, depende da situação mesmo. (Pedro)

Essa flexibilidade de regras na Ecovila Tibá vinha gerando alguns acordos diferentes de cada pessoa com a comunidade – algo que Kunze (2012), como vimos acima, sugere ser bastante desejável. Um morador comentou:

Tem pessoas que têm disponibilidades diferentes, mas isso não é necessariamente um privilégio, é [...] que cada um tá sob um acordo diferente. Os privilégios que existem eles têm que ser justificados. Eu vou dar um exemplo claro de privilégio: cuidado coletivo tem coisas a fazer desde a manhã até de noite, e coisas muito pesadas, como lavar o banheiro, varrer o barracão, lavar os pratos, mexer na despensa, mas eu, por exemplo, e a Gilda, a gente acaba não fazendo isso. Porque a gente tem que estar às oito da manhã trabalhando e tem que trabalhar até as seis da tarde. E é nesse momento que essas coisas vão acontecer. [...] Como a gente não consegue estar aqui durante esse horário, a gente tá dispensado disso, mas a gente tenta compensar isso. [...] Eu acordo mais cedo pra cuidar do café da manhã, adianto o café da manhã da turma do dia chegar e eu cuido de tirar a louça, de fechar a cozinha no final do dia. Então, as pessoas da cozinha que teriam que pôr o jantar, esperar todo mundo jantar e arrumar a cozinha, depois que elas põem o jantar, elas estão dispensadas e eu cuido do resto todo. Então, eu tento fazer essa compensação, que em termos, talvez, de horas, não dê exatamente a compensação que o pessoal vai ter. No entanto, a comunidade entende, e [...] eu ouvi esses dias, e acho legal ouvir isso das pessoas da comunidade, que apesar de eu ter que trabalhar oito horas por dia, eu faço o possível pra não deixar a minha equipe do meu dia sem mim. Então, [...] eles entendem que eu tô fazendo o meu sacrifício também. E, quando eu tô de férias, eu me proponho a estar aqui o dia inteiro, e fazer as coisas do jeito que eu já faria, já que eu não tenho motivo pra ter privilégio. (José)

Outro exemplo de flexibilização já havia ocorrido também em relação a uma regra mais formal, a de construção de moradias. Embora a princípio só se pudesse construir uma

casa na ecovila após a compra da cota⁸⁹ (o que por sua vez só ocorria após o processo de inserção), houve uma situação que configurou, de certa forma, uma exceção a isso: um membro em processo de inserção teve uma oportunidade de comprar dois contêineres por um preço baixo, e a comunidade permitiu que ele construísse uma casa de contêiner, já que, em princípio, tratava-se de algo móvel.⁹⁰ Adicionalmente, um voluntário que estava morando há um ano na ecovila vinha usufruindo de um pequeno quatinho de bioconstrução que havia sido um galinheiro e foi reformado por ele e outros moradores.⁹¹ Mas havia também regras, como o cuidado coletivo, que acabavam sendo um pouco mais rígidas, no sentido de haver cobranças quando não eram cumpridas. Nesses casos, ao que parece, em geral se conseguia resolver na conversa:

Se tá tendo algum comportamento que tá indo contra as diretrizes, então a gente volta na reunião [da flor], [...] fala sobre o que tá acontecendo, e pede pra cada um se colocar a respeito do assunto. Aí o coletivo [...] vai tecendo as falas, vai tentando resolver. E é interessante ouvir essas reuniões, que é... “ah, o fulano tá deixando louça suja... eu sei que eu também faço isso de vez em quando, e é por isso que quando eu vejo suja eu lavo, porque eu sei que quando eu deixo, outra pessoa lava... mas é bom reduzir, né?” (rsrs) [...] Hoje, com esse grupo, acontece mais ou menos assim: gera um ruído na comunidade, a gente ouve esse ruído, e normalmente tenta [...] trazer pra reunião [...] pra que se tome uma direção ali [...]. “Então tá, então vamos tentar fazer isso”. [...] Depois de um tempo, às vezes o assunto volta pra reunião, porque “ó, não deu certo, por causa de”... “ah, tá, vamo tentar resolver de outro jeito”. “Ah, falta comunicação”. “Então vamos colocar mais comunicação...” O resultado da separação de resíduos lá no [...] galpão, aquelas plaquinhas ali, é comunicação porque o pessoal não tava conseguindo separar direito os resíduos [...]. Agora melhorou. [...] É mais ou menos isso, a gente vai tentando achar onde está o problema... (Gilda)

Uma entrevistada falou sobre uma dificuldade de *lembrar* de uma série de diretrizes que já haviam sido definidas em reuniões mas que não eram assuntos trabalhados cotidianamente (por exemplo, sobre acolhimento dos visitantes, pesquisas na ecovila, trânsito de “*pets*”, relação com as crianças, distribuição de renda a partir de empreendimentos relacionados com a ecovila). Segundo essa entrevistada, a comunicação era um ponto frágil da ecovila, pois os acordos resultantes das reuniões não eram registrados em lugar de fácil acesso. Mas, mesmo em relação a assuntos bastante cotidianos como os acordos sobre fumo

⁸⁹ Formalmente, para construir uma casa na Ecovila Tibá uma pessoa precisava possuir um T-INFRA (Título de Infraestrutura), que era a chamada “cota”. Ao construir, ela adquiria também um T-BEN (Título de Benfeitoria), que correspondia ao usufruto da edificação.

⁹⁰ Posteriormente, no entanto, descobriram que transportá-la não era viável financeiramente.

⁹¹ Isso pode se configurar como uma exceção porque os demais voluntários moravam em barraca. No entanto, a estrutura era preexistente, e o voluntário em questão não adquiriu um título de benfeitoria com a reforma – apenas lhe foi cedido o usufruto.

(p. ex. não fumar perto de crianças), também existiam dificuldades. Por outro lado, discussões sobre isso já haviam levado algumas pessoas a parar de fumar, por escolha própria. Outra questão que costumava gerar problemas era a organização dos espaços comuns:

Tinha um lema num coletivo [...] assim: "se você vê uma tarefa, logo, ela é sua". Daí eu falava: "Não! Não é!" Eu acho que é "cuide dos seus rastros", sabe? [...] É um lugar muito aberto, a gente vai deixando uma coisa ali, outra coisa aqui, o que é arrumado pra você não é para o outro, né? Então são afinações, assim, que antes dava mais trabalho, agora que a gente já tá há mais tempo exercitando essas práticas coletivas e metodologias e tudo, eu acho que flui melhor, assim... (Zélia)

A noção de arrumado ou desarrumado é muito fluida, muito diferente de uma pessoa pra outra. Então, às vezes, a pessoa fala "Fui lá e arrumei o barracão" e as pessoas não acham nada no barracão. [...] E isso já foi um problema, já foi uma questão de reunião que consumiu a reunião inteira e tal. Hoje em dia, já tá numa situação em que a gente tem que lembrar só. [...] Todo mundo tá mais ou menos sensibilizado com relação a isso, então, o que muitas vezes falta é "olha, vamos pegar tal dia e vamos fazer um mutirão pra arrumar *melhor* o barracão?" [...] Então, problemas acontecem e a gente tenta fazer essas obrigatoriedades serem uma iniciativa da comunidade, e não uma imposição. Talvez, a imposição que é colocada é "eu imponho que existe um problema, eu imponho que existe um desconforto, eu imponho que pessoas estão sendo maltratadas por tal coisa", essa é a imposição. A forma como isso vai ser resolvido, a comunidade resolve. Só não pode é ignorar essas pessoas que estão sendo maltratadas ou esse desconforto ou esse problema. (José)

Essa última fala nos remete de volta à questão da qualidade das relações humanas, lembrando-nos que não é algo socialmente sustentável deixar que as regras, seja pelo lado da falta de cumprimento ou do excesso de obrigatoriedades, passem por cima das necessidades (objetivas ou subjetivas) das pessoas. A partir de preocupações nesse sentido, alguns entrevistados da Tibá explicitaram até mesmo um sonho de não precisar de regras, reconhecendo, porém, que existiria um longo processo de evolução associado a isso:

Pra mim [...] o mais legal seria a gente não ter diretriz. A gente se olhar, entender, sentir a necessidade, e fluir... só que a gente tem que ter essa maturidade... [...] Um dia, eu sonho que [...] a gente não vai precisar mais. A gente já vai ter introjetado a coisa num nível que a coisa vai fluir. A gente só precisa de diretriz, ela só nos ajuda, porque a gente precisa de algo que intermedie a situação de se colocar no lugar do outro. Quando se colocar no lugar do outro tem lacunas ou dificuldades, a gente precisa de algo que traduza isso, que faça o meio de campo, e as diretrizes servem pra isso. Fumante, por exemplo, né... se as pessoas fossem tranquilas de olhar assim "poxa, a pessoa não fuma, né, será que eu pergunto se tudo bem eu fumar aqui? Ah tem criança, como que é, a pessoa não fuma, vai inalar minha fumaça..." sabe isso? Não é nem por maldade, é que às vezes não tem esse "simancol", isso acontece, não é que eu tenho todos os "simancois", não tenho. Então acho que é pra isso que servem as diretrizes. (Carolina)

Acho que o ideal seria não ter regra nenhuma, que a coisa fluísse, como muitas pessoas daqui sonham, sabe? Mas eu tenho o pé um pouco mais no chão, eu sei da onde nós viemos, da educação que nós tivemos, e a gente vai levar um tempo pra chegar nesse processo da autogestão total. [...] Eu acho que tá num ponto bom de

regras aqui na comunidade, e acho que a tendência é ir diminuindo cada vez mais as regras. (Flávia)

Ao mesmo tempo em que existia esse desejo, a Ecovila Tibá também prezava bastante por suas regras. É preciso lembrar que a ausência delas também pode gerar problemas. Por exemplo, na Comunidade Campina (BA),⁹² Marques Neto (2005) observou que a falta de conjuntos de normas e regras – assim como de processos claros de tomada de decisões, mecanismos para a resolução de conflitos e conversação aberta e clara dos interesses privados e coletivos – dificultava o fortalecimento dos laços de solidariedade no grupo. Evidentemente, tudo depende de encontrar um ponto de equilíbrio na quantidade e qualidade das regras. Na Tibá, isso parecia vir se dando através de uma espécie de “autorregulação” – assim como ocorria em relação às lideranças:

Quando as regras são demais, [...] tem uma resposta social aqui dentro. Então, exagerou, pôs regra demais, ela não vai ser cumprida. Você vai tentar e você vai ver que ela não tá sendo cumprida. Tem uma hora que todo mundo vai falar: "ah, então, não deu certo, né? Vamos criar outra?" (Lívia)

O grau de flexibilidade de regras alcançado na Ecovila Tibá parecia, então, vir funcionando bastante bem até o momento da pesquisa. A construção coletiva dos acordos fazia com que eles gozassem de uma ampla aceitação, diminuindo a necessidade (ou a sensação) de obrigatoriedade e favorecendo a manutenção de liberdades individuais. Mas, assim como é necessário relativizar a ideia (muitas vezes superestimada ou até ilusória) de liberdade,⁹³ é importante procurar não criar uma “aversão” em relação às obrigatoriedades. Afinal, em sociedade todos temos obrigações; em uma ecovila, ao que parece, elas apenas são *outras*. Na verdade, quando da segunda visita de campo à Tibá, cerca de um ano e três meses após a primeira, a pesquisadora soube que a comunidade havia sentido necessidade de repensar algumas regras relativas à permanência de não sócios na ecovila (falaremos melhor sobre isso na seção 5.1.2). Por ora, foquemos nossas atenções nas atividades coletivas que, de certa forma, “materializam” as regras e a dinâmica comunitária como um todo.

⁹² Apesar de não se autointitular uma ecovila, pelos nossos critérios esta comunidade poderia ser considerada como tal.

⁹³ Ver discussão nas seções 3.3.1 e 4.1.1.

4.2.4 Atividades comunitárias: o estímulo ao fazer coletivo

Em comunidades autogestionadas como as ecovilas, normalmente há diversas atividades internas realizadas coletivamente ou em benefício do coletivo – desde tarefas necessárias ao funcionamento comunitário até festividades, passando por atividades visando à geração de renda. É claro que, na verdade, o que é necessário ou não é algo relativo, e as “funções sociais” dessas atividades com frequência se superpõem. Apenas a título de organização, nesta seção deixaremos as questões voltadas para a geração de renda para mais adiante (seção 5.1.3) e trataremos daquelas atividades mais relacionadas à organização comunitária – podemos chamá-las de “atividades comunitárias”, “atividades voluntárias internas” ou “trabalhos voluntários internos”.

É interessante notar algo logo de início: como tendemos a usar a palavra “trabalho” para nos referir a atividades “necessárias” ou obrigatórias que geram renda, enquanto o termo “voluntário” costuma ser associado à escolha e à não remuneração. Assim, a expressão “trabalho voluntário” pode gerar certa sensação de contradição, relacionada a essa separação que fazemos do mundo do trabalho em relação ao mundo da vida. Em ecovilas, no entanto, onde em geral se escolhe morar justamente para poder viver mais de acordo com o que se acredita, muitas vezes esse limite entre o obrigatório e o espontâneo, assim como sua relação com a geração ou não de renda, se torna difuso. A obrigatoriedade acaba surgindo muito devido a um compromisso que foi assumido com o coletivo, mas isso não significa que a atividade em questão não seja, também, voluntária.

Uma parte importante do que podemos chamar de atividades comunitárias na verdade já foi discutida nas seções anteriores: as reuniões para tomada de decisões e elaboração de regras e acordos. Esse tipo de atividade é extremamente necessária ao funcionamento comunitário e pode talvez “se encaixar” no que Kasper (2008) chama de “encontros de trabalho”.⁹⁴ A partir de seu estudo em oito ecovilas (não identificadas) nos EUA, a autora sugere que tais encontros, para ser produtivos, precisam ser cuidadosamente planejados (com agendas claras, protocolos estabelecidos e papéis bem definidos), e que, feitos dessa forma, eles reforçam o senso comunitário entre os membros – já que é necessário se ouvir, se comprometer, superar conflitos e renovar o senso de propósito. No entanto, um excesso de encontros formais (que muitas vezes são obrigatórios) é algo que pode gerar problemas.

⁹⁴ No original, *business meetings*.

Talvez por isso, em algumas ecovilas, eles sejam “suavizados”. Em EVI, por exemplo, Kirby (2003) observou que o nível de envolvimento comunitário é uma decisão bastante individual.

Seja formal ou informal, obrigatório ou facultativo, o trabalho compartilhado é uma importante forma de interação social em ecovilas. Newman e Nixon (2014) e Brombin (2015) observaram que as práticas de produção de alimentos, em especial, são meios privilegiados para articular relações sociais – além de ser vistas como ferramenta para o crescimento pessoal (BROMBIN, 2015). Embora não haja muita informação sobre tais trabalhos comunitários na literatura levantada sobre ecovilas, eles provavelmente existem em todas elas, em maior ou menor grau. Afinal, quase toda ecovila tem plantios, empreende construções, realiza refeições coletivas etc. Como se dá a divisão de tarefas para tais atividades, no entanto, é algo que pode variar bastante, e que pode dizer muito sobre a autogestão de uma comunidade.

Na Ecovila Tibá, o maior ícone dessas atividades voluntárias internas era o cuidado coletivo – prática em que, cada dia (útil) da semana, um grupo diferente de pessoas preparava as três refeições comunitárias e cuidava de algumas tarefas como arrumar a dispensa, limpar a geladeira ou os banheiros coletivos. Todos os entrevistados avaliavam muito positivamente a existência dessa prática, sugerindo que ela tinha um importante papel no funcionamento comunitário. Uma entrevistada explicou o porquê da obrigatoriedade dessa atividade, e outro comentou sobre sua satisfação com os trabalhos coletivos em geral:

[O] cuidado coletivo é um item pra todo mundo que tá morando, vivenciando, tem que participar, porque a gente enxerga como convívio social. Se a pessoa não participa do cuidado coletivo ela tá deixando de conhecer as pessoas no dia-a-dia e isso pode gerar algum problema no coletivo, desentendimento, a pessoa não entender o que tá rolando, ficar muito afastada, começa a falhar em comunicação... aí isso a gente fala “não, tem que participar do cuidado coletivo pra sentir o que que é cozinhar pra todo mundo, que que é limpar o espaço coletivo, que que é encaminhar os resíduos, porque a pessoa vai ter a casa dela, a gente vai pedir que separe os resíduos, então você tem que praticar isso... alguns conceitos básicos da convivência é importante a pessoa desenvolver. (Gilda)

Meu, é uma delícia, [...] as atividades em conjunto... mutirão, ou mesmo o cuidado coletivo... você trabalhar em equipe, e ver uma coisa grande acontecendo, ter uma equipe e você dando uma pequena contribuição, nossa, é uma coisa muito legal também! [...] Às vezes você tá cansado, aí você olha pro lado, o cara fazendo, limpando, arrumando uma coisa que você nem imaginou... nossa que legal, e te dá ânimo pra continuar. Eu acho que o coletivo causa isso também. Acho que o coletivo é mais forte do que a soma dos indivíduos... (Benício)

Evidentemente, o cuidado coletivo eventualmente gerava problemas. Já houve até casos de pessoas simplesmente não comparecerem. Mas, segundo os entrevistados, as

dificuldades vinham sendo bem resolvidas através da conversa, e, com o tempo, o processo como um todo foi melhorando:

Quando alguém não faz [o cuidado coletivo] ou alguém falta ou alguém diz que vai fazer e não faz, é rapidamente sentido, claramente percebido e isso gera descontentamento. Então, se tá combinado que o cuidado coletivo tem que lavar o banheiro, quando não se lava o banheiro, as pessoas ficam chateadas. [...] Aí, na medida em que isso [...] acontece uma, duas, três vezes, vai ficando incômodo e desconfortável demais, isso acaba voltando pra nossa reunião semanal [...]: "olha, tá difícil, nos dias de segunda-feira, por exemplo, [...] toda vez que é pra lavar o banheiro, não lava, e fica ruim, ou lava mal lavado, ou tira o papel, mas não lava a privada, ou lava a privada, mas não tira o papel". E as pessoas, conversando, resolvem isso. Como isso é uma construção, a gente nunca passou realmente por uma situação de a pessoa falar assim "ah, eu não quero fazer isso, não é pra mim, isso é besteira, eu não sou pessoa pra fazer isso, não vale a pena fazer...". Já passamos coisas tipo assim, "puxa, eu não consigo fazer, eu tenho dificuldade, eu me sinto mal, eu acho que eu faço mal feito, eu não sei fazer como vocês fazem" [...]. Então, assim, isso a gente vai conversando e vai fazendo. E vai tentando equalizar. (José)

No começo o quadro do cuidado coletivo tinha muita regra. Pra você mudar o dia você tinha que passar em reunião... Era um estresse esse quadro do cuidado coletivo... [...] Tinha dias que você chegava na cozinha, "uai, cadê a equipe da cozinha?" [...] "Ah, tiveram que viajar, não puderam vir hoje". E tipo, você achou que o almoço ia estar pronto, você não preparou nada, precisa sair, e a pessoa não vinha, porque não tinha esse senso de responsabilidade. Aí tivemos que criar regra pra isso: "se você faltar duas vezes o cuidado coletivo, não sei quê, você tem uma penalidade..." [...] E hoje não, hoje ele flui, é um quadro que não precisa de regras. As pessoas sabem como funciona, [...] seu nome tem que estar lá em algum lugar, e ele flui. [e qual era a penalidade?] Ah, ele ia [...] pra roda de conversa, fazia uma reunião do coração com essa pessoa, e aí todo mundo expunha como tinha se sentido naqueles dias que ficou sem comer (rsrs), e a pessoa ficava envergonhada e geralmente não repetia de novo. (Flávia)

A obrigatoriedade de qualquer atividade coletiva pode, de fato – e provavelmente *tende* a – gerar inconvenientes e desconfortos em seu “embate” com as liberdades individuais. Alguns entrevistados falaram da importância da compreensão do outro nesse contexto:

Tem às vezes uns questionamentos do tipo, “pô, você não tá rendendo”, mas também a pessoa muitas vezes não tá legal, então tem que ter uma compreensão, né, com o tempo de cada um, assim... [...] Tem que olhar bem a situação. (Fabrício)

É todo mundo sentar e entender o momento do outro, né? Por exemplo, tem dia do cuidado coletivo que eu não tô com vontade de acordar cedo, sabe, uma coisa assim? Mas você tem que ir, e vamo lá, o esforço de cada um. Cada um tem um ritmo, cada um tem um tempo, por esse lance da perna também o meu ritmo é outro...⁹⁵ Por exemplo, [...] às vezes eu tô mais lentina na terra, não é uma coisa que eu me disponho tanto a fazer... [...] Mas o diálogo, cada um expando, por que que não quer, ou por que que não tá conseguindo exercer alguma atividade e tal, você começa a entender. [...] Essa coisa de ter reunião toda semana, reunião em toda pétala, esses conflitos é mais tranquilo, assim, não gera um incômodo muito grande, sabe? (Zélia)

⁹⁵ Essa moradora tinha uma pequena deficiência na perna.

É lógico que cansa. De domingo você acordar, por exemplo, é o meu único dia de folga, eu acordar e ter que participar de um mutirão! Falo "nossa, que preguiça, meu, eu quero fazer nada!", mas eu vou ter um próximo domingo pra fazer isso, e na hora que eu tô no momento do mutirão, a gratificação é tão grande, sabe? O retorno por você estar fazendo aquilo, né, de você estar retornando o que você recebeu durante a semana, então acho que vale a pena. (Lívia)

Os mutirões constituíam um outro tipo de atividade comunitária que, anteriormente, ocorria todo mês na ecovila, com a ideia de a comunidade inteira participar, além de pessoas de fora. Porém, a prática não vinha funcionando bem dessa forma, e passou a acontecer apenas quando o grupo de trabalho de alguma pétala solicitava. Ao que parece, se incentivava e se esperava participação de todos nesses mutirões, mas não eram atividades exatamente obrigatórias. Segundo uma entrevistada, à exceção da obrigatoriedade do cuidado coletivo, para o restante das atividades se esperava muito a pró-atividade das pessoas – o que nem sempre ocorria espontaneamente:

A gente se organizou nas sete pétalas justamente nesse sentido: em *alguma* pétala... rrsrs... a pessoa tem que se encaixar, são sete aspectos da vida! Ou ela curte produzir uma cultural, ou ela curte educação, [...] saúde e espiritualidade, ou cuidado com a terra, ou tecnologias renováveis, gestão... [...] Mas é sempre um convite. É natural que, como todo mundo participa, ter cobrança. “Pô, não vejo a pessoa muito no coletivo”... “teve um mutirão, e em três meses a pessoa nunca aparece”... Aí você começa... “Pô, e você, que que foi?” Tentar chamar pra convivência. [...] A gente vai dando tempo pra pessoa se adaptar, tem o olhar pra como tá a vida pessoal da pessoa, às vezes ela precisa estar com a família, estar um pouco fora pra depois voltar... [...] O cuidado coletivo inclusive já foi pensado também, “ah, se a pessoa não participar ela paga um a mais”, porque ela vai financiar quem está no cuidado. O voluntário que talvez trabalha mais no acordado vai receber a mais do que aquela pessoa que não trabalha, sabe? A gente já pensou em talvez fazer uma troca nesse sentido, mas tá em desenvolvimento. (Gilda)

Diversos entrevistados comentaram que, a partir dessa organização nos grupos de trabalho, foi surgindo confiança e conseqüentemente agilidade, na medida em que cada grupo adquiria um *know-how* e uma independência de ação:

O pessoal da terra chega e fala assim “ó, nós vamos dividir o lixo agora em quatro baldes, porque assim fica melhor pra terra”, eu não vou discutir isso. Se o povo que tá na terra, tá lá o dia inteiro, tá dizendo que precisa dividir o balde, só me diz o que que eu tenho que botar em cada balde, que eu tô fazendo. Chega o pessoal da bioconstrução e fala assim “ó, a gente vai precisar fazer um mutirão porque a gente precisa terminar tal parede”. Você vai dizer que o pessoal da bioconstrução tá errado, não precisa fazer? Os caras sabem o que precisa que ser feito, sabe? (Flávia)

Havia também a possibilidade de trocar de grupo de trabalho quando se desejasse – e até certo estímulo nessa direção. Tal sonho de “rotacionar” as pétalas estava muitas vezes relacionado ao de rotacionar as lideranças – já que em geral a pessoa que estava há mais

tempo em uma pétala acabava se tornando líder no assunto (ver seção 4.2.1). No entanto, como já vimos, havia aí dificuldades associadas à especialização:

Tem algumas pétalas que são mais complicadas, a de gestão e tesouraria, essa parte do financeiro... [...] No meu caso, é tentar estabelecer a metodologia pra deixar mais fácil pra passar pra frente. [...] Quando eu sentir que o meu trabalho tá robótico, quatro meses não mudou nada, então eu consigo me organizar pra capacitar pra que outro assuma. [...] Um sonho futuro... não sei que futuro é esse, se é um ano, se é em meses, se é em cinco anos, 10 anos, é a gente rotacionar, a gente poder fazer movimentação de pessoas entre as pétalas, né? [...] Como não tem muita pessoa e o know-how tá carregado, [...] algumas pessoas tão fixas em algumas pétalas, né? (Gilda)

Além dessa fixidez, acabava ocorrendo também com frequência uma certa concentração de trabalho em algumas pessoas. De acordo com uma entrevistada, havia quem estava em diversas pétalas (principalmente mulheres) e quem não estavam em nenhuma.

A gente tá sempre nesse processo de ter algumas [pessoas] sobrecarregadas, que daí conversa, dilui. Então vamos ajudar, ajudar, agora, tá. Estabelecemos o processo. [...] A gente gerou um monte de documentação, contratos, processos, procedimentos, tabelas, planilhas... E agora a gente tá nessa parte de reunir todo mundo, conversar sobre as atividades, passar como são feitas e angariar outras pessoas pra fazer essas atividades. Então tá nessa passagem de bola. (Gilda)

No momento da pesquisa de campo, existia, então, na ecovila, uma necessidade patente de redistribuição do trabalho interno. A divisão de tarefas tende a ser, de fato, um tema complexo em comunidades, especialmente quando se busca, ao mesmo tempo, a equidade e o respeito às individualidades. Uma entrevistada sugeriu que, na Ecovila Tibá, essa sensação de que se está trabalhando mais que outros pode ter a ver *também* (pois não é que não haja elementos objetivos) com uma “falta de equilíbrio entre crítica e autocrítica” e uma falta de visão de processo, e exemplifica:

"Ah, eu tô trabalhando mais que ele, [...] ele não fez a parte dele", e aí, às vezes o dedo tá apontado pra frente, mas você não vê que tem três apontados pra você, entendeu? Então você tá lá criticando sem olhar pro seu lado também. Então tem todo esse exercício de: você faz seu papel [...] e confia. Confia no processo. [...] Eu lembro que teve uma época que nós meninas trabalhávamos fora e os meninos trabalhavam aqui dentro. Que eram os três primeiros casais. Teve um dia que a gente chegou do trabalho e eles estavam jogando pólo na piscina! Meu, aquilo ali subiu ali em cima, sabe?! Mas, poxa, eles têm um trabalho braçal, na terra, um trabalho que cansa! Então, foi um momento que eles tiraram de lazer. Você respeita. Agora, na sua cabeça, você fala "Putá, trabalhei fora, chego agora e vou ter que arrumar a cozinha do almoço, que eles não tinham arrumado, vou ter que fazer a janta, vou ter que encaminhar as crianças e eles tão jogando pólo na piscina!" Então, mas assim, o que eles fizeram? Fizeram outras coisas! [...] [...] As ferramentas que foram criadas de divisão de tarefas, [...] as organizações das pétalas, foi uma evolução de que aí você confia no processo. Poxa, [...] a Pétala da Terra tem um planejamento, em tese, e eles estão executando o seu trabalho. O cuidado coletivo tá executando o seu trabalho. E cada um com a sua qualidade, com o seus avanços. Então é natural,

assim, já vem natural da sociedade essa cobrança do trabalho, e aqui a gente vai tentando confiar no processo e ver a evolução como um todo. (Lívia)

Existem, também, dificuldades mais concretas envolvidas na distribuição dos trabalhos internos na Ecovila Tibá. Uma delas é que os moradores que trabalham fora não conseguem estar tão presentes para se dedicar a eles (como já vimos, há um casal que trabalha na universidade e outro que tem uma loja de alimentos orgânicos na cidade). Mas, mesmo para quem não tem trabalhos externos fixos ou com horários rígidos, a demanda associada às atividades comunitárias pode parecer relativamente alta. Como observou Kirby (2003), se por um lado a vida na ecovila traz certas facilidades e possibilita um estilo de vida alternativo, por outro ela acaba constituindo também mais uma instância de atividades. Duas entrevistadas comentam:

Aqui tem essa aparência de que vai ser mais fácil, tem as refeições, tem o meu cuidado coletivo uma vez por semana, tem algumas obrigações, né? Mas aí, no fundo, a carga de trabalho, ela acaba sendo mais difícil, entendeu? Ainda mais com você tendo que se dedicar exclusivamente aos seus filhos, então você não faz nem uma coisa nem outra direito... (Lívia)

É um pouco desgastante é que é que nem filho: até a criança ter um certo grau de autonomia, ela depende de você. [...] Depois de certa idade, cada vez mais a criança vai ficando autônoma, [...] e a intensidade de energia sua que você deposita naquela relação vai diminuindo, né. Assim eu vejo que é com a ecovila. A gente tá num momento que a ecovila ainda é um bebezinho, [...] e eu sinto que esse grupinho mais inicial nós somos os papais e as mães dessa ecovila, então vai um tanto de energia mais nosso pra ajudar ela a crescer. (Carolina)

Farkas (2017) sugere que em ecovilas existe mesmo um dilema, ou um “paradoxo”, relacionado não só ao tempo, mas a outros aspectos do modo de vida: muitas vezes o que as pessoas que vão viver numa ecovila buscam é “escapar” de uma sociedade excessivamente normatizada, hierarquizada e onde não se tem tempo livre; no entanto, essas comunidades em geral necessitam criar normas próprias, e com frequência envolvem algum nível de hierarquia e uma alta demanda de tempo. No que se refere ao tempo, a autora sugere que o que ocorre é que os moradores de ecovilas em geral são pessoas que vieram da cidade e que acabam mantendo seu modo de vida urbano, “intelectual”, adaptado ao trabalho industrial, ao mesmo tempo em que procuram seguir um conceito de tempo orientado para tarefas, típico do meio rural. Portanto, eles não levam exatamente o que se costuma conhecer como uma “vida rural”; tentam dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo e com frequência ficam sobrecarregados. Dois entrevistados da Ecovila Tibá sugeriram que a maior dificuldade nesse sentido se relacionava principalmente ao pequeno número de pessoas na ecovila:

Eu acho que falta mesmo é gente. [...] Tem muitas coisas a fazer e poucas cabeças pra se dedicar a isso, pra investir corações e mentes no que tem que fazer. Acaba que sobrecarrega uma ou outra pessoa, então [...] é porque tá faltando pessoas [...], porque a gente acredita que dá pra fazer muita coisa sobrecarregando poucos. (José)

De fato, se uma comunidade deseja realizar uma série de atividades internas, mas ao mesmo tempo ainda necessita bastante do dinheiro conseguido externamente, provavelmente seria importante haver um maior número de pessoas. Mas parece essencial também desenvolver uma maior integração das atividades internas com a geração de renda (falaremos sobre isso na seção 5.1.3), pois o fato de algumas pessoas trabalharem fora acaba impondo certa divisão de trabalho, fazendo com que se perca uma potencial naturalidade de distribuição e de não separação entre trabalho e “mundo da vida” que poderia ocorrer em situações de dedicação exclusiva à ecovila. Torna-se evidente aí o que Espinosa e Walker (2013) apontaram como uma estreita ligação entre auto-organização, desenvolvimento comunitário e sustentabilidade.

Vale ressaltar, ainda, que tais atividades voluntárias internas servem, ao mesmo tempo, a funções pragmáticas de autogestão e também ao simples fortalecimento de laços comunitários. Na verdade, tais questões se interpenetram muito. Pode-se pensar que o cuidado coletivo, por exemplo, não seria algo “de primeira necessidade” para o funcionamento da Ecovila Tibá (no sentido de que cada um poderia cuidar da própria alimentação, ou se poderia contratar uma pessoa para cozinhar). Mas o fato é que os entrevistados consideravam-no extremamente importante para a comunidade. No entanto, quando da segunda visita à ecovila, a pesquisadora soube que essa prática havia sido reduzida, deixando de incluir café da manhã e jantar, pois os horários das crianças nas escolas estavam desencontrados. Uma moradora comentou que, devido a isso, as pessoas estavam de fato se vendo menos – o que, pelo menos até o momento, não havia gerado problemas sociais, até porque a comunidade estava (como veremos em maiores detalhes nas seções 5.1.2 e 6.2.2) mais reservada, sem receber muitas pessoas de fora.

Uma questão que se coloca, então, neste contexto, é: será que poderia a autogestão funcionar bem em uma comunidade que não tenha laços sociais bem construídos? A partir do que foi encontrado na literatura sobre ecovilas e outras comunidades intencionais, e também das experiências concretas vivenciadas pela pesquisadora e por diversos amigos e conhecidos inseridos do universo das ecovilas, sugerimos que, provavelmente, não. O que vem sendo chamado, nos modelos de sustentabilidade, de “sustentabilidade social”, e que aqui estamos chamando de “aspectos político-comunitários” da sustentabilidade, não pode, de forma

alguma, ser negligenciado, como é comum nos discursos e nas políticas públicas. Como sustenta um entrevistado da Ecovila Tibá, “as relações humanas são o cerne da coisa” (José). Litfin (2014) argumenta que só será possível sustentar os ecossistemas que nos sustentam se encontrarmos formas de viver e trabalhar juntos; portanto, a principal “necessidade evolutiva” de nossa época, para a autora, seria fomentar confiança social e compartilhamento, criando uma cultura de pertencimento que pode ser pensada também como uma conectividade mais ampla entre seres vivos. A vida social, no entanto, é o tempo todo permeada por fatores mais pragmáticos, de relação com o ambiente, que interferem constantemente nas possibilidades de desenvolver um funcionamento sustentável. Passemos a analisar essas outras instâncias.

5 ASPECTOS ECOLÓGICO-ECONÔMICOS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS

A patente oposição entre *ecologia* e *economia* na sociedade capitalista é algo que está na base dos problemas contemporâneos de insustentabilidade. É importante notar que, em termos epistemológicos, tal oposição não faz qualquer sentido, uma vez que os dois termos compartilham o mesmo radical, “eco”, que vem do grego “oikos”, e significa “casa”, “ambiente”. Ou seja, se “ecologia” é o estudo, o conhecimento, “economia” é o “gerenciamento” ou “gestão” do ambiente. O problema é que, no capitalismo, essa relação foi sendo cada vez mais obscurecida, criando um antagonismo entre sociedade e natureza. Por outro lado, o termo “ecologia”, que na verdade se refere a uma área científica da Biologia, vem sendo muito utilizado, no contexto dos debates ambientais, como sinônimo de “ecologismo” ou ambientalismo,⁹⁶ isto é, termos que refletem correntes ideológicas calcadas em preocupações com a preservação/conservação da natureza e/ou com a chamada “justiça ambiental”.⁹⁷ Vale notar que, quando pensamos em qualquer uma dessas perspectivas, estamos nos referindo primordialmente a questões de *gerenciamento* do ambiente; assim, poderíamos dizer que o ecologismo/ambientalismo seria, em última instância, também uma questão *econômica*. Passaremos a nos referir então a essas questões como “ecológico-econômicas”, entendendo que elas representam as relações dos seres humanos com seu ambiente.⁹⁸ Começemos analisando um elemento que parece constituir um elo fundamental de articulação dessas relações: o trabalho.

5.1 AS CAMADAS DA NOÇÃO DE *TRABALHO*: DA FENDA METABÓLICA À “FUSÃO” COM O DINHEIRO

Quando falamos em “trabalho”, em geral pensamos imediatamente em “atividade profissional”, “emprego”, ou “atividade remunerada”. Mas é preciso ressaltar que o conceito é bem mais amplo, compreendendo, de forma geral, o emprego da força física ou intelectual para realizar alguma coisa. Na ontologia de Marx, como vimos na seção 3.1, o trabalho é

⁹⁶ Aqui tratados como conceitos similares.

⁹⁷ Também conhecida como “ecologismo dos pobres”, é uma corrente que trata das desigualdades no acesso aos recursos ambientais e na distribuição de impactos ecológicos entre classes sociais (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

⁹⁸ Sobre isso, ver seção 2.3.2.

entendido como o próprio metabolismo entre sociedade e natureza, uma atividade vital e social que visa à satisfação das necessidades humanas⁹⁹ (MÉSZÁROS, 2006). Porém, a partir da “fenda metabólica” criada nessa relação pelo processo de industrialização capitalista, que obrigou um enorme contingente de expropriados a vender sua força de trabalho, o trabalho passou a constituir um simples “meio” para existir, tornando-se o que Marx chamou de “trabalho abstrato” (unilateral, maquinal, sacrificial) para a maior parte da humanidade. Não é difícil observar os sintomas disso: a maioria das pessoas hoje trabalha (muito) em atividades mecânicas, apenas para ganhar (pouco, ou o suficiente) dinheiro para comprar/alugar bens essenciais à vida (alimento, água, vestuário, moradia), além de uma série de bens supérfluos para os quais as necessidades foram culturalmente criadas. Poucos têm a chance de trabalhar com o que gostam, e o tempo de trabalho é, em geral, um sacrifício; tudo o que se deseja é o fim-de-semana, as férias, a aposentadoria. Quando há tempo livre, este é automaticamente direcionado para o consumo (HARVEY, 2014). Com a acentuada concentração dos meios de produção nas mãos de poucos, favorecem-se cada vez mais as ações exploratórias sobre esses trabalhadores-consumidores – que, eventualmente, irrompem em “protestos violentos e aparentemente irracionais” (HARVEY, 2014, p. 134).

O problema se evidencia também no que Marx chamou de “divisão social hierárquica do trabalho”, que gera uma enorme disparidade de valorização dos diferentes tipos de trabalho: aqueles ditos “não qualificados” (geralmente braçais) são mal remunerados e socialmente depreciados – incluindo-se aí, por exemplo, o cultivo de alimentos,¹⁰⁰ que, paradoxalmente, são bens absolutamente essenciais à vida. Sobre isso, uma entrevistada da Ecovila Tibá comenta:

A hora de trabalho de um engenheiro é totalmente diferente de um agricultor. Onde está a justiça nisso? Tá, ok, o engenheiro estudou não sei quantos anos, mas e o agricultor? [...] A escola do agricultor é a vida. Quantos anos o agricultor teve desde a infância pra aprender a ter um alface saudável, [...] a ter aquela fruta... (Gilda)

Em ecovilas parece haver uma considerável tendência a transformar tais padrões capitalistas de trabalho. Os moradores dessas comunidades com frequência são pessoas que

⁹⁹ Ver discussão mais aprofundada sobre necessidades na seção 5.3.3.

¹⁰⁰ Isso, no entanto, não é tão simples, principalmente considerando a complexidade das formas de trabalho contemporâneas. Operar uma máquina sofisticada, fazer uma cirurgia plástica ou esculpir obras de arte é, ao mesmo tempo, trabalho físico e intelectual – assim como produzir alimentos. Atualmente fala-se muito na maior valorização de “trabalhos qualificados”, mas mesmo o trabalho altamente qualificado de um médico pode ser subvalorizado em muitas circunstâncias. Talvez se possa sugerir que a valorização do trabalho depende de o quanto ele se põe a serviço da acumulação capitalista.

realizaram mudanças radicais de modo de vida – buscando uma vida mais simples, mais barata, trabalhando menos e com o que gostam e acreditam, e muitas vezes com a produção (braçal) de bens essenciais.¹⁰¹ Com isso, eles costumam não se encaixar muito bem naquela que tem sido uma das principais formas de relação de trabalho na sociedade capitalista: o emprego. Vejamos como isso se expressou na ecovila estudada.

5.1.1 O “nó” das relações empregatícias

Todos os entrevistados da Ecovila Tibá explicitaram espontaneamente fortes críticas às relações empregatícias tal como as conhecemos na sociedade capitalista, o que parecia derivar, em boa parte, de experiências pessoais de insatisfação no trabalho. Alguns membros abandonaram trabalhos *mainstream* bem pagos para se engajar em trabalhos voluntários ou mal pagos, mas alinhados com seus ideais (como observado também no estudo de Ergas, 2010). Outros desejavam fazê-lo, mas ainda precisavam do dinheiro. Essa busca por satisfação apareceu também associada ao desejo de trabalhar menos, e, portanto, ter mais tempo para dispor livremente:

No escritório eu sempre fui bem... [...] Só que a que preço? Eu não via o Filipe, eu não conseguia ficar com a Cíntia,¹⁰² eu não conseguia me exercitar, [...] me alimentar do jeito que eu queria, e aí conversando com os colegas de profissão mais velhos eu via que [...] mesmo a grana aumentando, o estresse, a dificuldade continua [...], aí eu falei “não, eu tenho 30 anos, eu não quero ficar até os 60 nesse estresse...” E aí começou a vir essa vontade de ficar mais leve, ter uma vida mais fácil de levar, e ir se desapegando das coisas, pra necessitar de menos, [...] e esse menos que você necessitar você mesmo conseguir produzir... (Benício)

A maioria dos moradores, no momento da pesquisa, de fato não tinha empregos (a exceção era um casal que trabalhava na Universidade de São Carlos). Um entrevistado falou sobre um “aprisionamento” cultural que faz com que ter um emprego seja visto algo indispensável:

O CLT é um prisioneiro achando que você tem que dar graças a deus porque você tem um FGTS e uma porcária lá que eles botam pra você. Você tem que dar graças a deus que você tem uma carteira assinada, o caralho! [...] Tem que ter porra nenhuma. É aquela ideia estúpida de que “ah, tenho que entrar numa faculdade, tenho que começar uma carreira e tenho que ter um emprego que alguém vai me pagar. Não, não tem. [...] Como é que eu quero viver? Eu quero comer muito, eu não quero, eu quero ficar... Se você não quer, por que que você vai fazer tudo isso, né?

¹⁰¹ Veremos mais detalhes sobre isso na seção 5.1.3.

¹⁰² Seu filho e sua esposa.

Tanta gente aí com pouca exigência financeira e outras com patrimônios enormes, e não sabem nem o que fazer com isso. (Rogério)

Apesar da inegável existência dessa questão cultural, é importante compreender que, para pessoas de classes baixas, não necessariamente existem opções viáveis para trabalhar menos (especialmente nos grandes centros urbanos, onde o custo de vida é mais alto), pois o tipo de trabalho que elas fazem normalmente é mal remunerado. Assim, para ganhar o necessário e se sustentar, é preciso trabalhar muitas horas, e em geral não com o que se desejaria, mas com o que é possível e que “dá (algum) dinheiro” – e isso como empregado ou como autônomo. Ou seja, na verdade, o padrão de trabalhar em excesso e mecanicamente não se restringe a quem está no regime de CLT. E, como a CLT traz consigo a promessa de segurança e de um dia não mais precisar trabalhar, esse acaba sendo um importante fator motivacional. Por outro lado, as relações empregatícias inevitavelmente engendram um maior aprisionamento em termos de hierarquias, horário fixo de trabalho e distanciamento em relação à atividade produtiva – tendendo a gerar maior insatisfação. Foi principalmente a esse tipo de questão que os entrevistados da Ecovila Tibá faziam referência ao falar de seu desagrado com a ideia não apenas de ter empregos mas também de ter empregados na ecovila. No passado já houve lá um caseiro-jardineiro, que os membros antigos disseram ter necessitado contratar já que não tinham, então, tempo nem habilidades para cuidar da terra, considerando que eram famílias de classe média urbana. À época da pesquisa, a ecovila não tinha mais empregados. Alguns até admitiram a possibilidade de voltar a ter um dia, se necessário, mas em geral com muitas ressalvas:

A relação trabalhista é uma relação ruim na nossa sociedade, eu acho, então a gente reproduzir ela, né, sem passar pela reflexão... [...] Eu acredito que não seria interessante ter um empregado nesse processo trabalhista que a gente tem na sociedade. [...] Mas também não é... Se ter empregado é a solução pra alguém estar aqui, [...] eu não vejo impedimento. [...] Mas não acho que seja uma primeira escolha, eu escolheria mais pela troca... (Gilda)

Eu não vejo nem o problema e nem a necessidade. [...] O nosso maior problema com os empregados que a gente costuma encontrar pra trabalhar num sítio é que são pessoas que já têm dentro de si a ideia da hierarquia. E é difícil lidar com essas pessoas, delas lidarem com autonomia, com autogestão, com uma relação horizontal. Elas muitas vezes exigem da gente que seja o patrão. O duro é o seguinte: a gente sabe ser patrão. A gente foi treinado pra isso, a gente é adestrado pra isso. [...] E agora, a gente pára e fala "puxa, não tá sendo legal desse jeito, não tô dando o meu melhor. E o cara que tá sendo empregado também não tá dando o melhor dele, não tá sendo o melhor pra todo mundo". E aí você tenta relativizar isso e aí piora em vez de melhorar, né? A gente já viveu isso em dado momento. Isso não significa que isso seja uma sentença, que tudo vai ter que ser assim o resto da vida. E é por isso que eu falo: eu não vejo um problema de termos um empregado o dia que for preciso ter um empregado. Desde que a gente consiga lidar e consiga gerar essa relação mais horizontal, menos hierárquica. Que também não acho que a gente consiga ser 100%

não hierárquico, mas se a gente conseguir diminuir isso, a gente já pode ter algum ganho, né? Mas [...] ultimamente [...] a gente não tem necessidade disso [ter empregados], então também não adianta correr atrás disso. (José)

É claro que eu vou estar sempre aberto a ouvir a argumentação das pessoas e concluir pelo que é melhor pro coletivo. Mas num primeiro momento eu apresentaria resistência no sentido de que eu não quero pagar ninguém pra fazer minha comida, eu não quero pagar ninguém pra lavar minha roupa, lavar minha casa, nem pra cortar a grama da minha ecovila, nem pra nada disso... eu quero fazer eu mesmo, [...] eu quero que outras pessoas da minha comunidade façam, pra que a gente possa se complementar... [...] Eu não vejo sentido em uma pessoa deixar lá a vida dela, os filhos dela, a casa dela pra vir aqui cuidar da minha, em troca de dinheiro... ela vai estar fazendo com a vida dela o que eu não quero fazer com a minha, então... [...] Aí eu só faria uma exceção, questão de profissionais técnicos que a gente precise, de coisas que a gente não tem capital humano pra fazer, aí sim contratar um profissional pra fazer. (Benício)

Ocorria, de fato, na Ecovila Tibá, a contratação de serviços avulsos especializados – pedreiro, marceneiro, eletricista, bombeiro –, mas também de faxina (no momento da pesquisa havia três famílias que contratavam faxineiras regularmente). Em relação a isso alguns entrevistados também mostraram incômodos e reflexões:

Me incomoda alimentar essa coisa do trabalhar por dinheiro. Que eu não sei se essas pessoas que fazem faxina, eu não sei se o sonho delas era esse, fazer faxina. E lavar roupa dos outros, também. Não sei se alguém um dia já sonhou com isso. Se isso dá prazer pra elas, tudo bem, né. Mas eu não sei se elas já questionaram isso, se elas são felizes. Limpando o banheiro dos outros porque precisa desse dinheiro, né, então... [...] essa situação me incomoda. Mas essas famílias [da Tibá] têm essa necessidade, e querendo ou não elas fortalecem essas pessoas que precisam de dinheiro. (Pedro)

É uma relação, assim, [...] contraditória, né? Você fala "poxa, nossa, esses três núcleos familiares têm uma faxineira", só que, assim, ela não é uma simples faxineira. Elas são vizinhas da ecovila, [...] elas estão ofertando o serviço delas pra gente... A Dora ainda oferta o serviço dela de cabeleireira, ela tem esses dons de estética, de manicure... [...] E aí, no nosso caso, que são núcleos familiares que estão [...] muito fora e, quando tão dentro, [...] tem que arrumar o barracão, a preferência é cozinhar pro coletivo, etc., aí a sua casa vai ficando pra que horas, né? Então, eu acho que no nosso caso a gente optou por esse privilégio de ter uma ajudante. [...] Elas são ajudantes que contribuem com o nosso bem viver aqui. Porque a mulher tem o histórico de acumular funções, né? Então, eu acho que elas ajudam a gente a poder diluir, né, todas essas funções domésticas, mais as da ecovila, e fortalecem essa relação nossa com a vizinhança. (Lívia)

Apesar da crítica social existente no discurso dos entrevistados em relação ao emprego enquanto forma de trabalho alienante e exploratória, no tocante às pessoas externas que trabalhavam para a ecovila algumas contradições pareciam persistir, pois acabavam sendo reproduzidos certos padrões de divisão social hierárquica do trabalho. Por exemplo, o acúmulo de funções da mulher foi citado na última fala sem uma consciência expressa de que tal questão se aplica também – e geralmente de forma mais exacerbada, devido à diferença de

classe – às próprias faxineiras. Não encontramos na literatura dados que permitam estimar em que medida as ecovilas como um todo realizam uma problematização profunda acerca dessas questões, mas um elemento relacionado a isso e que vale a pena investigar é o fato de que diversas delas estabelecem formas alternativas de relações de trabalho, em geral envolvendo trocas. Por exemplo, com frequência os visitantes trocam parte ou a totalidade de sua estadia por um tempo de trabalho,¹⁰³ o que por vezes configura esquemas conhecidos como “voluntariado” – era o caso na Ecovila Tibá à época da pesquisa.

5.1.2 Voluntariado, uma relação “simbiótica”?

Segundo relatos, o voluntariado surgiu na Ecovila Tibá principalmente a partir de uma demanda externa de pessoas que chegavam propondo trocas de trabalho, associado a uma percepção, por parte dos membros, de que era importante haver mais pessoas trabalhando na terra e na construção (“trabalhadores práticos”) – pois o que ocorria era que a maioria dos moradores precisavam continuar trabalhando fora para gerar renda. Parecia existir, pois, na ecovila, nas palavras de um entrevistado (Fabrício), uma espécie de “simbiose” entre o dinheiro externo e o trabalho interno. Outra entrevistada explicou:

É muito importante pessoas que *não* tão aqui dentro, plantando, construindo, educando, estejam lá fora, trazendo os recursos financeiros pra gente conseguir passar por essa fase de transição pra uma subsist... autossuficiência, né, mas precisa também de ter quem materialize, e quem materializa hoje são pessoas que tão dedicadas integralmente à ecovila, não geram recursos financeiros externos.
(Carolina)

Os voluntários na Tibá eram pessoas que não pagavam nada em dinheiro para morar lá (incluindo a alimentação), e em troca trabalhavam 24 horas semanais (mais as seis horas de cuidado coletivo que todos os moradores cumpriam) principalmente nessas atividades ligadas aos plantios e à construção. A maioria eram pessoas que chegavam de fora, mas alguns sócios também já haviam sido voluntários – isto é, não pagavam as taxas de custo de vida em troca do trabalho. Os dois voluntários entrevistados demonstraram bastante satisfação com tal esquema de troca, e um aspecto que se mostrou importante para isso era o fato de que eles organizavam livremente suas horas de trabalho:

¹⁰³ Prática que se tornou amplamente corrente também devido ao WWOOF (“World Wide Opportunities on Organic Farms”), uma plataforma que promove troca de trabalho por experiência em fazendas orgânicas.

A gente mesmo que faz, né, o nosso roteiro... se algum dia a gente não se sentir bem, e quiser fazer no final de semana, é tudo possível, assim, nesse sentido. Mas ao mesmo tempo também a gente tem um horário, que é na parte da manhã. [...] A gente combina, né, [...] das 8 às 11h30, [...] de estar todo mundo junto, até pela união assim, né... [...] E aí a parte da tarde normalmente fica mais cada um fazendo seu horário, assim, às vezes faz mais um dia, compensa no outro... (Bia)

Segundo outra entrevistada, já houve um voluntário que trabalhava por duas semanas o dia todo, e nas outras duas semanas do mês trabalhava fora para gerar renda. No momento da pesquisa havia outro voluntário que mantinha um sistema de trabalho bem solto. Uma sócia explicou que ele “nem contava as horas dele”,

... ele vai fazendo, [...] e ninguém fica “ai, olha, tá dormindo até tarde hoje...” porque ele tem essa coisa do querer fluir com as horas, o sentir, sabe... e tudo tá fluindo, vai dizer que o cara não tá trabalhando? “Ai, não, vou ficar lá de olho, ver se tá trabalhando as 24 horas”. Não é isso que a gente quer, né... A gente quer ver se as coisas tão fluindo, e a gente vê que tá fluindo... então... (Flávia)

Havia, porém, o risco de complicações jurídicas em relação a essas trocas de trabalho. A solução que a ecovila havia encontrado para isso era definir que, oficialmente, após três meses lá, os voluntários entrariam automaticamente em processo de inserção – o que evidentemente não refletia a realidade, já que eles não necessariamente tinham perspectivas de comprar uma cota. Quando questionados sobre isso, alguns entrevistados comentaram que, visando a evitar problemas trabalhistas, já se havia cogitado a possibilidade de contratação dos voluntários, mas nesse ponto se recaía em preocupações com a má qualidade das relações empregatícias, além de em uma questão de inviabilidade financeira:

Eu acredito que a solução dos nossos problemas não está em se enquadrar em normas que existem, sabe? Essas trabalhistas, por exemplo. Eu acho que a gente nunca vai ter um problema trabalhista com um trabalhador daqui que esteja feliz, adaptado, trabalhando contente... agora, a partir do momento que essa pessoa começa a ficar descontente, começa a acumular angústias, e tudo mais, aí a gente tem tendência a ter um problema. Então eu acho que as nossas soluções estão nesse âmbito de sutileza, entendeu? Ter boas relações, garantir um ambiente saudável e harmonioso... Eu acho que isso resolve muito mais problema do que a gente tentar enquadrar dentro do padrão que já existe, burocracia, pagar salário, FGTS, tudo mais... que eu acho que isso não seria nem viável economicamente... (Benício)

Uma [...] coisa que me preocupa muito é a relação empregado e empregador, entendeu? Aqui o voluntariado é tudo muito na conversa, sabe? [...] Ele vem na reunião, ele participa como... ele é um morador, ele não é um empregado, ele pode dar a opinião dele, ele pode dizer porque que o barracão de repente tá demorando pra sair o serviço, porque que a gente não tá colhendo beterraba... sem a pressão de um empregador. Ele é um amigo nosso que tá vindo ali relatar como que tá o processo dele. E se é empregado-empregador aí a relação é outra, né. Já é de “ó, eu te pago, você tem que fazer porque eu te pago”, entendeu? É uma relação que eu, não sei, não gostaria de criar entre os próprios moradores aqui dentro, né, então quanto mais a gente puder evitar, melhor. E aí a gente tenta dar a contrapartida, que é você poder plantar sem pagar nada... [...] qualquer coisa que você quiser fazer aqui

dentro você não paga mais por isso. O que a gente tem é o pedido dos 5% que é pra ajudar na manutenção das ferramentas que você tá usando, o liquidificador coletivo, a água, a luz que você tá usando... e mesmo assim eu nem sei se paga o custo, mesmo, sabe, mas o que a gente quer é que as pessoas criem suas próprias estratégias pra criar sua renda. Isso, também, aquele que necessita ganhar renda, e aí ele vai trabalhar o quanto ele achar que ele precisa trabalhar, sabe? Que é isso também. Eu por exemplo trabalho uma determinada quantidade de horas, a outra pessoa trabalha mais horas, cada um vai trabalhando dentro da necessidade que [...] tem. Quanto você precisa pra viver, 5 mil? Então você vai ter que trabalhar muito. Quanto você precisa pra viver, 2 mil? Vai ter que trabalhar menos. E aí cada um vai criando, estabelecendo essa relação também, né. E quando é empregado-empregador, não é assim. [...] Eu passei por comunidades que eram assim, todo mundo era contratado da ecovila. E a sensação não foi boa. Das pessoas lá dentro, sabe? [...] Porque, assim, elas não eram moradoras... elas moravam no lugar, trabalhavam no lugar, recebiam um salário por aquilo, mas elas não se sentiam donas do lugar. Elas tinham a mesma relação que os empregados têm, sabe, “trabalho pra um chefe, tô ganhando aqui o dinheiro pra ele, fazendo as coisas pra ele, e eu só ganho esse salário. Será que isso aqui tá sendo repartido de forma correta? Será que é o justo? Será que eu não merecia ganhar mais?” Começam essas discussões... Elas não se sentiam parte. E aqui [...] o voluntário ele [...] se sente tão parte, que ele acaba se cobrando, que ele tem que render mais. E a gente fala pra ele “meu, relaxa, tá tudo certo...” (Flávia)

A mesma entrevistada explicou melhor a política de promoção de geração de renda para os voluntários:

O que a gente tenta fazer é propondo que essas pessoas trabalhem meio período, um voluntariado de meio período, e a outra metade elas tentem gerar renda aqui dentro, porque aí a gente tem uma contrapartida, que é você poder usar tudo do Tibá pra poder criar alguma forma de renda. Então, por exemplo, a pessoa tá ali plantando pro coletivo. Ela pode de repente fazer uma área que é pra ela vender por fora. Pode produzir mel, que é o que tá acontecendo agora com um dos voluntários, ele vai começar a produzir mel, pra fazer o sustento próprio dele... ou então produzir mudas pra vender pra fora... produzir área de pimentas e aí vender o molho de pimenta pra fora... o pessoal da bioconstrução, por exemplo, que oferece trabalhos de reparo pras casas particulares ou pra fora... então faz o trabalho aqui dentro, não paga as taxas aqui, e tudo que consegue gerar de renda fica pra essa própria pessoa. (Flávia)

Uma vez por mês a Ecovila Tibá vinha organizando também um evento chamado “Espalha Sementes”, em que os voluntários (e eventualmente não voluntários também) ofereciam oficinas, cursos e vivências para gerar renda. Existiam ainda as visitas guiadas, cuja renda ia para um caixa coletivo dos voluntários. Mas a situação de voluntariado obviamente não era vantajosa para qualquer um, em qualquer momento da vida. Um sócio da Tibá que havia sido voluntário até o momento da pesquisa explicou por que estava decidindo modificar seu acordo com a ecovila:

Até esse mês passado, eu vivi 100% pra ecovila. Nesse momento é que eu tô querendo olhar mais pra mim mesmo, assim... [...] O meu tempo tava... ele ia 100% pra ecovila, eu não conseguia muito dividir, sabe? [...] Tinham atividades que estavam me gerando renda, mas elas eram, por exemplo, final de semana, eventos, vivências, [...] Mas aí eu tava precisando de mais, assim, porque, meu filho, por

exemplo, vai entrar na escola ano que vem, [...] eu vou ter esse custo a mais... Aí eu falo "po, mas eu tô trabalhando todas essas horas aqui e final de semana também, né?" Então, se eu pegar essas horas que eu tava trabalhando, que eu tava doando pra ecovila... não doando, mas, assim, fazendo uma troca, pensando que eu posso aqui dentro mesmo, fazer de uma outra maneira que eu vá ajudar a ecovila, mas que vá sobrar mais renda pra mim, entendeu? (Fabrício)

Alguns entrevistados mostraram enxergar o voluntariado até como uma forma de inclusão social¹⁰⁴ – tema este bastante problemático no movimento de ecovilas, como veremos na seção 5.2.3. Um dos próprios voluntários comentou:

Acho que se um voluntário começar a gerar renda suficiente pra pagar as taxas, talvez ele se sinta num momento de deixar de ser voluntário, porque já que ele tem condições, então... Ele pode pagar as taxas e fortalecer financeiramente a ecovila, e dar espaço pra alguém, pra mais uma pessoa chegar, né, sem precisar de dinheiro. (Pedro)

Tal cenário deixa margem para discussões complexas. Por um lado, cabe notar que o discurso sobre a inviabilidade financeira das contratações e até sobre a má qualidade das relações empregatícias é comum em empresas que querem evitar vínculos e encargos trabalhistas. Além disso, muitas organizações usam sistemas de voluntariado para reduzir custos e mascarar relações exploratórias (instituições filantrópicas são escoladas nessa prática). Em uma perspectiva marxista, portanto, tais trocas de trabalho dificilmente escapariam de configurar uma reprodução do padrão capitalista de extração de mais-valia. No caso da Ecovila Tibá, o fato de que o voluntariado surgiu, em parte, a partir da demanda de pessoas que chegavam sem recursos financeiros, em princípio também reforça a ideia de que o voluntariado constituiria uma vantagem para a ecovila, já que a carência material reduz a amplitude de escolha das pessoas. No entanto, o cenário não é tão simples. Em primeiro lugar, não necessariamente os voluntários eram de classes baixas – havia muitos de famílias classe-média. Em segundo lugar, tais esquemas de troca pareciam ser vantajosos para eles (o que se pôde depreender também pela satisfação demonstrada nas entrevistas) porque não se tratavam de simples trocas por moradia e alimentação; eram atividades que lhes interessavam e lhes proporcionavam o aprendizado de novas habilidades (alguns chegavam sem quaisquer conhecimentos prévios), uma grande liberdade para organizar o próprio tempo, relações de

¹⁰⁴ Estamos entendendo “inclusão social” aqui de forma ampla, como qualquer ação que aumente as possibilidades de que pessoas de classe baixa tenham acesso a benefícios que antes não tinham. No caso, tratar-se-ia de possibilitar que morassem na ecovila sem custos.

trabalho não hierárquicas (ou muito menos hierárquicas que em empregos formais)¹⁰⁵ e a possibilidade de gerar renda com o que desejassem, utilizando inclusive os recursos da ecovila. Vale notar que mesmo sócios já haviam considerado interessante ser voluntários. Outro indício da existência de vantagens para os voluntários foi que, quando o sistema deixou de existir (ver explicação mais detalhada abaixo), a maioria preferiu sair do que continuar morando lá sem a troca de trabalho – sendo que eles poderiam morar sem pagar nada como um aluguel, apenas os custos de R\$ 430 mensais (mesmo valor pago pelos sócios).¹⁰⁶ Um último fator a indicar que esse sistema não simplesmente trazia benefícios para a ecovila era o fato de que os moradores haviam percebido não ser viável economicamente aceitar um número grande de voluntários (devido aos custos envolvidos) e estabeleceram um limite de seis vagas (que costumavam estar constantemente preenchidas).

Os sistemas de voluntariado em ecovilas apresentam, então, peculiaridades que precisam ser consideradas. Os voluntários nesse contexto tendem a apresentar um perfil mais ou menos definido: o jovem de classe média ou baixa identificado com questões de proteção ambiental, com postura crítica frente ao mercado de trabalho formal e buscando viver experiências alternativas antes de definir seus rumos de vida. Assim, tais esquemas parecem funcionar mais como períodos (em geral não muito duradouros) de aprendizado (tanto nas técnicas de permacultura quanto em vivência comunitária) do que propriamente como relações de trabalho *sensu stricto*. Mas é possível arriscar, também, uma provocação mais ampla acerca das relações trabalhistas institucionalizadas: se, por um lado, as leis trabalhistas procuram minimizar os padrões de exploração capitalista, por outro lado pode-se dizer que elas também os legitimam e perpetuam. O vínculo empregatício convencional está longe de garantir relações justas entre capital e trabalho. Em um contexto de busca por modos de produção que possam operar, na medida do possível, “na contramão do sistema”, a experimentação de relações de trabalho não convencionais pode fornecer interessantes *insights*, desde que se mantenha uma consciência crítica acerca das contradições existentes (as antigas que permanecem e as novas que venham a surgir). Sem desconsiderar a importância das polêmicas existentes, parece ser possível sugerir então que na Ecovila Tibá vêm sendo

¹⁰⁵ Embora não tenhamos observado indícios de hierarquia, em alguma instância ela certamente existe – por exemplo, se em algum momento as horas de trabalho claramente não estiverem sendo cumpridas.

¹⁰⁶ Não chegamos a esclarecer se, nesse novo esquema, os (então não mais) voluntários continuariam morando em barracas de camping ou passariam a poder utilizar os quartos da casa-mãe (destinados aos moradores em processo de inserção), se houvesse vaga – no momento do trabalho de campo, todos estavam ocupados, mas observamos que eventualmente os voluntários dormiam em um quarto coletivo da casa-mãe que era também utilizado para receber visitantes.

promovidas *concepções e relações* de trabalho menos alienadas, na medida em que o trabalho é visto como uma atividade que deve ser satisfatória, não necessariamente vinculada (e, principalmente, não *subordinada*) a ganhos financeiros, e sem que seu produto seja simplesmente apropriado, gerando lucro para outrem. Dessa forma, ele pode talvez voltar a ser algo mais próximo ao que Marx chamou de uma “atividade vital”, o que reduz consideravelmente a alienação humana em seus quatro sentidos – em relação à natureza, ao próprio trabalho, a si mesmo enquanto espécie e ao outro ser humano –, já que tais instâncias são interdependentes.¹⁰⁷

Mas, voltando ao voluntariado da Tibá, como sinalizamos acima, quando da segunda visita de campo o sistema já não existia mais.¹⁰⁸ Segundo relatos, a comunidade sentiu que aquele formato, demasiadamente frouxo, não estava gerando muito benefício nem para a ecovila nem para os voluntários. O que ocorria é que, sem uma programação definida sobre o que e como fazer, e sem a orientação regular de alguém, o voluntário acabava não aprendendo tanto, e o trabalho para a comunidade também não rendia. Algo muito semelhante foi observado por Prince e Ioannides (2017) em Sólheimar, uma ecovila na Islândia: lá a escassez de pessoas e de conhecimento estratégico para montar programas de voluntariado adequados vinha impedindo que se alcançassem plenamente os objetivos de funcionar como ações educativas (para os voluntários) e gerar avanços em termos de sustentabilidade ecológica (para a ecovila). Quando eles ficavam pouco tempo, por exemplo, seu treinamento era custoso e resultava improdutivo. Surgiam, também, com frequência, tensões entre os interesses particulares dos voluntários e as necessidades da ecovila. Mas os maiores problemas ocorriam quando a ecovila, visando à geração de receita e ao incremento da força de trabalho, aceitava voluntários demais e não conseguia dar conta. Assim, um “turismo alternativo” com ideais educativos acabava se assemelhando a um turismo *mainstream*. Na Ecovila Tibá, diante desse tipo de dificuldades, os moradores decidiram que era necessário montar um programa de voluntariado estruturado, com tempo e atividades mais definidos. À época da segunda visita, isso era apenas um projeto, e ainda não havia sido decidido se esse novo formato envolveria um custo financeiro para o voluntário (como ocorre em algumas ecovilas).

Alguns moradores da Tibá comentaram também que, da forma que as coisas vinham ocorrendo, acabava faltando comprometimento da parte dos voluntários em geral – e assim a

¹⁰⁷ Para detalhes, ver seção 3.1.

¹⁰⁸ Assim como o de visitante colaborativo – embora este estivesse suspenso apenas temporariamente, a princípio. Para detalhes, ver seção 6.2.2.

sobrecarga de trabalho em cima de alguns sócios não se diluía, pois havia muitas pessoas e poucas que efetivamente se responsabilizavam por funções. Talvez se possa dizer que os voluntários tivessem pouca responsabilidade e muitas regalias (palavras da pesquisadora) – por exemplo, participavam igualmente de decisões a respeito ao futuro da comunidade, sendo que provavelmente não estariam lá por muito tempo. Ou seja, no final das contas, as relações entre a comunidade mais fixa e os voluntários parecia não estar funcionando de forma tão “simbiótica” quanto se esperava. Os relatos dos moradores antigos foram de que as energias da comunidade se dispersavam muito com demandas dos voluntários (e também de visitantes), enquanto se deixava de resolver questões mais básicas e urgentes. Por exemplo, a ecovila vinha se esforçando para promover a geração de renda para os voluntários, enquanto um casal de sócios que, à época das entrevistas, estava construindo sua casa, havia ficado mais de um ano com a obra parada por conta de dificuldades financeiras.

A partir da suspensão daquele formato de voluntariado na Tibá, os voluntários que lá estavam, se desejassem ficar, deixariam de fazer a troca de trabalho e passariam a pagar as taxas de custo de vida na ecovila, assim como os demais moradores – o que, segundo uma entrevistada, foi pensado para criar um maior senso de responsabilidade. A partir dessa mudança, porém, quatro dos seis voluntários haviam saído, e um quinto estava para sair após concluir um trabalho de bioconstrução. De acordo com alguns sócios, isso se deu sem quaisquer conflitos, e muito atrelado também a um desejo, por parte desses voluntários, de ter outras experiências, como cursar uma universidade ou conhecer outras comunidades. O único voluntário que decidiu permanecer (Pedro) tornou-se arrendatário de uma parte da terra (em parceria com Fabrício, o sócio que na primeira visita estava deixando de ser voluntário), sendo que o pagamento era feito com produtos dos plantios. Com isso, pode-se dizer que a Ecovila Tibá acabou se adequando um pouco mais a um tipo de estrutura já estabelecida na sociedade capitalista (a de arrendamento) – porém, é importante notar, sem a geração de cadeias capitalistas de exploração, já que a troca por produtos mostrava-se vantajosa para ambas as partes. Ocorre que, apesar do valor potencialmente simbiótico das relações de troca de trabalho, na sociedade em que vivemos a atividade produtiva está quase que inevitavelmente associada à necessidade de gerar renda, o que pode acarretar muitas dificuldades no contexto de atividades e relações de trabalho alternativas. Vejamos então com mais detalhes como as ecovilas vêm tratando esse aspecto.

5.1.3 Formas alternativas de geração de renda: o desafio das economias internas

Em busca de sustentabilidade financeira, as ecovilas comumente procuram desenvolver economias internas (LITFIN, 2014) a partir de uma variedade de atividades que podem gerar renda e/ou evitar gastos. Economias mais diversificadas e dinâmicas tendem a se desenvolver com mais facilidade em comunidades maiores, e as fronteiras econômicas com o exterior costumam ser bastante porosas (LITFIN, 2014). Os produtos e serviços oferecidos em geral estão alinhados a ideais de sustentabilidade – educação alternativa, agroecologia, energias renováveis, bioconstrução, artes, técnicas de autoconhecimento, comunicação e autogestão etc. Em Piracanga, por exemplo, o principal motor econômico são o ecoturismo e o turismo religioso (FLORES; TREVIZAN, 2015). Algumas ecovilas chegam a incubar uma variedade de organizações e “indústrias caseiras” (LITFIN, 2014): Lynedoch inclui um instituto de sustentabilidade e espaços comerciais (SWILLING; ANNECKE, 2006); Svanholm é altamente desenvolvida em agropecuária, silvicultura e construção; UfaFabrik (Alemanha), tem comércio alimentício, serviços sociais, programas infantis, salão de performances, estúdios de artes marciais, entre outros (LITFIN, 2014); e Findhorn inclui um grande conjunto de organizações que realizam atividades educativas, produção de energia eólica, serviços de informática, edição de livros, tratamento de águas, cursos de artes, projetos de preservação e restauração florestal *etc.* (FORSTER; WILHELMUS, 2005).

Essas economias internas, no entanto, em geral não são capazes de gerar toda a renda necessária, e assim boa parte dos membros de ecovilas precisam trabalhar fora ao menos uma parte do ano (KASPER, 2008, LITFIN, 2014), muitos até em empregos *mainstream* (MEIJERING; HUIGEN; VAN HOVEN, 2007) – o que pode ser visto como um problema por alguns, mas também como uma saudável interação com o exterior por outros (LITFIN, 2014). Na Ecovila Tibá, embora existisse alguma geração de renda a partir dos cursos, oficinas, vivências, estadia de visitantes etc., a maioria dos moradores de fato trabalhava fora, o que era considerado como uma questão a ser transformada: existia um desejo explícito de muitos entrevistados de gerar mais renda através das atividades internas:

O que eu gostaria mais que a gente tivesse uma organização pra poder ter essas pessoas que estão trabalhando lá fora trabalhando aqui dentro, gerando do Tibá para o Tibá, não gerando lá fora, seja onde for para o Tibá. Aí acaba sendo assim uma coisa meio, sei lá, não tão feliz, porque a pessoa gostaria de estar aqui dentro. Ou mesmo a gente depender disso. [...] Eu acho que a gente tem que criar essa realidade a partir do Tibá, né, fazer essa terra... que é o que eu mais gostaria é que a produção agroecológica fosse responsável por isso. Socialização de informação, fazendo essa troca financeira, legal, as pessoas querem conhecer, a gente pode, mas eu gostaria até de dar às pessoas essa informação, e não estar trocando por dinheiro. Eu gostaria

de estar gerando alimento de qualidade pra trocar por dinheiro, me agradaria mais.
(Fabrício)

Quando da segunda visita à ecovila, a situação estava um pouco modificada nesse sentido. Pedro e Fabrício, como vimos, haviam se tornado arrendatários, e a partir daí aumentaram a produção e, com ajuda de outra moradora, tiraram uma DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para tentar entrar no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) ou no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Adicionalmente, havia sido inaugurado na ecovila um chalé de hospedagem cujo custo variava entre R\$ 40 e R\$ 100 por pessoa por dia (em quartos coletivos ou privados). Com isso, a geração de renda internamente vinha se desenvolvendo um pouco mais.

Mesmo trabalhando fora, até devido ao tipo de trabalho escolhido (geralmente mais por ideologia do que por ser rentável), alguns moradores da Ecovila Tibá tinham dificuldades de geração de renda, o que podia acarretar uma dependência financeira da família – como era o caso, à época da pesquisa, de um casal de moradores que estava esperando o terceiro filho e que recentemente havia aberto uma loja de orgânicos com o apoio dos pais:

A loja ainda não é autossuficiente, não tá nos gerando toda a renda, então [...] os nossos pais ainda tinham que nos ajudar muito, então, por ex., os pais do Guilherme, que tiveram que injetar um capital inicial pra gente começar a loja e dar esse empurrãozinho. De vez em quando, até virar loja, ele que pagava o IPVA do nosso carro. Meu pai, toda vez que vinha pra cá, até agora, esse final de semana, veio pra cá, deu o dinheiro pra gente comprar o tijolo ecológico. [...] Ainda não aconteceu a minha alforria com relação à família e, por sorte, eu tenho uma família que ainda minimamente investe na gente por acreditar no projeto, acreditar que a gente tá no caminho, que a gente tá começando a vida e tudo bem, eu posso ajudar, eu vou ajudar, mas eu me sinto criticada. Porque os pais ajudam é uma coisa, agora os irmãos, os primos, os outros olham às vezes com um olhar de cobrança, de crítica. Então isso é uma coisa que me incomoda um pouco, mas que bom que me incomoda e que nos incomoda, porque, se incomoda é porque logo eu vou me desprender, logo a gente vai avançar, vou pagar tudo o que nos ajudaram, de uma forma ou de outra e vou conseguir, realmente, provar que é sustentável morar numa ecovila. [...] Também, acho que a gente é muito novo, todo mundo teve esses processos, meu pai teve ajuda, meu sogro teve, todo mundo teve um pouco de ajuda familiar pra construir sua vida e eu tô tendo a minha, e logo eu corto o cordão umbilical. Tô no caminho, espero! (Lívia)

Um ano e três meses depois, quando da segunda visita à ecovila, a loja ainda não estava dando retorno financeiro. Mas, como vimos, a comunidade havia decidido recentemente se concentrar em ajudar a resolver questões internas como essa, portanto havia certa perspectiva de melhora. Os demais entrevistados que falaram sobre dificuldades de geração de renda, ao que parece, não tinham esse suporte familiar. Alguns comentaram sobre

a necessidade (temporária) de trabalhar muito – principalmente fora da ecovila – para conseguir se sustentar:

Nessa transição pra autossuficiência eu tô aprendendo a como fazer esse tal do dinheiro chegar, né... então em alguns momentos tem esse apertinho. Em função dele, de não ter recurso financeiro suficiente, pra mim eu trabalho mais do que eu deveria. Então eu estou com uma necessidade não material de descanso, pausas maiores, tranquilidade... (Carolina)

Devido a essas dificuldades de geração de renda, existe um histórico de diversas pessoas que não conseguiram se manter na Ecovila Tibá. Até mesmo um morador que, segundo um dos membros, poderia ser considerado o “mentor intelectual” da ecovila, acabou saindo por conta disso. De acordo com uma entrevistada, muitas pessoas que chegaram lá pensando em morar

... não ficaram pela dificuldade da geração de renda mesmo. De não ter o aporte financeiro pra se garantir aqui o tempo que precisasse, então essa é que é uma discrepância... Aí depois foi vindo, né, "então vamos garantir voluntários, vamos garantir pessoas..." A gente teve até o Lucas, por ex., que foi uma pessoa muito importante no nosso processo aqui dentro, hoje em dia, ele tá num assentamento, tá na luta pela conquista da terra e tal, e ele teve que ir embora. [...] A gente não conseguiu sustentar ele aqui dentro, e ele não tinha o aporte familiar para sustentá-lo. A gente conseguia minimamente garantir a alimentação dele, assim, mas... [...] a gente não quer só comida, né? A gente quer bebida, diversão e arte! Então, assim, a ecovila proporciona tudo isso, mas você precisa começar a construir seu pé-de-meia... [...] Agora eu acredito que a gente tá bem mais evoluído nesse processo de acolher outras classes sociais, outras relações e poder pensar em como sobreviver aqui dentro. (Lívia)

A problemática da inclusão de classes sociais mais baixas em ecovilas será discutida na seção 5.2.3. Mas é interessante notar que as necessidades financeiras também podem diminuir bastante com a vida na ecovila. Um entrevistado que havia reduzido bruscamente sua renda após ir morar lá – ficou durante um tempo como voluntário, integralmente dedicado aos trabalhos internos, praticamente sem renda – comentou que de fato vinha precisando de muito menos do que antes. Segundo Litfin (2014), em países afluentes, muitas ecovilas vivem confortavelmente com rendas consideradas abaixo da linha de pobreza. Em Piracanga, por exemplo, 50% das residências pesquisadas por Flores e Trevizan (2015) relataram uma renda *per capita* de um salário mínimo ou menos. A vida mais simples fomentada em ecovilas, no entanto, não implica necessariamente perda de “qualidade de vida”¹⁰⁹ – até porque esta tende

¹⁰⁹ A expressão “qualidade de vida” está entre aspas porque esta é muitas vezes utilizada como um índice cujos indicadores incluem a quantidade de bens materiais. Aqui (assim como no estudo de Mulder, Costanza e Erickson, 2006, citado logo a seguir), nos referimos a uma qualidade de vida *percebida*.

a ser pautada em valores diferentes: tempo livre, trabalho prazeroso, convívio social gratificante, alimentação saudável etc. O estudo de Mulder, Costanza e Erickson (2006) em 30 comunidades intencionais nos EUA encontrou que, mesmo com renda inferior, a percepção de qualidade de vida em ecovilas se mostrou superior à de uma cidade universitária que tem um nível considerado altíssimo.

No caso da Ecovila Tibá, existia uma busca explícita (definida até mesmo nos objetivos da ecovila, em seu estatuto) por reduzir o custo de vida o máximo possível (dentro de limites relacionados com a busca por consumir de forma responsável). O custo total de um morador (incluindo taxas de administração, de manutenção/hospedagem e também alimentação) de fato não parecia alto: na época do trabalho de campo, estava em R\$ 430 por adulto por mês (incluindo taxas de energia, internet, advocacia e contabilidade da associação, alimentação da cozinha coletiva etc.). Todos os entrevistados demonstraram grande satisfação com o padrão de vida na ecovila, embora alguns tenham explicitado a necessidade de gerar mais renda. Nesse ponto, como já vimos, existia na ecovila um significativo apoio social. Uma entrevistada relatou, por exemplo, o caso de um visitante colaborativo que pagava as taxas para se manter lá com o que recebia em serviços de construção que a própria ecovila o ajudava a encontrar, ou até criava para ele. Alguns entrevistados falaram também do projeto de organizar os trabalhos internos através de diversas MEIs (microempresas individuais) e cooperativas. Vale notar que a ecovila já teve tanto tentativas mal sucedidas como bem-sucedidas de cooperativas.

Houve uma vez, uma época, que eles tavam querendo fazer uma proposta de produção de salgados coletiva. E, claro, não deu certo, né? Porque quem trabalha mais, quem trabalha menos, quem ganha mais, quem ganha menos, quantas horas o outro ficou lá amassando... “ah, mas o meu trabalho de amassar é muito mais pesado do que você que vai lá vender na feira, e blábláblá...” “Hoje eu tô cansado, hoje eu não vou trabalhar, e...” [...] Não deu certo. [...] Eram pessoas com pouco tempo de convivência, né. Que isso eu também acho que faz muita diferença. (Flávia)

A mesma entrevistada comentou que posteriormente a ecovila entrou em uma fase melhor porque estava com mais sócios moradores, convivendo há pelo menos dois anos e meio, o que facilitava muito a dinâmica comunitária e consequentemente as atividades coletivas. Por exemplo, nesse período mais recente havia existido a “Angatu”, uma cooperativa de produtos cosméticos que vinha funcionando bastante bem há mais ou menos um ano. Era formada por quatro pessoas, dentre elas duas voluntárias. As integrantes decidiram dar uma pausa nas atividades apenas porque duas delas estavam mais ausentes por conta de estudos ou trabalhos. Uma das voluntárias que participava da cooperativa relatou:

Desde o início a gente viu o que cada uma podia se dedicar mais, né, então por exemplo eu e a Renata a gente poderia se dedicar mais à produção de cosméticos, enquanto a Inês ficou com um pouco de produção, um pouco da parte visual, internet, né... A Diana já tinha uma ligação com cidade, que ela trabalhava na Ufscar, então ela podia articular melhor pontos de... feirinhas, né, lugares pra gente vender... a própria compra do material, ela articulava com a Lorena, que tem uma loja na cidade... a parte do financeiro que também é uma parte que ela trabalha, né... daí ficava mais fácil. Então a gente ia distribuindo com o que cada uma podia contribuir, assim. Era bem legal, assim, a forma como tava acontecendo. Eu acho que o principal desafio nosso tava sendo... o escoamento, assim, sabe, pra onde a gente tava vendendo. [...] Essa foi uma das questões da gente ter feito essa pausa, assim, pra gente refletir... [...] A gente tava vendendo fora, tava numa feira de economia solidária, vários lugares, mas internamente, assim, a gente não tava conseguindo fazer com que, por exemplo, a comunidade fosse autossuficiente nos produtos, né, de higiene ou de limpeza, né. [...] A gente tava elaborando formas, assim, e pensou que talvez a gente devesse, quando voltar, olhar mais pra dentro, mesmo, pra escoar primeiro aqui e nos próprios eventos e oficinas... (Bia)

Essa entrevistada, no entanto, havia saído da Ecovila Tibá quando da segunda visita de campo – assim como a outra voluntária envolvida no projeto (Renata) – o que chama a atenção para uma questão pouco discutida: muitos projetos de médio e longo prazo (e também processos autogestionários como o consenso – ver por exemplo Ergas e Clement, 2016) acabam sendo comprometidos pela intensa flutuação de moradores típica das ecovilas. Associado a isso, o pequeno número de moradores também dificulta bastante o desenvolvimento de economias internas, como observado por Bôlla (2012) em Terra Una (MG). Conseqüentemente, a geração de renda em ecovilas tende a constituir um grande desafio, o que parece se relacionar bastante também ao fato de que as atividades econômicas realizadas em geral não seguem uma lógica de lucro – isto é, não procuram extraí-lo do trabalho ou da natureza. Dessa forma, não é incomum que as ecovilas (particularmente no norte global) tenham parte de sua receita proveniente de doações – é o caso, por exemplo, de Tamera (ESTEVEZ, 2017). Isso nos leva então à necessidade de analisar mais a fundo de que forma a economia como um todo é tratada em ecovilas.

5.2 A ECONOMIA ALÉM DA LÓGICA CAPITALISTA

Como sugerimos anteriormente, a economia pode e deve ser entendida de forma ampla, como a *gestão* do ambiente. A questão é *que* economia, *que* forma de gestão vem sendo adotada. A economia capitalista claramente vem favorecendo, por seu próprio funcionamento, a exploração social e ecológica – o que se deve, em boa parte, ao fato de que,

nesse sistema, o valor de uso é submetido pela especulação em cima do valor de troca.¹¹⁰ A noção de economia, nesse contexto, veio sendo cada vez mais reduzida ao aspecto *financeiro* – como se este pudesse ser independente da realidade material. Como observou Marx, de um *meio*, uma ferramenta para facilitar as trocas, o dinheiro foi passando a se constituir como um “*fim*” em si (MÉSZÁROS, 2006); uma espécie de “Deus”, cegamente adorado.

Enquanto movimento crítico ao modelo capitalista, as ecovilas vêm procurando desenvolver sistemas econômicos desvinculados desses padrões (as mudanças em relação ao trabalho já fazem parte disso). Muitas adotam e desenvolvem uma série de práticas econômicas alternativas como coletivização de bens, permutas, moedas sociais (LITFIN, 2014), criação de bancos comunitários (que não visam ao lucro) (SWILLING; ANNECKE, 2006) e redes de economia solidária – que serão discutidas mais adiante. Parece se tratar fundamentalmente de uma busca por desenvolver relações econômicas não predatórias, o que está longe de ser algo simples, considerando que estamos imersos no capitalismo. O empregado que contratamos por um baixo salário faz parte disso. As pequenas (e, muitas vezes, idôneas) empresas que são “engolidas” pelo concorrente mais forte porque não conseguem lucrar fazem parte disso. No entanto, ao que parece, diversas iniciativas locais vêm procurando modificar esse funcionamento, com alguns êxitos. Uma parte fundamental dessas práticas alternativas se relaciona a uma reavaliação da relação do ser humano com o dinheiro. Afinal, há evidentemente muitas coisas que simplesmente não podem ser representadas por ele, como o direito à vida, à saúde e à alimentação, ou o valor de um ecossistema preservado.

5.2.1 Tratando a “ferida” com o dinheiro

Uma moradora da Ecovila Tibá mostrou uma reflexão bastante profunda acerca do papel do dinheiro na sociedade, falando explicitamente sobre a necessidade de que ele funcione como um *meio* e sobre a possibilidade de, através das práticas econômicas alternativas, ir “tratando” o que ela chamou de uma “ferida” que nós todos temos com ele. Mas chamou a atenção para a importância de fazê-lo com cuidado, respeitando o fato de que nós crescemos em uma cultura que promove essa supervalorização do dinheiro:

A relação com o dinheiro [...] do ser humano é algo que a gente precisa de olhar com muito carinho, sabe? Porque ela serve de substrato pra muitos, muitos conflitos. O

¹¹⁰ Ver discussão mais detalhada no Cap. 3.

dinheiro é algo que legitima a propriedade, e a propriedade, no tipo de cultura que a gente tá, define quem é você. Então a gente não pode pegar e “aah, nããã...” A gente é isso. Entrega a chave do seu carro pra qualquer um... e fica tudo bem... deixa qualquer um entrar na sua casa... Não é assim, sabe, a gente não nasceu índio... por mais que a gente admire e queira chegar lá, aprender muito com eles, nessa questão do viver comunitário... mas a gente não é. (Carolina)

A relação que se cria com o dinheiro de fato pode facilmente detonar uma série de problemas sociais. Litfin (2014) nos lembra que muitos conflitos surgem a partir de questões financeiras, e que tensões financeiras não resolvidas já desfizeram muitas comunidades. Segundo a mesma entrevistada, a Ecovila Tibá já teve no passado muito mais “frouxidão” com a questão do dinheiro em relação a visitantes, por exemplo, mas com o tempo precisou modificar isso:

A gente durante muito tempo aqui, [...] quase dois anos, a gente trabalhava gratuitamente pras pessoas. As pessoas vinham comer aqui não pagavam nada, e a gente pagava pras pessoas, as pessoas dormiam aqui e não pagavam nada. E foi sempre assim. E a gente foi percebendo que a conta não tava fechando. E aí a gente foi percebendo que embora a gente gostasse muito de fazer dessa forma, a gente tava se prejudicando. E a gente tava trazendo pra gente um conflito que não era nosso. Não fazia sentido. [...] Tinha um monte de desafios, a gente ainda ficava com esse problema. [...] Se a gente tivesse recurso a gente pagava, com o maior prazer... só que o problema é isso. Eu tiro 150 reais da minha filha pra passar pruma outra pessoa. [...] Existe um limite. (Carolina)

Enquanto a pesquisadora estava em campo ocorreu um episódio bem ilustrativo dessa questão: uma visitante colaborativa que havia passado algumas semanas lá acabou precisando ir embora porque não tinha mais como pagar, o que gerou certo mal-estar, pois a visitante gostaria de poder continuar mais tempo, trocando sua estadia apenas por trabalho (sendo que as vagas para voluntariado já estavam preenchidas). A mesma entrevistada (Carolina), que esteve mais envolvida na situação, deu um longo relato sobre o ocorrido:

Eu expliquei pra Denise, falei “Denise, nós tamos nós duas aqui conversando, tá um frio do caramba, né?” “Tá”. “Então, você tá aí com seu xale, sua calça, né, e eu tô aqui sem nada, e eu viro procê e falo assim ‘Denise, pelo amor de deus, me dá seu xale, que eu tô aqui morrendo de frio’. Ah não, jura que você vai fazer isso comigo, você não vai me dar seu xale, você vai me deixar passando frio?!” – são as coisas que eu ouço. Só que como é com dinheiro a gente não tem noção que a gente tá fazendo isso. [...] Quando chega no dinheiro parece que sempre é possível dar um jeito, porque não é palpável como você tirar o cachecol, lá... e sentir o frio. Ele [o dinheiro] gera um ruído, [...] uma lacuna, então é um lugar que a gente tem que ter muuuita clareza e muita segurança pra gente andar junto. Só que a comunidade [...] ainda não tem essa segurança, não tem essa clareza, não tem essa firmeza pra conseguir sustentar esse tipo de fala. Então o que a comunidade faz? Tira o cachecol da gente pra colocar nos outros e depois fica degladiando entre nós porque que nós estamos passando frio. Então isso pra mim... Compartilhei, fiz, tirei o cachecol muitas vezes... passou. Acabou. Não dá mais. Vamos evoluir. E vamos evoluir pra gente sair desse lugar, dessa caridade hipócrita, católica, que ferra... Não é assim, olhar pras pessoas e dizer “cara, você tem potência, dá pra fazer, vamos pensar

junto, que dá...” Com a Denise por exemplo foi isso, falei assim “Denise, olha só, aqui não tá de portas fechadas pra você. [...] Vamos pensar comigo. [...] Você recebeu uma mensagem falando que [a ecovila] tava de recesso, você ignorou essa mensagem e veio, concorda?” “Sim”. “Chegou aqui, alguém te expulsou?” “Não”. “Que que as pessoas fizeram? Te acolheram.” “Me acolheram”, ela falou, “então pronto, primeira porta aberta, certo?” “Certo”. “Aí você veio, não trouxe barraca, trouxe uma rede e uma coberta, sendo que o e-mail é bem claro, que é pra trazer...” [...] É muito clara a infra que a gente tem pra receber as pessoas, [...] como é que funciona as diárias, quanto que é o quarto coletivo, quanto que é camping, o que que você tem que trazer... tá tudo lá. [...] Chegou, dormiu onde? No quarto coletivo. Quarto coletivo, [...] ele tem um valor. Esse valor é a estratégia que a gente teve pra me manter e à minha família aqui, eu e o Fabrício. [...] Então, segunda coisa. Ela foi pro quarto coletivo, e... “Você tá pagando pelo quarto coletivo?” “Não”. “Eu tô te cobrando? Tô te obrigando a pagar?” “Não”. “Tô te dispensando disso, porque eu tô entendendo a sua condição, certo?” “Certo”. Segunda porta aberta. Terceira porta: [...] a gente sentou pra conversar, e o que aconteceu é que ela não tinha dinheiro. Tinha dinheiro até tal dia. Aí eu falei “olha, então vamos fazer o seguinte?” [...] “vamos pegar esse tanto, mais esse tanto, a gente dilui tudo isso pra dar mais dinheiro procê... [...]”. Beleza, deu. Aí nisso ela precisaria de 50 reais pra ir embora [...]... aí na conta toda, mais o que ela precisava de ir embora mais o que ela precisava de pagar aqui, faltaria 10 reais. Falei pra ela, “não tem problema, eu pago esses 10 reais pra você. E aí você vai com tudo certinho. Aí na hora que você tiver condição, você pega e volta pra cá, sabe, você se organiza, faz sua renda, e volta pra cá. Ou, se aqui abrir vaga pra voluntário, a gente [...] entra em contato, você volta. Mas, essa história: “não obriga a pessoa a tirar o cachecol” [...] – falei pra ela –, “porque esse recurso, se você não compreende isso, é isso que você vai fazer em qualquer lugar...” E foi isso que aconteceu. Enfim, a Gilda [...] pagou 150 reais pra ela ficar aqui. Fez uma proposta de troca, que foi as limpezas que ela fez, pra também justificar, né? Foi uma proposta que a Denise trouxe, né, e a Gilda, óbvio, aceitou, porque daí também... mas são esses limites, sabe? [...] A gente tem que aprender a lidar com isso, [...] colocar limite. Quando você tem uma criança, e você ama muito essa criança, você se dispõe a dizer sim mas a dizer não, pra essa criança. O “Não”, ele é um gesto muito grande de amor. [...] A gente patinou durante muitos anos, pra mim, já deu. [...] A gente não tá rejeitando ninguém, mas a gente tem limite. [...] Ah, e outra coisa da Denise... [...] Tudo são questões de conversar, porque o que ela me disse pra ela ir embora... as coisas vão mudando, você tá vendo? [...] Ela disse “olha, eu quero ficar até tal dia, 2ª feira, porque eu quero conhecer a UFSCar, porque o que eu precisei de ver aqui eu já vi, agora só falta a UFSCar, e eu vou embora.” Então assim, [...] se ela me dissesse, “olha, eu quero ficar aqui mais tempo, proposta de não voluntário, sei lá, de repente, se arrumar um trabalho, é umas, né... [...] Então, assim, acho que o pessoal aqui é muito solidário nessa questão, sabe? Mas com esse limite. Ninguém quer passar frio. Respeitando esse limite mínimo... o resto a gente inventa moda.” (Carolina)

A fala dessa entrevistada suscita uma reflexão interessante: no afã de superar a relação capitalista com o dinheiro, ou a culpa que dela advém, por vezes recaímos no pólo oposto da caridade, que acaba sendo a outra face da mesma moeda. A caridade reforça a hierarquia e ainda extrai daí um rendimento moral: “o rico, magnânimo, oferece ajuda ao pobre coitado”. O que se chama de “economia solidária” – e que as ecovilas em geral procuram adotar – é algo diferente disso: baseia-se na horizontalidade, no cooperativismo, nas permutas e compartilhamentos, e na preponderância do valor de uso sobre o valor de troca. Como argumentou Carolina, ser solidário não significa simplesmente distribuir o que se tem, por

mais que muitas vezes nos sintamos impelidos a isso; é preciso reconhecer que existe uma dependência do dinheiro.

Por outro lado, existia entre os moradores da Ecovila Tibá uma série de práticas solidárias associadas à já citada “simbiose” entre o dinheiro externo e o trabalho interno: por exemplo, o casal mais antigo de moradores, que trabalhava fora, em emprego estável e com bom salário, acabava cumprindo muito a função de trazer dinheiro para a ecovila. Com frequência eles financiavam equipamentos ou instalações de uso coletivo, às vezes sem retorno do dinheiro empregado. Seu plano era de um dia também poder largar o trabalho externo e se dedicar a outros interesses ligados ao desenvolvimento interno da ecovila, mas até o momento eles consideravam mais importante gerar essa segurança financeira para a comunidade – o que expressa uma perspectiva bastante coletivista:

A gente meio que opera como uma “poupança do coletivo”. [...] Qualquer coisa que aconteça a gente pode socorrer. [...] Até um dos assuntos da reunião dos sócios é justamente isso, quem tá em que momento da vida financeira, pra gente prever as mudanças a curto, médio, longo prazo. Porque tem que organizar a renda da comunidade e as pessoas que mais precisam começar a receber. Aí a gente só vai ter segurança de entrar quando essas pessoas tiverem: “tá com suficiência?” Uma pessoa por vez, né. Tem uma família que tá com suficiência de trabalho na ecovila?” Tá. Então vamos investir, dar fôlego, pra que “quem é o próximo da fila?” Pra gente se organizar nesse sentido. [...] Eu enxergo dessa maneira a estruturação, né. Até... pra gente enquanto comunidade “qual que é a simplicidade que a gente quer?” Porque é isso, tem as necessidades, né? [...] Eu vejo mais ou menos a estratégia financeira da gente nesse sentido... (Gilda)

Outro aspecto relevante nesse contexto é essa ideia de “suficiência”. Associada ao desejo de trabalhar menos e ter mais tempo livre, muitos entrevistados explicitaram uma busca por não precisar ou precisar de menos dinheiro, refletindo uma perspectiva de “vida simples” ou “simplicidade voluntária” – algo presente em muitas ecovilas:

Há alguns anos atrás [...] mais ou menos eu comecei a refletir sobre a necessidade de ter dinheiro, né. E comecei a perceber que eu tava vivendo, desde que eu nasci, numa estrutura bem artificial, e que a necessidade do dinheiro ela era injetada na gente, né. Daí eu comecei a pensar desesperadamente em viver, encontrar formas de viver que eu precisasse de menos dinheiro. Porque eu percebi que [...] vivemos nessa estrutura que não deixa nem a gente pensar nessa situação, e aí a gente vive a nossa vida indo atrás de dinheiro pra comprar um monte de coisa que dizem que a gente tem que ter, né. Daí eu queria ter mais tempo pra viver e ganhar o dinheiro mínimo que a gente precisa, trabalhando em algo que me desse prazer. (Pedro)

Eu acho uma ideia muito legal, a ideia de você conseguir sobreviver sem dinheiro nenhum, você conseguir produzir, ainda que seja dentro de uma comunidade, não digo sozinho, porque acho que seria inviável, mas através da economia solidária, as trocas, cada um produz uma coisa, é uma ideia que me atrai demais, eu acho que na verdade esse é o canal, é o caminho pra gente conseguir se desprender de todas as coisas negativas que a gente criou até hoje, digo, em termos de humanidade mesmo... (Benício)

Eu já tive uma condição alta. [...] Eu tenho uma outra visão hoje, eu vou viver com pouco mesmo, eu vou ter que aprender, né? Se você só sabe viver com dinheiro, você viver sem é um martírio da porra. Esse tá sendo o meu desafio agora. (Rogério)

Se os membros de ecovilas em geral buscam satisfação no trabalho e veem o dinheiro mais como uma ferramenta, parece natural que possa se desenvolver para eles uma desvinculação (até certo ponto) entre trabalho e dinheiro. Afinal, se o trabalho não é alienado, é algo que se faz na busca de realização pessoal, então não necessariamente precisa estar atrelado a ganhos financeiros, e, quando estiver, este ganho não precisa ser sempre maximizado – até porque frequentemente existe uma tensão entre trabalhar com o que “dá dinheiro” e o que se gosta e acredita. De fato, como já vimos, em ecovilas é comum que se trabalhe com assuntos alinhados aos próprios ideais, independentemente da renda inferior (como observou Ergas, 2010). Um entrevistado comentou sobre sua visão destoante na relação entre trabalho e dinheiro mesmo antes de ir morar na Ecovila Tibá:

Eu como advogado eu nunca conseguia focar em tirar dinheiro, eu sempre focava muito mais em resolver o problema da pessoa, entendeu, em que aquilo fizesse sentido pra ela, então eu não queria entrar com ação, às vezes era uma ligação, conversar melhor, com calma, e resolvia, e eu resolvia e não ganhava nada, entendeu? Então os meus sócios, tal, não chegava a ser um problema, mas eles faziam bastante piada [...] E quando o cliente chorava? “não, eu não posso pagar, mas eu preciso que você continue”... eu vou falar “não, não vou continuar”? Continuava!... (Benício)

Evidentemente, tais reflexões precisam ser relativizadas. Não se pode de forma alguma dizer que o dinheiro, na sociedade em que vivemos, é desimportante. Ele acaba sendo fundamental para suprir as necessidades básicas de quase todo mundo.¹¹¹ Mas é preciso ressaltar que a busca por um *acúmulo* de dinheiro *a qualquer custo*, em detrimento de outros valores, muitas vezes acaba constituindo um caminho sem fim e gerando mais problemas que soluções.

Outra importante forma de buscar modificar o papel do dinheiro na Ecovila Tibá era a popularização de preços e o oferecimento de bolsas parciais ou integrais em atividades (cursos, oficinas, vivências etc.). Segundo um entrevistado, a organização dos eventos com frequência tomava a iniciativa de entrar em contato com as comunidades da periferia das cidades do entorno para oferecer vagas sociais. Para os pagantes, os valores costumavam ser

¹¹¹ À exceção, apenas, talvez, de sociedades indígenas cada vez mais raras que ainda consigam praticar a subsistência.

baratos,¹¹² dentro de limites de viabilidade – não se pode esquecer que esses eventos são também uma das ferramentas de geração de renda da ecovila. Um entrevistado (José) explicou que, para cada evento organizado, procurava-se que ele cumprisse duas funções: “ser viável pra quem se propõe a fazer o evento” e “ser útil pra quem veio fazer o evento”:

Se você veio fazer o evento e só quem ganhou foi o Tibá, a coisa tá errada. Se você veio fazer o evento e você ganhou um tanto X e o Tibá perdeu, a coisa também tá errada. Então, com esses dois pólos a gente tenta fazer o possível para que aquilo que vai ser ganho chegue pra quem precisa que seja chegado desde que não derrube outras coisas. Então é muito comum a gente pensar em bolsa. Pensar assim: pra esse evento, qual é o tamanho que a gente pode já pensar em alguma bolsa? (José)

Em relação à hospedagem de visitantes os valores eram também consideravelmente baixos: os visitantes colaborativos,¹¹³ segundo uma entrevistada (Carolina), pagavam apenas o custo. De fato, à época da primeira visita à ecovila, para hospedagem no camping esses visitantes pagavam no total R\$ 10 por dia de alimentação (o que incluía três refeições diárias). Esse tipo de visitação, portanto, não gerava renda para a ecovila. Para estadia em um quarto coletivo, eram cobrados mais R\$ 15 por dia. O visitante-hóspede, que não assumia o compromisso de participar das atividades da comunidade, pagava, à época, R\$ 10 por refeição e R\$ 15 por dia de hospedagem no camping ou R\$ 30 no quarto coletivo – valores ainda bem acessíveis. No entanto, quando da segunda visita da pesquisadora, como vimos na seção 5.1.2, o formato de visitante colaborativo estava suspenso e havia sido inaugurado um chalé de hospedagem com valores mais altos.¹¹⁴ Ainda assim, eventuais visitantes amigos (como foi considerado o caso da própria pesquisadora) que ficassem hospedados no camping poderiam chegar a pagar apenas R\$ 5 por dia por pessoa, mais os R\$ 10 por dia de alimentação.

Parece ser possível sugerir, assim, que o lugar do dinheiro vinha sendo bastante relativizado na Ecovila Tibá. Isso se evidenciou, especialmente, das seguintes formas (interrelacionadas): 1- as práticas de apoio social (por exemplo, quando membros que saíram do trabalho foram sustentados financeiramente por outros, e quando membros que trabalhavam fora e geravam uma boa renda financiavam equipamentos e instalações para a ecovila); 2- as práticas de coletivização de dinheiro e bens (os caixas coletivos, o compartilhamento de propriedade, instalações, equipamentos etc.); 3- a subversão do

¹¹² A maioria dos entrevistados assim os considerava; apenas um morador disse achar alguns cursos meio caros. Em comparação com cursos semelhantes em outras ecovilas, a experiência da pesquisadora sugere que eles eram de fato bastante acessíveis.

¹¹³ Aqueles que trabalhavam quatro horas por dia em troca de redução do custo.

¹¹⁴ Ver detalhes nas seções 5.1.2, 5.1.3 e 6.2.2.

pensamento mercadológico (a supremacia do valor de troca) ao realizar transações que envolvem dinheiro (veremos mais alguns exemplos adiante); 4- a busca por precisar de menos dinheiro; e 5- a realização de trocas econômicas sem utilização de dinheiro (como veremos na seção seguinte). A fala de uma entrevistada ilustra bem a questão: “Eu acho que o dinheiro não é o problema. O dinheiro ele é só um pedaço de papel. A questão são os valores e os pesos que a gente dá pra isso” (Flávia).

No entanto, uma vez imersos na sociedade capitalista, a forma de lidar com o dinheiro exige um balanço delicado. Questões financeiras ainda são uma importante limitação para as ecovilas (LITFIN, 2014; ERGAS; CLEMENT, 2016). Christian (2003) ressalta que os custos da terra e a falta de opções de financiamento constituem grandes desafios, e que muitas comunidades fracassam simplesmente por falta de planejamento financeiro. A localização geográfica tem grande influência nesse aspecto, pois em áreas urbanas os custos costumam ser bem maiores que em áreas rurais (KASPER, 2008; ERGAS, 2010; LITFIN, 2014). Na ecovila urbana estudada por Ergas (2010), por exemplo, os altos custos levaram à necessidade de pagar uma hipoteca, e a insegurança financeira constituía uma ameaça frequente. Voltemos então nossa atenção para certas práticas relevantes nesse contexto de se procurar ampliar o entendimento de economia para além das relações capitalistas com o dinheiro.

5.2.2 Práticas economicamente “subversivas”: compartilhamento e trocas

As ecovilas geralmente adotam algum grau de comunalismo econômico (LOCKYER, 2010a) a partir do compartilhamento de terras, instalações, veículos, recursos diversos, e às vezes renda. Isso gera formas coletivas de relação com o dinheiro que, como sugere Lockyer, exigem que cada um considere o bem comum do grupo além de seus desejos individuais. Para Litfin (2014), o compartilhamento pode ser considerado o princípio básico, a “essência” da vida em ecovilas. Além de cumprir uma função na promoção de proximidade/cooperação social, ele é uma das principais formas pelas quais as ecovilas reduzem o consumo de recursos, a geração de lixo (LITFIN, 2014) e os custos de vida. Como frisaram alguns entrevistados da Ecovila Tibá, é de fato bem mais fácil comprar uma terra e otimizar recursos *coletivamente*. Outra entrevistada argumentou, ainda, que o coletivo permite que um grupo tenha o mínimo para a sobrevivência em caso de um colapso financeiro/civilizatório.

O nível de compartilhamento econômico em ecovilas pode variar bastante. Como vimos, há desde ecovilas que têm donos e inquilinos (LITFIN, 2014) até outras que sustentam modelos comunais – por exemplo, Svaholm (LITFIN, 2014) e uma das ecovilas (não

identificadas) estudadas por Kasper (2008). De acordo com Litfin, a chave para sustentar uma economia comunal parece ser a confiança social, além de normas de transparência financeira e processos de associação longos e seletivos. Na maioria das situações, porém, o comunalismo econômico se torna um fator potencial de conflitos, já que desafia nossa arraigada noção de propriedade individual. Em *Dancing Rabbit* (EUA), por exemplo, Boyer (2016) notou que o compartilhamento de propriedade exigia investimentos maciços no desenvolvimento de habilidades de comunicação e resolução de conflitos. Kunze (2012) observou também algumas medidas econômicas eficazes para lidar com esse tipo de dificuldade: a possibilidade de sair da comunidade sem perda econômica (o que encoraja a associação de novos membros); a propriedade da terra pertencendo a uma Instituição ou Fundação sem fins lucrativos (o que evita a exploração por interesses individuais); e a possibilidade de os membros escolherem se querem manter sua propriedade privada ou unir-se completamente à economia da comunidade. Há, de fato, ecovilas que mantêm uma estrutura de propriedade mais independente, na forma de loteamento, assemelhando-se a um condomínio – é o caso da “Comunidade Andorinha”¹¹⁵ (SP), estudada por Roysen (2013). Segundo a autora, tal configuração vinha favorecendo a manutenção de liberdades individuais, sem, no entanto, abrir mão de um funcionamento comunitário (encontros, reuniões, decisões coletivas, formação de grupos de trabalho etc.). Por outro lado, ao que parece a ecovila acabava tendo certo caráter de “local para fins de semana”: de 127 membros, apenas oito eram moradores à época da pesquisa.

Na Ecovila Tibá, além da propriedade coletiva da terra, existia compartilhamento de algumas instalações, veículos, recursos (alimentos, equipamentos) e alguma renda (os caixas coletivos de algumas pétalas e as cooperativas de trabalho). Cada núcleo familiar tinha sua casa (algumas em construção), mas havia espaços comuns bastante utilizados, em especial o centro de convivência (que abrigava cozinha, refeitório, espaço de estar – utilizado também para reuniões – e espaço para as crianças; ver seção 3.3.2.1). A chamada “casa-mãe” servia de moradia para os moradores em processo de inserção na ecovila, e lá se compartilhavam cozinha, lavanderia e banheiros (praticamente só os quartos eram privados). Havia ainda uma biblioteca coletiva, um “brechó” (roupas comuns para usar, pegar, deixar), uma “lan house” (varanda da casa-mãe onde havia sinal wifi), um barracão de ferramentas, um gramadão utilizado para celebrações e cursos e um playground para crianças. Existia também um sistema (opcional) de carros coletivos – geralmente bens particulares que foram colocados

¹¹⁵ Nome fictício.

para uso coletivo (incluindo uma Kombi que havia sido comprada pelo casal mais antigo). Cabe notar que, como a propriedade dos carros em última instância era particular, naturalmente acabava existindo certa prioridade de uso pelos donos; no entanto, procurava-se sempre conciliar as necessidades. Na verdade, mesmo os carros particulares com frequência eram utilizados coletivamente ou emprestados.

Os entrevistados em geral mostraram bastante satisfação com esse grau de coletivização, e um desejo de aumentá-lo – embora também reconheçam as dificuldades envolvidas. Já vimos, por exemplo, na seção 4.1, como a falta de espaços privativos podia causar estresse e conflitos, e como os moradores passaram a incentivar que os sócios construíssem suas casas particulares assim que possível. Da mesma forma, o compartilhamento de bens móveis exige habilidades e paciência:

A gente quer ter o mínimo de carro com o máximo de gente sendo atendida. Então isso significa que você tem que dar carona, tem que ver horário, tem que ir, tem que voltar, tem que esperar, tem que arranjar um jeito de caber todo mundo, se não couber, como é que vai fazer, e não sei o que, e o imprevisto do Fulano que era pra estar naquele horário pra gente ir embora, e não apareceu. Isso é um jogo de xadrez o tempo todo, e uma hora cansa pra caramba. E assim por diante: compra coletiva, divisão de trabalho, cuidado coletivo. Tudo isso tem uma série de detalhezinhos que a gente tem que ficar ajustando e arrumando meio que nem jogar tetrís. [...] Sempre tentando encaixar. E isso gera [...] um gasto de energia, nossa, que é bastante grande. (José)

Em relação ao compartilhamento de utensílios, um entrevistado relatou, por exemplo, que as tampas das panelas de pressão da cozinha coletiva quebravam com muita frequência devido a um uso inadequado. Embora não tenhamos elementos suficientes para sugerir que é isso o que ocorre na Ecovila Tibá, podemos imaginar que esse tipo de problema talvez se relacione a um menor cuidado que comumente se tem com bens coletivos – devido à concepção, associada a um modelo de subjetividade individualista, de que, “se algo é de todos, não é de ninguém”. Mas é preciso considerar também que cada pessoa tem exigências de cuidado diferentes, e, assim, a coletivização inevitavelmente gerará insatisfações para os mais exigentes. A partir dessa percepção, quando da segunda visita à ecovila, havia sido acordado que cada equipe do cuidado coletivo levaria alguns materiais próprios para a cozinha coletiva (como os panos de prato).

Compartilhar bens traz consideráveis dificuldades para boa parte das pessoas. Até mesmo um voluntário morador da ecovila (de origem em classe baixa) que já havia demonstrado um amplo desapego em relação ao dinheiro e à propriedade comentou sobre a própria resistência em coletivizar certos utensílios pessoais:

Até hoje eu tenho dificuldade pra coletivizar as minhas ferramentas. As *minhas* ferramentas que eu comprei, ou que eu ganhei, ou que eu troquei... antes de chegar aqui eu já as tinha, e tenho dificuldade em deixá-las no lugar coletivo, que é o barracão, então elas tão sempre comigo, no meu quarto, ou num lugarzinho ali, das ferramentas básicas, né... Isso é difícil, porque eu fui ensinado de outra forma, fui ensinado a ter apego. (Pedro)

Outra prática econômica alternativa comum em ecovilas e que também subverte, em certa medida, a economia capitalista, são as trocas diretas, sem envolvimento de dinheiro. Trocas de produtos, de serviços, de produtos por serviços. Na Ecovila Tibá, à exceção das trocas de trabalho por moradia e alimentação (o caso dos voluntários) e das Feiras de trocas de sementes e mudas (das quais falaremos um pouco mais adiante),¹¹⁶ tais trocas de produtos e serviços não eram muito frequentes – ao menos não eram percebidas como tal pela maioria dos entrevistados, embora houvesse uma considerável cultura de cooperação.

Eu acho que [...] a gente precisaria nós mesmos estarmos gerando mais produtos pra poder fazer mais trocas. E hoje a maior parte dos núcleos ganham em dinheiro, então tem pouco produto pra trocar. Por exemplo, o José e a Gilda eles trabalham fora com computadores. De repente eles poderiam trocar, sei lá, comigo, um atendimento, uma massagem por um conserto no meu computador. Só que o que acaba acontecendo muito entre nós é, assim, eu atendo eles de graça e eles arrumam o meu computador de graça, é isso que acaba acontecendo. Porque como a gente tem renda externa, não precisa... (Flávia)

Por exemplo, eu tenho alguma hortaliça e outra pessoa tem algum tipo de, sei lá, uma batata, e a gente fazer trocas porque ela tem muito de um, eu tenho muito do outro. Então, isso já aconteceu, assim. Mas são mais pontuais, né? [...] Assim, pode acontecer do tipo você me ajuda a carpir ali o terreno e eu depois te ajudo numa outra tarefa, então rola esse tipo de troca também. Às vezes até de alguma coisa que a pessoa faz, né, "Ah, você faz aquela tortinha gostosa, eu faço massagem, você não faz uma massagem pela tortinha?" (Fabrício)

Ó, as trocas que eu faço são bem simples. Por exemplo, Rogério vende cerveja, é 5 reais a lata. E cada conserva que eu faço é 10 reais. Então pra mim, se eu dou uma pimenta pra ele, ele me dá 2 latas de cerveja. Dá 10 reais. [...] A Milena tem os alfajor, que é 3 reais cada um, aí eu trocaria uma pimenta por 3 alfajor, dá 9... 9, 10, nem vou cobrar esse real. Pra mim é simples assim. (Pedro)

Como vemos, algumas trocas excluíam de fato o dinheiro, enquanto outras na verdade o usavam como lastro. Por exemplo, o casal que possuía a loja de orgânicos tinha um acordo com a ecovila de troca das suas taxas por produtos orgânicos – assim como, posteriormente, Pedro e Fabrício se tornaram arrendatários e trocavam o valor do “aluguel” da terra por produtos.¹¹⁷ Nesses casos de “envolvimento indireto” do dinheiro, eventualmente podem

¹¹⁶ Ver seção 5.3.2.

¹¹⁷ Ver seção 5.1.2.

acabar surgindo dificuldades de valoração associadas à questão do preço de mercado. Muitas redes econômicas alternativas (incluindo as que têm moedas próprias) acabam caindo nesse problema. Na Ecovila Tibá, segundo um entrevistado, isso não costumava ocorrer:

Eu vendo ovos aqui, eu vendo cerveja Heinekein, pensando em vender sorvete Mama Jambo, então essas três coisas, [...] a maioria paga em dinheiro, mas tem gente que vem e fala "Ó, Rogério, tô sem grana. posso te ajudar a fazer essa mesa, aí?" Me interessa, sempre me interessa pra caramba. [...] Eu já tive a liberdade de fazer também com outras pessoas. [...] Do ponto de vista de mensurar o valor daquilo, eu não cheguei nesse..., e eu não vi ninguém fazer dessa forma. É assim, "ah, eu tô precisando disso, eu tenho aquilo, faz a troca." E aí, claro que sempre vai ter um valor diferente entre uma das coisas, mas no outro momento, [...] a outra pessoa que antes recebeu um valor maior vai acabar recebendo um valor menor no outro. Então acho que isso meio que anda sozinho. (Rogério)

Outro entrevistado, por sua vez, afirmou que o problema da valoração existia, sim, na ecovila: “essa história da valoração tem a ver com o nosso cacoete... [...] A gente é adestrado pra querer ganhar muito e pagar pouco, o tempo todo.” (José). No entanto, ao que parece, a questão vinha sendo tratada de forma “funcional” dentro da ecovila, a partir do desenvolvimento de um sentimento de solidariedade e de uma relativização consciente da lógica mercadológica. O mesmo entrevistado relatou que os maiores problemas de valoração que eles viviam na verdade costumavam acontecer “do Tibá para fora”, e exemplificou com um caso:

Eu acho que a gente vive esse problema de valoração o tempo todo. A questão é que a gente tem um acordo quase que tácito de a gente não levar isso aos nossos extremos, nossos limites. A gente já teve discussões sobre isso várias vezes e tal, e não chegamos a conclusão nenhuma, mas o que a gente faz é o seguinte: a gente cede o que dá pra ceder. A gente faz assim: "bom, eu sei que talvez o meu trabalho de tecnologia não equivale mercadologicamente ao trabalho da horta, mas eu acho que eu devo ajudar a pessoa que trabalha na horta assim como eu ajudaria qualquer outra pessoa [...]" Até porque mercado não é tudo. [...] E acho que muito mais pelo seguinte: não é o cara da horta. É *Fulano* que precisa. É o *meu amigo* que tá precisando daquela ajuda e ele propôs que a diferença fosse, por ex., com coisas da horta. [...] "Tá, tudo bem, [...] Fulano vai estar atendido, [...] eu faria até se fosse de graça, mas já que vem coisa da horta também, tá ótimo." Então, [...] a gente [...] conversa e vai ajustando. Quem sabe a gente consegue achar uma valoração que é confortável? Se ficou confortável pra ambas as partes, então tá valendo a pena. (José)

Teve uma proposta de fazer um evento aqui no Tibá e perguntaram como é que ia ser [...] fazer [...] as refeições aqui etc. [Falamos] "Olha, o nosso preço calculado de refeição é tanto" (Não sei se na época já era dez reais), "e aí, são tantas refeições, vai ficar tanto." Aí o cara falou: "mas tá muito caro", [...] porque [...] o orçamento é tanto, [...] e aí, por ex., o professor que tá aqui tá ganhando tanto por hora, que tem a ver com isso..." "Tá, então o professor que tá ganhando tem a ver a hora de preparação, a hora de aula... [...] Pra gente fazer um dia de refeição, a gente tem que preparar cardápio, tem que ir atrás do material, ver se tem plantado, se não tem, se tiver tempo, tem que plantar pra poder ter na época certa, que é um trabalho, ou comprar num bom fornecedor, acordar às 5 da manhã, fazer café da manhã, almoço,

janta, e sair da cozinha às 10 da noite. Não é só pelo valor do prato. Tem tudo isso também. É o mesmo critério que você tem pro seu professor, tem pro nosso profissional da cozinha. Agora, você acha que, sei lá, 10 reais é caro, então, vamos fazer por cinco reais. Cinco reais a refeição, só que quem vai fazer a refeição é você, e você ganha 5 reais por cada refeição". Aí a pessoa fala "Ah, aí tá muito barato". "Quanto você cobraria pra você fazer a refeição?", "Ah, acho que uns 15, 20...", "Então 10 tá barato." (José)

Como sabemos, as dificuldades de valoração nas trocas estão muito associadas ao problema de mascarar o valor do trabalho (assim como dos recursos naturais empregados) – o que se perpetua, em grande parte, devido ao fato de que tomamos nossas referências nos preços de mercado. Essa mesma “obediência” à lógica de mercado faz com que, por outro lado, se supervalorizem produtos e serviços supérfluos devido a necessidades criadas pelo mercado e/ou simplesmente porque a procura é maior do que a oferta. Assim, os sistemas de compartilhamento e as trocas que prescindem de dinheiro podem constituir interessantes formas de subverter a preponderância do valor de troca sobre o de uso. No entanto, mesmo buscando fomentar outras formas de valoração – o que, pretende-se, promoveria também uma maior igualdade social –, as ecovilas não conseguem fugir de certas limitações impostas pelo sistema. Falemos então sobre a que pode ser considerada a maior e mais fundamental das limitações nesse sentido: a *propriedade*. Afinal, se a possibilidade de “possuir” (ainda que coletivamente) uma terra está diretamente relacionada ao acúmulo de capital, isso inevitavelmente reproduz alguns padrões capitalistas de exclusão.

5.2.3 Exclusão e inclusão socioeconômica e o gargalo da propriedade

Uma das maiores críticas que vêm sendo feitas às ecovilas (notadamente pelo movimento da Democracia Inclusiva)¹¹⁸ é de que elas são comunidades elitistas. Tal colocação é, de fato, bastante pertinente – no contexto das ecovilas que são CIs experimentais, evidentemente, pois nas ecovilas que são comunidades tradicionais (do sul global) o cenário é bem diferente: estas se concentram, essencialmente, na luta contra a pobreza (LITFIN, 2014). O próprio nome de Colufifa, por exemplo, é um acrônimo que se refere à eliminação da fome (*Comité de Lutte pour la Fin de la Faim*) (LITFIN, 2014). E, em Nashira, o foco principal é a luta pela reapropriação de meios de produção a partir do trabalho coletivo feminino (BURKE; ARJONA, 2013). Já nas ecovilas “do norte global” (e semelhantes a elas no sul), os padrões elitistas são bastante evidentes: a despeito de um frequentemente expresso interesse na

¹¹⁸ Ver seção 6.2.3.

diversidade, o perfil dos membros é formado basicamente por pessoas de classe média ou média alta, etnia “branca” e nível educacional elevado (ver, por exemplo, ERGAS, 2010; CUNNINGHAM; WEARING, 2013; CHITWERE, 2010; MEIJERING; HUIGEN; VAN HOVEN, 2007; FIRTH, 2012; FLORES; TREVIZAN, 2015; MULDER; COSTANZA; ERICKSON, 2006; ERGAS; CLEMENT, 2016) – é o caso, inclusive, da Ecovila Tibá. Esse caráter elitista do movimento se reflete na própria distribuição de ecovilas no mundo, que é principalmente em países do norte global. Embora tais padrões sejam bastante esperados – até porque o movimento surgiu inspirado especialmente em CIs de tais países –, isso não significa que a questão esteja livre da necessidade de reflexão.

Um dos empecilhos para se adquirir diversidade socioeconômica nessas ecovilas são os custos de moradia. Em EVI, por exemplo, após o abandono do objetivo original de oferecer moradias de baixo custo – o que fez com que vários membros saíssem do projeto – (LITFIN, 2014; BOYER, 2015), até houve uma tentativa de se criar alguns subsídios, que, no entanto, não funcionaram bem (CHITWERE, 2010), e assim a ecovila acabou se concretizando como uma alternativa classe média aos subúrbios estadunidenses (LITFIN, 2014), sem pretensões de inclusão social. Chitewere ressalta que, restringindo-se a esse tipo de padrão, as ecovilas podem estar criando novos espaços de exclusão e injustiça, perpetuando divisões de classe e etnia. Outras ecovilas podem apresentar questões sociais ainda mais sérias. Em Piracanga, por exemplo, Siqueira (2012) observou a existência de uma exploração da mão-de-obra barata do local e a exclusão dos funcionários da ecovila até mesmo das celebrações. É preciso notar que, mesmo não sendo um objetivo original das ecovilas (embora, para algumas, o seja), justiça e inclusão social *se impõem* na sociedade contemporânea (CHITWERE, 2010) – inclusive como elementos centrais para a sustentabilidade.

Algumas ecovilas vêm promovendo pequenos avanços em termos de inclusão social. LAEV (Los Angeles Ecovillage, EUA) parece ser uma das poucas ecovilas do norte global que tem uma composição étnica bastante diversa (LITFIN, 2014), o que provavelmente se relaciona ao fato de ter se estabelecido deliberadamente em uma conturbada periferia urbana, procurando ajudar a recuperá-la (BOYER, 2015; LITFIN, 2014). Em Earthaven, onde, originalmente, para se tornar membro, era necessário um investimento financeiro substancial, decidiu-se passar a receber membros jovens com poucos recursos financeiros (VETETO; LOCKYER, 2008), o que pode se dar, por exemplo, através de parcerias com pessoas mais velhas que têm mais recursos (LITFIN, 2014). Em Lynedoch – apesar de ser um caso à parte (é uma espécie de “bairro” sustentável de iniciativa *top-down*) –, há a promoção de uma mistura de classes e etnias através de subsídios para a compra de casas populares (a preços

bem abaixo do mercado), e também uma mistura espacial, pois os lotes subsidiados são espalhados pela ecovila (SWILLING; ANNECKE, 2006). Auroville, por sua vez, emprega alguns milhares de pessoas dos vilarejos pobres circundantes em suas “indústrias caseiras”¹¹⁹ e sustenta programas culturais, de alfabetização e microcrédito voltados a essas populações – gerando assim um considerável impacto social em seu entorno (LITFIN, 2014). No entanto, Litfin ressalta que persistem algumas inevitáveis tensões entre esta ecovila e esses vilarejos devido à ampla disparidade socioeconômica, o que se reflete em aspectos relacionados a políticas de moradia, divisão do trabalho e relações de raça e gênero.

Embora a inclusão social venha aparecendo cada vez mais como preocupação no movimento (FIRTH, 2012; CHITEWERE, 2010), ela ainda constitui um grande desafio para as ecovilas do norte global. Em uma perspectiva otimista, Chitewere ressalta que muitas das práticas adotadas pelas ecovilas – como a redução do consumo de recursos não renováveis e da dependência de transporte privado, a produção de alimentos e o compartilhamento de recursos e instalações – são bastante compatíveis com as necessidades das comunidades de baixa renda. Mas é importante notar que a redução do custo de vida não é suficiente, pois o principal gargalo é mais profundo: o acúmulo de capital necessário para *comprar uma propriedade* (ou uma cota de associação que possui uma propriedade, como é o caso em diversas ecovilas) geralmente inviabiliza o acesso de classes baixas a projetos como estes. Um dos entrevistados da Ecovila Tibá nos lembra que, de fato, “não existe um grupo pobre, de pessoas faveladas, que iniciaram uma ecovila e moram em ecovila... [...] Tem uns assentamentos, mas também são outros pensamentos, de outras realidades...” (Pedro). Imersas na cultura capitalista, as ecovilas naturalmente tendem a reproduzir tais padrões – e é de fato difícil imaginar como se poderia fugir completamente disso. Algumas poucas ecovilas até sustentam modelos chamados “comunais”, que em princípio implicam compartilhamento total de propriedade e renda. Mas não há detalhes sobre como funcionam tais comunismos – por exemplo, se incluem pessoas de origem em classes baixas; e se existe uma divisão igualitária na posse da propriedade e no capital acumulado, ou apenas no usufruto. A igualdade no usufruto é algo bem relevante no sentido de resgatar a prioridade do valor de uso sobre o valor de troca; mas não há como ignorar as limitações associadas à posse da propriedade no sistema capitalista, o que se evidencia de maneira mais acentuada quando há uma estrutura de donos e inquilinos – situação em que, como ressalta Harvey (2014), entra-se no esquema de extrair renda (ainda que não necessariamente exorbitante) a partir da propriedade privada. Na ecovila

¹¹⁹ No original, “*cottage industries*”.

estudada por Ergas (2010), por exemplo, embora os donos encorajassem outros a comprar parte da propriedade, a maioria não tinha recursos; o fato de que a propriedade estava hipotecada fazia então com que eles precisassem cobrar alugueis, e, assim, por melhores que fossem as relações, gerava-se certa reprodução de padrões de classe. Paralelamente, com a necessidade de geração de renda para pagar o aluguel, os inquilinos tinham menos tempo para se dedicar à comunidade (ERGAS; CLEMENT, 2016). Na verdade, há quem sustente que a classe-média (incluindo, portanto, as ecovilas que são CIs) *nunca* poderia contribuir para mudanças que afetem significativamente a reprodução do capital (De Angelis, 2010, discute a questão). Pode ser que seja de fato o caso, mas não há como aprofundar o assunto aqui.

Na Ecovila Tibá, como vimos, a propriedade pertence a uma associação sem fins lucrativos, da qual os sócios possuem títulos de igual valor. Foram 10 cotas para a compra da terra, que custou R\$ 350 mil à época (2006). Os envolvidos no projeto, embora fossem de origem classe-média (e etnia branca e nível educacional elevado), não tinham o dinheiro em mãos. Alguns venderam o que tinham (por exemplo, o carro), outros pegaram empréstimos com amigos, para levantar os R\$ 35 mil necessários. Posteriormente, em virtude das difíceis negociações para reembolsar os sócios que decidiram sair, o valor da cota precisou ser aumentado para R\$ 50 mil (e assim estava no momento da pesquisa). Dos sócios que entraram depois, muitos haviam pagado (ou ainda estavam pagando) a cota aos poucos. Para poder morar na Tibá em longo prazo, portanto, uma pessoa (ou família) precisaria passar pelo processo de inserção, se associar mediante o pagamento de uma cota de R\$ 50 mil (o chamado “T-INFRA” - Título de infraestrutura), construir sua casa (e com isso adquirir um “T-BEN” – Título de Benfeitoria – que lhe garante o usufruto da casa), e arcar com as taxas mensais de manutenção e alimentação coletiva (R\$ 430 por adulto, no momento da pesquisa). A maioria dos entrevistados reconheceu a existência de um gargalo socioeconômico associado à necessidade de compra da cota, e demonstrou incômodo (em graus variáveis) com isso:

Eu acho a cota um pouco alta, simplesmente porque eu não tenho, mas se eu tivesse eu ia achar barato! (risos) Mas eu acho meio difícil de alcançá-la, é um custo alto mesmo, então não é todo mundo que vai conseguir se associar aqui, infelizmente, né? (Rogério)

Apesar de compreender o porquê, né, mas isso me incomoda muito, a gente não ter negros, por exemplo. que querendo ou não, os negros eles foram [...] participando das classes mais baixas, devido à história. E... essas reflexões e oportunidades, e informações sobre caminhos alternativos, eles chegam bem mais lentamente nas classes mais baixas, né. [...] Ou nem chega, né. Então eu entendo isso e tudo isso me incomoda, por isso que eu faço o que eu posso, o que eu consigo, pra tentar abrir umas portas pra essas pessoas, né [...]. Isso através dos cursos, das vivências... tentar fazer coisas com valores baixos, [...] e dar as vagas sociais... [...] As vagas sociais

elas são direcionadas, elas são ofertadas pra quem a gente sabe que tá nessa situação mais desfavorecida em todos os sentidos. (Pedro)

Ai, às vezes eu olho, assim, e acho a nossa comunidade muito... [...] branca e burguesa, e num sisteminha bem tradicional, né. A gente não tem casais homossexuais aqui dentro, [...] não tem negros... [...] Mas eu acho que é a forma como a gente tá se organizando, [...] também tá levando meio pra esse lado, né... porque somos uma comunidade que pra você entrar [...] você precisa pagar uma cota de 50 mil. Sabe? Se a gente sabe que a maior parte da classe pobre brasileira é negra, como é que você vai botar uma condição dessa, sabe? [...] A casa [...], se você quiser fazer um sisteminha mais barato, você consegue fazer, né, [...] uma casinha pequenininha, simplesinha... mas a cota ela limita, você não tem escolha, né? [...] Tá vindo agora uma geração que a gente sabe que não vai ter condições, né? [...] Essa geração que tá chegando agora, de processos de inserção. A gente tem várias pessoas aqui que vêm de famílias muito pobres, né, apesar de não serem pessoas negras, são brancos pobres. E aí a gente vai ter que ver o que nós vamos fazer, né. Porque a gente não quer que eles vão embora. Mas o estatuto diz que [...] passado um tempo, você precisa comprar a cota. Então a gente vai ter que rever esse estatuto, [...] pra não ficar só nucleozinhos familiares com dinheiro que consigam entrar. Até porque a gente já recebeu proposta de gente que veio com dinheiro: “ah, eu quero comprar uma cota”. E a gente viu que o dinheiro não é o principal. A gente falou pra pessoa: “tá, guarda seu dinheiro, investe, e vem fazer o processo de inserção. Se você passar pelo processo de inserção, aí você pode comprar”. Então o dinheiro não é o nosso centro, mas ele acaba sendo o gargalo final, entendeu, e nesse ponto [...] ele prejudica a diversidade. (Flávia)

Apesar das reconhecidas limitações, alguns entrevistados disseram enxergar a existência de certa diversidade de classes ¹²⁰ na Ecovila Tibá – sendo que isso era visto por alguns como um problema, no sentido de haver uma reprodução de classes na ecovila, e por outros como uma riqueza, considerando-se os benefícios de uma interação de classes:

Eu sonho [...] com um caixa coletivo, pra acabar com as classes sociais aqui dentro, né, porque isso ainda é reproduzido aqui. Então eu fico me perguntando cada vez mais, né, sempre, nunca deixo de refletir, que nós somos alternativos, vivemos num modo alternativo a quê, né? [...] Levamos uma vida alternativa, mas sempre acho que há espaço pra mais reflexões [...]. Então a questão financeira aqui, das classes sociais, ela também é trazida, e sempre debatida. [...] As classes sociais aqui ainda existem, né, tem gente que tem dinheiro, que a família tem dinheiro, e que tem poupança, e aí pode realizar mais coisas que o dinheiro é necessário, né, [...]. E isso me incomoda um pouco porque tem pessoas que não têm, né, seja por escolha ou não, tem pessoas que não têm essa condição. [...] Apesar de não me faltar nada aqui, mas essa reprodução das classes me incomoda um pouco. Mas sei que também exige tempo e disciplina e maturidade pra mudar essa situação. E sinto que estamos a caminho, sinto que é o desejo de muitas pessoas aqui. (Pedro)

Um ou outro, de vez em quando, tem sim esse julgamento sobre as classes aqui. “Ah, mas o cara tem, ou aquela tem, e eu não posso...”, mas eu vejo muito isolado. Vejo mais como um problema particular daquela pessoa de aceitar a sua própria situação do que uma diferença de comportamento... [...] Eu acho isso muito legal,

¹²⁰ É importante notar que o que os moradores da Tibá – assim como a literatura citada nesta seção em geral – chamam de “classe” não corresponde ao entendimento marxista de classe (relacionado às formas de produção e apropriação de riqueza e dos meios de produção), mas sim a um entendimento associado à faixa de renda, que se tornou senso comum e é utilizado, por exemplo, pelo IBGE.

porque as pessoas que têm uma renda menor usufruem do que aquela outra pessoa com a renda maior que trabalha na cidade, por exemplo, pode oferecer. [...] As pessoas andam nos carros, as pessoas vão pra lugares, as pessoas comem coisas que elas nunca comeriam antes, ou não teriam a possibilidade. Ou frequentam locais que não poderiam... [...] Eu tenho me beneficiado e beneficiando também... [...] Eu só vejo coisas positivas dessa diferença de classe daqui. (Rogério)

Se, por um lado, é essencial reconhecer as questões associadas às desigualdades de “classe” (renda) e procurar formas de minimizá-las, por outro é importante também evitar recair em julgamentos morais ou expectativas exageradas. Dentro do capitalismo, é difícil imaginar como se poderia extinguir completamente as desigualdades, mesmo na mais igualitária das comunidades. Isso não significa, porém, como enfatizou esse último entrevistado, que não seja possível algum nível de cooperação entre tais “classes”. No entanto, como nos lembra uma entrevistada, existem também limitações *culturais* que geram um afastamento entre elas:

A gente foi educado a criticar a classe superior à nossa. [...] A gente não sabe pelo que passou, “o problema está sempre lá”... [...] Quem vem de outra situação financeira e começa a olhar, “não, a gente tem carro, tem isso”, começa a criticar [...], mas poxa, “tá, ok, mas tá aqui, você pode usar. Sinto muito ter, mas é o que possibilitou isso aqui existir, você entende?” Então a gente teve que passar por esse processo da pessoa entender que “ah, tá, o pessoal trabalha, não é porque é egoísta, não, é porque eles tão financiando quem tá aqui”... A gente sente que o pessoal vem com um negócio muito de “eu sou o coitado e o outro é o monstro”, e não é verdade. É aí que a gente tem as brigas entre classe, né? [...] A elite pra quem tá na classe baixa é o pessoal da classe média. Então se eu não tenho, um exemplo, carro e nem TV, a elite é quem tem carro e uma TV. Se eu tenho carro e TV mas moro de aluguel, a elite é quem tem casa própria. Se eu tenho casa própria, carro e TV... você percebe? [...] Sendo que, se o pessoal enxergasse que um pode ajudar o outro, a gente poderia ter aí uma mudança política, social, muito forte. Mas aí você tem, “a elite é o problema”, então eu olho pra minha elite e acho ela um problema, e pra elite, o pobre que rouba é um problema. [...] Aí a escalada pra baixo também é real. É motivada, você gera um medo... [...] É muito complicado, eu olho e falo “meu, gente, se todo mundo olhasse, falasse ‘o próximo é humano, tem sentimento, tem família, tem seus medos, somos todos iguais!’” (Gilda)

Cabe, aqui, uma reflexão importante: a ideia de as “classes” mais altas ajudarem as mais baixas pode até fazer sentido pontualmente, mas acaba sendo um pensamento um pouco ingênuo do ponto de vista do funcionamento do capital. Nenhum tipo de cooperação entre classes poderia realmente sanar o altíssimo nível de desigualdade atual – uma verdadeira plutocracia global (HARVEY, 2014), em que, estima-se, cerca de um por cento da população controla a mesma quantidade de riqueza que os outros 99% (OXFAM, 2017). Nesse contexto, fica evidente que os problemas de insustentabilidade socioecológica não são “sem dono”, não são “do ser humano” em geral; são responsabilidade fundamentalmente dessas “classes” mais altas, os chamados “capitalistas” – os donos dos meios de produção e/ou detentores de

enormes quantias de capital acumulado. Também não se trata exatamente de responsabilizar individualmente quem está nessa posição – embora alguns possam até ter consciência das consequências de sua riqueza; trata-se de perceber que o *sistema capitalista* permite e favorece tais desigualdades e, portanto, gera insustentabilidade. Lutar contra isso individualmente parece impossível; e, mesmo que o capitalismo quebrassem, muitos argumentam: o que se colocaria em seu lugar? É nesse sentido que, em coletivos como as ecovilas, a busca vem sendo por criar “soluções” locais, funcionamentos econômicos alternativos, pequenas “subversões”. Uma entrevistada comentou:

Como fazer com que o dinheiro não seja um divisor de águas, vamos dizer assim, né? Uma maneira de você estar aqui ou não. E é um desafio, né? Porque, também, todas as nossas formas de relação com o social, dentro do nosso sistema, na atualidade, tá vinculado com o dinheiro, né? O teu valor no sistema também. Então é um desafio que tá sendo pensado cada vez mais, tem hora que não tem mesmo como abrir tanto... (Zélia)

Um dos sócios fundadores explicitou detalhadamente sua visão sobre dinheiro e propriedade, considerando o histórico da ecovila, e sugeriu que o sistema de cotas na verdade nunca foi tão fechado assim:

Desde o princípio, a gente pensou o seguinte: a gente precisa construir a ecovila. [...] Uma espécie de arruamento decente, instalação de luz, de água, de tratamento, pra todo mundo. [...] E a gente vai precisar de dinheiro pra isso. Estão, [...] quem entra como sócio põe dinheiro na ecovila e [a gente] usa esse dinheiro pra construir as infraestruturas que precisam [...]. Qual que é o grande ponto da coisa? Se a gente construir essa infraestrutura, tá cumprido o objetivo. Se a gente [...] conseguir fazer isso sem precisar que ninguém pague, melhor ainda. Mas não consegue, é bem complicado. Então, a gente tenta pensar assim: aquele que vai entrar tem que de alguma forma ajudar a gente a construir a vila [...] Se a pessoa trabalha aqui e ela trabalhando constrói muito mais do que ela pagando, então por que que eu vou cobrar dela o dinheiro? [...] O nosso objetivo não é o dinheiro, é a infraestrutura. [...] O fato de a gente ter uma horta aqui no Tibá faz com que as pessoas venham ao Tibá. [...] Faz com que a gente tenha uma reserva de material orgânico que possa ser usada pra plantar outras coisas. Então, estrategicamente uma horta pode gerar tanto valor ou mais valor do que uma cota. [...] Então, de certa forma, se eu falo assim: "Fulano, você precisa de dinheiro pra pagar a cota", e ele pára de fazer a horta, vai lá fora, consegue o dinheiro e traz aqui pra dentro, eu tenho muito menos no Tibá [...]. Ele gera muito mais valor aqui dentro [...] cuidando da horta [...] Algumas pessoas [...] talvez tenham mais facilidade de pôr o dinheiro, mesmo que gerem valor também. [...] Mas isso é uma discussão que a gente tem que ter com muito cuidado, com muita atenção, com muito carinho, com muito critério, porque acaba que, se a gente fizer tudo muito raso, fica tudo no automático. [...] E aí, você pode ter um momento onde você... vai faltar o dinheiro onde precisa, ou vai faltar pessoa onde precisa. [...] Então, na verdade, o nosso mantra é: essa história de integralizar cota tem que ser resolvida realmente caso a caso. Não existe uma fórmula automática pra isso. Na dúvida, se precisa de um automático, paga a cota e pronto. [...] Se você tem um problema com isso, aí a gente vai ter que chegar ao caso a caso. Porque a gente não pode deixar de ter a liquidez no banco pra fazer determinadas coisas. Mas, no caso a caso, pode ser que a gente ache que é estratégico que uma coisa ou outra aconteça um pouco diferente. [...] Eu posso garantir que as pessoas que estão

realmente engajadas no Tibá estão dispostas a abrir mão de uma cota ou outra, se for necessário. E outra: a gente talvez possa construir a ecovila de outra forma de financiamento. A gente pode ter um monte de vivências que gerem recurso pra associação e que dê pra construir, compensar uma cota que não foi paga. [...] Então, a ideia de pagar a conta pra construir o Tibá é a ideia mais simples e mais objetiva e mais automática e mais fácil de todo mundo entender. As possibilidades, [...] é maior do que isso. A gente tá disposto a viver essas possibilidades. (José)

Esse mesmo entrevistado explicou que as cotas eram como uma “interface de compatibilidade com o mundo mercadológico”, “uma forma [...] de minimizar a diferença do Tibá pro resto do mundo” (José). Se um dia a pessoa quiser sair da ecovila, ela pode vender esses títulos para quem estiver entrando¹²¹ – é uma forma de poder recuperar o investimento financeiro que se fez. Como vimos anteriormente, Kunze (2012) enfatiza a importância de haver essa possibilidade.¹²² As ecovilas em que o dinheiro simplesmente não pode ser reavido acabam se tornando um projeto demasiado arriscado. Por outro lado, se não existe um combinado claro sobre as possibilidades de restituição, isso pode acabar gerando conflitos, como de fato ocorreu na Ecovila Tibá quando alguns sócios resolveram sair: as cotas originais, que foram de 35 mil, após muita discussão, estavam sendo devolvidas em 50 mil a partir da entrada de novos associados.¹²³ Assim, os novos sócios ainda estavam, de certa forma, “pagando a terra”, mais de 10 anos depois de sua compra. Alguns entrevistados enfatizaram, no entanto, que os sócios que saíram do projeto nunca foram morar na ecovila, e que, com os novos sócios construindo suas casas, seria mais improvável que saíssem. Uma sócia recente relata como foi esse processo de chegada e compra da cota, no contexto da saída de outros sócios:

Quando esse grupo, principalmente o nosso que veio morar pra cá, a gente foi ficando, foi ficando, quando deu um ano, um ano e meio, [...] se demandava muito a compra da cota. Só que era um grupo que não tinha nenhuma perspectiva fixa de geração de renda que desse essa possibilidade naquele momento, então, o grupo de sócios teve muita paciência, ajudou bastante em pensar como resolver formas de pagamento, né, que não é essa coisa fechada do "você precisa pagar a sua cota integral agora". Esse grupo inicial, [...] a gente ainda vivenciou um comezinho, um pouco de cota por trabalho. A gente conseguiu trocar, da nossa cota, 4 mil reais em trabalho. [...] Que é super evoluído, mas agora, no momento, não tá dando pra usar essa ferramenta por conta dessas cotas desistentes que precisa de um recurso financeiro pra pagar elas. Mas a gente acredita que mais pra frente, com os nossos processos financeiros evoluindo, se estabilizando, essa ferramenta, ela é possível, faz parte dos nossos princípios, né, outras relações de trocas que não sejam as financeiras. [...] Com o tempo, com o número de sócios estabilizado, com as nossas

¹²¹ Os títulos também podem ser herdados, mas, como só mora na Ecovila Tibá quem é aceito no processo de inserção, se o herdeiro não o for ou não quiser morar lá, ele pode oferecê-los para quem estiver em inserção.

¹²² Ver seção 5.2.2.

¹²³ Ver fala do mesmo entrevistado na seção 4.1.2.

dívidas quitadas, etc., aí vai ser super bem-vindo pessoas que queiram estar aqui, mas não queiram ser donas da terra também. Mas queiram estar aqui pra contribuir. Tem muito esse perfil que aparece aqui. (Lívia)

A reflexão dos moradores da Ecovila Tibá sobre dinheiro e propriedade apareceu muito associada a um desejo de promover inclusão social. A fala de um entrevistado ilustra isso: “Quero acolher os drogados, os viciados, não vou acolher o cara que não tem grana, né, como assim? [...] Se a gente for ter uma limitação desse tipo, o resto todo não faz sentido, né?” (Benício). Diversos outros comentaram que o sistema de cotas da ecovila estava para ser reavaliado depois que se terminasse de pagar os sócios desistentes, para que não houvesse impedimentos financeiros para alguém entrar na ecovila. Diferentes ideias emergiram aí: a possibilidade de abrir mão de algumas cotas, a flexibilização do valor da cota, e o auxílio às pessoas para que conseguissem dinheiro para pagar a cota:

A questão do dinheiro, desde o começo nunca foi... [...] Você tem aqueles que pagam a cota, você tem aqueles que trocam a cota por trabalho, não necessariamente por dinheiro... [...] O que eu imagino é a gente conversar, dentro do quadro de sócios atuais agora, e talvez pensar, no estatuto, mas com outras condições de cota... [...] Eu ligaria mais o valor da cota não pelo poder de voto, de tomar a decisão, mais pelo espaço ocupado. [...] Mas, se a pessoa quer morar em barraca, e ser sócio, participar do processo, tal, não tem porque ela pagar uma cota integral. [...] Mas a parte de tomar decisão, participação, seria a mesma. (Gilda)

Eu sou a favor de abrir exceções. Se a ecovila olhar e falar "nossa, mas a gente adora essa pessoa, essa pessoa tem que ficar aqui. Tá bom, ela não tem dinheiro, mas beleza. Vamo construir a casa dela, vamo..." Eu gosto dessa ideia, se expulsassem o cara, eu ia ficar muito chateado. [...] Agora, talvez outra possibilidade, tentar ajudar a pessoa a conseguir esse dinheiro. [...] Na minha opinião, essas pessoas que não têm dinheiro pra se associar, no futuro, quando isso for possível, deveriam virar associados de alguma forma, se isso fosse, dentro da comunidade, unanimidade. [...] Mas eu acho que não é o momento que se pode fazer isso aqui. [...] Mas eu acho que, no futuro, pelo que eu vejo da comunidade aqui, isso vai acontecer. Quem não tiver dinheiro e for alguém irmão da comunidade, vai entrar também, vai ser associado também. Talvez exista uma cláusula diferente de associado, né? (Rogério)

Hoooje, vendo como as coisas se comportam, as relações... (no fim, eu sou uma pessoa que acaba recebendo muito a resolução de conflitos, aqui, então, [...] lidando muito com isso), eu não sei se [abrir mão da cota] é uma boa estratégia não. Mas não tenho uma opinião formada. [...] Eu acho que é uma coisa pra gente olhar com muito carinho, muita calma, tranquilidade, pensar em estratégias, em formatos, observar como que é que o dinheiro impacta em todo mundo que tá se propondo a viver daqui... [...] que tipos de sentimentos que ele pode gerar ou não nessa pessoa que tá sendo acolhida como igual, mas será que ela recebe dessa forma também?... Se a gente incentiva ela a conquistar [...] condições pra custear essa cota, será que isso não é mais interessante? (Carolina)

Alguns entrevistados falaram também sobre a possibilidade de comprar uma cota coletivamente, e compartilhar uma casa. Quando do trabalho de campo, havia um grupo de

seis pessoas (entre voluntários e pessoas em processo de inserção) com esse plano¹²⁴ – o que provavelmente não encontraria muitos impedimentos, pois na verdade se estaria apenas tornando a cota mais coletiva. O problema maior é quando realmente não há envolvimento de dinheiro e se entra no campo das trocas de trabalho, pois isso, como vimos, envolve complicações jurídicas e também dificuldades de valoração.¹²⁵

A troca de cota por trabalho, na hora que você fala de trabalho é um enrosco... Porque como você monetiza o trabalho? Que trabalho vale a cota? A gente chegou nessa discussão. [...] Aí a gente começou a discutir que tipo de trabalho, e quanto da cota vale o trabalho... [...] A gente tinha ideia de banco de horas, então, sócio que trabalha tantas horas pela ecovila, quem trabalha menos paga o tempo a mais daquele que trabalhou menos, chegou a entrar nisso. A gente parou com isso, porque tava com muito em detalhes, e a gente não tinha parado pra refletir sobre. (Gilda)

Juridicamente isso é difícil de ter, né. [...] Troca por trabalho, né, como que a gente faz essa amarração, assim? Mas, pela vontade particularmente minha, é que não seja só essa inserção pelo dinheiro. [...] Por exemplo, a pessoa tá aqui desenvolvendo com a gente, tendo uma boa vivência, pode ser considerada membra e dar opinião dela numa reunião... [...] Porque eu acredito que ela construiu com o suor, com o trabalho. Aí o que a gente tem que fazer é pagar essa pessoa, pra essa pessoa comprar o título, pra fazer toda essa amarração jurídica pra que a pessoa possa entrar aqui. A questão é que tem que fazer esse trâmite, mas, na realidade, é sair de um bolso e entrar no outro. (Fabrício)

Portanto, ao que parece, existia na Ecovila Tibá uma vontade geral de rever o sistema de cotas visando a favorecer a inclusão social, ou seja, que pessoas de classes mais baixas pudessem se tornar sócias. A principal forma de fazê-lo a princípio seria através das trocas de trabalho pela cota. No entanto, essa questão certamente ainda viria a exigir muita discussão. Por exemplo, se uma pessoa se tornasse sócia sem ter o aporte financeiro, trocando por trabalho, se ela decidisse sair da ecovila ela em princípio não teria títulos de propriedade a vender, pois, como comentou um dos entrevistados, não tendo havido numerário envolvido, não teria porque ter numerário para retornar. Nesse caso, a pessoa se tornaria sócia sem efetivamente se tornar proprietária; por outro lado, ela teria o usufruto garantido. A não ser que, de fato, se pagasse a pessoa que está trabalhando para que ela pudesse, aos poucos, pagar a cota, como sugeriu o entrevistado da última fala. São questões bastante complexas. Havia, pois, o reconhecimento de um problema de classe pelos moradores, mas sem consenso quanto ao seu equacionamento. Quando da segunda visita à ecovila, um sócio antigo comentou que a comunidade ainda “não tinha ‘pernas’” para reavaliar o sistema de cotas, e que naquele

¹²⁴ No entanto, quando da segunda visita, a maioria deles havia saído da ecovila. Para detalhes sobre isso, ver seções 5.1.2 e 6.1.4.

¹²⁵ Ver seção 5.2.2.

momento eles precisavam de pessoas que pudessem pagar para ajudar a desenvolver a infraestrutura da ecovila (José).

Assim, apesar das preocupações com inclusão social, as ações da Ecovila Tibá (assim como da maioria das ecovilas que são CIs) relativas a isso ainda são bastante limitadas pelo funcionamento do sistema capitalista. Por outro lado, pode-se sugerir que as diversas práticas econômicas alternativas das ecovilas atuam indiretamente na promoção de *justiça* social (entendida como a diminuição das desigualdades em geral) – a começar pela relativização da própria lógica mercadológica, que leva a que a terra e o trabalho não sejam tratados como *mercadorias*, isto é, não se procure lucrar em cima deles. Ergas e Clement (2016) sugerem que as ecovilas, de fato, põem ênfase no valor de *uso* da terra. Algo que ilustra isso é o fato de que, na Tibá, o valor da cota, como já havia explicado um entrevistado ao relatar a saída de alguns sócios, não era ligado a nenhum índice¹²⁶ – o mesmo entrevistado esclarece:

Anualmente, a comunidade se reúne e fala: "a cota vai continuar o mesmo preço ou vai mudar o preço? E por quê?" "Ah, vai mudar por causa disso, disso e disso", "Não, vai manter por causa disso e disso". [...] A comunidade pode até dizer "não, vamo baixar o preço." Se achar que tem motivo x, y, z pra isso, todo mundo achar que tá certo, não tem porque aumentar, você pode baixar. Se quiser deixar zero, pode deixar zero. Não existe um automático da coisa. (José)

Outras práticas da Ecovila Tibá que funcionavam no sentido de promover justiça social eram: a valoração igualitária do trabalho; a relativização do papel do dinheiro (como tratamos na seção 5.2.1); a existência do voluntariado (que, no entanto, como vimos, estava para ser reformulado); a (ainda incipiente) flexibilização da cota de associação (trocas por trabalho que já aconteceram no passado, e o projeto futuro de se rediscutir as regras, quando se terminasse de pagar os sócios desistentes); o fato de que diversas pessoas não associadas moravam ou já haviam morado na ecovila sem pagar nada parecido com um aluguel (apenas as taxas que os sócios também pagavam, para cobrir custos); a preocupação em popularizar os preços e oferecer atividades gratuitas – como as visitas guiadas solidárias para escolas públicas – ou bolsas em atividades da ecovila (desde a estadia de visitantes a cursos e oficinas); e a priorização em comprar produtos de economia solidária, com a criação de redes locais que apoiavam especialmente assentamentos e cooperativas (como veremos mais detalhadamente a seguir) – o que acaba atuando na criação de vínculos alternativos entre diferentes classes socioeconômicas (SANTOS JR., 2015). Aproveitemos então o gancho

¹²⁶ Ver seção 4.1.2.

dessas redes econômicas locais para focar a atenção mais profundamente em outras questões básicas da economia: as formas de produção e consumo.

5.3 DO CONSUMO À PRODUÇÃO: TRILHANDO O CAMINHO INVERSO

Um aspecto central dos problemas de insustentabilidade contemporâneos se relaciona ao fato de que, para possibilitar crescimento e gerar lucro, o sistema capitalista pressupõe *hiperprodução* e *hiperconsumo*. Além disso, as formas de produção e consumo não costumam respeitar limites ecológicos, gerando enormes quantidades de resíduos e causando um rompimento dos ciclos de matéria e energia. Uma questão associada a isso, mas muito menos discutida, é que, nesse sistema, a maioria das pessoas se tornam fundamentalmente *consumidoras*, e não *produtoras* de bens – ao menos dos bens mais essenciais à vida. Ou, talvez, seja mais correto dizer que quase todos são consumidores *de bens que não produzem* e produtores *de bens que não consomem* (apenas pessoas que não trabalham e vivem de renda seriam exclusivamente consumidoras, pois produzem dinheiro a partir de dinheiro). O trabalhador pobre, por sua vez, produz muito mais do que consome, pois, sendo sua produção mal paga, seu consumo acaba se restringindo ao suficiente para sobreviver. E, para todos os trabalhadores, mesmo considerando que eles participam da produção de bens e serviços através da venda da sua força de trabalho, em geral não há qualquer autonomia sobre a produção. Assim, eles precisam se submeter a condições de exploração de mais-valia para conseguir dinheiro para comprar (ou alugar) aquilo de que necessitam (ou foram levados a acreditar que necessitam). Em ecovilas existem uma série de tendências que vão de encontro a esse funcionamento: em geral há, em graus variáveis, uma produção de bens, uma redução e conscientização acerca do consumo e da produção de resíduos. Analisemos mais a fundo de que forma isso ocorre.

5.3.1 O “eco” das ecovilas: tecnologias e práticas “ecológicas”

Quando se fala em ecovilas, em geral se pensa imediatamente (ou exclusivamente) em práticas e tecnologias ecológicas. Conquanto isso seja uma ideia limitada de ecovilas – o que imaginamos que já tenha se tornado claro a partir do exposto até aqui –, tais elementos de fato estão sempre presentes. As preocupações ecológicas das ecovilas são evidenciadas desde seu próprio *design* espacial (KIRBY, 2003). Boa parte delas passa por um período de planejamento entre seus membros antes de se estabelecer fisicamente (LITFIN, 2014),

estudando-se aspectos socioeconômicos e padrões climáticos e geo-hidroecológicos locais, visando a identificar, por exemplo, zonas para agricultura, comércio e alta densidade de construções (KASPER, 2008). Sua organização física costuma ser projetada, especialmente, para preservar espaços verdes, maximizar a eficiência energética e otimizar o uso do espaço e dos materiais (KASPER, 2008).

Tal otimização se dá, em boa parte, pelo compartilhamento (LITFIN, 2014) – de terra, construções, alimentos, veículos, equipamentos, ferramentas etc. No que se refere a moradias, um exemplo bem ilustrativo disso é o design de *cohousing* (comum em ecovilas europeias e dos EUA), que propicia a concentração da área construída e um alto grau de compartilhamento de instalações (LITFIN, 2014). Nesse caso as pequenas casas são tipicamente agrupadas ao redor de um caminho de pedestres, com grandes janelas voltadas para a área entre as casas (CHITEWERE, 2010; NEWMAN; NIXON, 2014; KIRBY, 2003), e geralmente não existem cercas (LITFIN, 2014); normalmente há uma “casa comum” que abriga, por exemplo, cozinha, escritórios, biblioteca, espaços de recreação e lavanderia (CHITEWERE, 2010). Muitas vezes os banheiros são também compartilhados. Mesmo ecovilas que não seguem o modelo de *cohousing* costumam apresentar padrões semelhantes, especialmente no que diz respeito à ausência de cercas e à existência de espaços comunitários – o que, por sua vez, favorece muito as interações sociais (CHITEWERE, 2010; NEWMAN; NIXON, 2014; KIRBY, 2003; KASPER, 2008; LITFIN, 2014). Nesse sentido, Firth (2012) sugere que as comunidades são, de certa forma, “construídas pelo design”. As construções nas ecovilas, então, longe de constituírem elementos meramente técnicos, refletem princípios éticos e devem ser entendidas em sua interligação com aspectos sociológicos (PICKERILL, 2012).

Outra forma importante de economia de recursos em ecovilas é o baixo padrão de consumo – como corrobora o estudo de Meijering; Huigen; Van Hoven (2007)¹²⁷ –, que normalmente está associado à busca por redução do custo de vida. Por exemplo, as construções costumam ser energeticamente eficientes (LOCKYER, 2010b) e é comum haver uma sensível redução do uso de transportes poluentes a partir do compartilhamento de carros e do incentivo ao uso de bicicletas e transportes coletivos (LITFIN, 2014). Mas a redução do consumo se dá desde questões mais básicas como evitar comprar bens supérfluos, o que acarreta também uma diminuição da geração de resíduos, que por sua vez é complementada

¹²⁷ Os autores criaram “modelos” de funcionamento de alguns tipos de comunidades intencionais com base em estudos empíricos.

por práticas de reutilização e (encaminhamento para) reciclagem.¹²⁸ Duas tecnologias muito importantes em ecovilas, que podem ser consideradas análogas à reciclagem, mas para resíduos orgânicos, são a compostagem de sólidos e o tratamento/reaproveitamento de “águas cinzas” e “negras” (de pia/chuveiro e de esgoto), em geral feito com filtros minerais e plantas. É interessante notar que tais práticas parecem funcionar no sentido de procurar “fechar”, restaurar os *ciclos* de matéria e energia que se encontram interrompidos pelo funcionamento do sistema capitalista. Alguns entrevistados da Ecovila Tibá expressaram essa noção sistêmica, de ciclos, em associação à ideia do ser humano como parte da natureza:

Eu entendo que o abismo que foi criado entre o ser humano e a natureza só traz devastação. [...] A gente vive de uma forma que é desconectada, né, com a natureza, sem se dar conta de que a gente depende exclusivamente dela. E aí acho que esse termo, sustentabilidade, vem pra dizer que a gente precisa se atentar a viver de uma forma que [...] se sustente, né. Então aqui, por exemplo, a gente usa água limpa que vem do poço e devolve ela limpa pra mata. [...] Fecha um ciclo, né. [...] A gente vive hoje em dia de um jeito onde [...] os ciclos foram quebrados. (Pedro)

Eu vou morrer, e essa terra vai continuar, né? [...] Ecologicamente falando, eu acho que o principal é restabelecer [...] esse sistema... [...] Eu vou tá fazendo parte desse sistema. [...] Posso entrar como mais um ser vivente desse lugar. (Fabrício)

A partir de um estudo em uma ecovila urbana nos EUA, Ergas e Clement (2016) sugeriram que o trabalho de seus membros seria uma tentativa de “restituição”,¹²⁹ isto é, de reparação dos processos metabólicos nos quais o capitalismo criou “fendas” – não apenas entre ser humano e natureza, mas também nas relações econômicas entre seres humanos e na relação entre campo e cidade. As ecovilas de fato parecem promover transformações em todas essas instâncias. Pode-se notar, por exemplo, que elas integram elementos da cidade e do campo em sua configuração: aquelas rurais revalorizam o campo como local de moradia e criam riqueza cultural; enquanto as urbanas levam, por exemplo, a produção de alimentos e a reutilização de resíduos orgânicos para as cidades.

Outra prática desenvolvida por praticamente toda ecovila é a produção local de alguns bens essenciais, em especial alimentos (LITFIN, 2014) – principalmente para subsistência, mas algumas também vendem ou trocam excedentes. Tal produção geralmente é feita de forma agroecológica, o que implica: manutenção da biodiversidade (policulturas, plantio em consórcio, uso de sementes crioulas, sistemas agroflorestais - SAFs); economia de água

¹²⁸ Note-se que se trata da concretização do famoso princípio dos “3 Rs” (reduzir, reutilizar, reciclar), que remonta à Agenda 21 elaborada após a Eco 92. Tal “modelo” tem também versões expandidas com 4 ou 5 Rs – incluindo-se “refletir”/“repensar”, “recusar”, “recuperar”, “reaproveitar”.

¹²⁹ Um conceito (ainda sub-teorizado, segundo Ergas e Clement) desenvolvido por Foster, Clark e York (2010).

(irrigação por gotejamento); não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos; e preservação e incremento da fertilidade da terra (adubos naturais, terra sempre coberta com matéria morta). Vale notar que isso pode constituir uma versão do que Marx chamou de “agricultura racional” – aquela que mantém a fertilidade dos solos (ERGAS; CLEMENT, 2016). A agroecologia pressupõe ainda relações de trabalho não exploratórias.

Muitas ecovilas produzem também alguma forma de energia limpa e renovável (solar, eólica, mini-hidrelétrica, biogás), e com frequência os próprios moradores constroem suas casas (ou pelo menos participam ativamente da construção) utilizando técnicas de baixo impacto, entre elas as de bioconstrução (que aproveitam materiais naturais presentes no local como barro, bambu, palha, baba de cactos, esterco, e também reutilizam materiais como pneus, garrafas, telas de galinheiro, caixas tetrapack etc.). Adicionalmente, muitas ecovilas instalam sistemas locais de captação de água de chuva, de poços e de mananciais, em vez de usar a água das companhias. Nesse sentido, Ergas e Clement (2016) fazem uma observação interessante: os chamados “produtores associados” de Marx são um conceito inspirado no estudo de comunas, das quais as ecovilas são uma variação. Talvez uma ecovila possa funcionar mais ou menos como tal, na medida em que não haja uma cadeia de exploração; no entanto, existe sempre, como vimos, em ecovilas que são CIs, o problema da propriedade da terra, associado às tensões desiguais entre valor de uso e de troca, especialmente em áreas urbanas, onde a especulação gera valores de aluguel exorbitantes.

Para o que as ecovilas não conseguem – ou não desejam, por algum motivo – produzir, costuma-se desenvolver uma consciência acerca do *que* se consome (de onde vem, quem produz?). Elas tipicamente participam de redes de comércio justo e economia solidária, o que significa que apoiam pequenos produtores (em geral locais) ecológica e socialmente responsáveis. Por exemplo, muitas criam e fomentam em suas regiões modelos de agricultura sustentada pela comunidade (*Community Supported Agriculture - CSA*), em que se divide o risco da produção com os agricultores e se estreitam os laços entre produtores e consumidores (LITFIN, 2014) – é o caso de EVI (KIRBY, 2003; LITFIN, 2014), Cloughjordan (CUNNINGHAM; WEARING, 2013), Yarrow (NEWMAN; NIXON, 2014), Findhorn e Earthaven (LOCKYER, 2010b). Em Yarrow, a relação de subsídio fica bastante explícita: a terra é arrendada a preços baixos para agricultores comprometidos com uma produção socialmente responsável e ecologicamente sustentável; estes, então, além de venderem para fora, fornecem seus produtos para os moradores, em uma relação de troca mutuamente benéfica (NEWMAN; NIXON, 2014). Diversas outras ecovilas têm sistemas regionais de cooperação relacionados à produção de alimentos, ainda que não sejam exatamente CSAs. Em

Tamera, por exemplo, além do comércio, as relações com os produtores da região incluem participação em suas colheitas, trocas de conhecimento sobre permacultura e o estabelecimento de um banco regional de sementes nativas (ESTEVEES, 2017).

Um aspecto fundamental dessas práticas alternativas de produção e consumo em ecovilas é a tendência à realocização – isto é, a valorização do que é local e regional, através do que se reduz a distância entre produção e consumo e a pegada ecológica das cadeias produtivas (LOCKYER, 2010b).¹³⁰ Uma das principais ideias subjacentes aí é a de diminuir os gastos de recursos não renováveis (especialmente o petróleo) com deslocamentos excessivos. Isso tem implicações específicas em relação à localização geográfica das ecovilas: naquelas urbanas, a minimização do uso de veículos automotores tende a ser mais fácil (LITFIN, 2014; KASPER, 2008), por conta das menores distâncias e da malha de transportes públicos. Por outro lado, as cidades impõem outras limitações. Muitas ecovilas acabam se estabelecendo em áreas rurais por razões que incluem menores custos, menores barreiras legais – relacionadas, especialmente, a impedimentos dos códigos de zoneamento e construção (p. ex. proibições à construção natural, captação de água, banheiros secos, tratamento de águas, uso de formas alternativas de energia *etc.*) (KASPER, 2008; ERGAS, 2010, LITFIN, 2014; CHRISTIAN, 2003) – e também o fato de no campo haver mais espaço para realizar práticas de produção de alimentos (ERGAS, 2010) e de energia e tratamento de resíduos. EVI, por exemplo, descartou a possibilidade de se estabelecer em um centro urbano porque isso impossibilitaria a agricultura na escala que os membros desejavam (BOYER, 2015). Além disso, nas cidades, embora seja possível obter a maioria dos bens necessários nas proximidades, sua procedência, na verdade, em geral é longínqua e duvidosa. Assim, atingir níveis mais altos de autossuficiência e realocização pode acabar sendo mais viável em áreas rurais. Nesse sentido, López e Prada (2015) sugerem que as ecovilas constituem um “movimento contramigratório neorrural” que promove uma revalorização do rural e uma ressignificação da produção agrícola.

Através desse conjunto de práticas, as ecovilas tendem a apresentar modos de vida ecologicamente bem mais sustentáveis que a sociedade *mainstream*, até mesmo em comparação com cidades consideradas das mais sustentáveis do mundo – como observado no estudo de Mulder, Costanza e Erickson, (2006). A pegada ecológica¹³¹ média das ecovilas

¹³⁰ Lockyer relaciona tal aspecto ao movimento de Biorregionalismo, que encoraja a realocização política e econômica de acordo com limites ecológicos.

¹³¹ O mais utilizado índice de impacto ambiental.

costuma ser 10-50% inferior à média de seus países, sendo que, individualmente, algumas são ainda mais baixas: em Sieben Linden, por exemplo, é de apenas 25% da média da Alemanha (LITFIN, 2014); em EVI, o consumo doméstico é de aproximadamente 1/3 da média dos EUA (KIRBY, 2003), e em Dancing Rabbit o consumo per capita é de menos de 10% da média dos EUA (BOYER, 2016). É claro que o uso desses indicadores envolve vieses, já que eles estão atrelados aos indicadores do país em questão. Dessa forma, mesmo números considerados muito baixos em países “ricos” serão altos em comparação com países “pobres” (LITFIN, 2014). Ainda assim, a significativa redução desses índices em ecovilas é relevante, na medida em que mostra ser possível desenvolver caminhos de sustentabilidade sem necessariamente perder em “qualidade de vida”¹³² – ao contrário, podendo até ganhar, como indicam os resultados de Mulder, Costanza e Erickson (2006). É interessante notar, porém, que os avanços em termos de sustentabilidade “ecológica” dependem de fatores às vezes não muito óbvios. Em Dancing Rabbit, por exemplo, Boyer (2016) observou que um fator crítico para possibilitar os baixos níveis de consumo foram os investimentos ativos em competências sociais de comunicação e resolução de conflitos.

Na Ecovila Tibá foram observadas, em algum grau, todas as práticas acima citadas. Como já vimos, existia um compartilhamento (de propriedade, instalações, veículos, equipamentos, ferramentas, alimentos, etc.) que gerava uma significativa redução do consumo e do custo de vida. As casas particulares utilizavam técnicas diversas de baixo impacto, algumas de bioconstrução como adobe, superadobe, taipa de pilão, pau-a-pique, teto verde, mas também outras como tijolo BTC¹³³ e reutilização de contêiner antigo. Havia uma casa (em construção) apelidada de “casa da caçamba” por ser feita apenas com material reutilizado. Existia também na ecovila uma grande preocupação com os resíduos: todo o material orgânico sólido era compostado (incluindo o do banheiro seco), e o tratamento de águas cinzas e negras era feito através de círculos de bananeiras e biodigestores. Alguns banheiros úmidos preexistentes ainda esperavam a instalação de fossas ecológicas. Os resíduos não orgânicos muitas vezes eram reutilizados (por exemplo, para construções e para fazer brinquedos); quando isto não era possível, eram separados e encaminhados para reciclagem. Uma entrevistada relatou que a ecovila chegou a acumular isopor por dois anos

¹³² Vale ressaltar que a qualidade de vida é um aspecto para o qual existem indicadores e índices muito diversos. No artigo referenciado, a avaliação foi feita com base na percepção do bem-estar subjetivo de 84 residentes de comunidades intencionais, e comparada com 588 residentes de uma cidade universitária.

¹³³ Bloco (cru) de Terra e Cimento - feito sob pressão e intertravado (não usa argamassa de assentamento), o material usa apenas 10% de cimento; é térmico e rápido de construir, economizando mão-de-obra.

até encontrar uma cooperativa que reciclava esse material, mas no entanto continuaram guardando para possivelmente utilizá-lo no isolamento acústico do “estúdio” (uma pequena construção antiga que se pretendia adaptar).

Outras tecnologias e práticas ecológicas observadas na ecovila foram: forno/dessecador solar; “piscilago” (piscina transformada em lago com macrófitas e peixes); aproveitamento integral de alimentos; confinamento de cachorros e gatos (exceto os velhos, que já viviam lá antes da ecovila se estabelecer) dentro de terrenos cercados para preservar a vida silvestre; lavagem permacultural de louça (com reuso da água com sabão natural para a lavagem e destinação para os canteiros); coleta de água da chuva; “plantio de águas” (caixas secas de onde a terra foi retirada para construir servem de locais de infiltração); e irrigação da horta por gotejamento. É interessante notar que muitas práticas se relacionam a um bom uso da *água*, o que se deve também ao fato de que esse recurso na ecovila é escasso, já que a terra era um pasto degradado e o rio que passa pelo terreno tem baixa vazão e recebe efluentes agropastoris de vizinhos.

Como a maioria das ecovilas, a Ecovila Tibá produz alimentos em sistemas agroecológicos, como horta e SAFs (ainda iniciais), incluindo um berçário e um viveiro de mudas. À época da primeira visita, eles eram autossuficientes em folhas (hortaliças), e, quando da segunda visita, como vimos, dois moradores que se tornaram arrendatários haviam começado a aumentar a produção agroecológica visando também à geração de renda. Havia ainda um morador que criava galinhas para produção de ovos, e alguns outros que estavam diretamente envolvidos com a construção de edificações. Em termos energéticos, a geração própria de energia renovável na Tibá era ainda um projeto (estava-se juntando dinheiro para instalar painéis solares).

O que a Ecovila Tibá não produzia, buscava comprar localmente, em redes de economia solidária, de agricultores que produzissem de forma responsável, dando preferência a assentamentos e cooperativas. Por exemplo, os produtos de limpeza eram comprados de uma cooperativa na cidade, e estava em andamento uma parceria com o MST para comprar arroz biodinâmico. À época da pesquisa, a ecovila tinha relações com cerca de cinco assentamentos na região, mas de maneira mais próxima com dois deles, principalmente através da loja de orgânicos que um casal de moradores da ecovila havia aberto na cidade. É importante notar, porém, que boa parte dos alimentos a Tibá não produzia nem conseguia comprar de produtores locais responsáveis e acabava comprando em supermercados ou na zona cerealista de São Paulo. Um entrevistado falou sobre a necessidade de aprimorar o consumo consciente da ecovila:

Quando a gente não conseguir comprar do assentamento, a gente não vai no Extra. Esse é o meu ponto. [...] Por exemplo, [...] saco de cebola gigante a R\$20,00, me interessa muito, [...] mas é uma merda [...] porque o cara que planta essa cebola provavelmente é uma pessoa que a gente não gostaria de conhecer. Então, [...] tem essa discussão, né? Será que a gente tá sendo coerente? [...] Eu mesmo não sou coerente na minha casa. [...] Eu tenho um monte de merda industrializada, [...] que eu sou prisioneiro... [...] Eu acho que a gente pode evoluir bastante. Eu torço pra que a gente tenha uma alimentação 100% orgânica muito em breve. Eu [...] faria um sacrifício enorme pra que isso acontecesse. [...] Quando a gente também faz isso aqui [consumir produtos de origem duvidosa], eu acho que a gente fica cúmplice. (Rogério)

Quando questionados sobre as principais dificuldades envolvidas na implementação de práticas e tecnologias ecológicas na ecovila, os entrevistados comentaram que elas eram basicamente financeiras – incluindo-se uma falta de *know-how* que encarecia a instalação. Eles investiam então em aprender a fazer eles mesmos, para baratear custos e ter mais autonomia. Algo interessante a se notar é que os entrevistados mostraram uma *visão de processo* em relação a esses avanços tecnológicos, isto é: embora existisse uma consciência de que faltava muito a fazer, encarava-se a sustentabilidade ecológica essencialmente como um horizonte a ser seguido:

As coisas acontecem dentro de um tempo que é a possibilidade do grupo que se encontra no momento, né? Esse grupo já mudou bastante. [...] A gente dá conta conforme as coisas vão aparecendo. E é muito dinâmico. [...] Conforme você vai entrando no ritmo, você vai [...] confiando no tempo, né? Porque a gente cria essa ansiedade que as coisas vão ficar prontas, elas tem que acabar e não sei o que, não sei que lá... e não! E sustentabilidade é isso, né, deixar pro próximo, pro outro ver também, você não precisa estar ali, em tudo, né? [...] Essa coisa de você conseguir entrar num equilíbrio com o tempo que é imposto socialmente e pro tempo que a natureza te oferece. (Zélia)

Nas palavras de outro morador, procurava-se “fazer a ecovila do possível” (José). E o “possível” certamente varia muito de ecovila para ecovila, especialmente entre ecovilas que são CIs ou comunidades tradicionais, e também entre ecovilas que são CIs localizadas em países do sul ou do norte global. Por exemplo, investir em energia solar ou eólica no Brasil ou em outros países do sul global é bastante custoso. Assim, provavelmente é mais fácil ser “radical” (em termos “ecológicos”) no norte global. Tome-se como exemplo a ecovila Dancing Rabbit, estudada por Boyer (2016), que segue – aparentemente sem grandes empecilhos – algumas diretrizes ecológicas bastante restritivas que incluem um uso extremamente limitado de combustíveis fósseis (não era permitido para automóveis) e a produção de eletricidade exclusivamente por fontes renováveis; há lá também, por outro lado,

diretrizes de diminuição de custos que dependem muito mais de disponibilidade, como a não existência de veículos motorizados individuais.

Como vemos, as questões “ecológicas” e “econômicas” trabalhadas em ecovilas são basicamente as mesmas, podendo ser mais acuradamente chamadas de “ecológico-econômicas”. Trata-se, em boa parte, de práticas de transformação dos padrões de produção e consumo – notadamente, ecovilas tornam-se mais produtoras e menos consumidoras. Nesse sentido, é comum, inclusive, a ideia de que essas comunidades procuram “se bastar”, produzindo tudo de que necessitam. Mas até que ponto elas podem ou desejam de fato ser completamente autônomas?

5.3.2 Autossuficiência ou autossustentabilidade? A realocação econômica em redes

Através, principalmente, da produção local de alimentos e energia, as ecovilas tipicamente buscam adquirir algum grau de autossuficiência (LITFIN, 2014; LOCKYER, 2010a) em relação ao sistema de produção e consumo *mainstream*, considerado por elas como insustentável (VETETO; LOCKYER, 2008). Algumas são praticamente autossuficientes em alimentos – como observado, por exemplo, por Brombin (2015) em três ecovilas italianas. Tamera, por sua vez, é autossuficiente em água (ESTEVES, 2017). Outras, como Findhorn e Earthaven, têm autossuficiência em energia, utilizando, respectivamente, turbinas eólicas e uma combinação de painéis fotovoltaicos com um microssistema hídrico (LITFIN, 2014; LOCKYER, 2010b). No entanto, é muito difícil que uma ecovila alcance autossuficiência plena em todos os aspectos (MEIJERING; HUIGEN; VAN HOVEN, 2007; LOCKYER, 2010a). Litfin (2014) observou que nenhuma das 14 ecovilas que estudou alcançaram uma economia completamente “sustentável”,¹³⁴ embora todas oferecessem vislumbres. Mas, na verdade, ao que parece, essas comunidades não vêm almejando exatamente *autossuficiência* (KASPER, 2008). Segundo Litfin (2014), o objetivo de autonomia já foi muito importante no passado, mas vem se modificando no sentido de buscar mais uma *interdependência*. Isso fica bem ilustrado quando a ecovila Zegg, a partir do aumento da demanda por alimentos, preferiu comprar mais de produtores próximos que aumentar sua produção interna (DAWSON, 2013). Tamera também vem explicitamente buscando uma autonomia de produção agrícola *no nível regional* (ESTEVES, 2017). Dawson (2009, apud CUNHA, 2012), sugere que a

¹³⁴ Provavelmente aqui a autora estava se referindo a uma economia completamente “autossuficiente”.

sobrevivência das ecovilas de fato tende a depender cada vez mais do apoio das comunidades do entorno, das relações de interdependência recíproca que se estabelecem.

Existe, portanto, como vimos, uma tendência à construção de redes econômicas locais e regionais – o que Lockyer (2010b) chama de “relocalização econômica”. De acordo com Brombin (2015), as práticas de produção de alimentos, em especial, são meios privilegiados para estabelecer essas redes econômicas de compartilhamento e solidariedade – seja entre os próprios moradores-membros-donos da propriedade ou entre um espectro mais amplo de atores sociais (como nas CSAs). A autora relatou também a existência de uma interessante relação de troca: uma das ecovilas que estudou fornecia alimentos para uma escola próxima em troca da redução das taxas escolares de suas crianças. No caso de ecovilas urbanas, é comum ainda a criação de grupos de compras cooperativas de alimentos, abertos à comunidade como um todo, como observado em LAEV (BOYER, 2015).

Na Ecovila Tibá, como vimos, existia uma busca por autonomia alimentar (incluindo a hídrica) e energética, mas também em relação a construções, tratamentos de saúde, produtos de limpeza, educação, combustível, etc. No caso dos alimentos, tratava-se muito de uma questão de segurança alimentar. Mas tudo isso se relacionava, também, à ideia de desenvolver uma economia interna, por exemplo, contratando construtores e educadores de dentro, comprando alimentos da própria ecovila – o que tende a ficar mais fácil com uma maior quantidade e diversidade de pessoas, e, portanto, de habilidades. Dois entrevistados evidenciaram em suas falas essa busca por “autossuficiência” relacionada à ideia de “ir do zero”, “fazer você mesmo” (isto é, *produzir*):

Essa não dependência do mercado de consumo de tudo, desde [...] uma consulta médica até um alimento, sabe?, ou da construção. [...] Fazer você mesmo com seus amigos. O Pedro tá terminando a casa dele ali e quem fez não foi nenhum pedreiro, nada disso, foi a galera daqui. E isso é incrível. [...] Aqui vai do zero as coisas, eu gosto disso. [...] Acho que isso une as pessoas, né? (Rogério)

Eu acho que tudo a gente consegue fazer, desde vestuário, passando por alimentação, cosméticos, adubos, implementos agrícolas, ferramentas... [...] A gente fazia isso até pouco tempo atrás, é que depois que tudo foi industrializado, [...] mas assim... eu converso com meu vô, [...] ele fazia todas essas coisas, né, desde a bioconstrução, até fabricar pequenas ferramentas, parafusos... [...] Isso era uma coisa bem mais comum antigamente, [...] se não você tinha que viajar pra comprar um parafuso. (Benício)

Esse último entrevistado sugeriu então, posteriormente, que “talvez uma ecovila seja capaz de ser autossuficiente” (já que inclui vários núcleos familiares, vários interesses); mas expandiu também essa ideia para outras instâncias: sítios da região articulados entre si,

organizados de forma que cada um produza o que deseja ou o que produz melhor. Outros entrevistados comentaram sobre as limitações da ideia de uma autossuficiência estrita:

Eu nunca vou produzir o ferro da enxada. Não vou, sei lá, (produzir) uma peça específica que eu trabalhar. Então, assim, o que eu acho [...] que a gente tem que fazer é ter a autossuficiência assim gerando excedentes pra poder trocar esses excedentes, né, pra adquirir o que a gente não produz. (Fabrício)

Eu, particularmente, tenho uma visão de que a autossuficiência extrema ela é mais um problema do que uma solução. [...] É uma forma de se fechar. Mas, também, você depender tudo lá de fora [...] você meio que não tem vida própria. Então, pra mim, a gente tem que achar esse meio termo, [...] ser capaz de nós mesmos resolvermos muitas coisas do nosso dia a dia e saber que podemos contar com o resto do mundo pra resolver as coisas que não dá pra resolver aqui. [...] Não dá pra gente ter todas as comidas que a gente quer comer aqui no Tibá. Um pouco por uma questão cultural, uma questão de preguiça, uma questão de costume... [...] Então por que que a gente não vai lá e não compra no vizinho ou no amigo ou com alguém que sabe que é orgânico? Então a nossa ideia de autossuficiência, eu acho que talvez a melhor palavra seja sustentabilidade. [...] As pessoas podem ser sustentáveis entre si. (José)

É interessante notar que os termos “autossuficiência” e “(autos)sustentabilidade” eram ora intercambiados, ora diferenciados nas falas dos entrevistados. Mas todos eles, sem exceção, falaram sobre as trocas da ecovila com o exterior. Uma entrevistada comentou: “ser autossustentável não quer dizer que você deixe de ter parcerias”; a autossustentabilidade, na verdade, pode ser entendida “num plano maior, como humanos” (Zélia). Outra entrevistada reforçou essa ideia e exemplificou:

A autossuficiência de todos os ciclos estarem dentro da comunidade às vezes a gente pode não alcançar. Então vai ter que sempre trabalhar com um limiar de o que que a gente vai trocar com o externo... A gente quer de fato ser autossuficiente ou a gente quer criar uma rede autossuficiente? [...] A gente tá nessa reflexão. A tendência é a rede. Por exemplo, tá rolando uma conversa de talvez, dependendo da quantidade de pessoas dispostas a tocar a horta, a gente na verdade optar por sistema agroflorestal e ir atrás de itens que demandam mais tempo mas não precisam de muito trabalho, raízes... e a parte que precisa de muito trabalho, seria as folhas, [...] comprar de assentamento que tá focado em hortaliças. (Gilda)

Observa-se, então, que a Ecovila Tibá (como, ao que parece, a maioria das ecovilas) vinha buscando a (auto)sustentabilidade de uma forma que *inclui* certo grau de autossuficiência, mas não se restringe a isso. Embora existisse um movimento considerável no sentido de aumentar a produção interna de certos bens, ao mesmo tempo havia uma consciência de que era improvável que se conseguisse (ou que valesse a pena) produzir tudo o que se deseja ou precisa. As relações de interdependência com o exterior, assim, não eram evitadas; apenas se escolhiam melhor os parceiros econômicos. Tratava-se de uma autossuficiência (ou autossustentabilidade) *em rede*.

É relevante notar que a atuação da Tibá nas redes locais de economia solidária não se limitava à compra. Alguns moradores da ecovila também auxiliavam assentamentos próximos a organizar a produção e o escoamento. A loja de orgânicos de Livia e Guilherme, por exemplo, vinha recebendo o que esses produtores não conseguiam vender em feiras. Juntamente com a ecovila e com alguns coletivos de São Carlos, a loja havia formado ainda um grupo de compras coletivas, funcionando como um dos pontos de entrega. Livia comenta:

A gente percebeu que a ferramenta de compra coletiva só fortalece o nosso comércio, ela não é concorrente [...]. "Ah, trouxemos duas toneladas de arroz", isso quer dizer que essas vinte pessoas que compraram arroz com a gente não vão até a loja comprar arroz. Mas eu tenho um público muito maior que vai se beneficiar, vai ter acesso a esse arroz, e nós que fizemos a compra coletiva fizemos um rateio do frete. (Livia)

López e Prada (2015) sugerem que, através da produção local e do consumo responsável, as ecovilas rompem com a intermediação dos mercados globalizados, e dessa forma com a fetichização mercantil, pois o produtor-consumidor se reconhece no que produz assim como naquele com quem produz. Os autores argumentam ainda que as economias locais geram experiências de comércio não pautadas exclusivamente na monetarização das trocas (como vimos, desenvolvem-se trocas diretas, moedas locais, ordenação de fundos comunitários etc.), e que, assim, “reconstrói-se o valor de uso sobre o de troca”.

Outra prática da Ecovila Tibá que fomentava essa rede local – além de incentivar trocas sem envolvimento de dinheiro – era a organização, quatro vezes por ano, de feiras de trocas de sementes e mudas, um evento voltado para a manutenção da diversidade de espécies crioulas. Ainda assim, vários entrevistados comentaram que a comunidade ainda precisava crescer e se fortalecer para “ter braço” ou “ter perna” para ajudar no desenvolvimento dessa rede, que ainda era embrionária. Nesse contexto, e também na busca por segurança alimentar, um entrevistado defendia a ideia, bastante radical, de passar a comprar *apenas* produtos orgânicos/agroecológicos de produtores locais – o que acarretaria uma redução da diversidade e quantidade de produtos (também devido ao preço mais elevado):

Vamos comer o que tiver. No inverno tem menos fruta mesmo. [...] Mas tem um monte de raiz, tem um monte de folha e tem um monte de grãos. Aí, no verão, come muito mais fruta [...]... Aí, eu acho que a mentalidade aqui da ecovila precisa estar um pouco mais em sinergia, porque tem gente que não arreda o pé. [...] E esse "eu quero sempre ter isso" é o que o mercado de consumo fez com a gente. [...] Se a gente quiser morango o ano inteiro, ele produz um monte de morango e vende pra gente o ano inteiro. Não interessa se tem gosto, se tem nutriente, se tem veneno. (Rogério)

Segundo Esteves (2017), em Tamera havia um “grupo de pesquisa” experimentando exatamente isso: comer apenas alimentos sazonais produzidos regionalmente – o que evidenciou a existência de dificuldades emocionais relacionadas ao hábito. Algo relevante que a fala de Rogério sugere é que a busca da Ecovila Tibá (e de muitas ecovilas) por autossuficiência parece se relacionar não tanto a um ideal de “se bastar”, mas fundamentalmente à ideia de evitar compactuar com as problemáticas transações do modelo econômico capitalista. Associa-se estreitamente também à tentativa de evitar gastos excessivos com transportes, o que tem consequências diretas no “fechamento dos ciclos naturais”. Por outro lado, a maioria dos outros entrevistados expressou uma visão mais parcimoniosa em relação às “necessidades” alimentícias – ainda que as reconhecendo como necessidades culturalmente criadas. Diversos deles falaram sobre a relação – e o “balanço” existente – entre autossuficiência e *necessidades*:

Se a gente reduz a necessidade de energia elétrica, [com] um pequeno sistema de captação [solar] a gente pode ser autossuficiente [...]. Mas aí [...] tem a geladeira, que é a motor. Então a gente vai deixar de ter geladeira? A gente teria que ir pruma dieta basicamente de coisas frescas, que a gente planta. Então sempre cai nessa reflexão, o que a gente pode abrir mão... [...] É um horizonte que a gente às vezes conversa, mas não está certo se quer ou não. (Gilda)

O que determina se você vai ser autossuficiente ou não é a sua necessidade. [...] Se eu começo a querer alimentos que essa terra não dá, a autossustentabilidade ela fica impossível. E como eu acho que a gente não vai chegar nesse nível de todos os 40 que vivem aqui desejarem comer só o que a terra dá, eu acho que essa autossuficiência alimentar ela não vai chegar. [...] E aí a alternativa [...] é buscar grupos que façam essa produção de forma mais sustentável possível. [...] Por exemplo, a questão da energia: a gente tá vendo a questão da placa solar, mas pra que ela possa vingar e dar certo, eu preciso ter todo mundo consciente de que placa solar não possibilita que você gere a energia que você quiser. [...] Então [...]: a autossustentabilidade ela bate no consumo. [...] É por isso que eu digo que tudo que a gente faz tem uma questão social, tem uma questão política. [...] Eu dou meu próprio ex: apesar de gostar de andar de bike, eu quero ter um carro. Porque [...] tem dia que eu tô com um pouco mais de pressa, eu preciso ir fazer o doutorado [...] e não tem ônibus direto pra lá, eu levo 5 horas se eu for de ônibus [...]. Então eu tento trabalhar no esquema de carona pra reduzir meu impacto, mas nem sempre é possível... [...] Mas aí, se eu tenho a necessidade, então como é que eu reduzo o impacto que essa necessidade gera? [...] Eu acho que esse que é o ponto de reflexão. [...] É uma balança entre autossustentabilidade e necessidades. (Flávia)

O que que você consegue com autossuficiência em tudo: você não precisa trabalhar, você não precisa de renda, porque a necessidade de renda hoje vem da necessidade de consumo. Então todo mundo pensa em ter um emprego melhor e ganhar mais. Ninguém pensa em consumir menos e ter um custo menor pra não ter que trabalhar tanto. (Rogério)

De fato, não há como pensar a sustentabilidade sem pensar a satisfação de necessidades humanas. Ocorre que, no capitalismo, como discutimos na seção 3.2, nossas necessidades são intensamente manipuladas. Nos últimos séculos vimos o desenvolvimento

exponencial de novas necessidades, o que tem relação inextrincável com os padrões de hiperprodução. Assim, uma análise das necessidades parece ser um aspecto-chave para se pensar a sustentabilidade.

5.3.3 Reavaliando a “roda” das necessidades

Devido ao imperativo de crescimento, o sistema capitalista precisa estimular a hiperprodução e, conseqüentemente, o hiperconsumo – afinal, o capital só se realiza no consumo (HARVEY, 2014). Dessa forma, ele vem criando, cada vez mais, o que Marx chamou de “necessidades artificiais”¹³⁵ ou “abstratas”, “apetites imaginários” – isto é, novas mercadorias que se tornam novas necessidades, continuamente (MÉSZÁROS, 2006). Para Heller (1986), isso gera uma alienação das próprias necessidades humanas, pois todas se reduzem à necessidade de “ter”. Afinal, se tudo está subordinado à dinâmica da acumulação de riqueza, é irrelevante se as necessidades criadas são propriamente humanas (MÉSZÁROS, 2006). É importante ressaltar que, ao falar de “necessidades propriamente humanas”, Marx não se referia apenas às necessidades básicas (“naturais”, “animais”) como alimentos, abrigo, segurança física, mas também a necessidades culturalmente criadas como a arte e a filosofia. No entanto, o que ocorre é que a criação de necessidades pelo capital vem ocorrendo “a seu próprio serviço”, e não do ser humano (HARVEY, 2014). A necessidade de tempo livre, por exemplo, é massacrada sob o trabalho sacrificial, e, quando esse tempo existe, é imediatamente redirecionado para o consumo – até porque não interessa ao capital que as pessoas tenham tempo livre para pensar (HARVEY, 2014). Nesse contexto, a fronteira do que é “suficiente” para o ser humano é expandida, e cria-se uma insatisfação permanente e generalizada que leva as pessoas a trabalhar (alienadamente) mais do que precisam, apenas para tentar “preenchê-la”, na maioria das vezes com “bens compensatórios”, inúteis, desejados apenas porque dão uma ilusão de “diferenciação” do indivíduo em relação aos demais (HARVEY, 2014).

Na medida em que rechaçam o hiperconsumismo, as ecovilas promovem uma reflexão acerca dessa invenção de necessidades. Como vimos em seções anteriores (5.1.3, 5.2.1), seus

¹³⁵ Aqui, Marx entende “artificial” como aquilo que se opõe à natureza humana enquanto socialidade. Necessidades (ou apetites) artificiais (ou abstratos) são, para Marx, inerentemente insaciáveis (p. ex., multiplicação do dinheiro) (MÉSZÁROS, 2006).

moradores em geral buscam uma vida mais simples¹³⁶ – o que, para Litfin (2014), associa-se também à visão de que há uma relação sinérgica entre simplicidade material e crescimento interior. Segundo a autora, vem ocorrendo um “enxugamento” (*downsizing*) do padrão de vida capitalista nas ecovilas “do norte global”, e, ao mesmo tempo, um *upsizing* nas do sul, convergindo em um nível de vida médio – tendência esta calcada em um “senso de suficiência” que visa à satisfação das necessidades *reais*. Um morador da Ecovila Tibá comentou:

Eu acredito que as necessidades são algo totalmente subjetivo. Entretanto, dentro [...] do padrão normal da sociedade, você não tem autonomia do seu querer. Você é compelido a necessitar de coisas-padrão. [...] E coisas, né, cada vez menos úteis, [...] coisas que você compra porque você tinha pontos no cartão e você precisava trocar por alguma coisa que ia vencer, esse tipo de coisa... [...] Por exemplo [...] essa coisa do MC que veio da favela, [...] e agora ele só anda com os melhores carros, as roupas de marca, e tudo mais, e tal... O moleque que tá lá na favela, que se espelha nesse cara, [...] começa a realmente precisar ter um tênis “X”, precisar ter uma calça “Y”, porque se não ele não consegue se integrar socialmente. (Benício)

Todos os entrevistados da pesquisa sustentaram a importância dessa *relativização* ou *revisão* das necessidades. Uma moradora enfatizou: “Eu não quero entrar nessa roda que as pessoas entram, que você alcança uma necessidade, inventa outra; aí vence essa, arruma outra...” (Flávia). A maioria relatou ter passado a levar uma vida mais simples ao ir viver na ecovila. Alguns moravam em barraca, sem computador e/ou sem comprar praticamente nada. Apenas um entrevistado disse possuir mais bens de consumo do que antes (juntamente com sua companheira), o que nesse caso se relacionou muito à construção da casa própria e à consequente redução do custo de vida. Vejamos algumas falas sobre isso:

O meu objetivo é trabalhar cada vez menos. Eu sou muito da opinião do Mujica, é rico quem tem tempo, não dinheiro. [...] E nesse momento eu tô vendendo o meu tempo, que é a coisa mais preciosa pra mim, pra poder ganhar dinheiro pra algumas necessidades que eu inventei: uma casa e um título de sócia. Mas assim que eu quitar isso, acabou. [...] Eu trabalhava só de sábado e domingo. [...] Eu quero voltar nesse ritmo. [...] Ganhar meu dinheirinho, pagar minhas contas, acabou. Parar de ficar inventando coisa, gente, e voltar a ser rica de novo, ter tempo outra vez. (Flávia)

Necessidade é uma coisa, luxo é outra, eu acho, né? Assim, por exemplo, minha cerveja é um luxo. E eu gosto desse luxo, né. Mas ela não é uma necessidade. [...] Eu vejo que eu, particularmente, [...] cada vez eu desvencilho de velhos hábitos... [...] Então, assim, se você me perguntar se eu gostaria, eu quero ter cada vez menos coisa. [...] É exatamente a lógica reversa do que eu acho que a gente vive lá fora. Do

¹³⁶ Vale uma ressalva: a vida mais simples é comparativa ao que tinham antes, e é principalmente em termos de renda e consumo, mas não reflete uma real mudança de classe social (por faixa de renda), por exemplo. Não se pode esquecer que em geral eles são proprietários da terra e da casa onde vivem.

acúmulo. Se eu conseguir me desvencilhar cada vez mais das coisas, eu acho que eu vou estar mais em paz. Mas que isso seja de verdade, né. Não uma coisa assim, aquela pessoa que para de comer carne e tá salivando quando sente o cheiro. Aí você pensa que a pessoa devia ir lá e comer mesmo a carne. (Fabrício)

Eu tinha menos bens de consumo do que eu tenho, quando eu vim pra cá. [...] O primeiro carro que eu comprei foi pra vir pro Tibá. [...] Quando você constrói a casa, você começa a colocar coisas que você não tinha antes, porque agora tem um espaço. [...] E aí, a gente é um pessoal de tecnologia, [...] quer ter uma televisão legal, ter um computador legal, quer ter um laptop legal. [...] A gente não troca de computador a cada dois, três anos, [...] se estende até a vida útil dele, [...] mas a gente quer tá numa situação em que [...] não fique completamente pra trás no trabalho [...]. Mas a gente também aprendeu a não ser desesperado pelas coisas, então [...] espera as coisas baixarem de preço pra comprar. [...] Sempre vai comprar carro que não é zero quilômetros... [...] Então, assim, [...] eu acho, posso dizer que a gente é um consumista regrado, um consumista consciente. E, assim, aumentamos os bens de consumo, mas aumentou para coisas que a gente nunca achou que ia ter. Eu tenho uma roçadeira à bateria. [...] São coisas que a gente nunca imaginou ter no passado, né. (José)

De fato, paralelamente a uma redução das necessidades de consumo em geral, a vida em ecovilas gera uma modificação dessas necessidades. Passa a ser importante investir em uma série de instalações e equipamentos relacionados a um modo de vida que procura produzir alguns bens essenciais. Há também, evidentemente, desejos e necessidades particulares. Por exemplo, uma moradora que tinha uma deficiência física na perna comentou que gostaria de um carro especial para ter alguma independência de deslocamento. Os entrevistados em geral mostraram bastante compreensão em relação às particularidades das necessidades alheias – embora no que se refere a bens mais supérfluos (roupas e certos equipamentos tecnológicos) um entrevistado tenha explicitado que precisou “aprender a não julgar”. Dois entrevistados falaram também sobre o aparecimento eventual de necessidades “nostálgicas” de consumo, isto é, resquícios de desejos de determinados bens dos quais sentem que já não necessitam – principalmente quando fora da ecovila, no contato com os pais:

Várias vezes eu já tive crises da sociedade convencional na minha vida, e acho super natural, [...] por conta desse processo de evolução meu, de compreender que toda essa crítica que eu faço à sociedade tá em mim também, o meu individualismo, minhas necessidades [...]. Então eu já tive problemas assim: "eu não tenho viagens no final do ano, eu não vou à praia"... [...] Desde que eu vim pra cá, há cinco anos, eu nunca mais comprei roupa, eu ganhei, [...] ganho roupa. Tem hora que eu sou super bem resolvida com isso, e aí tem hora que vem aquele sentimento infantil, antigo de "poxa, mas eu não posso entrar numa loja e comprar uma roupa? Qual o problema de eu comprar uma roupa?! Poxa, não posso fazer minha unha?", [...] então assim, eu tenho algumas necessidades de consumo, mas que são nostálgicas, assim, de antigamente, que às vezes elas aparecem, confundem um pouco a nossa cabeça, principalmente quando eu vou visitar os meus pais... [...] Aí você começa a ter vontade de ter algumas coisas que eles têm e eu não tenho. [...] Acho que o desapego, ele não é total, da noite pro dia. (Lívia)

Às vezes dá vontade de ter uma coisa. O meu pai sempre fica tocando nesse aspecto. [...] Por exemplo, [...] eu sempre gostei de moto, [...] e de repente esse lance de moto começou a perder o sentido pra mim, sabe? E ele se indigna com isso, [...] ele não aceita e não entende... [...] Não chega a ser um problema, eu acho que é enriquecedor, pra mim, porque eu me sinto bem, de estar fazendo diferente. (Benício)

Duas entrevistadas falaram, ainda, sobre a reavaliação do consumo (e, portanto, das necessidades) como um ato político:

Se a gente quer mudar esse sistema, pra mim, não é ir no governo, é parar de consumir de quem produz com trabalho infantil, [...] quem faz fratura exposta em montanha, entende? [...] Quem financia guerra no Oriente Médio, Guerra Civil da África. [...] Tá tudo ligado. Os nomes a gente já conhece todos, é uma natinha desse tamanho, só que a gente continua comprando o tênis que eles produzem, [...] a roupa que eles produzem, a gente continua vendo o filme que eles tão sustentando... pra mim, refletir sobre o nosso consumo é um grande ato político. (Carolina)

A gente fala “ah, não quero Belo Monte”, mas só que se você continua com consumo alto na sua casa... eu falo que são discursos incompatíveis. Não querer a Belo Monte significa rever a forma como você consome. [...] Eu acho que isso já é uma transformação social e já é o maior ato político que a gente poderia estar tomando. Porque, enquanto eu vejo as pessoas saindo nas ruas pedindo “mais saúde”, “menos agrotóxico”, a gente tá aqui fazendo. Se vem com agrotóxico a gente não quer. A gente quer encontrar alguém que produza e a gente vai incentivar e ajudar esse cara a continuar produzindo o alimento dele totalmente orgânico. E isso pra mim é ser político. [...] Pra mim, é você avaliar as redes do *seu* consumo, porque *esse* você pode mudar de uma forma mais atemporal. (Flávia)

Embora a ideia de reavaliar as próprias necessidades e o próprio consumo, procurando coerência entre discurso e prática, seja essencial, é preciso também enxergar um contexto mais amplo: no sistema capitalista, a maior parte das pessoas não tem praticamente nenhum poder de escolha sobre o que consome, devido a limitações financeiras. Comprar alimentos orgânicos, por exemplo, é bem mais caro que comprar alimentos com agrotóxicos (produzidos em larga escala e com subsídios governamentais). Da mesma forma, passar a produzir uma parte dos bens de que se necessita não é algo viável para todos (basta imaginar como uma pessoa que trabalha 8-9 horas por dia e mora a duas horas do trabalho arranjar tempo para cuidar de uma horta). Assim, toda a questão da busca por uma maior sustentabilidade nas formas de produção e consumo precisa ser tratada com muito cuidado, e sem cair na armadilha dos julgamentos morais que responsabilizam apenas os indivíduos, pois suas possibilidades de ação são condicionadas por questões sistêmicas. Também pessoas com maior liberdade de ação (classes mais altas) têm limitações culturais em relação às necessidades, e é importante reconhecer tais contradições.

Apesar das limitações e contradições existentes – em especial a da propriedade –, parece ser possível dizer que as práticas alternativas das ecovilas vêm subvertendo, em alguns

aspectos, a lógica capitalista. Litfin (2014) sugere que as ecovilas estão desenvolvendo uma nova “cultura econômica” (preferimos considerá-la, na verdade, *ecológico-econômica*) que se resume em cinco princípios: 1- *considerar os custos totais*, o que implica pagar pelos produtos preços que englobem adequadamente o ganho dos trabalhadores envolvidos e os recursos naturais utilizados; 2- *“viver corretamente”*, que envolve a promoção do bem-estar humano dentro de limites ecológicos, a partir da ideia de que a economia é um “subconjunto” do ecossistema, e não o inverso; 3- *repensar a propriedade*, buscando superar a “norma” da propriedade privada, combinando-a com formas de propriedade coletiva; 4- *relocalizar o dinheiro* em serviço das pessoas e ecossistemas, desmistificando-o; e 5- *repensar as necessidades reais*, o que envolve desvinculá-las do dinheiro e focar no que é suficiente. A autora argumenta que seguir tais princípios gera, em última instância, uma *reformulação* dos elementos básicos da economia – respectivamente: consumo, produção, propriedade, moeda e satisfação de necessidades.

Muitas das práticas associadas a esses princípios tendem a ser facilitadas quando feitas de forma coletiva. Em especial, desenvolver sistemas de compartilhamento de propriedade e consumo coletivo depende, essencialmente, de cooperação entre as pessoas (LOCKYER, 2010a). Segundo o estudo de Mulder, Costanza e Erickson (2006), membros de comunidades intencionais sustentáveis tendem, de fato, a converter bens privados em *bens públicos* e a substituir o que se entende por “capital financeiro” e “capital humano” por “capital social”.¹³⁷ Assim, os “experimentos” econômicos das ecovilas, além de favorecer a sustentabilidade ecológica, têm efeitos sociopolíticos – segundo Lockyer (2010a), geram familiaridade, criando oportunidades para se desenvolver confiança e previsibilidade social. Litfin (2014) sugere que é possível pensar a economia como uma “interseção entre ecologia e comunidade”: o lugar “onde o bem comum pode figurar como linha de base” (p. 78). Não é difícil perceber, dessa forma, que os aspectos político-comunitários e ecológico-econômicos da sustentabilidade estão permeados por uma série de aspectos culturais, sobre os quais falaremos agora então com mais detalhes.

¹³⁷ Mantivemos aqui as expressões “capital financeiro/humano/social” utilizadas pelos autores porque a ideia geral nos parecia útil – especialmente a noção de o financeiro sendo substituído pelo social. No entanto, é essencial lembrar que tais termos na verdade se alinham ao pensamento capitalista pós-moderno. Ver comentário sobre isso na seção 3.2.

6 ASPECTOS CULTURAIS DA SUSTENTABILIDADE EM ECOVILAS E SEU PAPEL SOCIAL

Quando pensamos em sustentabilidade, com frequência nos esquecemos de que, por trás de questões concretas, há sempre questões culturais. Assim, quaisquer transformações sociais em direção à sustentabilidade só serão efetivas se atingirem essa dimensão da vida – do contrário, provavelmente serão apenas ações superficiais, paliativas. Torna-se fundamental então analisar alguns aspectos gerais da cultura das ecovilas, assim como investigar se eles engendram um potencial multiplicador. Afinal, a sustentabilidade não pode ser pensada *apenas* em microescala; trata-se de um ideal universal, e, portanto, a experiência dessas comunidades só terá relevância social na medida em que, de alguma forma, ajudar a transformar a sociedade como um todo.

6.1 CULTURA, UMA DIMENSÃO CENTRAL

A cultura é provavelmente a dimensão da vida mais complexa de se acessar e modificar, já que é, em si, intangível. É formada por elementos como valores, princípios, crenças, ideais, costumes, e, dessa forma, constitui um pano de fundo para todas as demais dimensões, perpassando-as e articulando-as. Como sugerimos na seção 3.2, na medida em que embasa nossas ações, a cultura se *concretiza* nelas. Por exemplo, os valores do individualismo, do consumismo e do lucro alimentados no sistema capitalista legitimam as atividades predatórias que geram degradação social e ecológica – são, ao mesmo tempo, sua causa e justificativa. Outros valores e visões de mundo, portanto, podem favorecer ações direcionadas para a sustentabilidade. No contexto das ecovilas, a dimensão cultural vem sendo chamada também de “espiritual”, “visão de mundo” (expressão utilizada no currículo do curso “Educação Gaia”, desenvolvido pela GEN), ou, como prefere Litfin (2014), “consciência”. Analisemos um pouco mais a fundo então alguns dos principais aspectos culturais observados em ecovilas.

6.1.1 Ponto de partida: a crítica ao *status quo*

Ao escolher deliberadamente viver juntos (no caso de comunidades intencionais), os membros de ecovilas tendem naturalmente a apresentar valores e visões de mundo semelhantes – e um importante ponto de partida disso são os incômodos com a sociedade contemporânea. O movimento de ecovilas parece carregar um forte *ethos* de reflexão crítica

em relação à cultura capitalista ocidental (NATHAN, 2012) – em especial seus padrões de consumismo e individualismo (ERGAS, 2010; KIRBY, 2003; LÓPEZ; PRADA, 2015) –, e reage, especialmente e simultaneamente, à crise ambiental global cada vez mais agravada (KIRBY, 2003) e a uma sensação crescente de “deterioração” da comunidade (CHITWERE, 2010). Na Ecovila Tibá, quando questionados sobre o que mais os incomodava na sociedade, os entrevistados citaram aspectos bem diversos, mas os elementos mais comuns se reuniram em torno da noção de individualismo/egoísmo, e, associado a ele, a má qualidade das relações humanas. Todos falaram sobre isso de formas diversas: falta de altruísmo, falta de confiança, frieza, desconexão, “medo do outro”, isolamento, competição, etc. Destacamos aqui alguns exemplos:

Atualmente, depois dessa vivência em coletivo, então aprender a se relacionar com as pessoas, a conversar, a entender, a ouvir o outro e respeitar, o que mais me incomoda é a ausência disso na sociedade. [...] Hoje tem famílias que vivem como república... cada um paga uma conta... e a conversa, o diálogo, a negociação? [...] As pessoas não tão sabendo conviver, resolver conflito, nem nada. (Gilda)

A frieza de relações é uma coisa que me incomoda... [...] A gente mora num prédio e a gente não sabe o nome do vizinho, a gente cumprimenta de canto de olho, né, a gente tem meio que medo do outro... [...] Eu acho que a gente acaba tendo uma posição bem egoísta, quando a gente tá na cidade. Eu vejo que a gente acaba olhando só [...] pro nosso núcleo, sabe? [...] Se você deixa de olhar pro grupo... cara, você é parte do grupo. É como se você estivesse deixando de olhar pra si mesmo. [...] Então, assim, quando você não olha pr'um velho, e você vai ser velho no futuro, né... é a gente como sociedade, [...] não olhando pra determinados setores, [...] como que é a educação, como que é o cuidado com o idoso, como que é com uma grávida, amanhã isso tá, virá somente pra gente, né, como sociedade. Ou nossos filhos, ou nossos netos. Vai voltar, entendeu? [...] Eu acho que isso vai se refletindo desde [...], sei lá, do prédio, até uma nação, né. (Fabrício)

Tem um poeta de rua aí, chama Eduardo Marinho, eu acho. [...] ele fala [...] que as pessoas acham que o que faz elas felizes é o acúmulo de dinheiro, mas o que faz elas felizes é obter o afeto dos outros. E dentro do sistema capitalista, em que você se isola, você tá obtendo cada vez menos afeto dos outros. [...] Cada vez as pessoas menos próximas, se importando menos com os outros. (Rogério)

Uma entrevistada (Carolina) ressaltou que a dificuldade de altruísmo, de abertura para o outro – que, segundo ela, seria “o cerne para desenvolver um monte de problemas, de competição, de desrespeito...” – na verdade é algo geral, que acontece na ecovila também. No entanto, ela argumenta que, em comunidade, se favorece *encarar* o problema. Outros entrevistados fizeram comentários semelhantes, sobre a vida coletiva ajudando a “dissipar” o egoísmo, já que “obriga” a encarar as dificuldades (como vimos na seção 4.1.1). Carolina explica:

A gente aqui tá com uma proposta de olhar para isso, e tentar aos pouquinhos e coletivamente ir se despedindo dessas características que deixam arestas de convívio

muito agudas... [...] Acredito que o que é diferente é a intenção. Em espaços não comunitários (não essa ecovila específica, acredito que outras também) as pessoas nem se preocupam em olhar pra isso, é como dar descarga no cocô: o cocô sumiu, não é problema meu mais... não tô vendo, não tô sentindo... (Carolina)

Outra entrevistada expandiu a questão e comentou que o que mais a incomodava era

... como a gente não se reconhece como espécie. Como a nossa inteligência coletiva, ela não é ativada, né, no sistema. É muito individual, né. [...] O capitalismo adora você ser um ser individual, e ter suas vontades próprias, e valores e tal. [...] Essa noção do ciclo das coisas, [...] ela é tirada de nós durante o sistema, então, [...] você não tem consciência, né, da onde as coisas vieram, pra onde elas vão. A sua consequência no mundo, das suas ações. [...] As coisas só vêm até você, você utiliza ou executa algo, mas você não sabe muito bem o porquê, e isso me incomoda. [...] E aquela coisa da gente não se sentir parte da natureza, né? [...] E às vezes eu vejo [...] uma forma dada que a gente tem que realizar, sabe? Nossa vida, assim, o caminho certinho que todo mundo sonha que você precisa fazer, já dão a receita pronta pra você. Da felicidade e de como se desenvolver no mundo. (Zélia)

Essa fala explicita fatores que remetem muito à noção (marxista) de *alienação* do ser humano em relação à própria espécie e à natureza: o próprio individualismo, a falta de noção dos ciclos naturais e de onde as coisas vêm, a forma dada de se viver. Outros entrevistados mostraram incômodos ainda com a supervalorização das aparências, a falta de espaço para se encontrar enquanto pessoa, as desigualdades sociais, o consumismo, os “desperdícios”, a necessidade cega de dinheiro e a “perda do valor das coisas”:

Esse sistema que você não pode confiar no outro. [...] É uma política do medo. [...] A gente passou por uma fase de “você é o que tem”, agora “você é o que parece”, né? Por causa das redes sociais, e da mídia... e o pessoal tá comprando isso. [...] O modelo social que a gente vive hoje está criando as castas e gerando violência. [...] Às vezes eu tô quebrado financeiramente, mas eu tenho que ter o último celular, eu tenho que ter um carro. [...] Mas, enquanto pessoa, tá perdido, não atua numa área que gosta, não se relaciona com pessoas que gosta... [...] Você tem sempre que estar lutando pra estar em cima da pirâmide. [...] O capitalismo ele só funciona assim mesmo, pra alguns serem ricos, vários têm que estar pobres. Então nisso que as pessoas vão se individualizando. (Gilda)

A gente desperdiça tempo, desperdiça recurso, desperdiça humor, desperdiça relacionamento humano sem qualidade [...] nessa vida atual [...] de consumir, de ficar rodando a roda do rato, trabalhando pros outros, tudo o que você faz é pra outro ganhar, né. [...] Acho que [...] a sociedade pode ser menos ganha-perde, pode ser mais ganha-ganha. E pode ser mais bem equalizada se as pessoas se juntarem em grupos menores e fizerem o ganha-ganha do grupo menor. (José)

O que mais me incomodava era a necessidade de ganhar dinheiro, de precisar de coisas, precisar trabalhar mais pra ganhar mais dinheiro... [...] Na sociedade-padrão, convencional, [...] parece que você tem tantos estímulos, o tempo todo, tal, que você fica assim perdido, [...] você faz só aquilo que você é obrigado, que você não tem saída fazer, que é trabalhar e ganhar dinheiro, pra pagar todas essas contas de coisas que você não precisa... rrs... (Benício)

O valor das coisas se perdeu, né, dentro do dinheiro, do "eu compro coisas", né, se compra uma casa que você nem viu construir, você não sabe o que que aconteceu.

Se o cara morreu naquela construção, você nem viu, [...] foda-se. Você comprou e não quis nem saber. (Rogério)

Diversos elementos nessas falas remetem também à noção de alienação: as ideias de “ser o que parece”, “rodar a roda do rato”, “ficar perdido e só fazer o que é ‘obrigado’”, “não ter consciência das coisas que se compra”. Outra entrevistada trouxe ainda o viés político dessa falta de consciência, aludindo à falta de participação social e de criticidade:

Me incomoda um pouco a falta, [...] talvez, de consciência crítica dos seus atos, de [...] como você tem mais força se unindo à sua associação de bairros, [...] e você tentar ser uma pessoa mais ativa, né? [...] As pessoas estão revoltadas, inconformadas com o sistema de democracia que a gente viveu até agora, né, essa democracia representativa, que não nos representou, [...] mas é uma democracia muito nova e nós não tivemos participação nenhuma nela. Então eu fico muito incomodada com todas essas críticas e apontamentos e raiva, sendo que não houve participação, você não se envolveu na sua rua, [...] no que tá acontecendo na sua localidade. [...] O problema tá lá em cima porque aqui embaixo a gente deixou ele chegar onde ele tá, né. [...] A democracia sempre se resumiu a ir à urna, obrigatoriamente votar e pronto. [...] E tudo acompanhado pelo que a mídia nos trouxe [...]. Essa falta de senso crítico, de visão global do seu papel enquanto indivíduo, [...] toda essa relação de desigualdade. [...] Então, eu queria que [...] a gente fosse mais também não só reflexivo, mas também mais atuante. Saísse da teoria e também propusesse mudanças. (Lívia)

É interessante notar que o que costumamos chamar de “problemas ecológicos” *em si* praticamente não apareceu nas falas dos entrevistados acerca dos seus incômodos com a sociedade. A impressão que ficou foi de que tais problemas, apesar de graves, seriam considerados mais como “sintomas” de outras questões mais fundamentais. A pesquisadora perguntou então como eles enxergavam a relação sustentabilidade-capitalismo, se era possível sua co-ocorrência. Duas entrevistadas mostraram acreditar nessa possibilidade, tomando como base o que pode ser construído em microescala; mas, ao mesmo tempo, elas também enfatizaram a necessidade de transformação do sistema:

Acho que a gente já atingiu um ponto tão bom aqui na ecovila [em termos de sustentabilidade]. [...] Eu acho que aqui é o micro do macro, sabe? Assim como aqui foi possível, lá fora também é possível, é uma coisa da gente ir reverberando isso pros outros espaços. Porque... você viver num lugar por 430 reais com 3 refeições orgânicas, luz, internet, água, um monte de gente fazendo um monte de coisa que você pode pedir assistência [...] pra várias coisas... meu, é muito barato. E [...] dá pra se mais barato ainda... [...] Então esse sistema capitalista, ele vai ter que rever as bases dele se ele quiser viver mesmo pela sustentabilidade... (Flávia)

Acho que são princípios muito diferentes, né? A intenção é bem diferente, né? O que cada um busca... Mas... O que tá acontecendo agora é isso, né, a gente tá conseguindo criar formas mais sustentáveis e a gente tá dentro desse sistema, então acho que é uma prova de que pode acontecer, né... mas isso ia ser o ideal. Seria legal que se transformasse também, esse sistema. (Bia)

A maioria dos entrevistados, porém, demonstrou considerar a relação sustentabilidade-capitalismo contraditória:

Eu acho que a sociedade não se sustenta, né... Acho que ela tá ruindo. [...] É que não é tão claro, porque é devagarinho. Mas ela tá desabando. [...] Em todos os sentidos, né. [...] Acho que [...] quando desabar de vez todo mundo vai sofrer igual. Todo mundo precisa comer, todo mundo precisa tomar água... E tudo volta pra essa destruição do planeta. (Pedro)

Eu acho impossível, eu acho que a lógica do sistema capitalista não comporta a sustentabilidade. O que a gente vê hoje de práticas sustentáveis, empresas socialmente sustentáveis, isso tudo é marketing, né, da minha perspectiva anarquista-marxista (rs). [...] É claro que a gente não pode generalizar. Existem pessoas bem intencionadas, mas [...], no geral, nos moldes capitalistas, eu acho inviável, porque a lógica do sistema é o lucro, e o lucro não é sustentável, eu acredito. Ainda que o capitalismo seja não tão selvagem, tenha algumas limitações, não seja tão liberal... Volto a dizer, não tenta consertar isso que tá feito, meu, cria uma coisa nova, que é mais fácil. (Benício)

É uma contradição completa. Não existe capitalismo com sustentabilidade, na minha opinião. É mentira. É a tentativa mais uma vez do mercado de consumo de se apropriar de uma situação. [...] McDonald's e Burger King, parem de falar que vocês querem um mundo melhor. Se vocês querem um mundo melhor, vocês fechem as portas. (Rogério)

O capitalismo, ele sempre tá se reinventando, né? [...] A gente não consegue saber as variáveis [...]. Mas, [...] com o funcionamento de hoje acho que não dá [pra alcançar sustentabilidade]. Com o tanto que a gente gasta de água e de energia elétrica, se a gente colocar o crescimento da natalidade, e as nossas reservas. Nossa, não! Não dá mesmo! A gente vive um sistema que tem que ficar batendo meta a cada ano. [...] Vai quebrar. Assim, eu não sei em quanto tempo, mas ele vai quebrar, com certeza. (Fabrício)

Eu acho que não é possível. Acho, não. Eu tenho certeza de que não é possível. Eu nasci nesse modelo, eu vivencio esse modelo e eu não consigo visualizar a sustentabilidade nele. [...] Então eu acho que a gente pratica quebras e rachaduras dentro desse modelo... [...] que é também às vezes todo um dilema, né, [...] você acha que você tá tentando destruir ele, mas aí ele é tão forte, ele é tão grande que você tá contribuindo de uma outra forma com ele, né? [...] Eu lembro o dia quando trouxeram..., todo mundo "Não, agora a gente vai produzir a nossa cerveja [...]". E aí, de repente, você começa a comprar o maquinário, [...] aí você vê que também vem da Ambev. [...] Você já é um mercado pra ela. [...] E aí eu acho que a gente tá nessa busca de quais realmente são as rachaduras e são as possibilidades de quebra [...] desse sistema para o surgimento de um outro sistema econômico. Agora, esse outro sistema econômico, eu não consigo falar como que ele seria. Consigo colocar coisas que eu acredito que funcionariam, que seriam as relações de trabalho iguais, relações horizontais, não concentração dos meios de produção, não concentração da mídia, não concentração da terra, a democratização radical dessas estruturas. [...] Então, a população quilombola, população indígena, população tradicional. Eles poderem ter acesso ao que realmente é deles e viver do que é deles. Então, acho que essas são as lutas que a gente tem que travar pra combater esse sistema, que é um sistema de monopólios, é um sistema de concentração de renda, [...] né? Que [...] tá cada vez mais excluindo os direitos humanos dos processos, passando por cima deles. (Lívia)

Considerando a enorme capacidade do capitalismo de englobar as coisas, criando mercado até para quem luta contra ele, a tarefa de encontrar ou criar “rachaduras” no sistema

de fato não é nada simples. Esteves (2017), citando De Angelis (2010, 2012), ressalta que uma “comuna” em princípio anticapitalista pode facilmente acabar se constituindo de forma “distorcida”, funcional à reprodução do capital. Dessa forma, fica claro que não adiantam paliativos; seria preciso mexer em questões fundamentais, subverter o elemento mais básico do capital: o lucro. Mas como fazê-lo, estando dentro do próprio sistema que o pressupõe? Alguns entrevistados falaram um pouco sobre uma perspectiva de “revolução”:

A gente não vai sonhar, acordar e tudo estar resolvido. [...] O processo é lento. [...] E também não tá essa coisa "ai, tudo vai ser lindo e maravilhoso... [...] Não, o caos existe, né? Sempre vai existir as contradições...” (Zélia).

Acho que as revoluções têm que ser silenciosas, e têm que ser feitas [...] mais na base da visão dialética do mundo, que [...] todo sistema tem, dentro de si, o gérmen da sua mudança, e toda mudança acontece e leva junto um pouco do sistema que a originou. [...] Hoje em dia, o tal do poder é o poder da resistência, né? O poder econômico, o político, o midiático. [...] Eles resistem às coisas que podem mudar. [...] Nessa história da revolução silenciosa onde cada um consegue criar mais ou menos o seu jeito, [...] acho que é o que a gente tem feito aqui, meio que abaixo do radar... [...] Na hora que esse pessoal que tem o poder da resistência resolver pegar pesado, eu imagino que muitos outros vão poder levantar e falar "opa, pera aí". [...] Eu espero que a gente consiga, num tempo hábil, chegar a esse ponto. E aí, uma forma de costurar essa revolução silenciosa são as redes que a gente cria. As redes de agroecologia, [...] de economia solidária, [...] de tecnologia sustentável, de bioconstrução e tudo mais. [...] A internet ajuda, mas [...] são as pessoas que usam a internet que resolvem. [...] A solução tá nas pessoas, né? [...] E aí, esperamos que, [...] não sei em quanto tempo, [...] esse grande poder da resistência pode vir um dia a se enfraquecer, [...] pelo fato de a gente [...] correr atrás da alternativa. Porque eu acho assim: gente com dinheiro, gente com algum poder querendo impor alguma coisa vai existir o tempo todo, e muitas vezes, essas pessoas que estão querendo fazer diferente [...] podem se encantar pela beleza do poder, [...] e na hora que se sentirem ameaçados, vão exercer o poder da resistência. (José)

A partir de tais falas pode-se sugerir que existe, por parte dos moradores da Ecovila Tibá, uma visão nitidamente anticapitalista em muitos sentidos. Considerando as práticas alternativas das ecovilas em geral, é possível imaginar que tal caráter exista em diversas delas. Ergas e Clement (2016) sugerem que muitos dos valores comunitários das ecovilas, de fato, vão contra os objetivos capitalistas de acumulação. Para López e Prada (2015), suas práticas representam estratégias de desfetichização das mercadorias e a descoisificação ou reumanização do sujeito em sua atividade produtiva, o que implica uma mudança de paradigma, pois põe em primeiro lugar o bem-estar comum em vez da acumulação individual; além disso, para os autores, a própria “recampesinação” promovida pelas ecovilas é, em si, em algum grau, anticapitalista. É importante notar, no entanto, que não necessariamente há em toda ecovila clareza suficiente sobre até que ponto os aspectos que criticam na sociedade se associam ao capitalismo (inclusive, como vimos, alguns padrões capitalistas acabam sendo

reproduzidos). Afinal, os desdobramentos que originam e sustentam uma ecovila podem ser muito variáveis. Daremos agora então especial atenção a isso.

6.1.2 As motivações e a “cola”: o que une uma ecovila?

Como vimos na seção 3.3.2, pode existir muita heterogeneidade entre as ecovilas – e da mesma forma haverá também entre os moradores de uma mesma ecovila. Como frisou um entrevistado da Ecovila Tibá: “não existe uma receita de como fazer uma ecovila. [...] Cada pessoa é um universo [...], e aí quando ela encontra pessoas que buscam coisas parecidas, elas se juntam, na medida do possível, pra aplicar isso na vida” (Pedro). Portanto, ao mesmo tempo em que há uma considerável convergência em termos de visões de mundo e valores – em expressão nativa dos ecovileiros, costuma-se falar em uma “cola” –, as motivações mais específicas dos indivíduos que decidem viver em ecovilas podem variar bastante (LOCKYER, 2010b). Há questões bastante subjetivas envolvidas, como uma busca por experiências de vida significativas, que gerem crescimento pessoal e autorrealização (KIRBY, 2003), mas há também motivações mais práticas, relacionadas a ambiente seguro, custo mais acessível e boa atmosfera para crianças (KASPER, 2008). Muitas pessoas de fato consideram as ecovilas bons locais para se criar os filhos devido a haver segurança, ambiente saudável e estimulante e suporte social, no sentido de que outros pais se envolvem no cuidado e na educação (LITFIN, 2014). Kirby (2003) observou também que uma série de formas de transições de vida (separação/divórcio, início de vida familiar, filhos crescidos e independentes, reconhecimento do envelhecimento) funcionaram em EVI como catalisadores para a decisão de morar na ecovila. Em Yarrow, o fato de haver uma forte agricultura interna foi fator fundamental de motivação para os membros, que desejavam subsidiar a agricultura ecológica e usufruir de seus produtos; para os agricultores, entrar na ecovila foi essencialmente uma opção segura e viável financeiramente para a produção – mas alguns foram também atraídos pela ideia de viver em comunidade (NEWMAN; NIXON, 2014). Na Ecovila Tibá apareceram também motivações bastante diversas: desde a busca por “preencher um vazio interior” (Flávia) até por “ter água potável sem cloro e flúor para beber” (Carolina), passando pela busca de “qualidade de vida” e “segurança alimentar” para si e para a família (diversos entrevistados). Uma motivação bem relevante, diretamente relacionada às críticas à sociedade, era a própria insatisfação com a vida que levavam antes, especialmente em relação ao trabalho. Exemplificamos com uma narrativa:

Aos poucos, ali na minha vida... na minha carreira profissional, principalmente, eu fui questionando o que eu tava fazendo. [...] Eu já era um gerente de área de marketing numa empresa bem grande. [...] Eu queria subir, queria mais, tal... Aí meus pais morreram e isso me fez olhar pra isso de uma outra forma. [...] E eu comecei a fazer esse questionamento de o que que eu tava fazendo ali, [...] comecei a olhar praquele bando de francês ali vendendo champagne, achei um bando de idiotas, e antes eu achava todo mundo incrível. Aí eu olhei pra mim, me achei um imbecil também. [...] Falei: "meu, que isso, minha família vem do nada, eu não tenho nada a ver com essa merda toda aqui, tô deslumbrado com essa bosta." [...] E aí isso só virou uma bola de neve. [...] Pedi as contas, foi difícil, né? [...] Eu não queria trabalhar pra ninguém, eu queria sair desse sistema todo que, pra mim, era o que matou a vida dos meus pais, não que eles morreram por causa disso, mas não viveram, não aproveitaram a vida deles. [...] Isso ficou muito na minha cabeça e eu quis fazer o contrário, né? Então [...] eu comecei a pensar em formas de viver que não fossem trabalhar numa empresa todo dia. [...] Aí eu comecei a testar várias coisas: fui consultor, [...], virei coach, só que aí mesmo assim [...] ficava aquele vazio lá, morando em São Paulo, falei "meu, que merda, isso daqui, você tentando conversar com uma empresa pra, sei lá, ter um propósito legal, pra não ser só o lucro ali, mas dando murro em ponta de faca"... [...] Eu não lembro exatamente de onde que veio a história das comunidades na minha *timeline* ali, mas eu comecei [...] a me interessar. [...] E comecei a, vamos dizer, subverter aquela minha vida pra poder vir pra cá, né? [...] Vendi minha casa, fui deixando de ter as coisas, tendo custos mais baixos e tal, até que vim pra cá. (Rogério)

De forma semelhante, como já vimos na seção 5.1.1, outro morador já havia relatado que ao trabalhar demais não conseguia ficar com a família nem se cuidar como gostaria. Ele narra como, a partir do veganismo, várias reflexões tomaram corpo:

A gente começou a mudar nossa visão de mundo... [...] E a gente começou a não se enquadrar com os mesmos valores do convencional, do padrão, e aí começamos a tentar se desligar dessa sociedade que a gente entende que é doente, buscando ter atitudes diferentes, [...] e quanto mais a gente buscava ter esses comportamentos, mais a gente foi se distanciando, tendo mais dificuldade de se enquadrar nos padrões que geralmente a sociedade nos exige, né... e isso foi gerando uma angústia muito grande, e uma busca de encontrar esse equilíbrio, de se realizar enquanto pessoa... [...] Chegou um ponto que eu falei "nossa, tudo que eu tô fazendo tá sendo o oposto das coisas que eu acredito, do que eu quero pra mim, sabe, então vamo mudar tudo!" (Benício)

Surge aí um elemento importante: a busca por viver de acordo com o que se acredita. Kasper (2008) sugere que há, nos membros de ecovilas, uma espécie de "compulsão" para agir segundo seu entendimento das coisas, ou seja, uma necessidade de que suas ações correspondam a seus ideais. Parece se tratar de uma busca por *coerência entre discurso e prática* (BOSSY, 2014), o que fica bem ilustrado na expressão "*walk the talk*", comumente utilizada na linguagem própria dos ecovileiros. Muitos falam também em "ser a mudança que procuram" (ERGAS, 2010). Na Ecovila "Andorinha" (SP),¹³⁸ por exemplo, Roysen (2013) relata que, a partir de uma reflexão sobre "como se deve viver", os membros procuravam

¹³⁸ Nome fictício.

assumir um estilo de vida coerente com suas sensibilidades morais. Tal postura parece ter importantes consequências psicossociais: em EVI, os membros reportaram ter passado a experimentar um senso de consonância entre identidade e comportamento após se mudar para a ecovila – o que não sentiam antes, quando eram compelidos a seguir pela estrutura e cultura sociais *mainstream* (KIRBY, 2003). Muitos entrevistados da Ecovila Tibá explicitaram também essa busca por coerência:

Acho que a minha motivação maior mesmo era praticar o que eu vinha trabalhando. Então, eu estava trabalhando com educação popular, com trabalho de base, com transformação social, [...] eu queria também praticar [...]. Porque eu tava trabalhando dentro de uma comunidade, periferia, [...] formação de empreendimentos pra geração de renda etc. Mas aí, eu achava muito desconexo: "ah, mas eu estou na Universidade, recebendo bolsa, tendo um recurso pra vir aqui fortalecer isso em vocês, e tá cômodo pra mim". (Lívia)

Eu falo que a Tibá é viver na prática o que eu sonhava na teoria. Que eu ficava falando "Tá, mas beleza, a gente tá fazendo uma super crítica social, de comportamento, lendo um texto, assim, mas e aí, na prática, como que eu posso mudar isso?" E eu acho que na ecovila eu consegui colocar muito em prática. [...] E viver [...] as coisas boas e as coisas que ainda desafiam, assim, né? Conseguir construir o novo, né? (Zélia)

Muito do que eu pregava (que eu dava aula pra criança na igreja, né?) e do que eu estudei eu tô praticando mais por viver em comunidade. Então toda a fala do... você ouvir mais do que falar, as palavras ao vento, [...] respeitar o próximo... [...] Pra mim [...] caiu a ficha *aqui*. Nessa convivência com a diversidade. [...] Tem um processo de autoconhecimento muito forte pra você poder amar o outro. [...] A própria igreja já é uma comunidade. Mas o tanto que você vê de fofoca, [...] eles não pegaram ainda o espírito da coisa, né... rrsr (Gilda)

A espiritualidade – no sentido mais amplo possível do termo, já que pode haver enorme variação nesse âmbito – é uma das facetas da dimensão cultural que pode constituir uma motivação e/ou uma cola importante em muitas ecovilas. Litfin (2014) estudou ecovilas que possuíam desde uma visão de mundo espiritual coesa até ecovilas seculares (ou até ligeiramente avessas à espiritualidade), passando por uma espiritualidade eclética e uma interreligiosidade, e notou que as maiores e mais dinâmicas eram as de espiritualidade coesiva. Entretanto, segundo a autora, tratava-se de formas de espiritualidade relacionadas não à “liberação do mundo”, e sim à sua transformação.

A Ecovila Tibá como um todo não é uma comunidade religiosa ou mesmo espiritual, já que há lá pessoas com diversos tipos de crença (ou mesmo sem crenças espirituais).¹³⁹ No entanto, alguns entrevistados relataram que os ideais que os levaram a escolher viver em uma ecovila tinham *também* a ver com religião ou espiritualidade. Um deles ressaltou:

¹³⁹ Ver Apêndice C.

Parece que são tão diferentes, né, esses valores todos que a gente tá falando, sobre educação, alimentação... eles são todos tão materiais [...]... Mas eu acho que [...] esse aprimoramento que a gente busca, ele vem casado, [...] atrelado a valores espirituais. (Benício)

Em associação ou não à espiritualidade, algo que se pode dizer com segurança é que as ecovilas adotam, como um valor central, a ideia de sustentabilidade – afinal, o termo figura com destaque na própria definição de ecovilas da GEN. Nesse contexto, as preocupações com a chamada “sustentabilidade ecológica” são, evidentemente, ubíquas. Membros de ecovilas sempre falam em “construir um estilo de vida ecologicamente sustentável”, “viver em harmonia com a natureza” ou algo semelhante. Devido a isso, alguns autores consideram que essas comunidades guardam estreita relação com movimentos como a Ecologia Profunda (que desenvolve um “self ecológico” ligado à expansão de consciência, implicando a identificação com o não-humano) (BROMBIN, 2015). De fato, ecovilas costumam adotar uma visão de mundo que reconhece a interdependência ser humano-ecossistemas (KASPER, 2008) – sejam elas religiosas, espirituais ou seculares (LITFIN, 2014). Para Litfin, trata-se de uma noção de “inteligência coletiva” que remete ao pensamento sistêmico.

Algumas ecovilas têm preocupações ecológicas bem pragmáticas, ligadas, por exemplo, ao “pico do petróleo”¹⁴⁰ e a uma provável catástrofe ecológica que estaria por vir. Ergas (2010), por exemplo, observou que os membros de uma ecovila frequentemente contextualizavam as questões ecológicas em um cenário “apocalíptico”, de colapso da civilização como resultado do hiperconsumismo. Esse elemento também apareceu, de forma mais branda, na fala de alguns moradores da Ecovila Tibá. Uma entrevistada (Gilda) explicou que se tratava de garantir um mínimo para a sobrevivência, alguma autonomia, especialmente em termos de segurança alimentar, no caso de um colapso financeiro.

Mas as motivações e a “cola” para viver em ecovilas em geral também concernem a diversos aspectos que são normalmente entendidos como parte da chamada “sustentabilidade social”. Para a grande maioria dos membros de EVI, por exemplo, as preocupações sociais mostraram-se até maiores que as ambientais como fator motivacional (KIRBY, 2003). Em seu estudo com quase 500 CIs, Meijering, Huigen e Van Hoven (2007) observaram a existência de uma intensa busca por um senso de comunidade, e outros estudos empíricos diversos observaram a valorização, nas visões de mundo dos membros e/ou nos objetivos explícitos

¹⁴⁰ O chamado “pico do petróleo” é o ponto mais alto de sua taxa de extração, após o qual as reservas tenderiam a diminuir e os preços a aumentar. Alguns defendem que já passamos deste momento.

das ecovilas pesquisadas, de elementos como cooperação, compartilhamento, confiança, reciprocidade, apoio/cuidado social, respeito, igualdade, responsabilidade, estilo de vida social mais íntimo, democracia e diversidade (ver, por exemplo, Kirby, 2003; Espinosa; Walker, 2013; Chitewere, 2010; Meijering, 2012; Sargisson, 2004; Brombin, 2015; Nathan, 2012; Veteto; Lockyer, 2008; Kasper, 2008; Espinosa; Walker, 2013). Na Ecovila Tibá, como vimos ao longo do texto, tais elementos eram bastante enfatizados, e a maioria dos moradores (nove, dos 11) relataram que buscavam deliberadamente uma vida comunitária. Vejamos então o que os entrevistados responderam ao serem questionados sobre o que entendiam por “sustentabilidade” – e, em alguns casos, por “sustentabilidade social”:¹⁴¹

Pra mim, sustentabilidade é essa história: as pessoas têm que umas sustentarem as outras. Tem que entender que, se cada um fizer o seu possível pra deixar a vida do outro melhor, todo mundo sai ganhando. [...] Do ponto de vista ecológico, acho que a gente tem que aprender a ser bom vizinho. [...] Do seu amigo que mora ao lado, do cara que você não conhece, [...] mas também [...] da mata, [...] dos pernalongos, das formigas... [...] E ser bom vizinho da cidade onde você mora. [...] Se eu puder fazer uma ação pessoal e diária que de certa forma ajude ou diminua a carga que eu, a minha comunidade tem pra minha cidade, eu vou estar [...] economizando recurso que pode ser usado pra uma coisa melhor. [...] E acho que aí começo eu a imaginar como é que se encaixa a tal da sustentabilidade social. [...] Gerar [...] um alívio da minha relação social com a minha cidade, ou com meu estado, ou com meu país. [...] Só entregar lixo pra sociedade aquele que realmente eu não tenho condições de lidar. [...] Evitar gerar o lixo que não precisa ser gerado. [...] Otimizar o uso dos recursos que eu tenho perto de mim sem depender do resto da cidade, por ex., [...] reutilizar [...] água, [...] devolver ela [...] pra natureza de uma forma que ela não precise passar por um tratamento químico... [...] Também posso fomentar o que eu tenho, por ex., de agricultura familiar, de agricultura orgânica local, [...] que eu tô colocando dinheiro pra girar na própria cidade, tô pagando imposto pra própria cidade, e tô gerando as riquezas que precisam na minha região. (José)

Eu entendo a sustentabilidade como a gente conseguir ser pelo menos neutro na nossa existência, não só criar degradação. [...] Isso desde as relações sociais até as questões mais materiais mesmo. [...] Dentro da sustentabilidade social eu acho que se enquadra aquela questão do trabalho, por exemplo.[...], eu acho que a relação de emprego é um pouco insustentável, essa venda desse tempo... [...] Não acho que seja bom pro empregado, sabe. Acho que existem formas melhores pra comunidade e pro indivíduo. (Benício)

Sustentabilidade nas relações, sustentabilidade nas formas de produção, sustentabilidade em relação à educação das crianças, então sistemas que seriam sistemas que a gente chama de sistemas cíclicos, né, com começo, meio e fim interconectados, e não sistemas lineares, onde começa aqui, se embola de um jeito e [...] vai produzindo resíduos no final, né. (Flávia)

¹⁴¹ À época da pesquisa de campo, pareceu interessante perguntar a alguns entrevistados o que eles entendiam por “sustentabilidade social”. No entanto, posteriormente, a pesquisadora percebeu que o ideal teria sido perguntar apenas sobre “sustentabilidade” e ver o que surgia. Das falas aqui apresentadas, apenas a terceira (Flávia) não estava respondendo à pergunta sobre sustentabilidade social, mas sim sobre a “cola” da Ecovila Tibá.

Quais são as relações sociais que a gente vai desempenhar e que elas vão se sustentar, e que elas vão ser saudáveis, que elas vão ser humanas, que elas vão respeitar, né? Vão garantir os nossos direitos, que a gente viva cada vez menos a desigualdade, essa pirâmide social que a gente vive hoje em dia que ela não tem sentido nenhum, e aí a gente precisa buscar essa quebra dessa pirâmide e tentar com que as pessoas vivam as suas relações justas seguindo [...] o direito de vida da humanidade. Foi isso que me veio à mente quando você falou da sustentabilidade social. (Lívia)

Como discutido na introdução e no capítulo 3 desta tese, a sustentabilidade é um conceito extremamente amplo, que vem servindo como “guarda-chuva” para inúmeras questões. Por exemplo, Ergas (2010) observou que, ao falar sobre sustentabilidade, alguns membros de uma ecovila nos EUA davam ênfase às práticas de sua vida cotidiana, outros a ações fora da ecovila; alguns priorizavam a proteção ambiental, outros os processos mentais internos, outros a lida com conflitos interpessoais. São aspectos complementares, não concorrentes; depende apenas de onde se coloca o foco. Foi possível notar, no entanto, que, em última instância, as questões mais estritamente sociais envolvem dificuldades muito mais significativas que as ecológicas (LITFIN, 2014; KIRBY, 2003), podendo mesmo inviabilizá-las. Um exemplo interessante disso é Masdar City (Emirados Árabes Unidos), que, apesar das melhores práticas em sustentabilidade ambiental e construção verde (não gera lixo, não utiliza carros e é neutra em emissões de carbono), falhou em muitos aspectos por ter desconsiderado as necessidades sociais das pessoas (WOODCRAFT; HACKETT; CAISTOR-ARENDAR, 2012). Como ressalta Litfin (2014), “nenhuma comunidade jamais colapsou por falta de banheiros secos, mas muitas falharam quando as relações humanas se romperam” (p 20). Diversos entrevistados da Ecovila Tibá fizeram comentários nesse sentido:

Se não foi olhado como tão as cabeças das pessoas, não vai ter sustentabilidade. [...] Tem que olhar pra isso, não só se a gente tem uma casa de barro, ou... Isso aí pode ser tudo um cenário, né. [...] Imagino que com certeza é mais importante [...] as pessoas, como que elas estão, do que se a gente tem captação de água da chuva. Acho que o resto tudo é reflexo. (Fabrício)

Pensando em ecologia como um sistema, [...] as práticas que mantêm a comunidade em harmonia seriam as principais. Que com a comunidade em harmonia, as práticas mais voltadas pra ecologia da terra... elas conseguem andar. Se a comunidade tá em desarmonia, as coisas começam a desbalancear. É uma horta orgânica que não tá andando, [...] é o sistema agroflorestal tá parado, ou tá mal cuidado... que o pessoal tá se sentindo mal, começa a ficar doente. [...] Uma vez as pessoas estando em harmonia, bem com elas, as outras tecnologias que a gente aplica, ecológicas, conseguem deslanchar. (Gilda)

Em Tamera, Esteves (2017) observou uma nítida sinergia entre as dimensões ecológica e sociocultural, o que assegurava a coerência geral da comunidade e gerava dinâmicas que facilitavam a comunicação, a colaboração e os “loops de feedback” entre

diferentes áreas de atividade. Tais interconexões entre dimensões da sustentabilidade podem se dar em diversas direções, no sentido de que as práticas mais relacionadas a cada dimensão tendem a se influenciar mutuamente. Litfin (2014) relatou, por exemplo, que, em Sieben Linden, o foco ecológico funcionava como base para a vida social; em Colufifa e Sarvodaya, a busca por eliminar a pobreza gerava um aumento da saúde das comunidades e ecossistemas; em Auroville e Findhorn, o foco espiritual levava ao desenvolvimento de práticas ecológicas, econômicas e sociais. Burke e Arjona (2013) notaram ainda que, em Nashira, através do foco econômico, desenvolveram-se habilidades de trabalho de grupo e solidariedade, e também alguma infraestrutura ecologicamente sustentável. Assim, como ressalta Cunha (2012), a noção de que há *uma* cola em cada ecovila – isto é, um valor ou ideal central que mantém aquela comunidade unida –, faz sentido só até certo ponto, pois não é apenas um elemento que promove a coesão dentro da experiência, mas a combinação de quase tudo o que se faz na comunidade. Talvez possamos sugerir que a coesão depende de uma *coerência interna* entre as dimensões da vida comunitária. Nesse contexto, pode-se sugerir que a Permacultura, enquanto um sistema que integra essas dimensões, acaba servindo muitas vezes como uma importante cola em ecovilas. No caso da Ecovila Tibá isso é bastante claro, uma vez que ela é utilizada como ferramenta central de autogestão.¹⁴² É interessante ainda a sugestão de Ergas e Clement (2016), de que os princípios éticos da permacultura tratam diretamente das formas de alienação assinaladas por Marx.

Evidentemente, os objetivos originais das pessoas que vão viver em ecovilas nem sempre se concretizam, e muitos podem ir se modificando. Sargisson (2007) sugere que as comunidades intencionais raramente mantêm a visão exata de seus fundadores por mais de uma década: ela pode se transformar devido a debates internos, à interferência de novos membros ou porque o desejo inicial se mostrou incerto ou irrealizável – o que na verdade é saudável e demonstra uma flexibilidade sem a qual as comunidades poderiam se estagnar e perecer. Forster e Wilhelmus (2005) descrevem, por exemplo, como o processo de adaptação a mudanças foi essencial à continuidade de Findhorn. Mas os objetivos também não se transformam completamente, do contrário o coletivo provavelmente se desintegraria.

Há ecovilas que parecem ter uma cola bem definida, especialmente aquelas que giram em torno de uma religião ou espiritualidade específica. Na Ecovila Tibá, os entrevistados apontaram “colas” muito diversas, inclusive a de “saber o que *não* quer” (Fabrício). Os elementos mais citados foram: contato/cuidado com a natureza/ o ambiente/ a terra/ a água;

¹⁴² Ver seção 3.3.2.

busca de qualidade de vida (para si e para os filhos); cuidado com as crianças; busca por segurança alimentar; ideal de trabalhar no que se gosta e se sustentar com isso; ideal de precisar de menos dinheiro; desejo de mudar a forma de se relacionar; viver entre amigos; disponibilidade de discutir ideias. Alguns incluíram também *atividades* que funcionariam como cola: cuidado coletivo, refeições coletivas, trabalho coletivo em geral, festividades, celebrações religiosas; resolução de conflitos. Na verdade, o que se costuma chamar de “cola” em ecovilas normalmente é um grande ideal ou mesmo uma grande dimensão da vida (por exemplo, uma cola “espiritual” ou “ecológica”), enquanto na Tibá o que apareceu foram inúmeros elementos mais específicos, que se confundem com as motivações. Nessa perspectiva, outras ideias frequentes que pareciam de certa forma servir como cola na ecovila, ainda que os entrevistados não tenham se referido a elas dessa forma, eram: a ideia de “fazer você mesmo” – como vimos, usar a própria força de trabalho para suprir necessidades básicas – em associação ao desejo de “não alimentar o sistema”; a valorização da reflexão crítica; a visão de processo; e a aposta nas soluções locais, de pequena escala (falaremos sobre esse último aspecto nas seções 6.2.1 e 6.2.3).

Talvez essa variedade de elementos que apareceram nas falas dos moradores acerca do que os une de certa forma possa estar refletindo o que eles consideram “oficialmente” a sua cola: a diversidade – como vimos, o lema da ecovila, explicitado em seu site, é “crescendo na diversidade”.¹⁴³ Pensar a diversidade como cola é algo quase paradoxal e sujeito a muitas limitações; ainda assim, carrega um importante significado sociopolítico, pois, embora a diversidade seja um aspecto muito frequentemente citado como fator de sustentabilidade “social”, o discurso político dominante no mundo contemporâneo na verdade costuma substituir o respeito à diversidade pela mera “tolerância”, ou o “direito à diferença” pelo “direito à indiferença”. Mesmo em ecovilas, trata-se de um assunto complexo. Como brincou um entrevistado, “a diversidade é uma coisa muito diversa... (rsrs)” (Benício). Afinal – ele mesmo observa –, estar com pessoas que têm os *mesmos* valores é algo que faz com que se consiga ficar mais centrado naquilo que se acredita. Vale a pena, então, destrinchar um pouco mais a fundo como se expressa esse desejo por diversidade na Ecovila Tibá.

¹⁴³ Ver seção 3.3.2 e Anexo 2 (objetivos do Estatuto).

6.1.3 A medida da diversidade

Todos os entrevistados da Ecovila Tibá mostraram valorizar muito a diversidade em seus discursos. Alguns falaram explicitamente sobre aceitar até mesmo pessoas com “comportamento social divergente”:

O Tibá é super aberto pra essa diversidade, não é só no slogan, não, é de verdade isso daí. [...] Aqui tem de tudo, já veio de tudo. Desde gente andarilha que passou por aí, [...] pediu uma informação e ficou três meses, até alguém que vem de jipe Renegade, que custa 200 mil reais, pra passar o fim de semana na ecovila vendo como é que é fazer um viveiro de muda orgânica. (Rogério)

Aqui cada um tem um perfil, um jeito diferente, né. E a gente preza muito por essa diversidade. Ninguém aqui quer viver num mosteiro, ou num retiro espiritual, então a gente prefere viver num lugar onde dá espaço pra todas as pessoas, todo estilo de vida – dentro do que conecta no geral, assim. (Pedro)

Aqui a gente vai valorizar, vai tentar compreender, acolher, seja lá o que aparecer. [...] Eu acho que a gente tem que destruir essas barreiras que separam as pessoas, (d)o preconceito, seja lá o que for... [...] Se a pessoa tem um comportamento social divergente, não bem visto, [...] eu acho que a gente tem que se colocar na posição de ajudar essa pessoa, porque ela obviamente tá com algum problema... [...] Então eu penso muito assim, acolher, as pessoas da pior espécie, porque são as pessoas que mais precisam de [...] atenção, e de apoio e de amor, mesmo, porque eu acho que é isso que vai curar tudo que a gente precisa curar do mundo. (Benício)

Em relação à espiritualidade, por exemplo, um entrevistado comentou:

Eu acho que, pro Tibá, religião é importante. Para as pessoas que estão no Tibá, não necessariamente. [...] Acho que todo mundo tem de alguma forma o seu jeito de lidar com o que não é físico, com o que é misterioso, [...] e de onde viemos e pra onde vamos, né? E isso pode ser uma religião com um nome específico, com um ritual, com obrigações, [...] ou não. Mas é importante que independente de qual seja a forma como você resolveu isso, que a comunidade [...] te deixe à vontade pra você ser quem você é. [...] Mesmo que você tenha que dizer pra essa pessoa, "olha, não vai encher o saco dos outros com a sua religião. Faça o melhor pra você com a sua religião, e deixa pros outros só aquilo que a pessoa falou assim 'me conta como é que é?', e aí você conta! (José)

É preciso notar, porém, que a diversidade existente se referia basicamente a fatores como religiosidade/espiritualidade, visão de mundo, alimentação e costumes em geral – de fato parecia haver bastante espaço para que cada um sustentasse seu modo de vida particular. Isto inegavelmente tem sua importância, considerando que as comunidades muitas vezes podem desenvolver iliberalismo e conformidade forçada até mesmo em relação a esses aspectos (ver seção 3.3). Mas é importante lembrar que, em termos socioeconômicos (o que inclui o fator étnico e tem amplas implicações políticas), como já discutimos na seção 5.2.3,

não existe muita diversidade na Ecovila Tibá:¹⁴⁴ assim como na maioria das ecovilas que são CIs, seus membros são “brancos” de classe-média. Alguns entrevistados falaram sobre essas limitações:

Eu [...] brinco, né, que a gente é uma diversidade de iguais. [...] A gente tem diversidade às vezes no modo de agir, no modo de pensar, em algumas posturas e etc. Mas eu acho que a gente não tem muita diversidade social, é uma turma que [...] passou pelo processo da universidade, então [...] já é uma classe social privilegiada [...]. A gente tem essa relação, né, com outras classes sociais, busca essa relação, esse fortalecimento de redes, né? De estar envolvida com os assentamentos de reforma agrária, [...] com as periferias, né, que essa nossa produção de orgânicos escoe mesmo pra quem a gente acha que [...] têm que ter o acesso à segurança alimentar, que a nossa classe social, que é privilegiada, ela tem segurança alimentar. [...] Ela vai lá e paga mais caro e ela vai ter. [...] Eu acho que faz parte da nossa ideologia aqui dentro, das nossas políticas, mas [...] a gente não tem ainda essas pessoas que venham de uma classe social menos... [...] já houve aproximações, mas eu sinto que ainda é uma barreira, essa pessoa se sente diferenciada... (Lívia)

Falta ainda essa diversidade ser aprofundada. Sinto falta de ver pessoas negras aqui, trans, ainda não chegaram, né? [...] Religião a gente já tem uma diversidade grande aqui. Mas eu sinto falta ainda. A ecovila... [...] não que ela seja elitizada, sabe?, mas o dinheiro ainda é uma questão. Falta [...] diversidade socioeconômica. [...] Tem uma pessoa sem dinheiro, sem recurso, que mora aqui e trabalha aqui o dia inteiro, e tal, mas eu vejo que essas coisas, o trans, o negro, a negra, a questão da mulher, assim, como as dificuldades que o sistema coloca ainda... refletem ainda nessa proposta alternativa de ecovilas. (Zélia)

Um entrevistado falou ainda sobre o fato de que a própria diversidade cultural tem limitações, mas enfatizou que não se pode saber *a priori* quais estas seriam:

A gente quer diversidade, mas não significa que toda diversidade vá se encaixar, porque todos nós, como pessoas, temos os nossos limites. E, em algum momento, algum tipo de diversidade pode ser que não encaixe, não faça a roda ir pra frente, não azeite a máquina. Trave, puxe o freio, quebre, entorte e tal, né. Então a gente, desde o começo, a gente percebeu que isso podia acontecer, mas a gente não quer ser presunçoso de dizer "ah, se for isso, não pode, se for aquilo não pode." Então, o que que a gente resolveu? [...] A diversidade tem que chegar até nós e a gente tem que viver essa diversidade e sentir o que acontece. Se deu certo, [...] maravilhoso, [...] bola pra frente. Se não deu certo, paciência, desculpe aí, não é com a gente. E o nosso processo de inserção basicamente é isso. É alguém que vem pra cá, se expõe pro grupo, e o grupo se expõe pra essa pessoa. Se o santo bateu, se deu liga, se, como diz o caipira, se pegou amizade, então beleza, tá dentro. Se não deu certo, [...] se não conseguiu dar liga, não adianta insistir. E não é porque o cara é melhor ou pior, é porque não deu certo. Talvez aqui [...] não seja a ecovila pra ele. Talvez ele possa encontrar um outro grupo de pessoas onde realmente a coisa dê liga. E, se a gente quiser que todo mundo venha, a gente tá atrapalhando o cara que [...] podia estar muito mais feliz em outra situação. E a gente também está atrapalhando a gente que poderia não precisar desse desconforto [...] justificado por uma birra, "ah, tem que ter, tem que ter". Talvez não seja o caso. (José)

¹⁴⁴ Ver seção 5.2.3.

Tentando investigar então como poderia se dar algum tipo de exclusão cultural na Ecovila Tibá, a pesquisadora questionou os entrevistados sobre *alguém* (ou apenas características de pessoas) *que não deveria morar na ecovila*. Em geral eles mostraram bastante dificuldade de nomear algo ou alguém – e alguns realmente não o fizeram:

Nossa... [...] eu não consigo, assim, pensar, [...] uma pessoa que eu não gostaria de ter aqui, porque a gente sempre acaba se surpreendendo, sabe, às vezes a gente cria conceitos, assim... imaginando que vai ser ruim, que não vai se enquadrar, mas... [...] pode ser algo construtivo pra gente. [...] Ter uma pessoa que não seja exatamente da forma que a gente se dá bem, né... então... eu, pessoalmente... [...] pra mim todos são bem, vindos, sabe? (Bia)

Cada vez mais chegam pessoas com características novas, né, no grupo. E aí a gente aprende a lidar e o que fazer a cada vez que isso acontece. Não tem uma receita nem uma lista, não tem como ter, né, um pré-requisito, assim, específico, é difícil, né. Aí conforme as pessoas vão chegando e se interessando em morar aqui, por qualquer razão, essas situações vão acontecendo e a gente descobre na hora. Que se não a gente fecha as portas, né. (Pedro)

Um entrevistado preferiu falar sobre quem teria *dificuldades* de viver na ecovila:

Gente que [...] conhece a verdade é difícil de lidar, eu costumo dizer o seguinte: é sempre bom a gente andar com as pessoas que buscam a verdade, mas mantenha distância segura daqueles que dizem que encontraram a verdade. Porque quando você tá buscando, você aprende muito e você é muito aberto pras coisas. [...] Quando você acha que encontrou a verdade, [...] aí isso vira justificativa pra você muitas vezes oprimir o outro. [...]. Então, [...] eu particularmente, acho que as pessoas que conhecem a verdade são muito difíceis de se dar bem no Tibá. As pessoas que têm dificuldade de ouvir, [...] as pessoas que têm uma relação hierárquica muito forte, muito pesada, muito necessária, também tem dificuldades de se dar no Tibá. Não que eu ache que hierarquia não funcione, eu só acho que hierarquia não é a única forma das coisas acontecerem. Na gestão do Tibá, a gente tenta eliminar essa hierarquia, né. A gente tenta fazer ela ser desnecessária. E pessoas que acham que só com hierarquia se resolve vão ter dificuldades com essa forma como o Tibá lida com as coisas. Pessoas que têm muita autoestima ou pouca autoestima vão ter dificuldade no Tibá. Se o cara tem uma autoestima [...] que passa por cima dos outros, né, vai ter dificuldades, e a pessoa que tem muito pouca autoestima e que vai sempre se curvar ao que tá sendo dito [...] vai ter dificuldade porque a gente acha que as pessoas têm que [...] ter a capacidade de se enfrentar a si mesmo e ao próximo, mas não em forma de embate, mas na forma de criar movimentos que mudem as coisas, movimentos que as pessoas se melhorem, [...] melhorem o ambiente. [...] Então, eu não sei te dizer pessoas que são de tal lugar, pessoas que são de tal crença, ou de tal característica, mas tem alguns detalhes que você vê que são coisas normalmente de personalidade. (José)

Inversamente, o mesmo entrevistado apontou fatores (mais relacionados a experiência de vida) que ele considerava que poderiam ajudar a viver na ecovila: pessoas que moraram em repúblicas ou que viveram “experiências de se sentir estrangeiros” por algum motivo teriam maior facilidade, pois isso geraria “uma percepção de que não é só do jeito que ela nasceu e foi criada que as coisas são no mundo” (José). Diversos outros entrevistados também falaram,

cada um à sua maneira, que pessoas com dificuldade de lidar com a alteridade, de aceitar o diferente, não deveriam ir morar lá, ou não conseguiriam:

Ah... quem não consegue se desapegar da sua verdade. Não vai conseguir. A pessoa que não quer transformação pessoal, que acha que ela tá certa, a vida dela é isso mesmo... não sei nem se ela procuraria vir pra cá, mas enfim... rrsr. [...] Porque aqui é um processo, não tem como a pessoa ficar aqui, saudavelmente falando, [...] sem passar pelo processo de [...] relativizar as coisas, de enxergar as verdades do outro... [...] Essas pessoas com perfil mais de evangelização, no mal sentido, que é transformar o outro pra sua verdade, aí já não encaixaria. (Gilda)

Uma pessoa que não esteja aberta a viver extremamente na diversidade, não aceitar o tempo e as particularidades de cada um, sabe? Eu acho que seria muito difícil essa pessoa conseguir... chegar impondo as coisas aqui, ela não vai aguentar, não, ela [...] vai ter necessidade de ir embora. (Zélia)

Pra fazer sentido, e ser bem contraditório no que eu tô falando, que somos seres contraditórios, eu tinha falado “temos que aceitar todo mundo”, e agora você tá falando isso “tem algum tipo que não deve vir?”... Eu acho que não deve vir pra cá quem não está disposto a sair do óbvio, a se transformar... (Benício)

Essa “exigência” acerca da lida com a diferença na Ecovila Tibá parece se relacionar bastante a outro aspecto cultural evidenciado nas falas de muitos entrevistados: uma valorização da reflexão crítica:

Eu não tenho a esperança que as coisas estejam perfeitas nem nada, mas eu gosto muito da ideia de revisitar as coisas e questionar o tempo inteiro... (Rogério)

A gente tem muito cacoetes, muitos automáticos, [...] de a gente falar “[...] eu sempre fiz assim, vamos fazer do mesmo jeito”. E à medida que você acha que isso é certo e não vai mudar, você pode perder a chance de passar os próximos passos. E aí, o fato de você ter mais pessoas junto, mais ideias diferentes, [...] ajuda você a falar “peraí, mas por que que tem que fazer exatamente assim? (José)

Alguns entrevistados, em geral após hesitar, apontaram alguns traços sobre quem eles achavam que “não deveria morar lá”: “um coxinha! (risos) Um golpista!” (Zélia); pessoas homofóbicas, racistas (Fabrício), pessoas que não têm atenção e preocupação com o meio ambiente (Pedro). Alguns falaram também sobre pessoas violentas – “pessoas destemperadas a ponto de agressões físicas e verbais” (Fabrício), “assassinos”, “psicopatas”, “bandidos”, “terroristas” (Rogério). Outra entrevistada explicitou um conflito interno em relação à exclusão de pessoas, mesmo nesses casos:

Eu não gostaria que viessem morar aqui alcoólatras, estupradores, [...] dependentes químicos e pessoas violentas. Mas aí, por quê? Porque eu tenho criança e porque [...] eu tenho medo dessas personalidades. Ao mesmo tempo, eu falo “poxa, mas [...] essa pessoa chegou a todas essas características por conta de toda uma [...] falta de oportunidade, uma vida de violência etc., e aqui não pode ser um espaço de transformação? [...] De oportunidade, de mudança?” Então aí rola um super conflito interno... (Lívia)

Apesar do reconhecimento de que certos perfis de pessoas não seriam tão bem-vindos na Ecovila Tibá, e também de existir, no estatuto da ecovila, a previsão de situações em que pessoas poderiam ser excluídas do quadro da associação,¹⁴⁵ os entrevistados demonstravam orgulho pelo fato de que, até o momento da primeira visita de campo, nunca havia acontecido um processo de expulsão. De acordo com os relatos, a maioria das pessoas que saíram da ecovila foi simplesmente porque não se adaptaram – ou, no caso de sócios não moradores, devido a divergências de ideias em relação ao rumo que as coisas estavam tomando na ecovila.¹⁴⁶ Mesmo no caso de pessoas que se envolveram em desentendimentos, elas próprias acabaram decidindo sair:

A gente já teve uns casos bem difíceis... de pessoas que a gente percebia que geravam muito conflito no Tibá... [...] E às vezes a gente falava “nossa, será que vai ser nossa 1ª expulsão?” Mas nunca aconteceu, as pessoas acabam indo embora mesmo. [...] Quando você não consegue resolver seus conflitos, né... você brigou com um, briga com outro, [...] chega uma hora que qualquer lugar do Tibá que você anda aqui, você vai lidar com alguém que você tem um problema... e aí o Tibá vai ficando muito insuportável pra você ficar. E aí as próprias pessoas acabam indo. (Flávia)

Ninguém nunca disse pra ninguém ir embora, né. [...] Mas [...] a vivência em si ela convida as pessoas a irem embora, às vezes. Então pra mim dá no mesmo. Quando tem conflitos graves, questões intensas que são muito difíceis... acontece isso, assim, a pessoa [...] sente que ela deve ir embora. Mas isso sem culpar ninguém, e responsabilizar. Acontece. (Pedro)

Três entrevistadas sugeriram que a Ecovila Tibá seria “seletiva por si só”, como um “organismo vivo” que de certa forma impeliria as pessoas a sair ou ao menos “tirar férias” da comunidade, por iniciativa própria. Por outro lado, alguns entrevistados relataram um caso emblemático em que a comunidade sugeriu a saída de um morador que não era sócio, mas não devido a qualquer conflito. Tratava-se de um pai que estava se divorciando e morando com seus três filhos na ecovila, em uma situação precária (um quarto ou mesmo uma barraca); esse pai trabalhava fora o dia inteiro, e, segundo os relatos, as crianças acabavam ficando perdidas, sem rotina e sem referência familiar – e, com isso, mostrando sinais de sofrimento e estresse. Alguns moradores mais antigos da comunidade então recomendaram que ele alugasse uma casa na cidade, perto da escola dos filhos, para se fortalecer enquanto família, e continuasse visitando a ecovila eventualmente para fazer uma adaptação e, se fosse o caso, um dia voltar. Ele acabou aceitando a ideia, e parece que, após algum tempo, a decisão acabou sendo vista

¹⁴⁵ Ver Anexo 2.

¹⁴⁶ Ver seção 4.1.2.

também por ele como acertada. Exemplificamos as dificuldades da situação com duas narrativas:

Foi muito difícil. Eu, por exemplo, era uma que não queria deixar ele ir embora, eu morria de dó, [...] não fui convencida. [...] Depois de passados seis meses, eu falei "meu, era realmente isso que ele precisava". Ele veio agradecer e falou "nossa, [...] eu tenho outra relação com os meus filhos". [...] Acho que a gente foi aprendendo também que ajudar o outro não é só estender a mão. Ajudar o outro às vezes é dar um empurrãozinho pra ele crescer. [...] Ficou muito mais fácil pra ele cuidar dos filhos dele lá perto da escola onde os filhos estudam, perto do trabalho dele, e ele poder se dedicar enquanto pai [...] solteiro. No momento. (Lívia)

Se ele não se fortalecesse como família primeiro, a hora que chegasse aqui ia ser um caos total pra todos. E aí foi muito difícil essa decisão. Eu tinha acabado de chegar, então eu não tava entendendo nada. Eu fiquei muito chateado, [...] até também eu entender, né. [...] Foi uma coisa que foi colocada pra ele pelas pessoas mais antigas... nem todas, né... algumas pessoas também não sabiam o que fazer. Mas aí o que sobressaiu foi essa colocação, [...] que talvez fosse melhor pra ele sair. [...] Foi a melhor coisa que foi dita, no momento. [...] Ninguém conseguiu pensar em nada melhor. [e você acha que haveria algo melhor a dizer e a fazer?] Não. Hoje não. Ele também não, ele é super grato a esse momento. Que hoje ele é um pai fortalecido com os filhos fortalecidos, tem o espaço deles como família. (Pedro)

Esse último entrevistado comentou que havia também, no entanto, a questão de que esse pai não tinha recursos para pagar a cota e construir na ecovila. Se tivesse, talvez a situação pudesse ter se desenrolado de outra forma – mas não chegamos a investigar até que ponto isso pode ter sido um fator determinante. De qualquer forma, como já vimos, a questão da cota inevitavelmente acaba constituindo uma considerável limitação para a diversidade socioeconômica na Ecovila Tibá (e nas ecovilas que são CIs em geral). Quando não é esse o caso, as limitações “culturais” relacionadas a situações de conflito tendem a ser os maiores determinantes. Na segunda visita de campo, a pesquisadora soube que a comunidade havia, pela primeira vez, pedido que um morador saísse: o processo de inserção de Rogério, um aspirante a sócio que morava na ecovila há pouco mais de um ano (e que já havia inclusive construído uma casa-contêiner) acabou sendo rejeitado. Segundo alguns relatos, ele teria se desentendido com várias pessoas, gerando situações que permaneceram sem resolução por meses, e, assim, essas pessoas acabaram perdendo a disponibilidade para lidar com a questão. Um morador comentou que Rogério adotava posturas muito radicais e rígidas, exigindo que a comunidade se posicionasse da forma que ele considerava certa. No final das contas, Rogério pediu alguns meses para organizar sua vida (juntamente com sua companheira) antes de sair, e a comunidade concordou. No momento da segunda visita da pesquisadora, a ecovila estava elaborando formas de levantar dinheiro para comprar a casa-contêiner, pois, ao contrário do que tinham imaginado a princípio, levá-la embora não era uma opção viável

financeiramente.¹⁴⁷ Sobre isso, os moradores mostraram arrependimento por não terem esperado o processo de inserção se completar antes de permitir a construção, como previsto em seus documentos internos. Mas entenderam também que isso havia sido um aprendizado importante.

Mesmo antes de a comunidade ter decidido rejeitar o processo de inserção de Rogério, já existia, evidentemente, uma consciência de que esse tipo de situação poderia acontecer. Como vimos, muitos entrevistados haviam sugerido que nem toda diversidade necessariamente “se encaixaria”, e que pessoas muito apegadas à própria verdade, em especial, dificilmente se dariam bem na Ecovila Tibá. Parece ter sido o caso de Rogério, na visão da comunidade. Além dele, entre a primeira e a segunda visita da pesquisadora um casal (Benício e Cíntia) que estava também em processo de inserção (com seu filho) há cerca de 6-7 meses havia decidido por conta própria deixar a ecovila. Em princípio o casal havia mostrado grande entusiasmo com a vida em comunidade, mas, segundo relatos, acabaram concluindo que “não era para eles”. Parece ter havido, especialmente, uma dificuldade relacionada ao veganismo: segundo alguns moradores, o casal julgava o fato de não serem todos veganos – o que, pode-se considerar, teria constituído uma intolerância à diversidade, assim como no caso de Rogério. É interessante notar, inclusive, que Rogério e o casal também acabaram se desentendendo: segundo um morador, para “provocar” o casal, Rogério chegou a sugerir que se voltasse a comprar carne para a alimentação coletiva.

Infelizmente não foi possível (apesar das tentativas de contato por e-mail) conversar com Rogério ou com Benício ou Cíntia para ouvir sua versão do ocorrido.¹⁴⁸ Já com outra moradora (em processo de inserção) – chamemo-la “Milena”¹⁴⁹ – que também estava para sair da ecovila (com sua filha pequena) foi possível conversar rapidamente. Além de ter um motivo pragmático – morar na cidade para gerar mais renda – ela explicitou algumas críticas à ecovila: sugeriu que a comunidade acabava passando por cima das individualidades, o que para ela se relacionava ao fato de que a dedicação necessária à vida comunitária não era clara. Ela sustentou ainda que a Tibá tinha um perfil social bem definido e restrito (casais heterossexuais, brancos e de classe média), e que não estaria preparada para receber uma mãe

¹⁴⁷ A construção da casa-contêiner havia sido uma exceção permitida à regra de só construir após se tornar sócio porque, em teoria, ela poderia ser levada embora. Com a constatação de que isso não era viável, a comunidade estava cogitando fazer um *crowdfunding*, combinado a outras estratégias, para devolver o dinheiro a Rogério.

¹⁴⁸ Eles se mostraram receptivos a dar um relato, mas acabaram não o fazendo.

¹⁴⁹ Essa moradora não havia sido entrevistada na primeira visita.

solteira, que tinha o tempo muito absorvido por conta da filha pequena. Alguns moradores, por outro lado, consideravam que Milena acabava demandando demais da ecovila, devido à escolha de passar o dia inteiro com a filha, e também que a educação excessivamente libertária que lhe dava (segundo eles, “sem limites”) já havia gerado diversos atritos. Apesar disso, as relações entre essa mãe e a comunidade como um todo parecia saudável, para quem via de fora. Durante a segunda visita, ela estava inclusive trabalhando em parceria (cozinhando as refeições dos participantes de uma vivência em saúde) com uma das moradoras que havia comentado sobre a falta de limites de sua filha.

Como vimos na seção 5.1.2, outros cinco moradores (quatro voluntários e uma pessoa em processo de inserção) haviam também saído da ecovila quando da segunda visita ao campo, mas por motivos que não se relacionavam a desentendimentos, e sim a uma reestruturação interna das possibilidades de se viver lá.¹⁵⁰ Ao todo, portanto, entre as duas visitas da pesquisadora, saíram da ecovila nove adultos e uma criança, e havia mais dois adultos e uma criança prestes a sair. Por outro lado, havia dois novos moradores: um rapaz que já havia morado lá anteriormente (e cuja situação específica a pesquisadora acabou não esclarecendo); e um professor/filósofo em processo de inserção. Apesar da redução do número de pessoas na comunidade, todos os moradores com quem a pesquisadora conversou consideravam a transformação que tinha ocorrido como positiva. Ao que parece, a comunidade vinha amadurecendo no sentido de perceber melhor suas limitações ao acolhimento da diversidade. É importante notar, porém, que, se uma pessoa acaba deixando a ecovila por conta de conflitos, isso pode não ser uma questão apenas individual, mas se relacionar também a uma dificuldade da comunidade como um todo de lidar com as diferenças e trabalhar seus conflitos. Não que todos eles necessariamente possam ser resolvidos, mas, considerando que a Ecovila Tibá era uma ecovila jovem à época da pesquisa e que seus membros em geral não haviam passado por treinamentos relacionados a isso, pode-se imaginar que essa inexperiência tenha tido influência na saída de membros. Alguns moradores de fato mostraram certo pesar pela situação com Rogério, e um deles comentou que, se tivessem tido a possibilidade de chamar um mediador externo e/ou um profissional para ajudar na questão, talvez ela pudesse ter se resolvido de outra forma; no entanto, sentiam que haviam feito o melhor que puderam no momento.

Apesar das evidentes limitações socioeconômicas e culturais discutidas, a Ecovila Tibá parecia bastante aberta ao acolhimento da diversidade, ao menos em comparação com

¹⁵⁰ Falaremos um pouco mais sobre isso também na seção 6.2.2.

outras ecovilas onde, para se fazer parte, há pré-requisitos mais definidos: por exemplo, em algumas não se pode comer carne ou fumar; e muitas giram em torno de apenas uma forma de religião/espiritualidade. Pode-se sugerir que essa disponibilidade para com “o diferente” na Tibá em muito se relaciona a uma postura de comprometimento com o aprendizado constante, visando a superar as “cristalizações” geradas, entre outras coisas, pela educação tradicional padronizadora que todos tiveram – e que não querem perpetuar. A educação, em realidade, costuma ser um assunto bastante central em ecovilas. Em Lynedoch, por exemplo, a comunidade é construída e sua dinâmica gira muito em torno de uma escola (SWILLING; ANNECKE, 2006). Aprofundemos um pouco mais essa questão.

6.1.4 Ideais de educação alternativa e práticas de aprendizado contínuo

Embora a noção de “educação” comumente fique restrita à de educação *formal* (institucional), e principalmente de crianças, o *aprendizado*, termo mais amplo e elemento central da educação, ocorre evidentemente para todos, ao longo da vida inteira, em diversos contextos. A busca por sustentabilidade envolve uma enorme necessidade de transformação, e, portanto, de aprendizado – que pode ocorrer de forma autodidata ou em contextos de educação formal ou informal. Apesar de a educação informal em geral ter seu papel pouco reconhecido, ela é evidentemente uma base fundamental para todo o funcionamento da sociedade. Na verdade, considerando que a educação formal surgiu e perpetuou-se fundamentalmente com o objetivo de servir aos interesses do capital (gerar mão-de-obra qualificada) (HARVEY, 2014), e não à formação de sujeitos críticos, a educação informal pode oferecer um importante contraponto político e filosófico. Ainda assim, aqui falaremos principalmente sobre a educação formal de crianças, já que o assunto se destacou nas falas dos entrevistados da Ecovila Tibá (e a própria pergunta da pesquisadora direcionava para isso).

As ecovilas em geral costumam ser bastante críticas aos modelos educacionais hegemônicos, e, no movimento como um todo, existe uma ampla promoção de práticas de educação alternativa. Na Tibá, todos os entrevistados (principalmente os que têm filhos, mas não apenas), ressaltaram as distorções da educação convencional:

O nosso método de educação não leva em consideração coisas que te dão prazer, habilidades que você já nasce com elas... a nossa educação hoje é voltada pra coisas que vão te dar dinheiro, né? (Pedro)

A gente supervalorizou a técnica e esqueceu a questão humana, a questão que é vital pra gente, né? Então é em busca dessa reinvenção de valores, que foi invertido, né,

agora tem que ser invertido novamente, que a gente busca essa sustentabilidade. (Benício)

A forma de educação, a escola, [...] ela domestica o nosso jeito de pensar e de criar as nossas lentes pro mundo, né? [...] A história da humanidade é contada só por guerras, né, só por violência... [...] a gente não aprofunda muito como foi a história da natureza, [...] civilizações que tiveram dificuldades alimentares... (Zélia)

Quando caiu a minha ficha - tarde, mas caiu minha ficha -, que... [...] aquela pessoa que tá acumulando dinheiro, ela tá gerando a pobreza ali embaixo... [...] Por que que as outras pessoas também não conseguem talvez ter essa análise... [...] É consequência do nosso método de educação... (Lívia)

No momento da pesquisa de campo, havia na Ecovila Tibá quatro casais e uma moça com filhos. Eram oito crianças no total (sendo duas bem pequenas e uma já na pré-adolescência). Fora isso, uma das mães estava grávida novamente e um morador tinha uma filha que já havia morado por alguns meses lá no passado. A maioria das crianças estavam estudando em uma escola particular construtivista, duas na creche da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), uma na escola de uma fazenda de produção de orgânicos e duas em escolas públicas. O casal que decidiu colocar os filhos em escola pública disse tê-lo feito por acreditar que assim estaria ajudando a melhorá-la (a mãe entrou no conselho de pais para acompanhar de perto) e também para economizar para investir futuramente em um projeto de educação dentro da própria ecovila. Um pai que tinha o filho na escola construtivista mostrou questionamentos sobre até que ponto ela seria alternativa, mas disse parecer a melhor opção no momento. Uma mãe que estava com os filhos nessa escola comentou que na verdade queria colocar os filhos em escola pública, mas, ao que parece – segundo outro entrevistado –, teria havido uma pressão dos avós, que auxiliavam a família financeiramente, contra isso. A mãe se queixou dessa limitação:

Por vários momentos eu quis que as nossas crianças estudassem numa escola pública. Eu não via sentido... tipo, tudo bem, eu quero fortalecer a educação aqui, interna, mas e a educação pública, sabe? Eu vou ficar criticando a educação pública, vou fazer o meu método de educação, e não vou interferir em nenhum momento na educação pública? [...] Eu [...] briguei, fiquei chateada, né, [...] da gente não se envolver lá. [...] Então eu tô batendo de frente com as pessoas que criticam esse individualismo, essa nossa vida em bolha, mas eu tô replicando ela? (Lívia)

Outro pai, por sua vez, mostrou rejeição em relação à escola pública:

Olha, mais fácil eu tirar eles do ensino convencional do que pôr na escola pública. É uma dificuldade que eu tenho, assim, com todos os modelos e realmente essa é uma questão dentro de casa. [...] Porque eu acho a escola pública, assim... eu perco a socialização com outra classe social, fatalmente eu vou perder isso... mas, por exemplo, minha filha não vai comer salsicha. Não vai tomar leite em pó. [...] E eu considero muitas vezes as crianças da escola pública, é chato dizer isso, mas eu percebo, por exemplo, uma hipersexualização, um choque cultural que, assim, eu

não tô disposto. Minha filha não assiste TV, aí [...] isso já é diferente até quando ela vai pra [...] uma escola convencional. Mas tem mais [...] afinidade com alguns pais dali com o que eu tô passando pra ela, entendeu? Então, eu fico temeroso. Eu vou deixar ela ter essa socialização com talvez outras classes mais pra frente. Não agora, nessa primeira infância. Eu acho que tá tudo muito corrompido. O Estado pra mim não fornece nada de legal. Tem algumas unidades de aprendizagem que são mais interessantes, tal, mas mesmo assim, essa questão da alimentação... Eu queria ser bem subversivo, por mim tirava da escola geral, assim. Eu confio muito mais no que a gente tá fazendo aqui do que qualquer sistema de educação convencional lá fora, seja ele particular ou não. (Fabrício)

A questão da escola pública é de fato um tema complexo. Ao mesmo tempo em que parece haver, por parte dos moradores de ecovilas, uma busca por quebrar padrões classistas, ao menos no Brasil muitos pais podem não estar dispostos a colocar seus filhos em escolas públicas, o que é compreensível considerando o sucateamento estrutural e de recursos humanos, a maior subordinação às imposições do Estado e um presumido maior contato com uma cultura hegemônica da qual se procura escapar. Isto não significa que não existam escolas públicas que desenvolvam linhas pedagógicas muito mais interessantes que a maioria das escolas particulares, e que estas últimas em geral não propaguem uma cultura hegemônica. Na verdade, escolas particulares, com seu público de classes médias e altas, tendem a ser fortes reprodutoras da ideologia capitalista, se não tanto em relação à alimentação ou outros hábitos de vida (que, em escolas mais alternativas, podem ser modificados), certamente em termos de reforçar a estrutura social de classes.

A preocupação dos pais com as influências que as crianças recebem não se resume, no entanto, ao ambiente escolar. Duas mães falaram sobre a questão de fumar no mesmo ambiente que as crianças, por exemplo. Explicaram que já tiveram muita dificuldade com isso, já que alguns moradores da ecovila são fumantes. A questão é que boa parte do aprendizado, como sabemos, se dá pelo exemplo. Assim, se as ecovilas buscam promover uma transformação cultural radical, a educação escolar de suas crianças pode se tornar um obstáculo importante, considerando que quaisquer escolas, em maior ou menor grau, tendem a funcionar como instrumentos de reprodução da cultura hegemônica. Nesse contexto, muitos entrevistados falaram sobre o desejo de criar uma escola dentro da própria Ecovila Tibá – o que ao mesmo tempo economizaria recursos financeiros e possibilitaria que eles desenvolvessem uma educação formal mais alinhada com seus valores:

A gente ter os nossos pedagogos, nossa proximidade com a formação que os nossos filhos tão tendo, tal, e conseguir escapar desse ensino massificado, padrão... seria uma autonomia importantíssima pro desenvolvimento de tudo isso, [...] né? Eu diria que seria até, numa visão de longo prazo, o ponto de partida, a gente começar a educar não só questões técnicas, mas valores, e principalmente questões humanas,

que o ensino, seja público ou privado, que existe hoje por aí, não tá sendo capaz. (Benício)

Por outro lado, ter os filhos estudando em uma escola interna à ecovila traz questionamentos sobre a possibilidade de a criança acabar ficando isolada demais da sociedade como um todo. Um pai comentou que já havia refletido muito sobre isso, mas que acreditava ser possível compensar tal risco mantendo o contato da criança com o máximo de diversidade de informações que pudesse:

Não acontece muito isolamento aqui pela rotatividade de pessoas, e o contato com coisas diferentes... [...] Mas assim, dentro de uma escola, por exemplo, com pessoas daqui, isso poderia acontecer. Agora, a questão é: [...] exatamente que ponto da sociedade convencional que eu quero que ele tenha de influência na vida dele? Eu acho muito difícil pensar, sabe, eu não consigo encontrar muitos, então... rrs... [...] minimiza um pouco essa preocupação, né. [...] Se a minha intenção é conseguir viver de forma autossustentável, sem precisar de dinheiro, [...] é claro que eu acho que isso é o melhor pro meu filho também. Mas as pessoas vêm questionando muito sobre: “isso é uma escolha sua, e você não pode fazer isso pro seu filho, né?” E é exatamente por isso que ele tá numa escola convencional, e a gente pretende dar condições pra que profissionalmente ele possa ter essa decisão no futuro e falar “não, eu quero pôr terno e ser *workaholic* e guardar um monte de dinheiro no banco”. A gente vai falar “filho, ó, não consigo entender direito, mas beleza, né, vai lá”... rs... [...] Por hora, o que a gente tenta fazer, independente de ele estar aqui ou não, é colocar ele em contato com o máximo de informações e de diversidade que a gente puder. E com uma escola aqui dentro isso ia continuar. Eu acredito que não seria um grande problema. Mas, enfim, né, só na prática que a gente vai sentindo aonde os calos vão apertando, né? (Benício)

Outra entrevistada comentou algo bem semelhante sobre essa preocupação com a imposição de um estilo de vida alternativo aos filhos:

Mesmo com todos os meus conflitos internos, eu escolhi estar aqui. Agora, as minhas filhas não escolheram estar aqui. [...] E isso é uma angústia que eu tenho que cada vez ela se torna mais tranquila, [...] porque assim, na verdade, acho que todo pai, toda mãe tem ela um pouco. [...] Mas às vezes eu tenho medo de ser tão diferente, tão... [...] Na cidade tem televisão, tem comida diferente, a cidade é carnívora, a cidade tem açúcar, tem refrigerante. Então, [...] a gente proporciona duas estruturas muito diferentes pra elas, e aí eu fico estimulada e angustiada ao mesmo tempo do que isso vai gerar. Lógico, o meu desejo, meu sonho é que gere seres humanos que queiram continuar essa caminhada. [...] Que a gente ultrapasse essa barreira, essa problemática do meio rural que é não conseguir fazer com que a juventude continue, né. Muitos assentamentos, trabalhadores da terra, eles não conseguem manter os seus filhos na terra, né? E até eles mesmos não querem. [...] Desejam pro filho uma outra profissão. [...] E nós somos o contrário, [...] somos uma juventude que veio pra terra, e que também trouxe seus filhos para terra. E o que isso vai gerar, eu não sei. Eu tenho medos, mas tenho esperança, que eu acho que uma semente bem plantada, bem regada, cultivada com amor, ela tende a crescer e [...] gerar frutos. (Lívia)

Lívia complementou ainda relatando o choque de realidade que suas filhas viveram com a mudança para a ecovila, e para uma casa *coletiva* dentro da ecovila: segundo ela,

naquele contexto as crianças tinham um monte de “tios” e “tias” que acabavam se intrometendo em sua educação e às vezes “atravancavam” alguns processos. De fato, como já vimos, a vida comunitária tende a gerar uma perda de privacidade do núcleo familiar, o que naturalmente se reflete na criação dos filhos. Os pais mostraram posições diversas sobre isso: enquanto alguns explicitaram satisfação com essa “educação comunitária”, outros ressaltaram as dificuldades que ela traz:

Eu gosto dessa coisa de eu poder ficar também com a minha família, né, pra passar pras crianças sem... Muitas vezes você tá numa mesa com outras vinte pessoas querendo falar, por exemplo, o porquê de ela não jogar comida no chão e ela não tá conseguindo prestar atenção porque tem um mundo ao redor e que você não consegue ter [...] um diálogo, né, assim, mais fino. (Fabrício)

Em relação a essa fala de Fabrício, é interessante complementar com uma observação: a pesquisadora presenciou uma situação em que ele chamou a atenção de uma criança (não filha sua) seriamente por ela deixar comida no prato; posteriormente a mãe veio conversar com ele e pedir que não falasse daquela forma com a criança; ele entendeu e se desculpou, mas também explicou que a criança estava repetindo esse comportamento há algum tempo, sem levar a sério as repreensões, o que a mãe compreendeu. Tudo foi falado com muita delicadeza. No final das contas, a intromissão daquele adulto “não pai” pareceu bastante benéfica. Assim, embora existam dificuldades associadas ao limite das intromissões na educação de outras crianças, a “educação comunitária” pode também trazer importantes *insights* relacionados a um maior senso de coletividade, extrapolando o universo da “família nuclear capitalista”.

Ao falar sobre educação, surgiram espontaneamente nas falas dos entrevistados também alguns elementos relacionados ao aprendizado de adultos. Além do aprendizado emocional associado ao autodesenvolvimento, discutido na seção 4.1.3, outro aspecto importante foi a ideia de que existe uma espécie de “escola interna” relacionada às atividades necessárias à construção e ao desenvolvimento da ecovila. Por exemplo, o trabalho das pessoas nas diversas pétalas não está atrelado necessariamente ao conhecimento que elas já têm na área; pode ser também porque elas querem aprender. Parece haver, de fato, um forte estímulo ao autodidatismo. Para necessidades específicas para as quais nenhum morador tenha conhecimento, a ecovila contrata serviços de fora, mas sempre há pessoas de dentro acompanhando e aprendendo como fazer:

Por mais que a gente tenha uma Pétala da Bioconstrução, que a ideia é trabalhar com as técnicas alternativas, [...] nos falta conhecimento... Aí essas pessoas que a gente traz de fora que têm esse conhecimento, [...] e aí as pessoas que estão aqui dentro

participam desse serviço, contribuem pra esse serviço, não deixa de ser uma escola, né? (Lívia)

Normalmente quando vêm essas pessoas de fora há uma troca ali de experiências e conhecimentos, então meio que quem tá aqui, trabalhando aqui na terra, tá se formando nessas coisas. Aprender a fazer uma janela, botar um vidro... Os meninos hoje da bioconstrução eles tão colocando as janelas no barracão porque eles aprenderam com o Gustavo, que mora num assentamento aqui perto, que é contratado pela ecovila pra fazer serviços de madeira, de telhamento, de coisa de pedreiro... [...] Nosso sonho é que tenhamos pessoas diversas com habilidades diversas, aqui. (Pedro)

Alguns entrevistados falaram também sobre os aprendizados decorrentes das trocas com visitantes, que, segundo eles, às vezes davam ideias que resolviam problemas que eles não haviam conseguido. Um exemplo disso aconteceu comigo, a própria pesquisadora: na lavagem permacultural da louça, eles utilizavam três bacias com água – uma para tirar os resíduos, uma para ensaboar e outra para enxaguar; enquanto participava do cuidado coletivo, dei a ideia de acrescentar uma quarta bacia, apenas para a louça que não tinha gordura (copos de suco, café etc.), pois dessa forma não seria preciso usar sabão, e essa louça não seria “contaminada” pela água que enxaguou a louça engordurada. Os moradores adotaram a ideia com entusiasmo, e alguns comentaram que isso melhorou muito o processo. No entanto, quando da segunda visita à ecovila, a ideia não estava mais sendo praticada. A pesquisadora não chegou a perguntar o porquê.

Observa-se, portanto, na Ecovila Tibá, um forte estímulo ao aprendizado – e este parece ser o caso também em muitas outras ecovilas. Litfin (2014) observou que Earthaven, por exemplo, aproveitou enormemente os conhecimentos tradicionais dos anciãos locais sobre como viver nos Apalaches. Na verdade, os ideais educativos são um aspecto bastante central em ecovilas, notadamente como forma de relação com a sociedade. Voltamos, então, a um importante ponto apontado na introdução ao presente capítulo: a sustentabilidade precisa ser pensada *universalmente*, e, assim, torna-se essencial analisar de que forma as ecovilas interagem com a sociedade como um todo.

6.2 AS “RELAÇÕES EXTERIORES” DAS ECOVILAS

6.2.1 Apostando no efeito multiplicador

Embora as ecovilas consistam em fenômenos de microescala, a maioria delas, além de criar um estilo de vida sustentável para si, explicitam também um objetivo de “alcance”,¹⁵¹ no sentido de trocar experiências com o mundo (KASPER, 2008). Na verdade, isso se reflete especialmente em um desejo de *influenciar* a sociedade através da contraposição, ao *mainstream*, de modos de vida mais sustentáveis, funcionando como “modelos”, “exemplos”, “laboratórios de sustentabilidade”, “comunidades de demonstração” ou “centros de experimentação de alternativas sustentáveis” (ERGAS, 2010; MEIJERING, 2012; BOYER, 2015; BOSSY, 2014; LITFIN, 2014; LOCKYER, 2010a, b). Na Ecovila Tibá, como vimos, o próprio estatuto da associação definia objetivos de interação com a sociedade (ver seção 3.3.2.1 ou Anexo 2).

É importante ressaltar, de início, que a ideia de “modelo” traz alguns problemas, na medida em que remete à noção de *replicação* – como se essas comunidades pudessem simplesmente ser “copiadas”. Ocorre que o estabelecimento de ecovilas se dá em cenários bastante específicos: em primeiro lugar, como vimos, geralmente é necessário um razoável investimento financeiro para fazer parte de uma delas; em segundo lugar, enquanto a maioria delas acaba se estabelecendo em áreas rurais, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas (no Brasil são cerca de 85%).¹⁵² Portanto, a ideia de “modelos replicáveis”, que já foi importante no movimento, vem se tornando anacrônica. Em Sieben Linden, por exemplo, após discussões sobre o assunto, o termo “modelo” praticamente deixou de ser utilizado na divulgação da ecovila (ANDREAS; WAGNER, 2012), e algo bem semelhante ocorreu em EVI (CHITWERE, 2010).

Na Ecovila Tibá, apenas uma entrevistada falou em “servir de modelo”, “ser um espaço de replicação” para “estabelecer outras ecovilas, [...] outras comunidades” (Lívia); mas mesmo ela se expressou também de forma a relativizar a questão, falando em “mostrar que é possível”, e se referindo à ecovila como um “pólo multiplicador que impulsiona ideias”. Outra entrevistada comentou que sentia como uma “missão” multiplicar o que eles estavam vivendo, a “fé no viver coletivo” (Carolina). As demais falas sobre isso foram mais parcimoniosas,

¹⁵¹ No original, “outreach”.

¹⁵² IBGE, Censo 2010: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>

enxergando a ecovila como mais relacionada à “demonstração de possibilidades” e menos como “modelo” ou “exemplo” (ao que parece, alguns deles identificaram “exemplo” com “modelo” – algo “a ser imitado”):

Não sei se exemplo... acho que inspiração... [...] Aqui me inspira, sabe, então acredito que pra muitos pode inspirar também, você ver que é possível, claro que não tudo, né, a gente tá bem longe assim de conseguir, sei lá, total autossuficiência... (Bia)

Eu não diria que é servir como exemplo, porque uma coisa que eu acho que é muito clara aqui [...] é que a gente não sabe exatamente o que a gente tá fazendo. [...] Mas a gente percebe que quanto mais a gente avança, mais claro esse objetivo vai ficando. E mais nítido vai ficando também que o que a gente deixou pra trás realmente era pra ter sido deixado. Mas é uma busca constante, a gente tá desbravando, criando algo novo... [...] Então... eu acho que não exatamente servir como exemplo, do tipo “Olha, façam como a gente”, mas do tipo “olha, existe possibilidade”. [...] Quando eu comecei a gerar esse conflitos, não aceitar as coisas como elas eram, [...] o meu pai sempre falava “mas o mundo é assim... assim sempre foi e você tem que só dar um jeito de você ficar por cima, entendeu?” E isso não fazia sentido nenhum. Rrsrs. [...] E aí chegar aqui e encontrar tudo isso acontecendo... [...] Então eu acho que a gente tem um pouco dessa função: de mostrar que existe uma outra forma de existir, em comunidade, onde exista mais cooperação e menos competição... [...] Dar essa outra perspectiva, abrir essas novas possibilidades, pra quanto mais pessoas melhor. [...] Eu percebo que as pessoas ficam muito interessadas... [...] Porque hoje é [...] normal as pessoas trabalharem muito, viverem muito estressadas, se alimentarem mal, dormirem mal, e aí a pessoa pára pra pensar... aí a questão das pílulas lá, né? Matrix. Ou ela entra no buraco do coelho, ou ela faz como meu pai, fala “não quero ver, não quero saber, aqui onde eu tô tá confortável, e o mundo é assim mesmo, né?” Outros não, vão querer mergulhar cada vez de forma mais profunda, e isso é um caminho, né?” (Benício)

Uma coisa que sempre me incomodou muito é... eu não queria, nunca quis ser, uma pessoa teórica, que falo e não faço. Então hoje quando eu falo, eu mostro [...] o que a gente tá fazendo, como a gente tá fazendo... [...] “Ah, não, não é possível viver com 30 pessoas que você nunca conviveu junto, deve ser um inferno...” “Não, é possível. tem que trabalhar isso, isso e isso”. “Ah, não, não é possível você comer o que você planta, é muito [...] complicado.” “Não, é possível. Assim, assim, assado”. “Não é possível você construir sua própria casa”. “Eu fiz minha própria casa, ó, assim, assim, assado.” Sabe? Então, eu acho que é nesse ponto que a gente é um transformador, quando você mostra que é possível. [...] A planta ela cresce, fica [...] frondosa, [...] libera o fruto e joga a semente pra ela ir pra outro lugar. E eu acho que é isso que a Tibá tem que ser, na minha opinião. (Lívia)

Eu acho importante estar aberto, porque as pessoas tão na busca de conhecer como fazer, né. [...] A gente alcançou uma forma que funciona com a gente. Se outras pessoas olharem a nossa forma elas vão ver coisas legais, ou coisas que não tão legais, e vão poder refletir, ver como elas querem fazer. [...] Aquela coisa de “aprenda com os nossos acertos e erros e defeitos, e faça o seu”. É mais ou menos isso, não acho que tem que ser igual, ou... É uma tentativa, [...] uma troca. (Gilda)

A gente acredita que a gente tem que ter exemplo de possibilidades. Porque, pra mim, vida alternativa não existe sendo UMA alternativa. Só vira alternativa se tiver várias alternativas. [...] O que a gente faz é um pouco isso: "você quer conhecer uma vida alternativa? As nossas alternativas são essas. Nenhuma delas é a perfeita, ou ideal, ou é pra você. Mas essas são as que a gente escolheu." Porque, um belo dia, o mundo vai ter que mudar e o camarada vai ter que fazer uma escolha. [...] A gente resolveu que a gente vai [...] tentar algumas das coisas. E acho que talvez essa é a nossa militância. A gente quer que as pessoas venham e vejam que existem

alternativas. E é o que eu falo da parte social do Tibá. A gente não vai dizer por aí que a gente sabe como fazer. A gente vai dizer por aí que a gente está tentando fazer desse jeito. E que, nessa tentativa, a gente conseguiu A, B e C. E que se a pessoa quiser tentar como a gente tá tentando, pode até usar o nosso exemplo pra si. Mas existem outras coisas. É melhor que você vá atrás e descubra o seu jeito de fazer. (José)

Dois entrevistados falaram mais claramente sobre o problema que eles viam em tentar seguir modelos prontos, e um terceiro sugeriu que o mais importante na verdade seria ajudar a *despertar a reflexão crítica*:

Não adianta a gente querer replicar o que a gente faz aqui em outro lugar porque é outro lugar. Então a gente pode ter um vislumbre, [...] não precisa ser igual. Replicar, quando eu falo, é replicar uma visão. Que vai ser distinta em tantos lugares quanto a gente estiver. (Fabrício)

Eu acho que [...] todos os ismos, todos os modelos que foram colocados como salvação tiveram as chances deles e provaram que não são bala de prata. Não são, sozinhos, resolução pra tudo. O que eu imagino é que, [...] em cada contexto, vai existir algum tipo de mudança [...] que vá adequar àquela situação, aquele local. Nessa situação dialética que eu tô falando. [...] E se você pegar aquilo lá e replicar em outro lugar, vai ficar mal arrumado. [...] Quando a gente deixar de pensar que o mundo tem que ter modelos, ou tem que ter “O modelo”, [...] “A solução”... [...] Existem pelo menos cinquenta modelos macro que se subdividem em, sei lá, cada um, outros cinquenta modelos específicos que você pode, dentro do seu coração, dentro da sua sensibilidade, [...] explorar pra achar o caminho que você vai fazer alguma coisa funcionar realmente no seu contexto, na sua região, com os seus amigos, com a sua comunidade. (José)

Como eu, muitos aqui se tornaram pessoas mais felizes, mais satisfeitas com a vida, né. Então, o que eu compartilho, o que eu acho que é essencial compartilhar, e que influencia na história das pessoas, é o que aconteceu comigo, né. Boto fé que isso pode impulsionar, no mínimo levar a pessoa a refletir sobre a vida dela. Não é pra ela fazer o que eu fiz, [...] nem o que a gente faz aqui, mas é só refletir como eu refleti pra me trazer até aqui. Acho que isso acontece, e nós temos essa... uma preocupação natural, né... Nem penso nisso, não fico “pregando”. Eu converso. (Pedro)

É preciso notar que não necessariamente o ideal de influenciar a sociedade existe em todas as ecovilas ou para todos os membros. Em Cloughjordan, por exemplo, observou-se que, enquanto algumas pessoas queriam que a comunidade fosse um “modelo” de sustentabilidade, outras queriam apenas “uma casa quieta no campo” (CUNNINGHAM; WEARING, 2013). O perfil de engajamento social dos membros pode variar também de acordo com o “estágio de evolução” de uma ecovila. Segundo Kunze (2012), de forma geral, comunidades em fase inicial costumam atrair pessoas ativas, enquanto comunidades já bem estabelecidas tendem a atrair indivíduos menos ativos, que buscam alternativas seguras. Outro fenômeno que pode ocorrer é que, com o tempo e com a interação com outras forças sociais, o entusiasmo e a energia iniciais das ecovilas (como dos movimentos sociais em geral) percam

força, levando a uma mudança de orientação em direção mais à manutenção organizacional – uma tendência à “rotinização” (FRANKE, 2012). Toustrup Mark, por exemplo, teve seus ideais (ambientais, de envolvimento em política e atividades culturais) enfraquecidos paulatinamente, junto com a diminuição da intensidade da vida comunitária (MEIJERING, 2012). É importante, então, evitar generalizações e romantizações: nem toda ecovila ou membro de ecovila é idealista ou ativamente engajado em transformações sociais. Mas, de forma geral, as ecovilas vêm apresentando um perfil de engajamento e realizando uma série de ações concretas no mundo, ainda que como consequência direta da busca por melhorar seus próprios processos internos. Tais ações se dão, principalmente, em pequena escala, o que reflete outro aspecto cultural típico de ecovilas: a aposta nas soluções locais. Na Ecovila Tibá, isso ficou evidente nas falas de diversos entrevistados – exemplificamos aqui com duas:

Eu acho que, falando de um laboratório, né... testando novas possibilidades, eu percebo que é muito mais fácil começar de um jeito assim [pequeno] e aí você expande pra um bairro, e talvez um dia pra uma cidade, [...] é muito mais simples você fazer isso numa pequena célula e que isso vá crescendo, do que propor, sei lá, uma mudança, drástica, né, sei lá, anarquismo de atentado para a gente, né, ressurgir das cinzas. (Fabrício)

Se a gente tivesse talvez organizações em coletivos menores a gente funcionaria melhor do que com esse monte de gente num lugar só gerido por uma pessoa, um grupo seletivo de pessoas gerindo 200 mil habitantes, né... (Gilda)

Nessa busca por influenciar a sociedade, um questionamento que costuma surgir com frequência é “se” e “como” essas experiências de pequena escala das ecovilas¹⁵³ poderiam ser *transpostas* para outros contextos, em especial cidades grandes (onde está a maior parte da população). Na Ecovila Tibá, a maioria dos entrevistados disseram acreditar que ao menos boa parte delas poderiam. Eles citaram desde tecnologias ecológicas diversas (tratamento de resíduos, banheiro seco, sistemas de tecnologia renovável, captação e reuso de água, agricultura urbana – evidentemente, em menor escala) até tecnologias sociais relacionadas à dinâmica de convívio comunitário, como autogestão, técnicas de comunicação e resolução de conflitos, compartilhamento e promoção de interação social. Falaram bastante também sobre práticas relacionadas a consumo consciente, como clubes de compras coletivas:

Tudo que a gente faz aqui pode ser feito na cidade. [...] É você entender que, qualquer lugar que você estiver, você é um agente de transformação. Talvez você não consiga fazer as 7 pétalas, mas a forma como você trabalha o conflito com o seu amigo, que você estuda junto na sua escola, na sua faculdade, já é permacultura. [...]

¹⁵³ Falaremos um pouco mais sobre a questão da escala na seção 6.2.3.

A opção de estar aqui no campo é só uma escolha, [...] mas eu acho que é possível em qualquer momento da vida, em qualquer lugar. (Flávia)

Parece se tratar mais, então, de uma questão de princípios – ou, como havia sugerido o entrevistado Fabrício, de “replicar *uma visão*”. Nesse contexto, Litfin (2014) propõe cinco princípios gerais que refletiriam a cultura das ecovilas e que teriam potencial para ser incorporados a outros tipos de comunidade ou à sociedade em geral; seriam eles: pensamento sistêmico; subsidiariedade (relacionada a descentralização, autonomia local); compartilhamento; “design para o futuro”; e o que a autora chama de “o poder do sim” (relacionado a ações autônomas). Tais princípios podem ser traduzidos em práticas diversas, adaptadas de acordo com a escala, adquirindo um caráter *bottom-up* ou *top-down*. Na escala da vizinhança, havendo uma proximidade que facilita as relações face-a-face e, conseqüentemente, a construção de confiança e solidariedade, Litfin enfatiza as possibilidades de se promover formas diversas de compartilhamento – de refeições, bicicletas, carros, ferramentas, cuidado com crianças etc. (o que pode ocorrer também na escala de cidades, através da formação de redes). Outras ações possíveis (algumas dependentes do poder público) seriam: parcerias entre proprietários de terras e agricultores; incentivo aos transportes públicos, bicicletas e caminhos de pedestres; estabelecimento de códigos de zoneamento mistos que abram possibilidades de produção urbana de alimentos; moradia próxima ao trabalho; construção de prédios eficientes energeticamente *etc.* (LITFIN, 2014). Na escala de países, a autora sustenta a necessidade de que os governos se desfaçam da ideia de “crescimento infinito”, eliminem os subsídios a programas que estimulam a dependência de combustíveis fósseis e introduzam a sustentabilidade como propósito organizador na já existente estrutura subsidiária de múltiplos níveis de governança. Adicionalmente, Litfin sugere que a transposição dos princípios econômicos das ecovilas (ver seção 5.3.3) para além delas implicaria, por exemplo, o estímulo à produção *cradle-to-cradle* (“do berço ao berço”), o fim do empacotamento excessivo e as práticas de consumo colaborativo. Evidentemente, no que se refere às ações de ampla escala, especialmente aquelas entendidas como “econômicas” (mas não apenas), a questão tende a ser bem mais complexa, pois nesse caso o desafio às bases do capital é maior, e assim também o será a resistência.

Voltando a pensar na escala das comunidades, Litfin propõe ainda princípios mais especificamente “sociais” e “de governança” das ecovilas, que na verdade se entrelaçam bastante; estes seriam, respectivamente (cinco de cada): ter clareza sobre a visão comum e as intenções; adotar processos decisivos que maximizem a contribuição de cada indivíduo; desenvolver habilidades de comunicação; estimular a comunicação não verbal (através de

celebrações, trabalho coletivo etc.); incorporar as crianças; dividir as alegrias e as penas; cultivar uma mentalidade de grupo sem sacrificar a individualidade; praticar formas de liderança descentralizada; estar consciente de conflitos estruturais e procurar minimizá-los; balancear eficiência e sensibilidade; e manter a postura de aprendizado. Tais elementos poderiam, de fato, ser aplicados a quaisquer grupos, sejam ou não comunidades em sentido estrito. Trata-se de princípios de relação humana e organização social, que, como vimos, costumam ser arena de importantes entraves às transformações sociais. Foquemos agora, então, em investigar de que forma os ideais de influenciar a sociedade efetivamente se concretizam nas práticas das ecovilas.

6.2.2 Dos ideais às práticas voltadas para a sociedade

A literatura sobre inovações oriundas de projetos *grassroots*¹⁵⁴ sugere que há três maneiras pelas quais tais projetos podem difundir suas práticas para o mundo: a *replicação* na própria rede de ativistas (p. ex. recebimento de visitantes, recrutamento de membros e apoiadores, ações educativas como palestras e treinamentos); o *escalamento*, que expande ações para outros grupos além do movimento em questão, mas ainda dentro de nichos específicos (p. ex. ações na vizinhança, parcerias com instituições educacionais e sem fins lucrativos); e a *translação* do nicho para o regime, que inclui adoção das práticas em níveis institucionais mais altos (p. ex. parcerias com instituições públicas que passam a afetar a sociedade *mainstream*) (SEYFANG, 2010; SEYFANG; HAXELTINE, 2012; BOYER, 2015). Essas três formas de ação indicam não só diferentes escalas como também, evidentemente, diferentes níveis de dificuldade. Apresentamos a seguir alguns exemplos empíricos no que se refere às práticas das ecovilas.

A ecovila de Cloughjordan, antes de se instalar, realizou encontros públicos para informar aos vizinhos sobre seus planos e pedir *feedback*, e, dessa forma, conseguiu apoio dos residentes locais; envolveu-se, depois, em um projeto governamental de energia sustentável para ambientes rurais que levou à instalação da maior “fazenda solar” da Irlanda, e teve grande importância também no mercado de moradias sustentáveis (CUNNINGHAM; WEARING, 2013). LAEV co-fundou um amplo movimento pró-bicicletas na cidade de Los Angeles (BOYER, 2015), e EVI, através de parcerias governamentais, envolveu-se em projetos para criação de um centro de treinamento agrícola e de modelos de zoneamento e

¹⁵⁴ Projetos que nascem da base social, dentre os quais estão as ecovilas.

códigos de construção *climate-friendly* para sua região (LITFIN, 2014). Boa parte dos membros de uma ecovila urbana não identificada nos EUA estavam envolvidos em um projeto de elaboração de códigos e zoneamentos para sua cidade (ERGAS; CLEMENT, 2016). Auroville participa de projetos de conservação e restauração ecológica de âmbito estadual na Índia, e, como já vimos, emprega um grande contingente de pessoas dos vilarejos pobres circundantes e sustenta programas culturais, de alfabetização e microcrédito voltados a essas populações (LITFIN, 2014). Diversas ecovilas criam e fomentam também, como vimos, modelos locais e regionais de CSA¹⁵⁵ (LITFIN, 2014).

Algumas ecovilas têm atuações em nível nacional ou transnacional, por exemplo, a partir de envolvimento com políticas relacionadas a resolução de conflitos, “desenvolvimento sustentável” e defesa de direitos humanos (BROMBIN, 2015), assim como ativismos pela paz e solidariedade internacional. O mais importante canal para as ações das ecovilas em projetos de escala global é, sem dúvida, a GEN. Findhorn, em especial, vem consolidando uma série de parcerias com a ONU (FORSTER; WILHELMUS, 2005), por exemplo, sediando um CIFAL (Centro Internacional de Treinamento para Autoridades Locais)¹⁵⁶ (LITFIN, 2014). Cabe ressaltar, porém, que o caminho institucional de parceria com a ONU tem suas limitações, já que esta entidade atua segundo uma lógica que não busca transformações mais estruturais da sociedade (de ordem econômica e político-institucional). Por outro lado, a articulação com algumas instituições internacionais ligadas ao *mainstream* é um dos caminhos de larga escala para procurar influenciar a sociedade.

Um dos mais importantes investimentos da GEN tem sido em educação, particularmente através da parceria com o *Gaia Education*, uma ONG que desenvolveu um currículo¹⁵⁷ abrangendo as quatro dimensões de sustentabilidade adotadas pelas ecovilas. Tal currículo vem sendo desenvolvido nos Programas EDE (*Ecovillage Design Education*), que, segundo o Gaia Education, foram aplicados em cerca de 250 cursos em 48 países em todos os continentes entre 2006 e 2017.¹⁵⁸ Um aspecto social importante disso é que o currículo está

¹⁵⁵ *Community Supported Agriculture* - ver seção 5.3.1.

¹⁵⁶ Segundo Dawson (2006), a GEN (Global Ecovillage Network) na verdade já surgiu em estreita relação com a ONU, tendo sido “lançada” oficialmente em 1996 em uma conferência da ONU Habitat (cujo prêmio muitas ecovilas ganharam - LITFIN, 2014). Posteriormente, a GEN ganhou status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU e firmou parcerias com a UNITAR (Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa) (GEN, 2016).

¹⁵⁷ Tal currículo foi reconhecido pela UNESCO como contribuição oficial à Década de Educação e Desenvolvimento Sustentável da ONU (2005-2014) e endossado pela UNITAR (DAWSON, 2013).

¹⁵⁸ <https://gaiaeducation.org/face-to-face/ede-programmes/> (acesso em janeiro de 2018).

disponível gratuitamente, e que as entidades organizadoras dos cursos com frequência angariam fundos para poder oferecer bolsas a pessoas de baixa renda.

Mesmo independentemente da GEN, as ecovilas de forma geral costumam dar forte ênfase a ações educativas (LITFIN, 2014). A maioria delas promovem cursos, palestras, workshops, programas de estágio e conferências (KASPER, 2008) sobre temas afins a seus ideais, como permacultura, bioconstrução, técnicas de comunicação e resolução de conflitos, educação infantil, crescimento pessoal, entre outros. O curso mais popular de Findhorn, por exemplo, a “Experience Week”, já havia recebido mais de 30 mil participantes até 2014; e UfaFabrik, que anuncia a educação como sua “missão central”, recebe cerca de 200 mil visitantes a cada ano (LITFIN, 2014). Uma série de atividades educativas informais ocorre também através do turismo, incentivado em quase toda ecovila (KASPER, 2008). Comumente hóspedes e visitantes participam ainda de atividades internas como voluntários, em troca do aprendizado (BROMBIN, 2015). É preciso lembrar, porém, que muitas dessas práticas são também – e, por vezes, as principais – fontes de renda para essas comunidades. Embora isso não necessariamente as deslegitime enquanto ações voltadas para transformar a sociedade – pois normalmente estão alinhadas com princípios de sustentabilidade e não visam *apenas* a gerar renda –, seu alcance pode acabar bastante limitado devido a um alto custo. Ainda que muitas ecovilas ofereçam bolsas parciais ou integrais e/ou possibilidades de trocas de trabalho (como é o caso da Ecovila Tibá), López e Prada (2015) ressaltam que suas atividades em geral acabam sendo elitizadas. Ergas e Clement (2016), por exemplo, observaram que os cursos de permacultura oferecidos por uma ecovila urbana nos EUA eram inacessíveis até mesmo para membros da comunidade com menos recursos.

No que se refere à Tibá, ao longo dos capítulos anteriores já vimos boa parte de suas ações externas. No momento da pesquisa, a ecovila estava envolvida em redes locais de economia solidária (principalmente para compra de alimentos, com preferência para compra de assentamentos e cooperativas, incluindo-se aí um grupo de compras coletivas associado à loja de orgânicos de um casal de moradores); promovia feiras de trocas de sementes (quatro vezes por ano); oferecia cursos, oficinas e vivências diversos e colônias de férias infantis; recebia visitas guiadas semanais e visitas sociais (ou solidárias) para escolas públicas uma vez por mês. A ecovila também já sediou um ENGA (Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia) e apoiou a Caravana Agroecológica que passou pela região, e mantinha parcerias com alguns coletivos da cidade de São Carlos. Em termos institucionais, tinha envolvimento com o Sesc, o Senac, um CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial) e o núcleo de economia solidária da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) – vários moradores

da ecovila trabalhavam ou já haviam trabalhado lá, apoiando projetos em periferias pobres. Não havia, até o momento da pesquisa, nenhum envolvimento com projetos governamentais.

Como em muitas ecovilas, observamos que na Ecovila Tibá a maioria das ações voltadas para a sociedade tinha um viés educativo,¹⁵⁹ direta ou indiretamente. Uma entrevistada (a mesma que havia demonstrado frustração por não poder colocar os filhos em escola pública) explicou, por exemplo, o papel social esperado do projeto de ter uma escola dentro da ecovila:¹⁶⁰

Nós estamos criando processos pedagógicos aqui dentro, [...] estamos tentando criar a nossa escola pra quê? Pra poder servir de exemplo pra essas outras escolas, e aí, de imediato, a gente não consegue uma interferência direta na educação pública, mas a gente convida essas escolas pra visitar. [...] E aí [...] faz essas visitas sociais, traz professores, traz alunos, traz pesquisadores pra que [...] eles se estimulem nesse ambiente. (Lívia)

As visitas guiadas (que incluem as visitas sociais) constituíam uma importante prática educativa na Ecovila Tibá. Todos os visitantes eram direcionados a fazê-la em algum momento, e, nela, além da apresentação da ecovila como um todo, havia sempre um bate-papo sobre modo de vida, procurando provocar a reflexão nas pessoas. Diversos entrevistados falaram da importância das trocas de ideias e conhecimentos que acontecem entre eles e os visitantes – e talvez por isso se alimente na ecovila uma forte receptividade às visitas em geral, o que se reflete, por exemplo, no fato de que a porteira da propriedade costuma permanecer sempre aberta. Todos os entrevistados mostraram satisfação com os visitantes, inclusive pesquisadores,¹⁶¹ porém muitos falaram também sobre os inconvenientes que isso gera:

Às vezes eles aparecem sem avisar, e aparecem num momento que você não tá preparado pra recebê-lo, e aí [...] fica uma coisa que não fica bom nem pra ele nem pra ecovila... Às vezes, você tá sobrecarregado, [...] cheio de problemas internos, conflitos, e coisas pra resolver, e você ainda tem uma pessoa lá perdida, querendo atenção, [...] então, assim, [...] eles ajudam no nosso trabalho, mas eles também nos demandam trabalho. Então, aí a gente vai pondo uma balança, [...] "não, essas férias não tem visitante colaborativo", a gente vai fazendo alguns períodos que a gente tenta manter as pessoas que já estavam aqui... [...] A gente viu já, na prática, que um

¹⁵⁹ A associação Ecovila Tibá tem inclusive registro em educação na receita federal.

¹⁶⁰ Ver seção 6.1.4.

¹⁶¹ É interessante notar que, de cinco "ecovilas" contatadas no total, quatro aceitaram receber a pesquisa, o que parece indicar a existência de uma abertura consistente no sentido da construção de intercâmbios com a sociedade. Evidentemente é preciso considerar que o recebimento de visitantes é uma das fontes de renda dessas comunidades – mas isso não necessariamente deslegitima sua disponibilidade para atuar como sujeitos de pesquisa.

visitante colaborativo mal acolhido traz várias consequências, traz ruídos, traz conflitos, então se você não vai conseguir recebê-los bem, é melhor não receber, entendeu? (Lívia)

Ah, eu acho inevitável, né? [...] Quando você vem pra cá, você tem que estar disposto a isso. É uma coisa importante que vai acontecer, que vai ser pesquisada, e tal. Incomoda? Ah, às vezes eu não tô a fim... [...] E a gente vai criando acordos e tal. [...] Às vezes eu tenho muita coisa pra fazer, ou alguma coisa, e é difícil! E eu fico chateada de não poder ajudar, porque eu gosto de pesquisar, ou de receber pessoas e tal e às vezes eu não tenho tempo mesmo. (Zélia)

Eu adoro, mas me incomoda porque eu sou uma pessoa desconfiada, lá de São Paulo, sou uma pessoa que acha sempre que alguém vem fazer mal aqui, então o que me incomoda são essas inseguranças que eu tenho. [...] Eu tenho meus julgamentos que estão, na maioria das vezes, errados, sabe? [...] É um vício que vem de um terrorismo que se coloca nas pessoas da cidade. (Rogério)

Pesquisador é uma categoria que demanda um pouco mais da comunidade, né, mas sempre traz mais, assim, de fazer a gente refletir, lembrar, é sempre gostoso. A gente tá meio que num papo na comunidade de limitar a quantidade por mês, pra não ficar muito pesquisador, que a gente tem uma demanda grande. Aí concentrado num período e que a gente não tem fôlego pra atender, até pra ter esse tempo de reflexão. (Gilda)

Como vimos na seção 5.1.2, o recebimento de visitantes e voluntários, se não for bem planejado, tende de fato a gerar problemas tanto para estes como para a ecovila (como observado no estudo de Prince e Ioannides, 2017). É comum que haja também dificuldades nas relações das ecovilas com os vizinhos. Na Ecovila Tibá elas são consideráveis, devido a uma forte divergência nas práticas agrícolas (os vizinhos adotam monocultura, utilizam agrotóxicos e transgênicos). Um dos entrevistados sugeriu que existe um “choque de geração” ou “de cultura” (José), e explicou que eles resolveram não gerar embates, mas deixar a coisas acontecerem com o tempo. Diversos outros entrevistados comentaram sobre a necessidade de respeitar esses vizinhos, mas ao mesmo tempo procurar influenciá-los, servindo como exemplo de que é possível fazer de outra forma. Alguns falaram em ativamente se aproximar e procurar despertar reflexão:

Eu tenho bastante problema com alguns vizinhos, assim, no meu âmagó. Aquela coisa de olhar o cara mudando o curso do rio e não conseguir me conter dentro, né. Mas eu ainda não tenho força assim pra ir lá e tentar exercer algum tipo de mudança, porque aquilo [...] representa pra ele o sustento dele, porque ele vai regar as hortaliças acumulando a água do rio. Aí a gente não tem rio pra baixo porque ele acumulou lá em cima. Então, [...] eu tenho que ter serenidade, né, entender que ele faz assim porque ele aprendeu com o vô dele, né, com o pai, mas é um desgosto pra mim. A maneira como essas pessoas aqui do entorno lidam com a terra. [...] Mas a gente nunca teve nenhum desentendimento, isso é só um sentimento que vem muito mais daqui pra lá, né, é meu. (Fabrício)

A relação com o pessoal que a gente conheceu aqui na redondeza [...], de vez em quando, gera o que a gente fala desse grande “ruído” que eles não podem ignorar. Se a gente era os malucos que compraram a terra, mas que não são da terra e daqui a dois anos vão embora, a gente passou de dois anos. Se a gente era aqueles caras

hippies que querem plantar tudo orgânico e [...] que não vão ter perna, a gente continua plantando. Se a gente era aqueles caras incompreendidos que falam de um jeito estranho, a gente continuou falando de um jeito estranho, e tem pessoas que estão começando a entender. [...] Fala de comunidade, fala de permacultura, fala de assembleia, fala de cuidado coletivo, é um jeito estranho de falar. A gente continua falando, e as pessoas estão querendo saber o que que é isso. [...] Mas é um ruído que não vai lá encher o saco de ninguém... [...] A gente espera que um dia a gente tenha condições de poder falar, "olha, a gente tá tirando da nossa horta isso, isso e isso..." Por ex., quando teve uma seca grande que deu os problemas em São Paulo e tal, a gente sofreu com a seca, mas a gente tava com a nossa horta funcionando, né. E o pessoal reclamou muito da seca aqui, até porque era muito monocultura, né. [...] A gente usa gotejamento, então a gente consegue resolver bastante coisa com gotejamento. [...] Os caras têm que dormir com esse ruído. [...] A gente vai levando desse jeito. [...] Talvez seja um pouco da gente não ter perna. Se a gente tivesse [...] conseguido [...] ter uma interação maior, a gente poderia ter conseguido andar mais. (José)

Uma coisa que eu ainda acho muito muito muito pequena e que a gente precisaria urgentemente fazer é o trabalho com os vizinhos. Porque só nós aqui não usamos veneno, só nós temos esse cuidado de reflorestar, só nós... e só nós não adianta, porque o rio passa por todos eles aqui. E eles tão jogando tudo, os estrumes dos animais, os venenos das plantas, nesse rio. Que é meu também. Então achar que "ah, nós estamos fazendo aqui, tá suficiente" é uma ilusão, tem que trabalhar o externo. [...] A gente não teve pernas ainda pra criar uma comissão pra falar com os vizinhos, mas eu espero que em breve isso aconteça. [...] E acho que [...] a gente só vai conseguir sensibilizar quando a gente provar que funciona. E o nosso sistema ainda é muito bebê. Ele ainda não consegue gerar alimento suficiente pra mostrar que, "ó, ele é produtivo". [...] Porque ele leva um tempo, né, até as árvores crescerem, até. Mas eu acho que quando acontecer talvez de uma forma natural a gente consiga mostrar que é possível. Que as nossas nascentes foram recuperadas, que a gente tem água e eles não, sabe, coisas assim? Eu acho que é pelo exemplo que a gente vai sensibilizar. Então é esperar, vai chegar o momento. (Flávia)

Um entrevistado sugeriu que, na verdade, acabava ocorrendo uma espécie de *trade-off*¹⁶² entre as ações externas e a manutenção da comunidade:

Talvez seja uma crítica à nossa ecovila, ou talvez uma característica muito forte da nossa ecovila, a gente gasta muita energia nos mantendo unidos como comunidade. Isso dá um certo trabalho pra gente, né? [...] Tem, por ex., [...] o Veracidade, que é um coletivo de permacultura urbana, que eles estão envolvidos com um monte de coisas, [...] mas em termos de comunidade, eles não são ainda uma comunidade. [...] A nossa escolha foi um pouco diferente, a gente falou "nós temos que ter uma comunidade forte, nós temos que nos apoiar", aquela história da sustentabilidade com um sustentando o outro, [...] sempre foi o nosso grande mote. E a gente meio que ficou envolvido nesse nosso emaranhado e temos talvez menos ação externa, ação social, até com os vizinhos. (José)

Se a Ecovila Tibá vinha priorizando o desenvolvimento da comunidade sobre as ações externas, isto tornava o recebimento de visitantes ainda mais relevante como forma de

¹⁶² Termo usado apenas pela pesquisadora, já como interpretação analítica da fala do entrevistado. "Trade-off" é uma situação em que há conflito de escolha, isto é, quando é preciso sacrificar alguma coisa para obter outra. Por vezes a expressão é traduzida como "perde-e-ganha".

influência social. Diversos entrevistados falaram sobre a importância de estar aberto para receber pessoas e promover trocas de ideias, inclusive entre comunidades:

Assim como quando a gente tava pensando a gente visitou outros lugares, desses lugares a gente tirou ideias boas, e vimos os problemas que a gente não quer ter e aprendemos com eles, né, então acho que a gente, em respeito a esses lugares também, a gente deve estar aberto a possibilitar isso, às pessoas que tão buscando vir. (Gilda)

Mesmo depois que você finca numa ecovila, pra essa ecovila poder crescer é importante você fazer trocas, né, então ir conhecer outros lugares, ver como eles fazem as plantações, como eles se organizam, você sempre traz ideias de todos os lugares pra onde você vai... (Flávia)

Se eu me fecho e não recebo mais ninguém, [...] você deixa de ser semente, deixa de fazer igual as plantas fazem... [...] A gente tem que se fortalecer, [...] e a gente tem que continuar recebendo gente. Porque já foi levantada essa discussão, né, da gente se fechar, se trancar aqui dentro, e não abrir pra mais ninguém. Porque a gente percebe que o que pulveriza conflito aqui dentro é gente nova. Rsr. [...] Já tá tudo acostumado, tudo calejado, aí entra o novo, aí... (grito). Aí começa o caos. E aí a gente falou “não, mas se a gente se fechar, acabou. Acabou a função.” Então “não, então, como é que a gente fecha, [...] como a gente amadrinha,¹⁶³ quantos a gente amadrinha?” Pra achar esse ponto de equilíbrio. [...] Vai limitando tudo, vai criando regras, [...] pra gente dar conta dos conflitos que isso pode gerar, né. Tira 15 dias no começo do ano pra ficar só nós, [...] e lavar toda a roupa suja... [...] É o jeito que a gente tá encontrando, porque é isso, [...] se fechar acabou. E não que eu critique os grupos que são fechados, acho que cada um tem que encontrar seu caminho, mas no *meu* olhar, na *minha* visão, eu defendo até o final que o Tibá não pode fechar. Pode fechar por períodos, pode encontrar limites, mas não pode fechar. (Lívia)

No primeiro semestre de 2017, quando a pesquisadora entrou em contato para tentar marcar outra visita (informal), a Ecovila Tibá estava temporariamente fechada para visitantes – de acordo com os moradores, “para se reorganizar internamente”. Pouco depois reabriu parcialmente, porém sem a possibilidade do formato de visitante colaborativo. Quando da segunda visita, os moradores explicaram que, a partir das discussões da semana de planejamento no início do ano, haviam sentido a necessidade de tirar uma espécie de “ano sabático”, deixando de receber visitantes (inclusive as visitas guiadas para escolas foram suspensas) para se dedicar a questões internas. Os relatos foram de que, havendo sempre um fluxo muito grande de pessoas, a comunidade se via com muita frequência “apagando incêndios” relacionados a pessoas que estavam de passagem e se descuidava das pessoas que efetivamente tinham escolhido fazer parte permanentemente da comunidade.¹⁶⁴ Os moradores

¹⁶³ Como vimos anteriormente, os visitantes são sempre amadrinhados ou apadrinhados por algum morador que se compromete a dar mais atenção e a se responsabilizar por eles.

¹⁶⁴ Por exemplo, como já vimos anteriormente, o casal de sócios que estava com a obra de sua casa parada por dificuldades financeiras.

decidiram então “se recolher” para “cuidar (melhor) dessas pessoas”.¹⁶⁵ Ou seja, parecia existir naTibá – assim como provavelmente em muitas outras ecovilas – certa tensão entre a receptividade e a necessidade de privacidade (por exemplo, as visitas inesperadas certamente se relacionavam ao fato de a porteira estar sempre aberta).

Como comentamos na seção 6.2.1, a influência das ecovilas na sociedade ocorre em boa parte pela disseminação de uma *cultura*, o que pode incluir a transposição de elementos das ecovilas para outras situações. Algumas práticas ecológicas (e, em menor grau, também econômicas e sociopolíticas) adotadas nas ecovilas vêm sendo, de fato, “traduzidas” ou “exportadas” para outros contextos sociais, em alguns casos com clara influência do movimento. O melhor exemplo disso talvez seja o Movimento Cidades em Transição, fundado em 2005, em Totnes, Reino Unido, com inspiração direta no livro *The Transition Handbook*, de Rob Hopkins, um antigo morador de ecovilas e permacultor (LITFIN, 2014). Tal movimento abrange hoje centenas de pequenas cidades e bairros de grandes cidades (também no sul global)¹⁶⁶ que se preparam para as mudanças climáticas e para um presumido declínio energético relacionado ao pico do petróleo barato. Para Litfin, cada uma dessas cidades consiste, essencialmente, em uma espécie de “ecovila expandida”. É interessante também notar que o movimento de *cohousing* – uma das principais inspirações das ecovilas (DAWSON, 2006; CHITWERE, 2010) –, embora originalmente se baseasse mais em preocupações relacionadas à formação de vínculos comunitários, vem se reorientando cada vez mais em direção à responsabilidade ambiental (SANGUINETTI, 2012). Parece vir ocorrendo, então, uma convergência cada vez maior entre os movimentos contemporâneos voltados para a sustentabilidade. Um exemplo dessa tendência é o fato de os sites da GEN, do CASA (*Consejo de Asentamientos Sustentables de América Latina*), da FIC (*Fellowship for Intentional Communities*) e do MBE (*Movimento Brasileiro de Ecovilas*) incluírem o cadastro de diversos outros tipos de projetos e comunidades além das ecovilas. Em um contexto globalizado de sistemas altamente interconectados, a articulação de tais movimentos em redes tende a potencializar bastante seu alcance.

Pode-se sugerir, então, que as ações das ecovilas vêm gerando certo “efeito de onda”,¹⁶⁷ certa propagação na sociedade (LITFIN, 2014), principalmente em pequena escala. Ao contrário do esperado originalmente pelo movimento, isso não vem se dando tanto a partir

¹⁶⁵ Em referência a um dos princípios éticos da permacultura.

¹⁶⁶ Há, por exemplo, grupos em Brasilândia (São Paulo) e Santa teresa (Rio de Janeiro).

¹⁶⁷ No original, “*ripple effect*”.

da construção de *novas* ecovilas – o que, segundo Dawson (2013), vem se tornando cada vez mais difícil (no norte global), devido aos altos preços de terras e a regulações estatais relativas a zoneamento e construções. O autor sugere que, nesse cenário, a formação de novas ecovilas deixa de ser algo tão relevante; elas acabam funcionando mais como “nós” das redes de engajamento pela sustentabilidade, atuando como “catalisadores para transformações biorregionais”. Sua influência na sociedade parece vir ocorrendo, principalmente, então, pela difusão de ideias e práticas alternativas, que podem ser apropriadas de maneiras muito variáveis por diversos grupos sociais.

É interessante notar então que, se até poucas décadas atrás as ecovilas eram descritas como estando “fora” ou “em oposição” ao *mainstream* (DAWSON, 2013) – podendo ser comparadas a “experimentos *in vitro*” (KILIÁN, 2009) –, hoje elas vêm cada vez mais se envolvendo em alianças formais e informais com outros movimentos e instituições – o que, para Dawson, se deve em grande parte a mudanças *na sociedade*: ocorre que alguns valores contraculturais típicos das ecovilas, que antes eram relativamente marginais (por exemplo, proteção ambiental, vida comunal e crescimento pessoal), estão sendo crescentemente absorvidos por diversos grupos sociais (DAWSON, 2013; MEIJERING, 2012). Por outro lado, as ecovilas parecem também vir adotando certo grau de conformidade a alguns aspectos da cultura *mainstream* (MEIJERING, 2012), constituindo-se como um movimento de resistência que não busca uma ruptura total com a cultura dominante (ROYSEN, 2013). É relevante notar que, ao mesmo tempo que isso as aproxima da sociedade como um todo, também engendra um maior risco de que sejam, sem perceber, cooptadas pelo capitalismo. Na verdade, estando imersas nesse sistema, as ecovilas inevitavelmente acabam participando de sua reprodução em algumas instâncias, como vimos; no entanto, procuram também subvertê-lo em outras tantas. Vejamos então quais são as principais dificuldades existentes nesse processo.

6.2.3 Desafios e limitações da busca por sustentabilidade em ecovilas

As ecovilas são apenas *um* elemento de um vasto e descentralizado movimento pela sustentabilidade (LITFIN, 2014), e enfrentam uma série de desafios e limitações, tanto internamente quanto em suas tentativas de influenciar a sociedade. Gilman (1991), ainda no início do movimento, resumiu tais desafios em seis grandes tipos: o desafio “biossistêmico”, que seria o de encontrar formas ecologicamente amigáveis de produzir alimentos e utilizar recursos naturais ao mesmo tempo em que se preservam os *habitats* naturais, processando

localmente os resíduos; o desafio do espaço construído (*built-environment*), que seria o de construir de forma a causar o menor impacto possível na terra e no ecossistema local, utilizando materiais ecologicamente amigáveis, fontes de energia sustentável e o mínimo possível de transportes motorizados, criando um bom balanço entre espaços públicos e privados para encorajar a interação comunitária e a diversidade de atividades; o desafio do sistema econômico, que seria o de exercer atividades ao mesmo tempo econômica e ecologicamente sustentáveis, promovendo equilíbrio entre público e privado e formas apropriadas de negócios comunitários e adotando alternativas ou suplementos ao sistema monetário corrente; o desafio da governança, que seria o de criar métodos de tomar ou reforçar decisões comunitárias e resolver conflitos, definindo o papel de possíveis lideranças e encontrando formas de se relacionar com os governos locais; o desafio da “cola”, que seria o de encontrar valores, visões, comportamentos e práticas convergentes, buscando equilíbrio entre unidade e diversidade e desenvolvendo relacionamentos internos e externos ao círculo da ecovila; e o desafio “do sistema como um todo”, que consistiria em saber lidar com a necessidade de mudanças estruturais profundas simultaneamente em diversas áreas da vida, de forma a não sucumbir ao estresse que isso pudesse vir a causar.

Mais de 20 anos após a proposição inicial de Gilman, com o florescimento de muitas ecovilas e também dos estudos sobre elas, pesquisadores vêm investigando empiricamente algumas dificuldades vividas por essas comunidades. Existem grandes entraves já de início, em seu próprio estabelecimento: com base em vastos dados empíricos sobre ecovilas e outras CIs na América do Norte, Christian (2003) estima que 90% dos projetos simplesmente nunca se concretizam, às vezes por falta de dinheiro ou por não encontrar a terra desejada, mas principalmente devido a conflitos já na fase de planejamento. No Brasil, o cenário parece bem semelhante. Há cada vez mais iniciativas de ecovilas (ou comunidades afins, voltadas para a sustentabilidade), mas muitas fracassam ainda no planejamento ou nos primeiros anos. Ou seja, construir e manter uma ecovila vem se mostrando um projeto extremamente complexo, envolvendo desafios multifacetados em dimensões e escalas diversas – muitos dos quais já vimos ao longo do texto: dificuldades de desenvolver e sustentar economias locais viáveis, gerando renda *in situ*; de adquirir diversidade étnica e socioeconômica (especialmente pelos custos proibitivos) (KASPER, 2008), assim como diversidade geracional; dificuldades com vizinhos; conflitos interpessoais (CHRISTIAN, 2003); barreiras legais (principalmente em áreas urbanas) (KASPER, 2008; ERGAS, 2010, LITFIN, 2014; CHRISTIAN, 2003); pequeno número (KASPER, 2008) e flutuação de moradores, e por aí vai. As dificuldades para atrair novos membros provavelmente se devem também ao fato de que as ecovilas representam uma

mudança bastante radical de modo de vida (comunitária, em área rural). Com base na literatura existente e no cadastro da GEN, pode-se estimar que a maioria das ecovilas (as que são comunidades intencionais) têm menos de 100 moradores. A Ecovila Tibá, como vimos, estava com 30-40 no momento da pesquisa (e, na segunda visita, cerca de 10 a menos), o que acabava sendo pouco para dar conta de todas as atividades.

Kunze (2012) aponta ainda a existência do desafio prático de compatibilizar certos requerimentos (ou hábitos) do estilo de vida moderno e simultaneamente demonstrar resiliência social e ambiental – pois podem surgir contradições. Exemplos interessantes disso provêm dos estudos de Nathan (2012) e Cerratto-Pargman, Pargman e Nardi (2016), que observaram, em duas ecovilas nos EUA e uma ecovila sueca, respectivamente, que, embora elas adotassem tecnologias sustentáveis em muitas áreas, em relação a suas práticas informacionais elas continuavam a seguir padrões *mainstream*, utilizando intensamente computadores sem uma reflexão sobre os impactos ecológicos associados. Nathan narra o caso de um jovem que passou o inverno dormindo em uma rede ao ar livre, em temperaturas abaixo de zero, por conta de preocupações com o gasto de recursos para construir um abrigo; por outro lado, ele utilizava intensivamente um laptop para trabalhar – e precisava de um lugar quente e seco para guardá-lo. Cerratto-Pargman, Pargman e Nardi sugerem que, como as novas tecnologias da informação geralmente têm importantes funções profissionais e também na gestão das comunidades, os hábitos relacionados a elas acabam sendo tidos como “*bottom-line*”, constituindo uma espécie de “ponto cego” para as ecovilas. Em uma ecovila urbana não identificada nos EUA, Ergas (2010) também notou algumas contradições: com frequência os membros da ecovila exploravam serviços sociais da cidade, em especial auxílio-alimentação, carros e mídia popular, à custa de alguns de seus valores – explicitando certo embaraço sobre tais ações, mas justificando-as porque auxiliariam a cumprir outros objetivos. Na Ecovila Tibá, parecia haver bastante consciência acerca desse tipo de questão, e alguns entrevistados falaram sobre o assunto (sem o direcionamento de qualquer pergunta da pesquisadora):

Às vezes eu vejo a gente se contrariando, isso pra mim é muito forte. Você defende uma coisa, mas você faz outra, sabe? [...] Sei lá, você mora numa ecovila e dá dinheiro pra Marlboro, [...] sabe? [...] Eu também tenho celular, entendeu, eu tô apoiando o sistema. (Zélia)

Se por um lado é essencial reconhecer as contradições existentes e buscar minimizá-las, por outro, em uma perspectiva materialista histórica e dialética, é necessário também entendê-las como parte inerente da realidade social. Afinal, não existem respostas não

contraditórias para uma contradição (HARVEY, 2014). Cerratto-Pargman, Pargman e Nardi (2016) argumentam que visões puristas de sustentabilidade são irrealistas, e que esta deve ser vista como um processo de contínua adaptação. Assim, o surgimento de contradições nas práticas das ecovilas parece inevitável, especialmente no que se refere às estruturas de “classe” e às estratégias de geração de renda – como fica evidente, por exemplo, no fato de que as atividades oferecidas, como vimos, em geral são elitizadas. López e Prada (2015) sugerem que grande parte das ecovilas acaba assumindo uma linguagem e práticas que continuam sendo capitalistas para dinamizar suas economias internas.

Diversas limitações das ecovilas são evidenciadas também a partir das críticas feitas ao movimento. Por exemplo, a Democracia Inclusiva – uma teoria e projeto político que emergiu a partir do trabalho do filósofo e ativista Takis Fotopoulos – relaciona as ecovilas a formas de elitismo, utopismo, irracionalismo, apoliticismo, escapismo/isolacionismo e egoísmo/individualismo (associado ao escapismo), questionando seu status de movimento social e sua validade enquanto formas de transformação da sociedade (ver, por exemplo, Fotopoulos, 2000, 2002, 2006; Garden, 2006a, b; Velissaris, 2006). Embora possam incorrer em algumas interpretações e generalizações equivocadas, tais colocações fornecem uma base para aprofundar um pouco as discussões sobre o papel social das ecovilas. As reações dos entrevistados da Ecovila Tibá a essas críticas em geral foram receptivas, mas suas respostas foram bem variáveis. Alguns concordaram com elas, ao menos em parte – por exemplo, ressaltando que tais desafios não são exclusivos das ecovilas, ou que cada ecovila pode ser muito particular – enquanto outros as rejeitaram, sugerindo, por exemplo, que eram “críticas sem fundamento” (Benício). Um entrevistado sustentou uma posição bastante reflexiva e apontou a importância de manter os perigos associados a tais críticas em mente:

Eu acho que é importante que as pessoas tenham essa preocupação. Porque, se [...] quiserem montar as suas comunidades, elas têm que se preocupar exatamente com isso. Em não serem [...] isolacionistas, utópicas, esse tipo de coisa. [...] O que eu acho ruim é as pessoas deixarem de tentar usando isso como um muro. Falar assim: "já que eu vou encontrar um monte de egoísta, então eu não saio do meu lugar; já que essas pessoas estão tentando se isolar do mundo, então eu fico isolado aqui; já que essas pessoas são apolíticas, então eu não vou me envolver com isso". Então acho que importante é o seguinte: se você quer que tenha uma comunidade legal, [...] faça essa comunidade evitando exatamente essas coisas, que é o que a gente evita fazer aqui. (José)

Analiseemos então cada uma dessas críticas com mais detalhes. Sobre o elitismo, a discussão já foi adiantada na seção 5.2.3, e não restam dúvidas de que se trata de uma questão altamente pertinente e com importantes implicações. Em relação ao utopismo, as ecovilas são,

de fato, frequentemente entendidas (inclusive por autores simpatizantes ao movimento) como “projetos utópicos”, no sentido de que buscam realizar sua visão sobre como as coisas “deveriam ser” (SARGISSON, 2004) – assim como as CIs em geral.¹⁶⁸ No entanto, uma vez que elas *existem*, não faz sentido considerá-las utopias no sentido mais corrente do termo: de algo “irrealizável”. Como enfatiza Kirby (2003), sendo reais, elas enfrentam inúmeras dificuldades enquanto procuram fornecer propostas de solução para os problemas civilizatórios. Os entrevistados da Ecovila Tibá argumentaram:

Eu não sinto nada utópico, acho que a gente tem um pé no chão, e sabe os nossos limites, até onde a gente consegue ir, e a gente sonha muito, com certeza, mas acho que é até isso que falta nas pessoas lá fora... sonhar e realizar também. (Bia)

Pra mim não é utopia porque eu tô realizando. [...] Algo inalcançável que eu vejo é o que se prega hoje na sociedade continuar sendo verdade. [...] Que vai funcionar assim sempre. [...] É inconcebível. A quantidade de vezes que o sistema teve que salvar os bancos pra não colapsar, daqui a pouco não vai conseguir mais. (Gilda)

Segundo Bossy (2014), a utopia pode ser entendida, na verdade, como uma forma de discurso atrelada a um conjunto de práticas; ou seja, além da rejeição à sociedade existente e da ideia de que outra sociedade é possível e desejável, deve incluir práticas voltadas para realizar ao menos uma parte dos elementos de seu discurso utópico. Sob essa perspectiva, o utopismo das ecovilas carrega um sentido até bastante positivo, e tem considerável valor em tempos de um capitalismo que vem se tornando cada vez mais *distópico*. Todos os entrevistados da Ecovila Tibá mostraram enxergar a utopia como algo positivo e até necessário – nas palavras de um deles, “é o que sempre moveu o mundo” (Benício):

Utopia pra mim ela é um sonho que você nunca vai alcançar. [...] Mas ele precisa existir. Porque ele vai guiar seus passos. [...] Então, nesse sentido, eu acho que tem muito utopismo aqui. E que bom que tem. [...] Se a gente entende que é isso, todo mundo tem a sua utopia e tá vivendo no seu mundinho imaginário, achando que vai alcançar alguma coisa em algum lugar, e essa utopia tá guiando essa pessoa pra esse lugar, né. (Flávia)

Eu acho que a gente tem uma utopia, né, [...] a gente tem um sonho de modo de vida, de modo de relações, de aonde a gente gostaria que a nossa comunidade chegasse, e aonde a gente gostaria que a sociedade chegasse. Mas, aí, entre esse sonho e a prática que a gente tá agora, tem um caminhar, tem uma distância muito grande e que talvez a gente não veja isso concretizar. [...] Mas aí a gente não vai abandonar esse sonho, não vai abandonar essa vontade política, essa vontade de fazer diferente. A gente [...] vivencia um modo de vida que a gente não concorda e a gente quer vivenciar outro. E até onde a gente vai chegar, eu não sei, mas a gente tem ele como meta. (Lívia)

¹⁶⁸ Ver seção 3.3.2.

Outro entrevistado falou mais claramente sobre essa noção de que os resultados mais amplos das mudanças feitas hoje provavelmente não serão rápidos – e sobre a utopia estando relacionada, então, a uma questão de escala de tempo:

Eu acho que demora muito tempo, né, pra gente mudar alguma coisa nesse âmbito, então o que que é utopia? Utopia achar que eu vou ver isso em vida? É utópico. E eu vou ligar? [...] Agora, que a gente vá como humanidade transcender esse modelo que a gente vive hoje pra modelos mais interessantes, isso eu tenho uma esperança. [...] Qual que é a fração de tempo que você tá falando, né? Pros próximos mil, dois, cinco, dez mil [anos]? Nossa, [...] é no mínimo prepotência, né, dizer que é irrealizável. (Fabrício)

Frequentemente atrelada ao utopismo, a crítica de “irracionalismo” parece também bastante infundada. Trainer (2002) argumenta que Fotopoulos na verdade confunde espiritualidade com irracionalidade – e, para Trainer, condenar a espiritualidade constitui um grande equívoco, pois muitos dos problemas da sociedade capitalista contemporânea se relacionam justamente a uma falta de cultivo de valores além dos econômicos – p. ex. entusiasmo pela vida, paz interior, senso de propósito e de unidade com as pessoas e com a Terra.

No que se refere ao isolacionismo/escapismo, comumente associado também a um apoliticismo, de fato existem ecovilas que apresentam tais tendências, funcionando como enclaves isolados (LITFIN, 2014). Segundo Meijering, Huigen e Van Hoven (2007), muitas CIs voltadas para a sustentabilidade (não necessariamente ecovilas), de fato, “se retiram” para localizações remotas em busca de um “idílio rural”, como uma forma de recusa de participação na sociedade. Sargisson (2007) e Firth (2012) sugerem que os “projetos/experimentos utópicos” requerem certo distanciamento do mundo exterior para buscar concretizar suas visões do que seria uma vida “boa”. No entanto, como já vimos no capítulo 3, um distanciamento exagerado das comunidades em relação à sociedade pode ter efeitos perigosos e acabar gerando até, em última instância, distopias (SARGISSON, 2007). No caso das ecovilas, as tendências isolacionistas parecem na verdade ser exceção – o que é corroborado por sua busca por influenciar a sociedade.

Ainda que uma *postura* isolacionista não seja, de forma geral, uma escolha das ecovilas, por vezes acaba se configurando certo isolamento em relação à sociedade devido a diversos fatores. Seus moradores com frequência tornam-se figuras “marginais”, que não “se encaixam” muito bem, e, assim, suas relações sociais podem ficar bem dificultadas, a começar pela própria família e os amigos. Um entrevistado da Ecovila Tibá, por exemplo, relatou que se via distanciado de amigos da vida inteira, com quem não se identificava mais, e que,

mesmo para os seus pais, era incompreensível ver o filho advogado largar tudo pra ir morar “no meio do mato” (Benício). Outro entrevistado se referiu a tais dificuldades como “problemas de geração”: ele explicou que os pais da maioria das pessoas não as criaram para a vida comunitária, e que isso gerava uma série de “ruídos” nas relações familiares. Embora houvesse um esforço para minimizar tais problemas, muitas pessoas na Tibá já passaram épocas brigadas com a família.

Mas o principal fator que costuma ser considerado responsável pelo presumido isolamento das ecovilas é sua localização geográfica predominantemente rural. Como vimos, boa parte das ecovilas se estabelece em áreas rurais devido a reduzidas barreiras econômicas e legais (KASPER, 2008; ERGAS, 2010, LITFIN, 2014) e também à busca por algum grau de autossuficiência (principalmente na produção de alimentos e energia), o que requer maior disponibilidade de espaço físico e recursos naturais. Nesse contexto, certo isolamento pode acabar tendo uma importante função, ao favorecer mudanças mais radicais de estilo de vida, e, assim, o surgimento de soluções alternativas, inovadoras. No entanto, estabelecendo-se em áreas rurais, as ecovilas precisam encontrar meios de balancear a vida comunitária e a relação com o mundo – ou, como chama Sargisson (2007), a “nutrição” interna do grupo e o “*outreach*”. Os projetos mais integrados ao *mainstream*, por sua vez, podem gerar uma significativa propagação de ideias devido à alta visibilidade junto à sociedade. A ecovila estudada por Ergas (2010) nos EUA, por exemplo, escolheu se estabelecer em área urbana justamente para facilitar a difusão de seus ideais de sustentabilidade. Nessas áreas urbanas, um “modelo” interessante por vezes adotado por ecovilas é o de *retrofit cohousing*, que adapta construções preexistentes. Segundo Sanguinetti (2012), tal modelo seria mais compatível com valores de independência, privacidade e propriedade, tendo mais fácil assimilação pela sociedade, e, assim, maior potencial de impacto de larga escala. Por outro lado, justamente por isso, pode acabar, talvez, mascarando a necessidade de mudanças mais profundas de paradigma. De fato, comunidades urbanas tendem a ser mais restringidas estruturalmente (BOYER, 2015), e comunidades de *cohousing* especificamente são também menos independentes economicamente e menos sustentáveis ecologicamente em comparação com comunidades (incluindo ecovilas) mais afastadas da cultura *mainstream* (SANGUINETTI, 2012).

A investigação de Boyer (2015) em três ecovilas nos EUA traz alguns *insights* acerca da influência da localização geográfica na qualidade de suas ações externas: Dancing Rabbit, situada em região rural esparsamente povoada (e por isso considerada pelo autor um projeto mais radical), só realizou difusão de suas práticas por replicação; LAEV, estabelecida em um

centro urbano (constituindo um projeto mais integrado ao *mainstream*), difundiu suas práticas também por escalonamento; e EVI, localizada em área periurbana (e considerada então um projeto “intermediário”), foi a única que conseguiu realizar translação.¹⁶⁹ De acordo com o autor, áreas periurbanas são, historicamente, um espaço fértil para formas inovadoras de desenvolvimento. Assim, ecovilas e outras comunidades que combinam elementos agrícolas nessas áreas podem funcionar como espaços de experimentação de modelos inovadores de uso da terra, comumente favorecendo a atividade de pequenos agricultores em áreas com custos proibitivos e ajudando a amortecer tensões tradicionais entre urbano e rural (NEWMAN; NIXON, 2014). Tais projetos de caráter intermediário tendem, então, a favorecer a construção de pontes entre o “nicho” e o “regime” (a sociedade *mainstream*) (SMITH, 2007 apud BOYER, 2015) – mas isso não depende exclusivamente da localização geográfica; Boyer ressalta que o status “intermediário” de EVI se relacionava também a *attitudes* “balanceadas”: esta ecovila desafiou algumas convenções sociais, lutando para modificá-las, sem no entanto rejeitá-las categoricamente. Vale notar que esse “status intermediário” é também custoso: de acordo com Boyer, EVI precisou “pagar” preços tanto do nicho do movimento como do regime (por exemplo, quando perdeu muitos membros ao decidir abrir mão da ideia de moradias acessíveis para todos).

No que diz respeito à Ecovila Tibá, os moradores em geral expressaram não acreditar que a ecovila estivesse isolada da sociedade. Como vimos na seção 6.2.2, existiam lá formas diversas de relações com o exterior, embora muitos considerassem que ainda eram poucas. Um entrevistado comentou que a comunidade queria se integrar, mas com pessoas, movimentos e organizações que estivessem pensando de forma semelhante (Benício). Outro entrevistado deu um exemplo ilustrativo disso:

Eu não acho que [as ecovilas] são isolacionistas, acho que são minoria mesmo. [...] Mas acaba se isolando, [...] é mais ou menos como se você... Sei lá, você tá numa festa. E aí entra numa roda e começa a falar mas ninguém presta muita atenção, aí você sai daquela roda e vai pra outra, e na outra as pessoas se identificam com você e você começa a falar. É meio isso, [...] é você mudar o seu foco de quem não tá conectado com você. Então, por que que talvez as pessoas vejam como isolacionismo e tal? Porque são no meio rural, então, assim, qual que é o ataque do capitalista urbano? "Ah, tá voltando pro rural, tá retrocedendo ao que deveria ser feito, que é se isolar no mato", esse estereótipo que pode chegar o CEO de qualquer empresa aqui que a gente arregaja ele de argumento. (Rogério)

Eu acho que acaba acontecendo um movimento [de isolamento] porque é muita coisa pra você cuidar, então você tem uma frequência menor a outros locais. Então acho que isso deve ser meio que um padrão em ecovilas rurais [...]. Mas por essa

¹⁶⁹ Ver explicação sobre tais formas de difusão na seção 6.2.2.

necessidade de se autogerir. E aí eu acho que são opções, né. As que procuram fazer a bolha e ficar na bolha e as que procuram um contato com o externo. (Carolina)

A ideia de que os moradores de ecovilas “vivem isolados em uma ‘bolha’” é algo bastante senso comum. Um entrevistado chamou a atenção para o fato de que a noção de isolamento, no entanto, depende do referencial:

Particularmente eu quero distância da sociedade, eu quero viver numa bolha. "Ah, mas você não acha que é lavagem cerebral?" É lógico que é, meu cérebro tá poluído, eu preciso de lavagem cerebral. É isso mesmo. [...] Eu quero o distanciamento da cidade! [...] Ela [a sociedade] é poliscentrada, né? Ela tem essa cidade como referência. Por que que você que não tá se distanciando do campo? [...] Eu posso ter a mesma visão do lado de lá. (Fabrício)

Posteriormente, em uma conversa informal, o mesmo entrevistado sugeriu que *todo mundo* na verdade vive em *alguma* bolha, e que a questão seria “escolher a sua”. Outra entrevistada comentou algo semelhante, sobre a vida na cidade sendo também uma forma de isolamento:

O sistema faz isso também, não faz? (rsrsrs) Viver na cidade não é uma imposição de tudo isso também? [...] O único jeito de viver e falar que é o certo, sabe... Te deixa distante de várias coisas, né? (Zélia).

López e Prada (2015) argumentam que algumas críticas ao fenômeno das ecovilas se fundamentam ingenuamente em uma concepção progressista da história que supõe uma superação de etapas sociais, e segundo a qual a vida rural e comunitária significaria uma regressão ou anacronismo involutivo. Em realidade, pensar que estar afastado da cidade é estar isolado da sociedade nada mais é do que uma construção, e com forte carga ideológica. A cidade é o símbolo mais claro do modelo de vida capitalista ocidental, enquanto o campo está carregado de significados pejorativos (falta de possibilidades de “desenvolvimento”, educação e comunicação, precariedade de serviços, isolamento) (LÓPEZ; PRADA, 2015). O que ocorre é que o capitalismo *precisa* das cidades – locais onde geralmente não se tem acesso à terra e se é obrigado a vender a força de trabalho para pagar altos custos de vida e incentivado a consumir uma infinidade de bens supérfluos, para assim continuar girando a roda do crescimento; as pessoas se constituindo cada vez mais apenas como trabalhadores-consumidores alienados. No entanto, “sociedade” *não é*, evidentemente, sinônimo de “cidade”. E as cidades na verdade apresentam inúmeros problemas sérios. Um entrevistado demonstra um forte descrédito em relação a elas:

Eu não acredito muito nas cidades, eu acho que elas têm que ser destruídas. [...] Benefício é só pra elite, pras pessoas que comandam as cidades, que são as pessoas que têm as indústrias, as empresas, os políticos, [...] elas ganham dinheiro pela cidade. [...] Eu sou ludibriado a estar num trabalho que se ganha muito bem só que se paga uma fortuna pra estar lá, a pessoa é prisioneira daquela porcaria lá. [...] A cidade por si só já é um câncer. Tem asfalto na parada! [...] Chove e não entra mais na terra a parada! Muito louco, a gente é burro pra caralho. [...] Então, assim, eu [...] não acredito que os meus amigos vão mudar de mentalidade. Eu só mudei porque os meus pais morreram, [...] se não eu ia estar lá. Diretor de Não-Sei-Quê, andando de carro bonito, sendo um imbecil completo. [...] Eu não acredito que a cidade vai mudar, [...] acho que as pessoas da cidade tinham que fugir da cidade pra fazer essas práticas no campo. Quebrar a cidade, quebrar o chão, ver que tem terra embaixo e plantar. (Rogério)

Para López e Prada (2015), ocorre nas ecovilas uma “transfiguração valorativa do binômio cidade-campo”, pois a cidade, tão valorizada na cultura *mainstream*, passa a representar imobilidade, estresse, doenças, contaminação, insegurança, competição desmedida, enquanto o campo representa tranquilidade, tempo livre e compartilhamento. O rural deixa também de ser apenas sinônimo do agrícola e passa a abrigar atividades diversas como ecoturismo, proteção ambiental, educação ambiental, produção artesanal, experiências espirituais de construção de sentido do ser humano no mundo etc.

A visão pejorativa das cidades, no entanto, não parece ser compartilhada pelos demais entrevistados da Ecovila Tibá. Embora reconhecendo os problemas associados a elas, a maioria deles falou sobre procurar transformá-las aos poucos. É importante notar que as cidades podem ser vistas também como solução para certas questões – por exemplo, a concentração populacional tende a otimizar a distribuição de energia (elétrica) e a mobilidade através de transportes públicos, diminuindo a necessidade de deslocamentos. Claro que há também formas de contornar tais questões, como o uso de energia solar e a autoprodução de bens. Mas o que desejamos ressaltar aqui é que, no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada, morar fora das cidades não necessariamente leva ao isolamento. O problema parece estar muito mais em uma *atitude isolacionista*, que, como vimos, pode existir por parte de algumas ecovilas. Ergas e Clement (2016) enfatizam que muitos membros de ecovilas têm mais o objetivo de adquirir uma transformação individual do que de se engajar em discussões sobre estruturas político-econômicas. Tal postura costuma estar associada, no contexto das críticas às ecovilas, a um individualismo ou egoísmo, no sentido de “cuidar do seu” e “esquecer o resto da sociedade”. Sobre isso, os moradores da Ecovila Tibá em geral discordaram. Uma entrevistada argumentou que, ao contrário de egoísmo, para estar na ecovila é preciso estar muito aberto para se visitar, se transformar (Zélia). Outros dois

entrevistados sugeriram que tal acusação constituiria um julgamento moral despropositado, direcionado a qualquer um que procure “fazer diferente”:

Por que que eu tô sendo egoísta de me retirar de um lugar onde não querem [...] criar nada diferente, [...] se movimentar? Por que que eu sou o egoísta se eu saio de lá e vou prum outro lugar, vou construir e desprezo eles? O desprezo causa esse julgamento de egoísmo, eu acho. [...] O que eu acho que é a ameaça de quem tá no sistema e vê uma ecovila? Ele vai precisar questionar o que ele tá fazendo. [...] Do mesmo fato que eu julgo eles, um bando de boçais que eu já fui, eles vão me julgar, mas eu não tô mais interessado. Aí esse "ah, não tô interessado no que você acha", pode ser um "aaah! tá vendo, egoísta! não quer levar os outros!" Não quero mesmo, você que fique no seu processo. Não tô interessado em ser mãe ou pai de ninguém nem dar exemplo de nada. Tô interessado em resolver minha vida e estar perto das pessoas que eu gosto e das pessoas que eu posso construir alguma coisa legal e me sentir bem. [...] Eu não posso estar com todo mundo, ajudar todo mundo. [...] Eu posso sair de um sistema que eu não estou mais contribuindo com ele. Não contribuir é um exemplo, mas não é um exemplo egocêntrico. [...] Simplesmente vou fechar minha conta no banco. E ninguém vai saber. Isso pra mim é contribuição que eu dou. (Rogério)

Ah, eu acho que pode ter uma dose de verdade, também. [...] Só que eu vou nesse salve-se quem puder mas fazendo o que eu acredito que pode ser um exemplo, então... [...] Porque... [...] pra estar ombreado com você eu tenho que ficar lá na cidade fazendo o que eu não gosto? [...] Eu acho que a gente pode ter dedo em riste pra tudo, né. "Ah, pessoa egoísta, vive numa ecovila, você tem que vir aqui se ferrar com a gente, cara!" (Fabrício)

A escolha de viver em uma ecovila parece se tratar, essencialmente, como vimos na seção 6.1.2, de procurar agir de acordo com o que se acredita – e, a partir disso, potencialmente servir como exemplo. Uma ideia relacionada a isso que apareceu na fala de muitos entrevistados foi a de que esse suposto egoísmo estaria associado também a uma necessidade de se desenvolver ou se cuidar *antes* de ajudar os outros:

Pode ser mesmo um egoísmo no sentido de se fortalecer primeiro, porque eu preciso me curar, né. Eu caí nessa caminhada pra me curar. Se isso é egoísmo, então tudo bem, né. Porque... Há vontade de curar os outros, como eu falei, né, ou de ajudá-los [...] a se curarem. Mas pra isso eu preciso [...] estar bem primeiro. (Pedro)

Não tem como a gente cuidar de outro se a gente não cuidar da gente primeiro, então é fundamental que tenha um certo nível de egocentrismo aí pra você poder abrir. Acho que o desafio começa quando a vontade de não abrir é uma condição. [...] Eu tô fazendo esse movimento todo aqui: aprendendo, me beneficiando, crescendo, pra depois repartir... [...]. É que nem no avião: se ele cai, você tá com uma criança do lado, a máscara que você põe primeiro não é na criança, é em você, pra você poder ajudar a criança. (Carolina)

Muito associada à crítica do isolacionismo, a do apoliticismo suscita bastante controvérsia, e talvez possa ser considerada o cerne das críticas da Democracia Inclusiva, já que este movimento defende a necessidade de confronto direto nos problemas político-institucionais da sociedade. Muitas ecovilas (talvez se possa dizer que uma maioria) de fato

não têm uma atuação política como geralmente a entendemos, mostrando desinteresse ou descrédito em relação à macropolítica (como observado, por exemplo, em “Ekoby”¹⁷⁰ por Cerratto-Pargman, Pargman e Nardi, 2016). Segundo López e Prada (2015), as ecovilas em geral vêm “menosprezando [...] toda forma de mobilização e confronto com os atores capitalistas” (p. 225), e assim seu impacto acaba sendo bastante restrito, não afetando estruturas mais profundas do sistema; elas permanecem como ações locais autônomas que, como argumenta Harvey (2014), não desafiam o poder da classe dominante. Mesmo Trainer (2000, 2002), um entusiasta do movimento de ecovilas, sugere que ele está bastante permeado por apatia política e irresponsabilidade social. Fotopoulos (2000) ressalta ainda que a falta de objetivos e estratégias comuns entre as ecovilas faz com que elas não possam sequer ser consideradas um movimento social. De acordo com Cunha (2012), há realmente uma falta de articulação interna (as experiências brasileiras, por exemplo, praticamente não “conversam”) e também em sua interação com outros movimentos.

Nesta pesquisa, não há como aprofundar a discussão sobre os conceitos de “política” ou de “movimento social”. Vale ressaltar, porém, duas perspectivas acerca da questão: por um lado, a partir da previsão de Marx de que o capitalismo “nunca cairá por si só; será preciso *empurrá-lo*” (HARVEY, 2014, p. 258), o confronto de fato parece algo fundamental e inevitável. Por outro lado, o confronto não é a *única* frente de ação necessária. Afinal, se “empurra-se” o capitalismo para fora do cenário, coloca-se o quê em seu lugar? É nesse contexto que as ecovilas vêm sendo reconhecidas por alguns autores como uma forma legítima de movimento social que, em vez de focar no protesto contra a ordem existente, é calcada na construção de alternativas (p. ex. LITFIN, 2014; MEIJERING, 2012; ERGAS, 2010; BROMBIN, 2015; LOCKYER, 2010a). Parece razoável enxergar nisso um viés político. Para Sawaia (1996), o próprio conceito de comunidade tem uma forte dimensão política. Brombin (2015) sugere que o trabalho agrícola nas ecovilas italianas estudadas, por exemplo, se mostrou diretamente ligado a ideais políticos como soberania alimentar, justiça social, promoção de modelo econômico baseado em reciprocidade, o direito de viver bem e de administrar livremente as horas de trabalho – expressando, assim, uma forma complexa de resistência à cultura dominante. É mais ou menos isso que os entrevistados da Ecovila Tibá sustentavam; eles falavam especialmente sobre um conceito de política mais amplo, não restrito à política partidária, mas como uma “ação diária” (Zélia):

¹⁷⁰ Nome fictício.

Eu sinto que a nossa revolução é muito mais silenciosa, sabe? Não sei, acho que cada um encontra uma ferramenta de lutar pelo que acredita. Nós, pelo, menos, aqui, foi isso que a gente encontrou, é o que faz sentido. Por exemplo, estar plantando o nosso alimento. [...] Agroecologia é algo bem político. (Bia)

Aqui é uma ecovila bastante de esquerda, que tem uma visão política super profunda, mas não quer dizer que a gente fica discutindo política. [...] Eu tava preocupado com o *impeachment*, tava preocupado com o novo governo, tava preocupado com os golpes que estão acontecendo no Brasil, a gente conversa sobre isso aqui... [...] Não vejo ninguém aqui que é um militante político, mas as pessoas são [...] bem politizadas, eu acho. (Rogério)

Acho que toda a nossa ação aqui, ela é política. [...] A gente tá se entendendo nesse papel político nosso, [...] pra depois [...] tentar compartilhar, [...] se envolver externamente. [...] Acho que a gente caminha pra ser mais atuante. [...] Na questão, assim, político partidária, [...] institucional, aí a gente não tem um envolvimento ainda muito determinado. [...] Tudo vai tendo seu tempo... [...] Esse ano, [...] um dos nossos companheiros, que acompanhou a ecovila em todo o processo, [...] também faz parte da permacultura urbana, vai se candidatar como vereador. E se envolveu num partido de esquerda, [...] mais alinhado com os nossos ideais [...]. Então [...] as pessoas que [...] têm afinidade com esse processo [...] se colocam [...] à disposição de ajudar nessa campanha, por ver que é importante também de alguma forma ter uma sementinha dentro da política institucional. [...] Teve momentos de muito processo interno aqui dentro, [...] pra gente [...] reconhecer quais são os nossos ideais e pra onde a gente quer seguir em grupo. [...] Uma das coisas que foi interessante foi, o Globo Repórter queria vir fazer uma reportagem nossa. [...] Nossa, isso despertou pros nossos princípios políticos aqui dentro. "Não, o Globo Repórter? Não, calma aí, [...] vamos sentar e vamos conversar! [...] Pra muitos, né, acho que pra maioria, é uma mídia golpista, [...] que vai totalmente contra os nossos ideais... [...] Qualquer crítica que a gente fizesse a ela não ia aparecer, [...] então seria um uso de imagem pra fortalecer aquela emissora de televisão que... [...] a gente não concorda com ela. Então, tem momentos que nos fazem voltar a essas reflexões, né? Que são importantíssimos da gente ter aqui dentro e não esquecer que a gente tá envolvido dentro de uma sociedade, [...] que ultimamente [...] tá meio perturbadora. [...] Então, assim, eu acho que a gente tem um senso crítico e a gente tem vontade política. A gente [...] quer fortalecer as técnicas do fazer aqui dentro. De mudar as nossas relações de produção, as nossas relações de consumo, e as nossas relações de trabalho. [...] A gente tem esse foco nessa transformação pras relações mais éticas, mais justas, mais solidárias, e relações que se sustentem, né, que nos sustentem enquanto seres humanos e sustentem o ambiente que a gente tá envolvido. Aí agora, enquanto atores políticos e econômicos, [...] a gente ainda tá descobrindo qual é o nosso papel efetivo. (Lívia)

A gente não tem uma posição política coletiva... [...] Embora eu ache que a opção de viver dessa forma seja um grande ato político. [...] Na hora que você vai [...] plantar semente que é crioula, você tá fazendo um ato político contra a Monsanto. [...] Contra essas indústrias da semente que monopolizam o cultivo, [...] que condenam o agricultor a uma dependência. [...] Na hora que você [...] prima por comer um orgânico, você tá ali contra a Bayer, contra essas indústrias que produzem o veneno e depois o remédio, né... [...] Na hora que você [...] diz assim "cara, [...] indústria do cimento, tijolo, pra quê?", e começa a fazer bioconstrução, é um ato político. Na hora que você [...] escolhe uma outra forma de captação de energia que não aquela que tá financiando a Belo Monte, é um ato político. Então, não sei. Talvez a gente não vista nenhuma camisa, do Greenpeace, etc, a gente não tem um movimento de ir às ruas, enfim, coisas que poderiam ser caracterizadas como uma politização, mas eu acredito que, de uma forma miúda, silenciosa, [...] a gente cria esse movimento. Especialmente porque a gente acolhe muitas pessoas, não é só essa ecovila não, ecovilas pelo mundo afora... [...] Proporciona uma vivência incrivelmente rica e transformadora na vida dessas pessoas, que vão repensar a sua forma de consumir, que pra mim é o maior ato político que a gente pode fazer. (Carolina)

Existe, na verdade, entre as ecovilas, uma clara aposta na *micropolítica* (associada à aposta, anteriormente discutida, nas soluções locais) – como ilustram alguns entrevistados:

A gente acredita em soluções locais pra uma solução global. [...] A gente soluciona relações pessoais, o cuidado com a terra, o tratamento de água, [...] de esgoto, captação de água, [...] a gente não depende da prefeitura pra isso. Então, [...] a gente tem muito reduzido o encargo pra eles. E a gente tem uma atuação política nesse sentido da organização social... [...] A gente tenta criar rede local, então a gente auxilia outras comunidades... [...] A gente é apartidário. [...] Então tem algumas comunidades que lutam na verdade por uma nova forma de fazer política, né. (Gilda)

Hoje eu não acredito [...] que o que a gente busca esteja na classe política, sabe? Eu acredito que [...] a solução dos nossos problemas tá nas nossas próprias atitudes, da gente se ajudar, da gente resolver. [...] Eu acho que o Estado é uma criação pra manipular a gente. [...] Então, por perder a fé no Estado não tem como eu ter fé na política, né? [...] É claro, dentro da parte da reforma política, existe muita coisa que dá pra gente fazer pra melhorar as coisas que aí estão, né... mas eu acredito que a coisa é tão errada, tão errada que não dá pra reformar. [...] Também não sou um revolucionário. Eu acredito que a gente tem que, através [...] da nossa organização, do nosso empoderamento, depender cada vez menos dessa estrutura. [...] Ter uma independência [...] alimentar, seria o começo... depois educacional... [...] Então esse movimento de se afastar da política dessa forma eu me incluiria nele... [...] Pra mim é muito claro isso: as mudanças que a gente quer vão vir da base da sociedade, nunca vão vir do ápice, sabe? Por exemplo, eu vi uma notícia aí na TV que os moradores de uma área periférica tinham um córrego que passava e eles precisavam fazer uma ponte que interligava ali... fazia muitos anos que eles faziam esse requerimento, e o município nunca tinha recursos pra fazer... [...] E uma senhorinha da comunidade se mobilizou, passou a caixinha, [...] chamou um pedreiro, chamou um ferreiro... [...] Em um final de semana eles fizeram a ponte, gastaram tipo 3 ou 4 mil reais, e resolveram um problema de anos *entre* os moradores, que o poder público foi incapaz de resolver em décadas, né... então eu acho que essas são as soluções, pra tudo. (Benício)

Assim, embora o tipo de atuação das ecovilas não seja normalmente reconhecido como “político” pelo senso comum (e os próprios moradores da Ecovila Tibá divergiram um pouco sobre considerá-lo ou não uma forma de “ativismo”, por exemplo), a partir do exposto pode-se sugerir que, enquanto experiências concretas de cunho anticapitalista, elas acabam tendo funções políticas, ainda que “difusas”. A limitação à pequena escala, porém, traz desafios a um desejado alcance social mais amplo. Expandir as ações para escalas maiores (realizar “escalamento” ou “translação”, segundo a literatura sobre projetos *grassroots*)¹⁷¹ é algo que apenas uma minoria delas consegue fazer. No entanto, a questão da escala não pode ser tratada de maneira simplista. Experiências locais autônomas como as ecovilas, sozinhas, evidentemente não têm como transformar a sociedade como um todo, mas podem trazer contribuições relevantes. Afinal, os esforços pela transformação social podem e devem ocorrer em múltiplas escalas, contextos e formas. Harvey (2014), ao mesmo tempo que critica

¹⁷¹ Ver início da seção 6.2.

a *limitação* dos movimentos anticapitalistas contemporâneos à pequena escala, sugere também que associações comunais podem servir de *base* para movimentos mais amplos. Para López e Prada (2015), as comunidades são uma forma de existência social que implica a “luta do indivíduo com os modos mais profundos de subjetividade inculcados na matriz capitalista” (p. 225) – o que nos remete novamente àquela faceta intangível da busca por sustentabilidade: a cultura. Kasper (2008) sugere que os maiores desafios que as ecovilas enfrentam são, em última instância, culturais, relacionando-se aos valores e crenças prevalentes na visão de mundo ocidental dominante, como o individualismo e o excepcionalismo humano. Alguns entrevistados da Ecovila Tibá falaram sobre isso:

... Abandonar essa sua cultura, tudo o que lhe foi imposto de alguma forma pela sociedade, [...] transformar o seu modo de vida, o seu modo de pensar, o seu modo de atuar. [...] É um desafio super interessante, assim, de evolução pessoal. [...] E é [...] um dos principais pontos positivos, eu acho que [...] tá envolvida com a evolução da sociedade, [...] Eu acho que ele [a ecovila] é um ambiente que te tira do comodismo, te desafia, né, [...], e te estimula um crescimento, tanto pessoal, como espiritual, como de grupo. (Lívia)

Os maiores desafios são me livrar das amarras que me foram postas desde que eu nasci, de tudo que injetaram na minha cabeça... [...] E das coisas que me fizeram ingerir também, meu corpo se tornou dependente. [...] Como açúcar. [...] O meu organismo ele se desenvolveu ingerindo essas porcariadas todas... E cresci sendo ensinado a ter muitos preconceitos também. [...] Aprendi que chorar era ruim, [...] falar a verdade era ruim também... [...] E viver em grupo, [...] né, coletivizar... [...] Mas [...] eu tenho trabalhado isso... naturalmente isso vai se perder. [...] São as coisas boas também, porque traz esse aprendizado na marra, né. (Pedro)

O maior desafio é você se desviciar da doutrina que foi colocada na sua cabeça sobre consumo, sobre relações, sobre tudo, que você tem que [...] se isolar num apartamento, e propriedade privada, tem que consumir o máximo que você puder, tem que ser [...] *workaholic*, tem que fazer as mesmas coisas que todo mundo, tem que ser preconceituoso com o diferente. [...] Então, assim, o único desafio que eu acho que a gente tem aqui é retirar a merda que aconteceu lá fora. Porque os desafios daqui são desafios mais genuínos, eu acho, mais humanos... (Rogério)

Como argumentamos brevemente na seção 6.1, a cultura parece de fato constituir a instância que engendra os maiores entraves às mudanças sociais, já que embasa nossas ações de uma forma que muitas vezes sequer percebemos. Assim, concordamos com Litfin (2014) quando sugere que as transformações sociomateriais e de consciência (culturais) estão inextricavelmente entrelaçadas. Isto não implica, porém, que seja necessário *primeiro* ocorrer uma transformação cultural em ampla escala para *depois* se construírem ações concretas. A relação entre essas duas instâncias é dialética, isto é, as práticas existentes também ajudam a forjar e difundir novas culturas. As ecovilas parecem vir realizando esse movimento dialético através de investimentos robustos na busca pela sustentabilidade, explorando novas possibilidades que vão além de pequenas mudanças de hábitos.

7 CONCLUSÃO: VISLUMBRES DE UMA SUSTENTABILIDADE SISTÊMICA

A noção de sustentabilidade vem funcionando na contemporaneidade como um grande “guarda-chuva” para uma série de aspirações éticas acerca de como a sociedade deveria ser, o que a torna um ideal complexo e ambicioso. No entanto, em vista de uma patente dissociação entre discursos e práticas e de um tratamento compartimentalizado de suas dimensões, ela acaba se tornando um conceito vazio. Ocorre que a sustentabilidade em geral vem sendo pensada abstraindo-se as condições histórico-materiais da sociedade, na medida em que se tenta ignorar que o próprio funcionamento do capitalismo, ao pressupor lucro e crescimento ilimitados, é o que gera insustentabilidade socioecológica. Trata-se, a nosso ver, de uma contradição insolúvel, motivo pelo qual entendemos que buscar sustentabilidade significa buscar de alguma forma “desconstruir” a lógica capitalista, o que envolve transformações multifacetadas, em todas as dimensões da vida.

Em ecovilas existe um amplo conjunto de práticas voltadas para essa desconstrução, ou melhor, para a reconstrução da sustentabilidade em outras bases. Algumas das principais práticas, observadas na Ecovila Tibá e também, em maior ou menor grau, nas ecovilas em geral, são: o aprofundamento dos laços sociais, procurando-se ao mesmo tempo preservar as liberdades individuais; a busca de desenvolvimento pessoal e comunitário através de práticas de autocuidado e de um compromisso com a resolução de conflitos; a autogestão participativa, que implica o exercício de horizontalidade de poder na tomada de decisões, na sistematização de regras e na realização de atividades coletivas; a ressignificação do trabalho como uma atividade vital, prazerosa, e na qual a geração de renda esteja alinhada com valores sustentáveis; o desenvolvimento de práticas econômicas alternativas (por exemplo, baseadas em trocas e no compartilhamento de bens e recursos materiais) e de modos não fetichistas de relação com o dinheiro; a promoção de formas responsáveis de produção e consumo (notadamente, tornando-se mais produtores de bens essenciais e menos consumidores de supérfluos), associadas a uma revalorização do local – em especial a partir do desenvolvimento de redes locais/regionais de economia solidária; o uso responsável de recursos naturais, com preferência pelos renováveis e reutilizáveis, reconstruindo os ciclos de matéria e energia; e a reavaliação de necessidades, associada a um “senso de suficiência”.

É importante notar que cada uma dessas práticas costuma apresentar uma multifuncionalidade – isto é, funções diversas, em diversas dimensões da vida (e, portanto, da sustentabilidade): a compostagem de resíduos orgânicos, por exemplo, ao mesmo tempo em que reduz os descartes para aterros sanitários, gera adubo de boa qualidade para enriquecer os

solos, produzir alimentos de forma agroecológica e evita despesas financeiras com a compra de fertilizantes e outros insumos; a redução do consumo e as práticas de reutilização diminuem o uso de recursos e a necessidade de geração de renda; o desenvolvimento de redes de economia local promove formas de produção ecológica e socialmente responsável, práticas econômicas não predatórias e estimula o estreitamento de laços sociais; o compartilhamento (de terras, espaços construídos, atividades) reduz o consumo de recursos e o custo de vida e cria um senso de coletividade. Inversamente, em ecovilas cada função importante costuma ser provida por mais de uma fonte (pois a redundância funcional gera resiliência): por exemplo, o abastecimento de água a partir de poços, mananciais e coleta de chuva; ou o estreitamento de laços sociais por meio da configuração espacial, dos trabalhos coletivos e das celebrações. É interessante observar ainda que algumas práticas a princípio muito distintas podem ser enxergadas como análogas: por exemplo, a responsabilidade de tratar os resíduos materiais e o compromisso de lidar com os “resíduos” afetivos gerados por conflitos interpessoais.

Todas essas práticas têm também evidentes implicações culturais, na medida em que concretizam e reforçam determinados valores e princípios. As ecovilas em geral – e na Ecovila Tibá isso se mostrou bem acentuado – costumam manter uma postura crítica em relação à sociedade capitalista, em especial aos seus padrões de individualismo e consumismo, e a maioria das práticas que desenvolvem tem relação com ao menos um desses dois aspectos. Associada a ideais anti-individualistas e anti-consumistas é que se desenvolve, por exemplo, uma cultura de valorização do bem comum e de uma vida mais simples. Especificamente no caso da Ecovila Tibá, pudemos observar também uma intenção explícita de acolhimento da diversidade – consideradas as inevitáveis limitações aí existentes –, o que se refletia em uma notável disponibilidade dos moradores para relativizar as próprias verdades no processo de lida com a alteridade. Em última instância, parece haver para os membros de ecovilas uma busca por coerência entre discurso e ação, ou seja, pela experimentação efetiva daquilo em que se acredita. De forma mais ampla, pode-se dizer que se busca uma coerência intrínseca à própria ideia de sustentabilidade, o que pressupõe uma visão integrada de suas diversas dimensões e, portanto, uma atenção maior às interseções do que aos limites entre elas. Sugerimos, então, que as ecovilas vêm colocando em prática uma abordagem *sistêmica* da sustentabilidade, trabalhando suas diversas dimensões de forma entrelaçada, muitas vezes se interdependendo e mesmo se superpondo. Isto ficou evidente no próprio processo de escrita desta tese, em que foi preciso fazer um enorme esforço para organizar e delimitar os temas, na medida em que eles se permeiam e remetem uns aos outros a todo momento, cada um em geral podendo “se encaixar” em diversos contextos.

O tratamento integrado da sustentabilidade em ecovilas parece bastante associado ao amplo uso, nessas comunidades, do sistema permacultural, que explicitamente articula princípios éticos (cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e partilha justa) a princípios de *design* (sendo que os últimos estão subordinados aos primeiros) a serem aplicados nas diversas áreas da vida. Vale notar que o terceiro princípio ético remete diretamente à equidade, e que o foco na “permanência” aponta para uma ruptura com o próprio motor do capitalismo – a mercadoria descartável. Parece válido sugerir que as práticas das ecovilas vêm funcionando no sentido de reduzir as formas de alienação e “reparar” as fendas criadas por esse modo de produção nos processos entre sociedade e natureza, e também entre os próprios seres humanos – por exemplo, a partir da restauração dos ciclos naturais, da “reumanização” do trabalho, do estabelecimento de relações sociais não alienadas e relações econômicas não exploratórias e da minimização do antagonismo entre campo e cidade. Essas comunidades costumam rejeitar o pensamento puramente mercadológico, ou seja, os “bens” tendem a ser considerados mais por seu valor de uso que pelo de troca – inclusive, e especialmente, a terra e o trabalho; e as atividades econômicas normalmente não se baseiam nos imperativos de lucro e crescimento, e, assim, não geram cadeias de exploração. Dessa forma, pode-se sugerir que o conjunto de práticas das ecovilas vêm, até certo ponto, subvertendo a lógica capitalista em alguns aspectos, não apenas econômicos, mas também em suas consequências socioculturais. Como apontaram alguns entrevistados da Ecovila Tibá, trata-se de procurar “brechas” ou criar “rachaduras” no sistema.

Certo caráter “anticapitalista” parece constituir consequência direta de uma abordagem sistêmica da sustentabilidade. Afinal, não há como problematizar a degradação ecológica sem considerar a degradação social, e ambas em suas relações com o modelo econômico vigente e com os valores culturais a ele associados. Não há como pensar o consumo sem pensar a produção, ou o trabalho sem as relações de poder e de exploração econômica, ou ainda o conjunto desses aspectos sem considerar, por exemplo, o hiperindividualismo prevalente. Estas são, todas, dimensões interdependentes da vida social. Nessa perspectiva, os chamados “problemas ecológicos” na verdade nada têm de ecológicos, no sentido de que suas causas são claramente sociais – mais especificamente político-econômicas (já que as instituições políticas foram capturadas pela economia capitalista). De fato, em ecovilas, enquanto a chamada “sustentabilidade ecológica” parece ser encarada como um horizonte a ser seguido, ou um processo em que cada comunidade avança conforme suas possibilidades, a chamada sustentabilidade “social” (incluindo-se aí aspectos políticos, econômicos e culturais) claramente envolve dificuldades muito mais significativas, podendo mesmo inviabilizar a

continuidade dessas comunidades – em especial, conflitos internos e questões financeiras (assim como conflitos oriundos de questões financeiras) frequentemente o fazem. Assim, embora permaneçam centrais como ideal norteador, questões “ecológicas” podem não ser tão determinantes para que uma ecovila (ou qualquer outro projeto voltado para a sustentabilidade) consiga perdurar. Se, por um lado, a sustentabilidade “ecológica” é fundamental para a sustentabilidade “social” – na medida em que a natureza fornece a nossa base material de existência –, por outro, considerando que as “questões ecológicas” são necessariamente vistas pela perspectiva humana e refletem problemas humanos, pode-se concluir que todo o debate da sustentabilidade é, em última instância, social, e, portanto, a sustentabilidade social constitui a própria *fundação* da sustentabilidade ecológica, no sentido de que as práticas ecológicas são necessariamente *mediadas* por complexas relações sociais.

Um último aspecto que parece diretamente relacionado à visão sistêmica da sustentabilidade em ecovilas é a sua posição perante a sociedade, seu “lugar” social. Uma comunidade que apenas cuide de seus processos internos, alienando-se em relação às questões da sociedade em que está inserida, tende a se constituir meramente como uma “ilha”, um “experimento” limitado e, possivelmente – como apontam algumas críticas ao movimento –, “escapista” e apolítico. Afinal, a sustentabilidade é um valor que precisa ser pensado universalmente. Provavelmente por entender dessa forma, as ecovilas em geral – e a Ecovila Tibá em particular – procuram exercer, na medida de suas possibilidades, um papel de transformação social, buscando influenciar a sociedade pela demonstração de modos de vida alternativos, o que se dá principalmente a partir de ações de cunho educativo.

Mas as ecovilas enfrentam, evidentemente, uma série de desafios e limitações, tanto internamente como no que se refere ao seu alcance social. Afinal, como funcionar “na contramão do sistema” quando se está imerso nele? Em termos de desenvolvimento interno e manutenção da comunidade, os maiores desafios – e a Ecovila Tibá não é exceção – parecem ser os conflitos interpessoais (com frequência relacionados a desequilíbrios de poder, mas também a simples divergências de visão de mundo) e as dificuldades financeiras (em especial a de geração de renda a partir de atividades internas, em geral não dirigidas por uma lógica de acumulação de capital). Esses dois fatores muitas vezes se interrelacionam (conflitos devido a questões financeiras), uma vez que o compartilhamento de bens desafia nosso arraigado individualismo. Diversos entrevistados frisaram o enorme desafio cultural implicado no esforço de abandonar todo um conjunto de valores, hábitos e crenças que tendem a gerar contradições entre discursos e comportamentos.

No que tange ao papel de transformação social de suas ações, a limitação central – e

talvez insolúvel – das ecovilas que são comunidades intencionais é de natureza socioeconômica. Afinal, se a possibilidade de se tornar membro de uma delas só é acessível para quem tenha condições de comprar a propriedade de uma terra (ou títulos de uma associação que possui uma terra), e se as atividades voltadas para disseminar práticas sustentáveis na sociedade (cursos, vivências), por terem também a função de gerar renda, têm um alto custo financeiro para os participantes, isso inevitavelmente acaba reproduzindo padrões de exclusão. Dessa forma, as ecovilas dificilmente conseguem livrar-se do estigma de elitização em suas interações com a sociedade. Na Ecovila Tibá em particular existe uma consciência acerca dessas limitações e um desejo de contorná-las, porém ainda sem caminhos definidos no que tange à propriedade. Adicionalmente, no que se refere à contratação de serviços externos e às práticas de voluntariado podem persistir algumas contradições relativas à divisão social hierárquica do trabalho, com a perpetuação de certos padrões de classe. Assim, embora as preocupações com as desigualdades sociais pareçam vir se tornando mais presentes no movimento de ecovilas em geral, ações diretamente voltadas à inclusão social frequentemente esbarram em limitações inerentes ao sistema. Por outro lado, pode-se dizer que as práticas econômicas alternativas dessas comunidades acabam atuando, de forma mais indireta, na promoção de justiça social, por exemplo, a partir do desenvolvimento de redes locais de economia solidária que apoiam assentamentos e cooperativas. Em uma perspectiva mais ampla, pode-se sugerir que, na medida em que os membros de ecovilas costumam diminuir voluntariamente sua renda, eles estão caminhando em direção a um menor acúmulo de capital. Na Ecovila Tibá há, também, uma preocupação em manter baixos os custos de visitação e das atividades, para as quais comumente são oferecidas bolsas direcionadas a pessoas de baixa renda. Considerando o grau de desigualdade socioeconômica nas sociedades capitalistas contemporâneas, estas são ações, sem dúvida, tímidas – mas nem por isso irrelevantes.

Um último aspecto limitante ao papel das ecovilas em sociedade é a pequena escala de suas ações (embora algumas possam também ocorrer em escalas maiores). Além de existir uma dificuldade inerente de escalonamento, essas comunidades na verdade apostam deliberadamente em soluções locais – o que muitas vezes se relaciona a um descrédito nas instituições governamentais e gera um enfoque mais restrito à micropolítica. Devido a isso, o alcance social de suas ações pode acabar sendo bastante restrito. Por outro lado, é preciso considerar que os esforços pela transformação social podem e devem ocorrer em múltiplas escalas, contextos e formas, e que os princípios dos desenvolvimentos alcançados pelas ecovilas podem ser “traduzidos” para outras situações, servindo de base para transformações

mais amplas. Alguma propagação parece vir de fato ocorrendo, através da difusão de ideias e práticas alternativas. Assim, embora o papel social das ecovilas seja controverso, até pela natureza do movimento – heterogênea, não confrontadora e, em boa parte, elitizada – e por seu relativo afastamento em relação aos centros urbanos, suas experiências concretas carregam um potencial transformador que não deve ser desprezado. Por constituírem projetos que favorecem – e às vezes exigem – mudanças radicais de modo de vida, as ecovilas apresentam um caráter integrador que vem permitindo que a sustentabilidade seja trabalhada intensamente e de forma sistêmica, em todas as suas dimensões. Assim, tais comunidades oferecem importantes *insights* tanto sobre as potencialidades como sobre as limitações da busca por sustentabilidade dentro do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, William Mark. *The future of sustainability: re-thinking environment and development in the twenty-first century*. Gland: IUCN, 2006.
- AGRAWAL, Arun; GIBSON, Clark C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. *World Development*, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999.
- ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix. “For whom? For the future!” Ecovillage Sieben Linden as a model and research project. In: _____; _____ (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 135-148.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. *Organization Studies*, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRY, John. “Choose life” not economic growth: critical social theory for people, planet and flourishing in the “age of nature”. In: DAHMS, Harry F. (Org.). *Nature, knowledge and negation*. Bingley: Emerald, 2009. p. 93-113. (Current Perspectives in Social Theory, v. 26).
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BERGER, Bennett M. Disenchanted the concept of community. *Society*, New York, v. 35, n. 2, p. 324-327, 1998.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BÔLLA, Kelly Daiane S. *Perspectivas da visão transdisciplinar holística e suas contribuições para a construção de uma sociedade ecológica: o caso da ecovila Terra Una, Liberdade – MG*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma, 2012.
- BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, cultura e sociedade. In: JACQUES, Maria da Graça Correa et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 58-71.
- BORELLI, Fernanda Chagas. *Consumo responsável sob a perspectiva prático-teórica: um estudo etnográfico em uma ecovila*. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Instituto Coppead de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.
- BOSSY, Sophie. The utopias of political consumerism: the search of alternatives to mass consumption. *Journal of Consumer Culture*, v. 14, n. 2, p. 179-198, 2014.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. The moral economy of communities: structured populations and the evolution of pro-social norms. *Evolution and Human Behavior*, v. 19, n. 1, p. 3-25, 1998.

BOYER, Robert H. W. Grassroots innovation for urban sustainability: comparing the diffusion pathways of three ecovillage projects. *Environment & Planning A*, v. 47, n. 2, p. 320-337, 2015.

_____. Achieving one-planet living through transitions in social practice: a case study of Dancing Rabbit Ecovillage. *Sustainability: Science, Practice and Policy*, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2016.

BRAMLEY, Glen et al. What is 'social sustainability' and how do our existing urban forms perform in nurturing it? In: SUSTAINABLE Communities and Green Futures Conference, Bartlett School of Planning, University College London, London, 2006.

BRINT, Steven. *Gemeinschaft* revisited: a critique and reconstruction of the community concept. *Sociological Theory*, v. 19, n. 1, p. 1-23, 2001.

BROMBIN, Alice. Faces of sustainability in Italian Ecovillages. Food as "contact zone". *International Journal of Consumer Studies*, v. 39, n. 5, 2015.

BURKE, Brian J.; ARJONA, Beatriz. Creating alternative political ecologies through the construction of ecovillages and ecovillagers in Colombia. In: LOCKYER, Joshua; VETETO, James R. (Org.). *Environmental anthropology engaging ecotopia: bioregionalism, permaculture, and ecovillages*. New York; Oxford: Berghahn Books. p. 235-250. (Studies in Environmental Anthropology and Ethnobiology).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *Ensaio antropológico sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros Pereira (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CASA – CONSEJO DE ASENTAMIENTOS SUSTENTABLES DE AMÉRICA LATINA. Disponível em: <<http://casa.ecovillage.org>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CERRATTO-PARGMAN, Teresa; PARGMAN, Daniel; NARDI, Bonnie. The internet at the eco-village: performing sustainability in the twenty-first century. *First Monday*, v. 21, n. 5, 2016.

CHITWERE, Tendai. Equity in sustainable communities: exploring tools from environmental justice and political ecology. *Natural Resources Journal*, v. 50, n. 2, p. 315-339, 2010.

CHRISTIAN, Diana Leafe. *Creating a life together: practical tools to grow ecovillages and intentional communities*. Canada: New Society Publishers, 2003.

CIALDINI, Robert B.; GOLDSTEIN, Noah J. Social influence: compliance and conformity. *Annual Review of Psychology*, v. 55, p. 591-621, 2004.

CLARK, David B. The concept of community: a re-examination. *Sociological Review*, Oxford, v. 21, n. 3, p. 397-416, 1973.

CNVC – THE CENTER FOR NONVIOLENT COMMUNICATION. Disponível em: <<https://www.cnvc.org>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COLANTONIO, Andrea. *Social sustainability: an exploratory analysis of its definition, assessment methods, metrics and tools*. United Kingdom: Oxford Brookes University, 2007.

_____. Social sustainability: a review and critique of traditional versus emerging themes and

assessment methods. In: HORNER, Malcolm et al. *SUE-Mot Conference 2009: Second International Conference on Whole Life Urban Sustainability and Its Assessment: conference proceedings*. Loughborough: Loughborough University, 2009. p. 865-885.

_____; DIXON, Tim. Urban social sustainability: north-south perspectives. *UN-Habitat 4th World Urban Forum*, Nanjing, China, 3-6 November 2008.

COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). *Ética*. Rio de Janeiro: Garamond; Codeplan, 1997. p. 67-86. (Brasília, Capital do Debate. O Século XXI).

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. *Arquivos Brasileiros Psicologia*, v. 61, n. 1, p. 60-72, 2009.

CUNHA, Eduardo Vivian da. A sustentabilidade em ecovilas: desafios, propostas e o caso da Ecovila 1 – Arcoo. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 4, n. 1, p. 113-126, 2010.

_____. *A sustentabilidade em ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária*. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CUNNINGHAM, Paul A. Exploring the efficacy of consensus-based decision-making: a pilot study of the Cloughjordan ecovillage, Ireland. *International Journal of Housing Markets and Analysis*, v. 7, n. 2, p. 233-253, 2014.

_____; WEARING, Stephen L. The politics of consensus: an exploration of the Cloughjordan ecovillage, Ireland. *Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal*, v. 5, n. 2, p. 1, 2013.

DALY, Herman. *Steady-state economics*. 2. ed. Washington, DC: Island Press, 1991.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. A porta, a ponte e a rede: reflexões para pensar o conceito de rede e o conceito de comunidade. In: _____. PEDRO, Rosa (Org.). *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v. 1.

DAWSON, Jonathan. *Ecovillages: new frontiers for sustainability*. Foxhole: Green Books, 2006.

_____. Findhorn's incredible shrinking footprint. *Communities*, v. 143, n. 26, 2009.

_____. From islands to networks: the history and future of the ecovillage movement. In: LOCKYER, Joshua; VETETO, James R. (Org.). *Environmental anthropology engaging ecotopia: bioregionalism, permaculture, and ecovillages*. New York; Oxford: Berghahn Books, 2013. p. 217-234. (Studies in Environmental Anthropology and Ethnobiology).

DE ANGELIS, Massimo. The production of commons and the “explosion” of the middle class. *Antipode*, v. 42, n. 4, p. 954-977, 2010.

DEMPSEY, Nicola et al. The social dimension of sustainable development: defining urban social sustainability. *Sustainable Development*, v. 19, n. 5, p. 289-300, 2011.

DIAS, Maria Accioly et al. The meaning and relevance of ecovillages for the construction of sustainable societal alternatives. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 79-96, 2017.

DUFOUR, Dany Robert. *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

- DUNLAP, Riley E.; JORGENSON, Andrew K. Environmental problems. In: RITZER, George (Org.). *The wily-blackwell encyclopedia of globalization*. Hoboken, NJ: Blackwell Publishing, 2012.
- DUNLAP, Riley E.; MARSHALL, Brent K. Environmental sociology. In: BRYANT, Clifton D.; PECK, Dennis L. (Org.). *21st century sociology: a reference handbook*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007. p. 329-340. v. 2.
- ECOVILA TIBÁ. Disponível em: <<http://www.ecovilatiba.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- EGAN, John. *The egan review: skills for sustainable communities*. London: RIBA Enterprises, 2004.
- ERGAS, Christina. A model of sustainable living: collective identity in an urban ecovillage. *Organization & Environment*, v. 23, n. 1, p. 32-54, 2010.
- _____; CLEMENT, Matthew Thomas. Ecovillages, restitution, and the political-economic opportunity structure: an urban case study in mitigating the metabolic rift. *Critical Sociology*, v. 42, n. 7-8, p. 1195-1211, 2016.
- ESPINOSA, Angela; WALKER, Jon. Complexity management in practice: a viable system model intervention in an Irish eco-community. *European Journal of Operational Research*, v. 225, n. 1, p. 118-129, 2013.
- ESPOSITO, Roberto. Community and nihilism. *Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy*, v. 5, n. 1, p. 24-36, 2009.
- ESTEVES, Ana Margarida. Radical environmentalism and “commoning”: synergies between ecosystem regeneration and social governance at Tamera Ecovillage, Portugal. *Antipode*, v. 49, n. 2, p. 357-376, 2017.
- ETZIONI, Amitai. Toward an I & we paradigm. *Contemporary Sociology*, v. 18, n. 1, p. 171-176, 1989.
- _____. Creating good communities and good societies. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 1, p. 188-195, 2000.
- FARKAS, Judit. “To separate from the Umbilical Cord of Society”: freedom as dependence and independence in Hungarian ecovillages. *Etnofoor, Freedom*, v. 29, n. 1, p. 81-100, 2017.
- FIC – FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITIES. Disponível em: <<http://www.ic.org>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- FIRTH, Rhiannon. Transgressing urban utopianism: autonomy and active desire. *Geografiska Annaler, Series B, Human Geography*, v. 94, n. 2, p. 89-106, 2012.
- FISK, Milton. Community and morality. *Review of Politics*, v. 55, n. 4, p. 593-616, 1993.
- FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudo Feministas*, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.
- FOIS, Francesca; FORINO, Giuseppe. The self-built ecovillage in L’Aquila, Italy: community resilience as a grassroots response to environmental shock. *Disasters*, v. 38, n. 4, p. 719-739, 2014.
- FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 5, p. 19-34, 1999.
- _____. Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 102, p. 103-113, 2002.

FORSTER, Peter M.; WILHELMUS, Marijke. The role of individuals in community change within the Findhorn intentional community. *Contemporary Justice Review*, v. 8, n. 4, p. 367-379, 2005.

FOSTER, John Belamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOTOPOULOS, Takis. The limitations of life-style strategies: the ecovillage “movement” is NOT the way towards a new democratic society. *Democracy & Nature*, v. 6, n. 2, p. 287-308, 2000.

_____. The transition to an alternative society: the ecovillage movement, the simpler way and the inclusive democracy project. *The International Journal of Inclusive Democracy*, v. 8, n. 1, 2002.

_____. Is the eco-village movement a solution or part of the problem? *The International Journal of Inclusive Democracy*, v. 2, n. 3, p. 1-6, 2006.

FRANKE, Richard W. An overview of research on ecovillage at Ithaca. In: ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 111-124.

FRISANCHO, Susana. Justicia, cuidado y el planteamiento de una moral comunitaria. *Revista de Psicología*, v. 16, n. 2, p. 219-240, 1998.

GAIA EDUCATION. Face-to-face EDE programmes. Disponível em: <<http://www.gaiaeducation.org/index.php/en/how/ecovillage-design-education>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GARDEN, Mary. Leaving utopia. *International Journal of Inclusive Democracy*, v. 2, n. 2, 2006a.

_____. The eco-village movement: divorced from reality. *International Journal of Inclusive Democracy*, v. 2, n. 3, 2006b.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEN – Global Ecovillage Network. Disponível em: <<http://gen.ecovillage.org/en>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILMAN, Robert. The eco-village challenge. In *Context, a Quarterly of Humane Sustainable Culture*, v. 29, 1991. Disponível em: <<http://www.context.org/iclib/ic29/gilman1>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

GOODLAND, Robert. The concept of environmental sustainability. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 26, n. 1, p. 1-24, 1995.

_____. Relações comunitárias: relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 81-99, 1996.

GUARESCHI, Pedrinho A. Ética. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 49-57.

HABERMAS, Jürgen. Moralität und Sittlichkeit: Treffen Hegels Einwände gegen Kant auch auf die Diskursethik zu? In: KUHLMANN, Wolfgang (Hg.), *Moralität und Sittlichkeit. Das Problem Hegels und die Diskursethik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986. p. 16-37.

- HAIDT, Jonathan. Morality. *Perspectives on Psychological Science*, v. 3, n. 1, p. 65-72, 2008.
- HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 389, p. 1243-128, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- HARVEY, David. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- _____. *Teoría de las necesidades en Marx*. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- HILLERY, George A. Definitions of community: areas of agreement. *Rural Sociology*, v. 20, n. 2, p. 111-123, 1955.
- JETTEN, Jolanda; HORNSEY, Matthew J. Deviance and dissent in groups. *Annual Review of Psychology*, v. 65, p. 461-485, 2014.
- KANTER, Rosabeth Moss. *Commitment and community: communes and utopias in sociological perspective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.
- KASPER, Debbie van Schyndel. Redefining community in the ecovillage. *Human Ecology Review*, v. 15, n. 1, p. 12-24, 2008.
- KILIÁN, Imre. Ecovillages: in vitro sustainability. *World Futures: The Journal of General Evolution*, v. 65, n. 5-6, p. 365-371, 2009.
- KIRBY, Andy. Redefining social and environmental relations at the ecovillage at Ithaca: a case study. *Journal of Environmental Psychology*, v. 23, n. 3, p. 323-332, 2003.
- KOZENY, Geoph. Intentional communities: lifestyles based on ideals. In: COMMUNITIES Directory (Org.). *Communities directory: a guide to cooperative living*. Missouri: Rutledge, 1995. p. 18-24.
- KUNZE, Iris. Social innovations for communal and ecological living. Lessons from sustainability research and observations in intentional communities. *Communal Societies Journal*, v. 32, n. 1, p. 50-67, 2012.
- KYDD, Andrew H. Rationalist approaches to conflict prevention and resolution. *Annual Review of Political Science*, v. 13, p. 101-121, 2010.
- LATOUCHE, Serge. “A economia é uma mentira, a globalização é violenta”: uma entrevista com o teórico do decrescimento. *Diário do Centro do Mundo*, 14 maio 2015. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-economia-e-uma-mentira-a-globalizacao-e-violenta-uma-entrevista-com-o-teorico-do-decrescimento>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- LITFIN, Karen T. *Ecovillages: lessons for sustainable community*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- LITTIG, Beate; GRIESSLER, Erich. Social sustainability: a catchword between political pragmatism and social theory. *International Journal of Sustainable Development*, v. 8, n. 1-2, p. 65-79, 2005.
- LOCKYER, Joshua. From earthships to strawbales: sustainable housing in ecovillages. *Anthropology News*, v. 49, n. 9, 2008.
- _____. Intentional communities and sustainability. *Communal Societies*, v. 30, n. 1, p. 17-30, 2010a.

_____. Intentional community carbon reduction and climate change action: from ecovillages to transition towns. In: PETERS, Michael; FUDGE, Shane; JACKSON, Tim (Org.). *Low carbon communities: imaginative approaches to combating climate change locally*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2010b. p. 197-215.

LÓPEZ, Leonardo Salamanca; PRADA, Diego Fernando Silva. El movimiento de ecoaldeas como experiencia alternativa de Buen Vivir. *Polis, Revista Latinoamericana*, v. 14, n. 40, p. 209-231, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, p. 37-69, 2014.

_____; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

MACINTYRE, Alasdair C. *Depois da virtude*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGEE, Liam; SCERRI, Andy; JAMES, Paul. Measuring social sustainability: a community-centred approach. *Applied Research in the Quality of Life*, v. 7, n. 3, p. 239-261, 2012.

MARQUES NETO, Murillo. *A construção da solidariedade: um estudo de caso da comunidade campina*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOS, Taisa. *Ecovilas: a construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MBE – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ECOVILAS. Disponível em: <<https://mbecovilas.wordpress.com>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

MCKENZIE, Stephen. Social sustainability: towards some definitions. *Hawke Research Institute. Working Paper Series*, University of South Australia, Magill, South Australia, n. 27, 2004.

MEIJERING, Louise. Ideals and practices of European ecovillages. In: ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 31-41.

_____; HUIGEN, Paulus; VAN HOVEN, Bettina. Intentional communities in rural spaces. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 1, p. 42-52, 2007.

MELLO E SOUZA, Cecília de. *Constructing moral boundaries: the ethics of everyday life in Rio de Janeiro, Brazil*. 1993. Thesis (Doctorate in Philosophy in Anthropology) – Department of Anthropology, University of California at Berkeley, 1993.

METCALF, Bill. Utopian struggle: preconceptions and realities of intentional communities. In: ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 21-29.

- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MILLER, Evonne; BENTLEY, Kristeen. Leading a sustainable lifestyle in a “non-sustainable world”: reflections from Australian ecovillage and suburban residents. *Journal of Education for Sustainable Development*, v. 6, n. 1, p. 137-147, 2012.
- MOHAN, S. Venkata et al. Ecovillages: resilient approach to sustainable rural development in Indian context. *Journal of Energy and Environmental Sustainability*, v. 2, p. 55-63, 2016.
- MONTERO, Maritza. *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável*. 1999. Tese (Doutorado em Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- MULDER, Kenneth; COSTANZA, Robert; ERICKSON, Jon. The contribution of built, human, social and natural capital to quality of life in intentional and unintentional communities. *Ecological Economics*, v. 59, n. 1, p. 13-23, 2006.
- NARDI, Henrique Caetano. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 37-56, 2003.
- NATHAN, Lisa P. Sustainable information practice: an ethnographic investigation. *Journal of the American Society for Information Science & Technology*, v. 63, n. 11, p. 2254-2268, 2012.
- NEAMȚU, Bogdana. Measuring the social sustainability of urban communities: the role of local authorities. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, v. 8, n. 37, p. 112-127, 2012.
- NEWMAN, Leonore; NIXON, Denver. Farming in an agriburban ecovillage development. *SAGE Open*, v. 4, n. 4, 2014.
- O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 27-52.
- ODPM – Office of the Deputy Prime Minister. *Conclusions of Bristol Accord Ministerial Informal on Sustainable Communities in Europe*. Bristol, 6-7 December 2005.
- OMANN, Ines; SPANGENBERG, Joachim H. Assessing social sustainability: the social dimension of sustainability in a socio-economic scenario. *7th Biennial Conference of the International Society for Ecological Economics*. Sousse (Tunisia), 6-9 March, 2002.
- OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 5-25, 2002.
- OXFAM. 2017. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.uk/media-centre/press-releases/2017/01/eight-people-own-same-wealth-as-half-the-world>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- PALLÍ, Cristina. Communities in context: undefinitions, multiplicity and cultural differences. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 37, n. 2, p. 309-326, 2003.
- PARRIS, Thomas M.; KATES, Robert W. Characterizing and measuring sustainable development. *Annual Review of Environment Resources*, v. 28, p. 559-586, 2003.
- PEPPER, David. Utopianism and environmentalism. *Environmental Politics*, v. 14, n. 1, p. 3-22, 2005.

PICKERILL, Jenny. The built ecovillage: exploring the processes and practices of eco-housing. In: ANDREAS, Marcus; WAGNER, Felix (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 99-110.

POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1957. [Ed. cast.: *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta, 1989.]

PRINCE, Solène; IONNANIDES, Dimitri. Contextualizing the complexities of managing alternative tourism at the community-level: a case study of a nordic eco-village. *Tourism Management*, v. 60, p. 348-356, 2017.

ROYSEN, Rebeca. *Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SALAZAR, Claudio Antonio Pereira. Participación y acción colectiva en los movimientos globales de ecoaldeas y permacultura. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 45, n. 3, p. 399-411, 2013.

SANDEL, Michael J. What isn't for sale? Market thinking so permeates our lives that we barely notice it anymore. A leading philosopher sums up the hidden costs of a price-tag society. *The Atlantic*, v. 309, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CA282963651&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w&asid=a0bc69bb2927f20db998bf0bad17f569#>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

SANDERS, Richard. Political economy of Chinese ecological agriculture: a case study of seven Chinese eco-villages. *Journal of Contemporary China*, v. 9, n. 25, p. 349-372, 2000.

SANGUINETTI, Angela. The design of intentional communities: a recycled perspective on sustainable neighborhoods. *Behavior and Social Issues*, v. 21, p. 5-25, 2012.

SANTOS JR., Severiano José dos. *Zelosamente habitando a Terra: ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas*. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SARGISSON, Lucy. Justice inside utopia? The case of intentional communities in New Zealand. *Contemporary Justice Review*, v. 7, n. 3, p. 321-333, 2004.

_____. Strange places: estrangement, utopianism, and intentional communities. *Utopian Studies*, v. 18, n. 3, p. 393-424, 2007.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 35-53.

SELZNICK, Philip. The idea of a communitarian morality. *California Law Review*, v. 75, n. 1, p. 445-463, 1987.

SEN, Amartya. The ends and means of sustainability. *Journal of Human Development and Capabilities: A Multi-Disciplinary Journal for People-Centered Development*, v. 14, n. 1, p. 6-20, 2013.

SEYFANG, Gill. Community action for sustainable housing: building a low-carbon future. *Energy Policy*, v. 38, n. 12, p. 7624-7633, 2010.

_____; HAXELTINE, Alex. Growing grassroots innovations: exploring the role of community-based initiatives in governing sustainable energy transitions. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, p. 381-400, 2012.

SILVA, Nilza. Subjetividade. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. (Org.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 168-180.

SIQUEIRA, Gabriel de Mello Vianna. *Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudos*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SMITH, Adrian. Translating sustainabilities between green niches and socio-technical regimes. *Technology Analysis and Strategic Management*, v. 19, n. 4, p. 427-450, 2007.

SMITH, Christian. *Moral, believing animals: human personhood and culture*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SMITH, William L. Intentional communities 1990-2000: a portrait. *Michigan Sociological Review*, v. 16, p. 107-131, 2002.

SPANGENBERG, Joachim H.; OMANN, Ines. Assessing social sustainability: social sustainability and its multicriteria assessment in a sustainability scenario for Germany. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, v. 1, n. 4, p. 318-348, 2006.

SWILLING, Mark; ANNECKE, Eve. Building sustainable neighbourhoods in South Africa: learning from the Lynedoch case. *Environment & Urbanization*, v. 18, n. 2, p. 315-332, 2006.

TAYLOR, Charles. *La ética de la autenticidad*. Barcelona: Paidós, 1994.

_____. *As fontes do self: a construção de identidade moderna*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

TJOSVOLD, Dean; WONG, Alfred S. H.; CHEN, Nancy Yi Feng. Constructively managing conflicts in organizations. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, v. 1, p. 545-568, 2014.

TRAINER, Ted. Where are we, where do we want to be, how do we get there? *Democracy and Nature*, v. 6, n. 2, p. 267-286, 2000.

_____. Debating the significance of the global eco-village movement: a reply to Takis Fotopoulos. *Democracy & Nature*, v. 8, n. 1, p. 143-157, 2002.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VAISEY, Stephen. Structure, culture, and community: the search for belonging in 50 urban communes. *American Sociological Review*, v. 72, n. 6, p. 851-873, 2007.

VALLANCE, Suzanne; PERKINS, Harvey C.; DIXON, Jennifer E. What is social sustainability? A clarification of concepts. *Geoforum*, v. 42, n. 3, p. 342-348, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

VELISSARIS, Teo. Reaching systemic change: some brief remarks on Mary Garden's.

International Journal of Inclusive Democracy, v. 2, n. 2, 2006.

VETETO, James R.; LOCKYER, Joshua. Environmental anthropology engaging permaculture: moving theory and practice toward sustainability. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, Malden, v. 30, n. 1-2, p. 47-58, 2008.

WAGNER, Felix. Ecovillage research review. In: _____; ANDREAS, Marcus (Org.). *Realizing utopia: ecovillage endeavors and academic approaches*. Munich: Rachel Carson Center – Perspectives, 2012. p. 81-94.

WAGNER-PACIFICI, Robin; HALL, Meredith. Resolution of Social Conflict. *Annual Review of Sociology*, v. 38, p. 181-199, 2012.

WCED – World Commission on Environment and Development. *Our common future (report)*. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

WIRTH, Louis. The sociology of Ferdinand Tonnies. *American Journal of Sociology*, v. 32, n. 3, p. 412-422, 1926.

WOODCRAFT, Saffron. Social sustainability and new communities: moving from concept to practice in the UK. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v. 68, p. 29-42, 2012.

_____ et al. *Design for social sustainability: a framework for creating thriving new communities*. United Kingdom: Young Foundation, 2012.

YANKELOVICH, Daniel. *New rules: searching for self-fulfillment in a world turned upside down*. New York: Random House, 1981.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YORK, Richard; DUNLAP, Riley E. Environmental sociology. In: RITZER, George (Org.). *The Wiley-Blackwell companion to sociology*. Malden, MA: Blackwell, 2012. p. 504-516.

YULIASTUTI, Nany et al. Dimensions of community and local institutions' support: towards an eco-village Kelurahan in Indonesia. *Sustainability*, v. 9, n. 2, 2017.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ser ético no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

APÊNDICE A - ECOVILAS DOS ESTUDOS LEVANTADOS

Ecovila / Comunidade intencional	País	Estudada por:
+ de 50 CIs (identificadas)	Nova Zelândia	Sargisson, 2004; Sargisson, 2007
"Projetos utópicos" não identificados (incluindo ecovilas)	Reino Unido	Firth, 2012
Uma ecovila urbana não identificada	EUA	Ergas, 2010; Ergas; Clement, 2016
11 CIs (incluindo ecovilas) identificadas	Hungria	Farkas, 2017
30 CIs não identificadas	EUA	Mulder; Costanza; Erickson, 2006
496 CIs não identificadas	Europa, América do Norte e Oceania (dados secundários)	Meijering; Huigen; Van Hoven, 2007
Sete ecovilas não identificadas	China	Sanders, 2000
77 ecovilas e projetos de permacultura não identificados (websites)	América Latina e Espanha	Salazar, 2013
Oito ecovilas não identificadas	EUA	Kasper, 2008
Auroville	Índia	Litfin, 2014; Kunze, 2012
Brook Ecovillage	EUA	Nathan, 2012
Cloughjordan Ecovillage	Irlanda	Cunningham; Wearing, 2013; Cunningham, 2014; Espinosa et al, 2011; Espinosa; Walker, 2013
Colufifa	Senegal e Gâmbia	Litfin, 2014
Commune of Bagnaia	Itália	Brombin, 2015
Commune of Urupia	Itália	Brombin, 2015
Ecovila "Andorinha"(nome fictício)	Brasil	Roysen, 2013
Comunidade Campina	Brasil	Marques Neto, 2005
Crystal Waters Eco Village	Austrália	Litfin, 2014
Damanhur	Itália	Litfin, 2014
Dancing Rabbit Ecovillage	EUA	Boyer, 2015; Boyer, 2016
Earthaven Ecovillage	EUA	Litfin, 2014; Lockyer, 2010a, 2010b; Veteto; Lockyer, 2008
Ecoovila 1	Brasil	Cunha, 2010
Ecovillage at Currumbin	Austrália	Miller; Bentley, 2012
Ecovillage at Ithaca (EVI)	EUA	Kirby, 2003; Chitewere, 2010; Litfin, 2014; Franke, 2012; Boyer, 2014; Boyer, 2015
Ecovillage Garden of Joy	Itália	Brombin, 2015
Ecovillaggio Autoconstruito (EVA)	Itália	Fois; Forino, 2014
"Ekoby" (nome fictício)	Suécia	Cerratto-Pargman; Pargman; Nardi, 2016
Findhorn Ecovillage	Escócia	Forster; Willhelms, 2005; Dinnie; Browne, 2011; Kunze, 2012; Litfin, 2014
Gayamsari eco-village	Indonésia	Yulastuti, 2017
Gyűrűfű village	Hungria	Borsos, 2013;(também Farkas, 2017)

Kommune Niederkau-fungen	Alemanha	Kunze, 2012
Konohana	Japão	Litfin, 2014
Lebensgarten Steyerberg	Alemanha	Kunze, 2012
Lebensgut Pommritz	Alemanha	Kunze, 2012
Los Angeles Ecovillage (LAEV)	EUA	Litfin, 2014; Boyer, 2015
Lynedoch Eco Village	África do Sul	Swilling; Annecke, 2006
Piracanga	Brasil	Siqueira, 2012; Flores; Trevizan, 2015
Ralegan Siddhi e Govardhan Ecovillage	Índia	Mohan et al. 2016
Redfield	Reino Unido	Bossy, 2014
Sarvodaya	Sri Lanka	Litfin, 2014
Sieben Linden Ecovillage	Alemanha	Andreas; Wagner, 2012; Kunze, 2012; Litfin, 2014
Sólheimar Eco-village	Islândia	Prince; Ioannides, 2017
Springhope Ecovillage	EUA	Nathan, 2012
Stamm Füssen	Alemanha	Kunze, 2012
Svanholm	Dinamarca	Litfin, 2014
Ecovila Terra Una (MG)	Brasil	Bôlla, 2012
Tamera	Portugal	Esteves, 2017
The Farm	EUA	Litfin, 2014
Toustrup Mark	Dinamarca	Meijering, 2012
UfaFabrik	Alemanha	Litfin, 2014
Yarrow Ecovillage	Canadá	Newman; Nixon, 2014
Zegg	Alemanha	Dawson, 2013; Litfin, 2014

* CI = Comunidade intencional.

** Aqui estão listadas apenas as pesquisas que incluem dados empíricos (sejam primários ou secundários); outras pesquisas que abordaram as ecovilas de maneira teórica estão nas Referências bibliográficas.

*** As comunidades que utilizam "ecovila" no nome estão explicitadas.

**** Quando houver mais de um estudo para uma ecovila, as referências são apresentadas em ordem cronológica, e, depois, alfabética.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Explicação prévia: tese sobre como as diversas dimensões da sustentabilidade vêm sendo tratadas em ecovilas brasileiras. Ficha e TCLE. Pode demorar um pouquinho, até 2 horas. Total liberdade para não responder a quaisquer perguntas ou interromper a entrevista. Necessidade de gravar e tomar notas. Identidade anônima.

Eixo I. Dimensão cultural

1. Você poderia me falar um pouco sobre como você veio parar aqui, **o que te motivou?**
2. O que mais te incomodava/**incomoda na vida fora** daqui, na sociedade em geral?
3. Você acha que existe algo em particular que *une* os moradores daqui, uma "**cola**"? O que seria? Pra você isso é uma questão necessariamente ligada à **espiritualidade**?

Eixo II. Dimensão ecológica

4. Das **práticas ecológicas** que vocês têm aqui, alguma é **mais importante**, pra você? Alguma que você ache **mais urgente** de implementar?
5. Vocês já passaram por **dificuldades** para implementar alguma prática ecológica? De que tipo? Discordâncias, dificuldades técnicas, financeiras, legais?
6. Você diria que a ecovila vem buscando um máximo de **autossuficiência**? Em que área(s) isso seria mais importante? Como se resolve quando isso não é possível?
7. Os **bens de consumo** q você tem, você acha que são poucos, muitos? Você tinha mais coisas antes de vir pra cá? Vc sente q alguma das suas **necessidades** materiais não está sendo atendida no momento? Suas necessidades mudaram? (*existe um grau de subjetividade das necessidades?*)

Eixo III. Dimensão social

III.a. Relações sociais

8. Essa **convivência social bem próxima** que vocês vivem aqui em algum momento te incomoda?
9. Como são as **atividades coletivas** aqui na ecovila? São obrigatórias, opcionais? O que você acha disso?
10. Eventualmente rola de ter alguém que não quer fazer os trabalhos internos? Acontecem **desentendimentos/conflitos** por causa disso? E outros tipos de desentendimento? Como eles são tratados? Vocês usam técnicas definidas? Poderia me contar alguma situação de desentendimento que você viveu ou presenciou aqui? *Você acha que a quantidade/qualidade de desentendimentos que ocorrem aqui é algo normal da vida comunitária, ou poderia haver menos? (Se alguém disser que "não há desentendimentos": a que você atribui isso? Vocês fazem algo para prevenir?)*

III.b. Perfil de membros / inclusão social

11. Pra alguém **se tornar sócio** da ecovila, em princípio precisa comprar uma cota/título, certo? Mas também há moradores aqui sem condições financeiras, certo? Vc acha que a compra da cota (mesmo q a longo prazo) deve ser uma exigência pra ser morador, associado, ou poderia haver outras formas de trabalhar essa questão?
12. Você conhece **alguém** que morou aqui e **decidiu ir embora**? Sabe ou imagina por que foi embora? E alguém já foi "**convidado a se retirar**" da ecovila? Poderia me contar algum caso?
13. Você poderia dar um exemplo hipotético (pode ser uma figura real ou imaginária, ou apenas características) de **alguém que, na sua opinião, não deveria morar aqui?** Por quê?

14. Você diria que existe **diversidade** de pessoas morando aqui? Acha que falta algum “tipo” de diversidade?

III.c. Autogestão (“sub-dimensão” política)

15. Como funcionam as **regras de convivência** (formais/informais) por aqui? Você acha que deveria haver menos/mais regras? Quando não são cumpridas, o que acontece? Poderia me dar um exemplo? Alguma regra mais séria já foi quebrada?
16. Como essas regras são definidas, há um equilíbrio de poder? Existe algum tipo de **hierarquia** aqui, mesmo q informalmente? Como esses líderes apareceram? Tem uma **liderança** natural? (Autoridade moral, ser mais velho, mais antigo, mais comprometido, que investiu mais recursos)? O que você acha disso?
17. Como são tomadas as **decisões** coletivas aqui? Costumam ser fáceis, difíceis? Poderia me contar de algum caso em que foi difícil?
18. Você sente ou já sentiu suas **liberdades individuais** restringidas de alguma forma pelas exigências comunitárias? Alguma **pressão** grande pra se adaptar a algo? Poderia me dar um exemplo?

Eixo IV. Dimensão econômica

19. Sua **atividades profissionais que geram renda** se modificaram após vir morar na ecovila? Sua **renda** atual é igual/maior/menor do que antes de vir morar aqui? Como é isso pra você, você tá satisfeito com sua situação atual (trabalho e renda)? Ou gostaria de mudar algo? Costuma ser complicado **conciliar** seus trabalhos individuais com as atividades internas na ecovila?
20. Vocês realizam algumas **trocas econômicas** (de serviços e produtos) **que não envolvem dinheiro**? Surgem dificuldades pra definir a **valoração** nessas trocas? (*p ex, se fossem trocar um trabalho de agricultura por um de escrever um texto/contabilidade/advocacia, como fariam? O que você acha disso?*)
21. O q você acha dos esquemas de **compartilhamento de propriedade/renda aqui da ecovila**? Gera algum incômodo em algum momento? Já deu algum desentendimento por causa dessas questões? Poderia me contar algum? Você acha que essas questões poderiam/deveriam ser resolvidas de outra forma?
22. A ecovila tem **empregados**? Vc acha q deveria ter? Por quê? Se sim, pra que tipo de trabalhos? *Como fica a questão da relação pessoal e econômica?*

Eixo V. Relação da ecovila com entorno/sociedade

23. Como são as **interações da ecovila com o entorno**? Você acha que poderiam/deveriam ser diferentes?
24. O que você acha de a ecovila receber tantos **visitantes** (inclusive pesquisadores)? Em alguma situação é incômodo?
25. Como são esses **cursos e eventos** que vocês promovem abertos pra sociedade? Costuma haver eventos **gratuitos** ou **bolsas** pra quem não pode pagar?
26. Vc diria que existe aqui um desejo de **transformar/influenciar a sociedade**, servir como **exemplo**? (*perguntar isso de preferência se a ideia aparecer espontaneamente nas falas*)
27. Vocês acha que as práticas sustentáveis (ecológicas e sociais) da ecovila poderiam ser adotadas por quem vive em **idades**? Quais, como?

Perguntas de fechamento

28. Uma provocaçãozinha: as ecovilas como um todo às vezes são "acusadas" pelo senso comum de coisas como **utopismo**, apoliticismo, isolacionismo / escapismo, e até individualismo e egoísmo. O q vc acha disso?
29. *O que define uma **ecovila** pra você?* Vc considera esse estilo de vida como uma forma de **ativismo social**?
30. *As ecovilas são conhecidas por um foco em **sustentabilidade**, né? E o que te vem à cabeça quando a gente fala em sustentabilidade?*
31. *Vc acha que é possível avançar significativamente em direção à sustentabilidade no contexto do sistema **capitalista**?*
32. Pra fechar, será que você conseguiria resumir quais são os **pontos mais positivos** desse modo de vida? E as **maiores dificuldades/desafios**?

33. Há algo que eu não perguntei e que você gostaria de acrescentar?

34.

Muito obrigada por participar dessa pesquisa!

APÊNDICE C - DADOS BÁSICOS DOS ENTREVISTADOS

Codinome	Bia	Benício	Carolina	Flávia	Fabrizio	Gilda	José	Livia	Pedro	Rogério	Zélia
Idade	22	32	36	35	36	35	47	30	29	38	31
Situação na ecovila	Voluntária	Em processo de inserção	Sócia	Sócia	Sócio	Sócia fundadora	Sócio fundador	Sócia	Voluntário	Em processo de inserção	Em processo de inserção
Morava na ecovila há cerca de:	10 meses	1 semana	4 anos	2 anos	4 anos	10 anos	10 anos	5 anos	1 ano	7 meses	3 anos (com interrupção)
Tipo de moradia:	Barraca	Casa coletiva	Casa familiar	Casa familiar	Casa familiar	Casa familiar	Casa familiar	Casa coletiva	Pequeno quatinho particular	Casa familiar	Barraca
Filhos?	-	1 (com Cíntia)	2 (com Fabrizio)	-	2 (com Carolina)	2 (com José)	2 (com Gilda)	3 (com Guilherme)	-	1 (havia morado alguns meses na Tibá)	-
Religião/espiritualidade	espiritualidade indefinida	espiritualidade indefinida, mas importante	várias (daíme, umbanda, xamanismo)	espiritualidade indefinida (p ex taoísmo)	várias (daíme, umbanda)	crístã (foi presbiteriana ativa)	espiritualista (cardécismo, umbanda, etc)	espiritualidade indefinida	indefinido	ateu	tendência espiritualista, umbanda, xamânicos
Escolaridade	3o grau incompleto	3o grau	3o grau	Doutorado em andamento	3o grau	3o grau	3o grau	3o grau	2o grau	3o grau	Pós-graduação
Área(s) de formação profissional	Ecologia	Direito	Psicologia	Fisioterapia, Acupuntura, Saúde Coletiva (doutorado)	Comunicação social (publicidade/propaganda)	Sistema de Informação	Informática / Física (graduação)	Comunicação Social	-	Publicidade	Geografia (graduação), Gestão Ambiental (pós), Pedagogia (graduação em andamento)
Atividades que geravam renda	oficinas de envas, cozinha para eventos, cooperativa de cosmética natural, venda de excedentes da terra	havia largado trabalho e estava temporariamente vivendo de reserva financeira / alguma renda com alimentação vegana	cuidado de crianças, vivências, hospedagem (gestão de visitantes); estava para voltar a trabalhar fora com fomento a projeto governamental de economia solidária	Doutorado (bolsa), cursos em medicina chinesa e autoconhecimento, retiros	Cursos, vivências, visitas guiadas, cozinha, bioconstrução (início)	Funcionária na parte de informática na UFSCar	Funcionário na parte de informática na UFSCar	Loja de orgânicos em São Carlos	Vivências, produção e processamento de pimentas, venda de mudas	Produção de ovos, coach de carreira (voltando), vivências	produção cultural, DJ, fotografia, rede de cineclubes, rede de apoiadores de crianças, Dragon Dreaming
Atividades anteriores à vida na ecovila	Produzia cosméticos	Advocacia (escritório próprio)	Psicologia, Serviço social	mesmas (atendimento consultório)	Comunicação social, depois agroecologia e bioconstrução	as mesmas	as mesmas	Comunicação Social e Educação popular	Venda em loja, telemarketing, funcionário em escritório de design	Publicidade, coach de carreira	Professora de Geografia
Renda aproximada no momento da pesquisa (individual / familiar)	R\$ 50 a 500	R\$ 800 (renda planejada para o casal se manter na Tibá)	R\$ 500-750 (fixa), R\$ 800 (variável)	R\$4-500	extremamente variável (zero a R\$ 1.000)	4 mil	4 mil	4 mil (renda familiar, com Guilherme)	cerca de R\$ 100	R\$ 800 (mas paga pensão da filha, então estava gastando reservas)	R\$ 500 (pensão avô) + cerca de R\$ 500 (bicos)
Renda anterior (maior/menor/igual?)	maior	maior	maior	1.500 - 2000	maior	igual	igual	maior (familiar)	igual	maior	maior ou igual

Codinome	Bia	Benício	Carolina	Flávia	Fabrício	Gilda	José	Lívia	Pedro	Rogério	Zélia
Bens de consumo individuais/ familiares											
carro		x		x		carro + kombi (no uso coletivo)	carro + kombi (no uso coletivo)	x			
tv		x			x	x (só pra dvd)	x (só pra dvd)				
dvd		x			x	x	x				
desktop						x	x				
laptop		x	x (comunidade deu)	x		x	x	2		x	2
tablet						x	x				
celular	x	x	x	x		x	x	2		x	x
geladeira		x		x	x (de barro / usa principalmente a comunitária)	x	x	x (quebrada)		x	x (uso coletivo)
freezer		x									
fogão		x		x	x	x	x	no coletivo		x	x (uso colet)
microondas						x	x				
som						tv + caixinhas	tv + caixinhas	x		x	caixas amp
máq lavar				x	x	1 + 1 no coletivo	1 + 1 no coletivo	x no coletivo			x (uso colet)
lava louças											
Considera-se ativista?	sim (como parte da comunidade - trabalhos educativos / "ativismo prático")	sim (a partir do veganismo, depois outras questões; viver em ecovila seria "ativismo de resistência")	sim	sim	sim	"ativista passivo" (conceito de ativismo mais de quem reivindica; ideia de revolução a partir do núcleo)	não ("passivismo" - ecovila tem ativismo, agenda social ativa)	sim	não (apenas como membro do movimento de agroecologia)	sim (por questionar sistema)	sim (feminismo inclusive)
OBS	havia saído da ecovila quando da segunda visita	havia saído da ecovila quando da segunda visita								havia saído da ecovila quando da segunda visita	havia saído da ecovila quando da segunda visita

* Entre os entrevistados havia dois casais: Carolina e Fabrício; e Gilda e José.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

Maria Accioly Dias, pesquisadora doutoranda do Programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está conduzindo um estudo exploratório em ecovilas brasileiras, com o objetivo de investigar de que forma as aspirações por sustentabilidade se expressam em suas múltiplas dimensões. A coleta dos dados será feita através de observação da vida comunitária, de documentos (se houver possibilidade) e de entrevistas individuais, com duração de 1-2 horas, com quem se dispuser.

As entrevistas são, na verdade, conversas, nas quais não existem respostas certas nem erradas. O entrevistado tem plena liberdade de não responder a quaisquer perguntas, assim como de interromper a entrevista ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. O único risco potencial de participação como entrevistado é o de eventualmente se sentir desconfortável ao falar de assuntos delicados. Por outro lado, um possível benefício é o estímulo à reflexão acerca de suas próprias experiências individuais e comunitárias.

É necessário fazer um registro da entrevista para análise posterior, através de gravação em áudio, complementada por anotações. As gravações serão posteriormente transcritas para o meio digital e então destruídas. As transcrições serão arquivadas pela pesquisadora e terão uma cópia armazenada no banco de dados do Programa EICOS/UFRJ por um período de 5 anos, sendo depois descartadas. O banco de dados é protegido com senha, sendo o acesso restrito à pesquisadora e ao seu professor orientador (Prof. Carlos Frederico Loureiro). A privacidade dos participantes será garantida pelo sigilo de seus nomes, e a ecovila terá acesso aos resultados da pesquisa assim que ela estiver concluída, no início de 2018.

A pesquisadora está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas, e quaisquer comentários ou reclamações serão bem recebidos a qualquer momento, de forma confidencial, através de seu e-mail pessoal, m.accioly.dias@gmail.com, ou do telefone (21) 99768-6282.

Recebi uma explicação completa a respeito da pesquisa, assim como uma cópia deste termo, e concordo em participar.

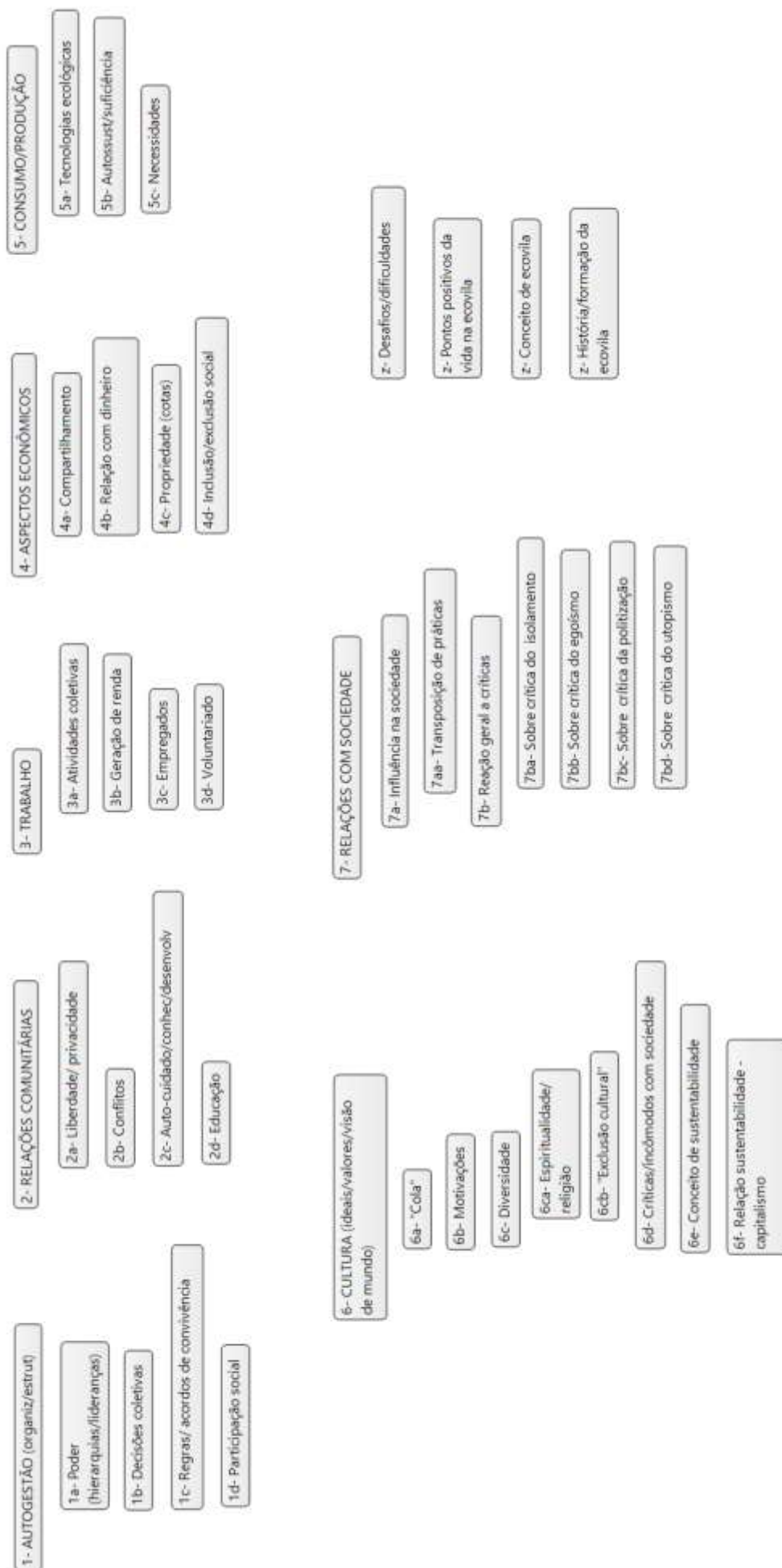
_____, _____ de _____ de 2016.

Nome do participante: _____

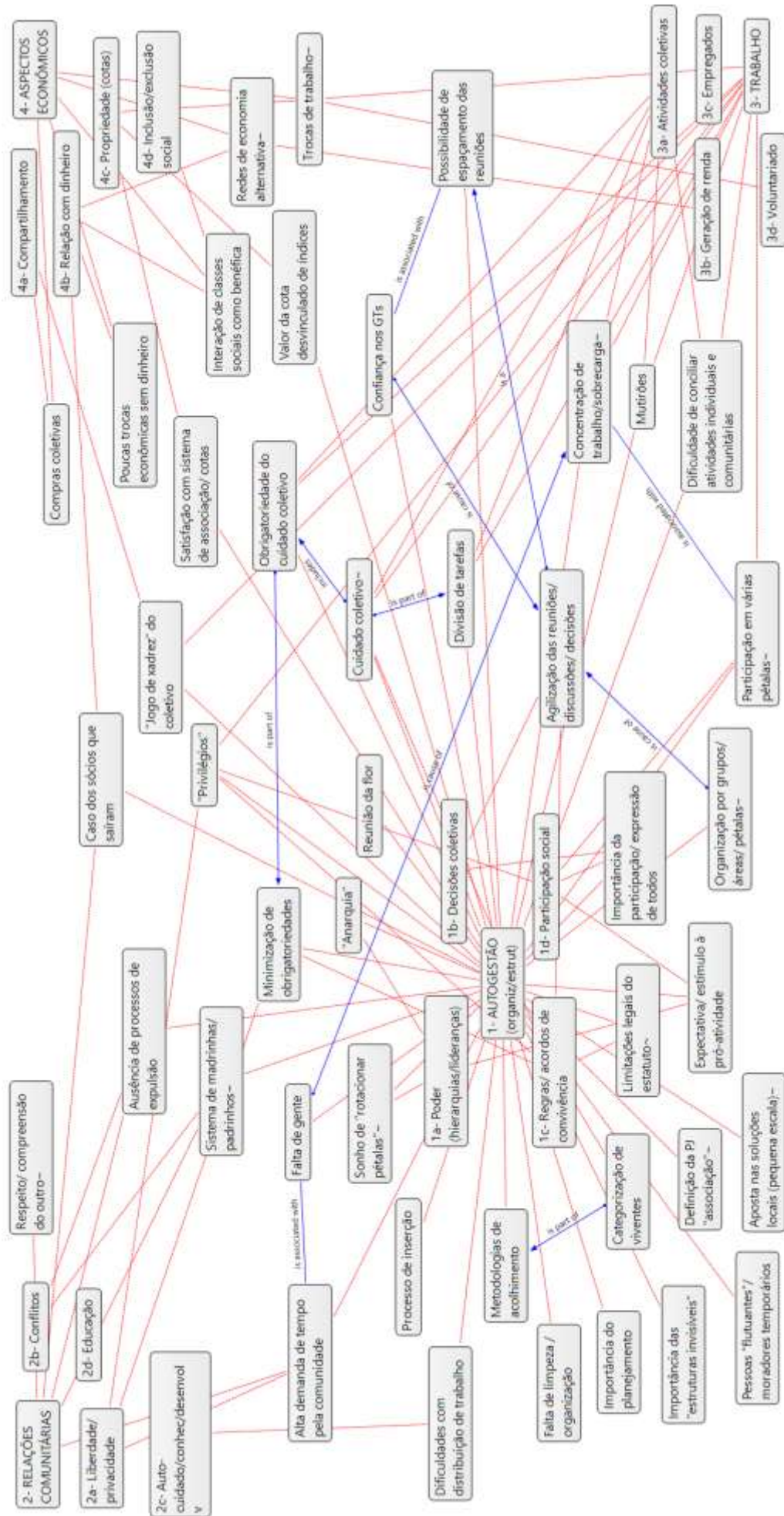
Assinatura: _____

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
 Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia Social
 Programa EICOS – Estudos Interdisciplinares em Comunidades e Ecologia Social
 Contatos EICOS :(+ 55 21) 3938-5348 / e-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br
 Av. Pasteur, 250 - Pavilhão Nilton Campos - Praia Vermelha, Rio de Janeiro - RJ- CEP: 22290-250
 Contato do Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH: cep.cfch@gmail.com

APÊNDICE E - CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS ANALÍTICAS



APÊNDICE F - EXEMPLO DE ALOCAÇÃO DE CÓDIGOS DAS CATEGORIAS 1 A 4 E DE ASSOCIAÇÕES ENTRE ELAS



* As linhas vermelhas sem legendas representam apenas a inclusão dos códigos nas categorias e subcategorias (caixas numeradas); as linhas azuis com legendas (algumas possuem também setas) representam as associações ("links") entre códigos.

APÊNDICE G - FOTO AÉREA DA ECOVILA TIBÁ (ÁREA CONSTRUÍDA)

CP: casa particular; CC: centro de convivência; CM: “casa-mãe”; B: barracão;
Ch: chalé de hospedagem de visitantes; H: horta agroecológica.

ANEXO 1 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A sustentabilidade em suas múltiplas dimensões - articulações socioecológicas em ecovilas brasileiras

Pesquisador: Maria Accioly Dias

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57815316.1.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.657.907

Apresentação do Projeto:

A autora anexou os documentos requeridos na plataforma. O projeto é apresentado como um estudo exploratório qualitativo, de corte temporal transversal, a ser realizado durante 1 mês em uma ecovila brasileira (unidade de análise), como complemento e ilustração a uma revisão teórica da literatura científica realizada sobre o movimento global das ecovilas. A ecovila a ser estudada possui aproximadamente 20 moradores. As intervenções da pesquisadora serão através de observação participante, entrevistas e análise documental

Objetivo da Pesquisa:

Investigar de que forma as aspirações por sustentabilidade se expressam em ecovilas brasileiras, em suas diversas dimensões. Pretende-se Identificar valores, princípios e práticas relacionados à sustentabilidade nas ecovilas; analisar como as diversas dimensões da sustentabilidade se articulam em seus discursos e prática; Compreender como se configuram nas ecovilas as relações indivíduo-coletividade e comunidade-natureza.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, o único possível "risco" para os participantes é o de se sentirem desconfortáveis - no caso dos observados, pela simples presença da pesquisadora; no caso dos entrevistados, ao falar de assuntos delicados. Mas os membros da ecovila a ser pesquisada já

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

Continuação do Parecer: 1.657.907

estão a par da pesquisa, já a autorizaram e serão devidamente informados através do TCLE e pessoalmente de que não precisam responder nada que não desejem. Para a autora, no que diz respeito aos "benefícios", os participantes da pesquisa terão a possibilidade de refletir sobre seus discursos e práticas relacionados à sustentabilidade, o que se torna especialmente relevante no contexto de um movimento que procura ser crítico e influenciar a sociedade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo a autora, a ecovila a ser estudada possui aproximadamente 20 moradores. As intervenções da pesquisadora serão através de observação participante, entrevistas e análise documental.

O projeto tem objetivos definidos, campo de estudo delimitado; os participantes da pesquisa foram previamente informados sobre a mesma, assim como, segundo a autora, autorizaram a sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A autora apresenta o TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_754909.pdf	07/07/2016 15:21:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Maria_Accioly_Dias.pdf	07/07/2016 15:20:14	Maria Accioly Dias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Maria_Accioly_Dias.pdf	07/07/2016 15:19:04	Maria Accioly Dias	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Maria_Accioly_Dias.pdf	07/07/2016 15:15:46	Maria Accioly Dias	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS



Continuação do Parecer: 1.657.907

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 02 de Agosto de 2016

Assinado por:
Fátima da Silva Grave Ortiz
(Coordenador)

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

ANEXO 2 - ESTATUTO DA ECOVILA TIBÁ

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS.

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

Artigo 1º- A "ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS" fundada em 27 de abril de 2006, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de cunho associativo, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de São Carlos, Estado de São Paulo, à Alameda das Azaléias, 397, bairro Cidade Jardim – CEP 13.566-500, São Carlos – SP., cujas atividades reger-se-ão pelo presente Estatuto, Regimento Interno, lei 10.406/2002, e demais legislação a ela aplicável. A ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS tem personalidade distinta da dos seus Associados, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações por ela contraída.

Artigo 2º- A ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS tem por objetivos: a) Proporcionar espaços de habitação, em seu sentido amplo, para seus Associados em suas dependências; b) Proporcionar condições favoráveis às atividades profissionais dos seus Associados, além das atividades inerentes da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; c) Explorar atividades de agricultura, pecuária e reflorestamento, comércio e industrialização de alimentos, turismo, educação, cultura, artesanato e artes em geral; d) Fazer da vida em grupo um instrumento de crescimento pessoal, promovendo o convívio construtivo, as habilidades de diálogo e a resolução pacífica de conflitos, consolidando a diversidade com uma rede de confiança e solidariedade dentro e fora da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, em evolução contínua para estas e as próximas gerações; sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião; e) Buscar a redução do custo de vida através de uma melhor utilização dos recursos, economia de escala e compartilhamento; f) Facilitar mecanismos de apoio mútuo e trabalho coletivo; g) Incorporar os princípios da Sustentabilidade, Economia Solidária e Permacultura nos projetos e nas ações individuais e coletivas; h) Cooperar e orientar outras Sociedades que tenham objetivos afins, ambientais e/ou de educação; i) Serviços e consultoria na abrangência dos objetivos da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS.

Capítulo II - DOS ASSOCIADOS - ADMISSÃO, EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Artigo 3º- O quadro de Associados da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, será constituído por Associado Fundador, Associado Titular e Associado Morador, podendo o Associado acumular mais de uma categoria. **Parágrafo Único-** As categorias de Associados são assim descritas: a) são considerados Associados Fundadores os presentes ou representados na Assembléia Geral de Fundação, Eleição e Posse da Associação ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; b) São Associados Titulares aqueles que adquirirem Títulos de Patrimônio da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; c) São Associados Moradores o que usufruírem das instalações da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, por extensão de direito de um Associado Titular.

Artigo 4º- Para ser admitido como Associado Titular ou Associado Morador da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS são necessários os seguintes requisitos: a) apresentar seu pedido de admissão endossado por dois Associados em dia com as obrigações sociais; b) ser aprovado no Processo de Integração, conforme definido no Regimento Interno; c) ausência de oposição por qualquer dos Associados em dia com as obrigações sociais, na primeira Assembléia Geral findo o Processo de Integração; d) assumir o compromisso pessoal por escrito com os princípios da ECOVILA TIBÁ DE

SÃO CARLOS; e) submeter-se às normas estatutárias e ao regimento interno da ECOVILA TIBÁ SÃO CARLOS.

Artigo 5º- Poderão ser demitidos ou excluídos do quadro da associação: a) os Associados que deixarem de efetuar o pagamento das contribuições pelas quais estiverem obrigados; b) os Associados que por sua conduta irregular se tiverem tornado inconvenientes ou nocivos ou mesmo que venham a praticar atos lesivos ao patrimônio da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, ou ainda que deixarem de cumprir o Estatuto e o Regimento Interno no todo ou em parte. **Parágrafo Único:** As hipóteses de demissão ou exclusão, após seguido o processo previsto no Regimento Interno, caberá recurso de interessado à Assembléia Geral, cuja decisão, mantendo ou revogando a medida, terá força obrigatória geral e eficácia definitiva.

Capítulo III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 6º- São direitos dos Associados, desde que sejam maiores de 18 anos, estejam em pleno gozo e regulares com suas obrigações sociais: a) votar e serem votados nas eleições realizadas para provimento de qualquer cargo integrante dos diferentes órgãos da ECOVILA TIBÁ SÃO CARLOS; b) requerer a convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Diretoria Executiva: neste caso deverá o requerimento contar com as assinaturas de no mínimo 25% dos Associados quites as obrigações com a ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS e no gozo dos direitos que lhes são reconhecidos nestes Estatuto; c) participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nelas votando sobre todas as matérias objeto de deliberação; d) propor por escrito, à Diretoria Executiva ou à Assembléia Geral as medidas que considerem convenientes ao interesse social;

Artigo 7º- Além dos direitos citados no artigo anterior, o Associado Titular terá direito ao usufruto das instalações da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS referentes ao seu Título Patrimonial, seguido o Regimento Interno. **Parágrafo Único-** O Associado Titular poderá estender este usufruto aos Associados Moradores que indicar.

Artigo 8º- São deveres comuns a todos os Associados: a) respeitar o presente Estatuto, o Regimento Interno, as deliberações das Assembléias Gerais, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; b) contribuir pontualmente com os aportes financeiros e trabalho às quais se tenham obrigado; c) prestar sua efetiva cooperação ao desenvolvimento da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS e ao cumprimento de suas finalidades; **Parágrafo Único** – É dever dos Associados Titulares, responder por eventuais faltas dos Associados Moradores, a ele vinculados, bem como seus dependentes e convidados.

Capítulo III - DAS FONTES DE RECURSO PARA MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 9º- O patrimônio da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS será constituído: a) por bens móveis e imóveis que a ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS vier a possuir; b) pelo excedente da Receita sobre a Despesa, apurado anualmente; c) de receita da venda de Títulos Patrimoniais, respeitados os limites do Regimento Interno.

Artigo 10º- A Receita será constituída de: a) contruibuições de Associados; b) venda de produtos e serviços; c) doações, subvenções ou legados.

Artigo 11- A Despesa será constituída de todos os gastos necessários ao funcionamento da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS ou efetivação de seus objetivos e finalidades, sendo que dependerão de autorização do Presidente da Diretoria Executiva, respeitados os limites definidos no Regimento Interno. **Parágrafo Primeiro:** É proibido à Diretoria

Executiva contribuir ou avalizar, por conta e responsabilidade da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, para qualquer finalidade estranha aos objetivos da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS. Parágrafo Segundo: As alterações substanciais do patrimônio, poderão ser feitas por proposta da Diretoria Executiva dentro do limite estabelecido no Regimento Interno, ou aprovadas pela Assembléia Geral, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Associados com direito a voto e aprovação por maioria absoluta dos Associados com direito a voto.

Capítulo IV - DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E ADMINISTRATIVOS

Artigo 12- A ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS terá sua estrutura organizacional composta pelos seguintes órgãos: a) - Assembléia Geral; b) - Diretoria Executiva; c) - Conselho Fiscal. d) - Grupos de Trabalho.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 13- A Assembléia Geral é o poder soberano da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, à ela todos deverão se submeter, podendo ser Ordinária ou Extraordinária.

Artigo 14- Sendo a Assembléia Geral o órgão de manifestação da vontade dos Associados, dela poderão participar, exercendo o direito de votar e serem votados, tão somente os Associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos, regulares com as obrigações sociais e maiores de 18 (dezoito) anos.

Artigo 15- Nas Assembléias Gerais, o Associado em pleno gozo de seus Direitos Sociais, somente poderá ser representado através de procuração por outro Associado. Um Associado poderá representar apenas um outro Associado.

Artigo 16- Os trabalhos e deliberações de cada Assembléia serão registrados em ata, redigida pelo Secretário e assinada por este e pelo Presidente da mesa, ficando o registro da mesma, bem como o envio de cópia aos Associados, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva. As emendas e correções à ata serão encaminhados à Diretoria.

Artigo 17- A Assembléia Geral reunir-se-á: a) ordinária e anualmente no primeiro quadrimestre de cada ano; b) extraordinariamente, sempre que for convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer Associado, mediante representatividade de 25% (vinte e cinco por cento) do Quadro societário.

Artigo 18- À Assembléia Geral Ordinária compete: a) anualmente, deliberar sobre o balanço das contas e relatório de atividades do exercício findo, propostos pela diretoria; b) bianualmente, eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Diretoria Executiva, os membros do Conselho Fiscal, Secretários, Tesoureiros e Suplentes, sendo os mesmos empossados na própria Assembléia que os eleger; c) estudar, aperfeiçoar e aprovar o planejamento estratégico anual da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, que incluirá previsão orçamentária para o exercício seguinte, proposto pela Diretoria Executiva ou Grupo de Trabalho especialmente instituído.

Artigo 19- À Assembléia Geral Extraordinária compete: a) deliberar sobre assuntos de interesse da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; b) deliberar sobre a compra, venda e oneração de bens imóveis; c) aprovar alteração do Estatuto Social; d) aprovar e alterar o Regimento Interno; e) votar a dissolução da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; f) pronunciar-se sobre recursos contra as decisões da Diretoria Executiva; g) pronunciar-se sobre o desligamento de Associados conforme o Artigo 6º. h) Eleger e destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

Artigo 20- As Assembléias Gerais serão convocadas por edital afixado na sede da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, por correspondência ou divulgação por meio eletrônico, com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias, devendo constar da

convocação a pauta dos assuntos que serão tratados, o local, o dia e a hora de sua realização.

Artigo 21- As Assembléias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos Associados com direito à voto, e em segunda convocação, meia hora após, com no mínimo 30% (trinta por cento) dos Associados com direito à voto para assuntos gerais, e no mínimo 2/3 (dois terços) dos Associados com direito à voto para alterações do estatuto e decisão sobre adesão ou exclusão de Associados.

Artigo 22- As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por dois terços dos votos presentes, excetuando-se as hipóteses em contrário prevista neste estatuto.

Artigo 23- O Presidente e o Secretário de cada Assembléia, serão escolhidos na própria Assembléia, dentre os Associados presentes. A cada Assembléia será escolhido no ato, entre os presentes, um Mediador, cuja função é cuidar para que todos sejam ouvidos, devendo chamar a atenção dos presentes sempre que houver qualquer desequilíbrio.

Artigo 24- A eleição de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiros e Secretários da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e respectivos suplentes, se dará em Assembléia Geral convocada para este fim.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 25- A Diretoria Executiva é o órgão administrativo da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS.

Artigo 26- O mandato da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita, desde que renovado pelo menos 1/3 (um terço) dos cargos. Parágrafo Primeiro - Um Associado só poderá ser re-eleito uma vez seguida para um mesmo cargo.

Artigo 27- A Diretoria Executiva é investida de poderes de gestão e reúne-se, obrigatoriamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, fazendo lavrar a respectiva Ata dos trabalhos. Parágrafo Primeiro - A Diretoria Executiva, poderá criar Grupos de Trabalho ou Departamentos que entender necessários ao fiel cumprimento dos objetivos da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS. Parágrafo Segundo - As funções dos membros da Diretoria Executiva e Grupos de Trabalho, poderão ser remuneradas, conforme a Assembléia Geral estabelecer.

Artigo 28- Compete à Diretoria Executiva: a) administrar da melhor maneira possível os interesses da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; b) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, as resoluções da Assembléia Geral, do Regimento Interno e da própria Diretoria Executiva, assim como os regulamentos que baixar; c) encaminhar à Assembléia Geral sobre admissão, exclusão, demissão e punição de Associados; d) admitir, despedir e gerir empregados de qualquer categoria, ajustando as respectivas retribuições e a qualidade das condições de trabalho; e) encaminhar ao Conselho Fiscal, a previsão orçamentária para o exercício seguinte, e no primeiro quadrimestre de cada ano, relatório e balanço do exercício anterior; f) enviar à Assembléia Geral, quando necessário, previsão orçamentária suplementar, para fazer face as despesas da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; g) elaborar a proposta de planejamento estratégico anual à Assembléia Geral; h) convocar e organizar referendos aos Associados, nos moldes definidos no Regimento Interno.

Artigo 29- A Diretoria Executiva é composta dos seguintes membros: a) Presidente e Vice-Presidente; b) 1º e 2º Secretários; e c) 1º e 2º Tesoureiros

Artigo 30- Compete ao Presidente a) superintender os assuntos de interesse social; b) representar a ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS em juízo ou fora dele, nos atos de sua vida social e jurídica, podendo constituir procuradores e mandatários; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; d) desempatar votações nas reuniões da Diretoria Executiva, com voto de qualidade, sem prejuízo de seu voto de Diretor; e)

assinar juntamente com o 1º ou 2º Tesoureiros, os cheques e quaisquer títulos de responsabilidade da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; f) assinar com o 1º ou 2º Secretários, a correspondência da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; g) rubricar livros, assinar atas, cartões de frequência e documentos que lhe competem.

Artigo 31- Compete ao Vice-Presidente: substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos, sucedendo-o em caso de vacância do cargo e praticar por delegação do Presidente, os atos da Presidência que lhe forem expressamente atribuídos;

Artigo 32- Compete ao 1º Secretário: a) manter atualizado o arquivo, bem como o Registro Geral de Associados; b) encaminhar ao Presidente, todo o expediente de qualquer natureza e procedência endereçada à ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; c) redigir e assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; d) fazer publicar as convocações autorizadas; e) redigir e lavrar as atas de reuniões da Diretoria Executiva, assinadas por todos os participantes, mantendo sob sua guarda o livro de Atas;

Artigo 33- Compete ao 2º Secretário: Substituir o 1º Secretário, nas suas ausências e impedimentos, praticando todos os atos que lhe são atribuídos.

Artigo 34- Compete ao 1º Tesoureiro: a) promover a arrecadação das contribuições sociais e demais rendas da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; b) promover o depósito em estabelecimento bancário de reconhecida idoneidade, dos valores financeiros pertencentes à ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, e assinar cheques juntamente com o Presidente, ou na sua falta, com o Vice-Presidente; c) superintender a contabilidade; d) apresentar na primeira reunião mensal ordinária da Diretoria Executiva, o balancete do mês anterior, acompanhado dos comprovantes, depois de aprovado, afixando-o ou deixando-o à disposição dos Associados, na sede social; e por meio eletrônico. e) fornecer ao Presidente, para o seu relatório, as informações relativas ao serviço de tesouraria; f) organizar o balanço anual, com a demonstração da conta de Receita e Despesa com o parecer do Conselho Fiscal, devendo o mesmo ser afixado na sede, ou ficar à disposição dos Associados; g) organizar a previsão orçamentária.

Artigo 35- Compete ao 2º Tesoureiro: Substituir o 1º Tesoureiro, nas suas ausências e impedimentos, praticando todos os atos que lhes são atribuídos.

Artigo 36- No caso de vacância do cargo de Presidente, assume a função o Vice-Presidente. Na vacância do cargo de Vice-Presidente, assume o 1º Secretário, que terá o prazo de 07 (sete) dias para convocação da Assembléia Geral que elegerá o Presidente e Vice-Presidente, para o término da gestão em curso.

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 37- O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente, eleitos juntamente com a Diretoria Executiva, e com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma vez, com renovação de metade dos membros, competindo-lhes: a) examinar mensalmente os livros, documentos e balancetes; b) apresentar aos Associados parecer anual sobre o balancete contábil da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS; c) opinar sobre cobertura de créditos adicionais ao orçamento, tendo em vista os recursos de compensação; d) dar parecer sobre a previsão orçamentária; e) fiscalizar o cumprimento das decisões da Diretoria Executiva, apontar erros administrativos e qualquer violação da lei ou deste Estatuto, e propor medidas a serem tomadas; f) solicitar a convocação extraordinária da Assembléia Geral, quando ocorrer motivo grave e urgente; g) dar seu parecer por escrito e assinado por 03 (três) membros, a todas as solicitações de índole econômica ou financeira, feitas pela Diretoria Executiva.

Artigo 38- As funções dos membros da Diretoria Executiva, bem como Grupos de Trabalho poderão ser remuneradas, conforme definição do Regimento Interno ou de Assembléia Geral.

Capítulo V – DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E PARA DISSOLUÇÃO

Artigo 39º Para deliberar sobre a alteração e dissolução da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS, haverá necessidade do voto favorável de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados, em Assembléia Geral especificamente convocada para este fim. Parágrafo Primeiro - A convocação para Assembléia, visando a dissolução da ECOVILA TIBÁ DE SÃO CARLOS deverá, além das providências previstas, também ser feita através de publicação de edital em meios eletrônicos e correspondência aos Associados, por duas vezes e no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antes de sua realização, para a primeira convocação. Parágrafo Segundo - A Assembléia que deliberar sobre a dissolução, nomeará uma Comissão composta por 05 (cinco) membros, dentre os Associados, que se encarregará da solução do ativo e passivo, como venda de imóveis, pagamento de débitos e prestação de contas.

Artigo 40º - Dissolvida a Associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de resgatados os Títulos Patrimoniais devidamente atualizados, será destinada a outra associação por deliberação dos Associados.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 41- O exercício social da ECOVILA TIBÁ será encerrado em 31 de Dezembro de cada ano, coincidindo assim, com o do ano civil.

Artigo 42- Após a regularização do ESTATUTO SOCIAL junto ao Registro Civil de pessoas Jurídicas, a ECOVILA TIBÁ elaborará, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, o seu REGIMENTO INTERNO.

Artigo 43- Os casos omissos verificados neste Estatuto, serão resolvidos pela Assembléia Geral, ou, quando couber, pela Diretoria Executiva referendada pela Assembléia Geral. Cumpridas as demais formalidades, colocou, a seguir, o senhor Presidente, em discussão o estatuto lido. Como todos os presentes se manifestaram plenamente favoráveis ao Estatuto apresentado, o mesmo, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade.

ANEXO 3 - REGIMENTO DA ECOVILA TIBÁ

1

Regimento Interno

Associação Ecovila Tibá de São Carlos

PREÂMBULO

O Regimento Interno da Associação Ecovila Tibá de São Carlos, doravante denominada apenas Ecovila, foi criado com o objetivo de ordenar harmoniosamente as instâncias e as relações entre os/as associados/as e destes com a própria Ecovila. Este Regimento não deve dificultar estas relações e para tanto deve ser revisto e melhorado/aperfeiçoado sempre que necessário.

Cada item do Regimento Interno é apresentado em três tópicos. Primeiro é apresentado seu **Objetivo**, onde se busca registrar a motivação da criação do tópico, para que sua ideia original não seja deturpada e oriente revisões futuras. Em segundo lugar é apresentada a **referência** que liga o item **ao Estatuto**, quando existente. Em terceiro lugar é apresentado o texto decidido entre os Associados, contendo a **diretriz orientadora** que deverá ser observada por todos.

1. DOS MEMBROS

1.1 Objetivo

Apresentar as categorias de membros atuantes na Ecovila, associados ou não, e suas diferentes possibilidades de atuação.

1.2 Referência ao Estatuto

Artigos 3º, 4º e 5º.

1.3 Decidem os Membros Associados

1.3.1. Membros Associados

O quadro de Associados da Ecovila é constituído por:

- a) Associado Fundador – aquele presente ou representado na Assembleia Geral de Fundação, Eleição e Posse da Associação Ecovila de São Carlos.
- b) Associado Titular – detentor de um Título Patrimonial de Infraestrutura Coletiva (T-INFRA) da Associação Ecovila Tibá de São Carlos.
- c) Associado Morador – aquele que usufrui das instalações da Ecovila, por extensão de direito de um Associado Titular.

Cada Título Patrimonial está associado a um grupo familiar constituído.

1.3.2. Membros Não Associados

- a) Observador/observado - são considerados Membros Observadores/Observados aqueles que estiverem no 2º Momento do Processo de Inserção e Integração, descrito no item 2 deste Regimento Interno (RI).
- b) Temporário - são considerados Membros Temporários aqueles que estiverem no 3º Momento do Processo de Inserção e Integração, descrito no item 2 deste Regimento Interno (RI).

Outras relações contratuais, tais como aluguel, hospedagem, arrendamento, comodato, entre outras, terão suas condições estipuladas em acordo específico entre a Ecovila e o interessado, seguidas as legislações vigentes.

2. DO PROCESSO DE INSERÇÃO E INTEGRAÇÃO

2.1. Objetivo

Cuidar para que o ingresso de novos membros na Ecovila se dê de forma progressiva e de forma que o ingressante e o grupo de Associados possam perceber se haverá harmonia entre si.

2.2. Referência no Estatuto

Artigos 3º e 4º.

2.3. Decidem os Associados

Em linhas gerais o processo acontecerá em três Etapas, e começará com a manifestação do(s) interessado(s). Um Grupo de Acolhimento (GA) terá um papel muito importante, mediando o Processo. Em qualquer das etapas haverá momento em que poderá haver veto à entrada do interessado por parte dos Associados.

O tempo do processo poderá variar conforme a afinidade prévia do ingressante com o grupo ou o tempo de convívio que poderá ser dedicado. A expectativa é que a definição do processo ocorra num prazo de 12 a 18 meses.

Em qualquer fase do processo de inserção e integração, o interessado poderá se hospedar na Ecovila, desde que haja condições de acomodação e sejam seguidos os critérios de hospedagem do item 6.1 deste RI.

1ª Etapa – Manifestação de interesse (“paquera”)

O começo do Processo se dá pelo interesse do potencial ingressante, que busca conhecer a Ecovila.

O Associado que recebeu o contato solicitará ao interessado que faça um breve relato, com base nas seguintes questões:

- Breve histórico da vida pessoal (familiar, estudantil e profissional).
- De onde você é, o que faz, o que gostaria de fazer?
- O que é uma Ecovila para você?
- Como a Ecovila pode ser boa para você?
- Como você pode ajudar a Ecovila?
- De que maneira tomou conhecimento da Ecovila Tibá?
- Qual sua motivação em pertencer a Ecovila Tibá?

- Já teve alguma experiência comunitária / associativa?
- O que poderia impedir a sua permanência na Ecovila?
- Preferências de moradia: local, tamanho da casa, modo construtivo.
- Você tem expectativa de desenvolver alguma atividade econômica na ecovila? Como atividade principal ou como atividade complementar? Especifique.

Ainda, o Associado que recebeu o contato fornecerá ao interessado textos e informações sobre a Ecovila, tais como:

- Estatuto;
- Regimento Interno;
- Informações complementares, onde estarão contidas a estrutura de funcionamento, a divisão do trabalho e os aspectos financeiros (fundo coletivo, valor do T-INFRA, compromissos financeiros, gastos gerais).

Condições para prosseguimento do processo.

Uma vez expresso o desejo do interessado de continuar com o processo, serão tomadas/estabelecidas algumas providências/condições:

- Dois ou mais sócios encaminharão uma carta de apresentação do candidato a sócio à Diretoria;
- Ausência de veto por parte dos Associados, consultados pela Diretoria.
- A Diretoria constituirá um Grupo de Acolhimento (GA), composto por três pessoas, onde uma delas poderá ser um dos signatários da carta de apresentação;
- Todas as despesas (deslocamento, refeições, etc) necessárias à visitação, estadia, correrão por conta do interessado;
- O interessado fornecerá 2 ou mais referências, cabendo ao GA determinar a quantidade necessária caso a caso.
- O interessado se comprometerá, em caso de desistência em qualquer fase do processo de admissão, a fornecer por escrito a causa.

2ª Etapa – Membro Observador/Observado ("namoro")

Esse é um período de avaliação mútua que poderá durar de um a doze meses. A partir desse momento, o interessado é considerado Membro Observador/Observado. Como todos desejam aumentar os contatos:

- O interessado participará, como observador, de reuniões, de eventos e de trabalhos;
- Os demais membros da comunidade se empenharão em aprimorar o relacionamento e identificar amigos/conhecidos em comum com o interessado;
- Todos buscarão identificar problemas e melhorar o processo de inserção e integração.

Após esse tempo, o GA se reunirá com o interessado para avaliar:

- Referências pessoais, fornecidas pelo interessado;
- As mútuas impressões preliminares;
- As informações passadas sobre a Ecovila e eventuais dúvidas;
- A expectativa em relação à Ecovila;
- Como contribuir com as habilidades que possui;
- A maneira de compatibilizar os compromissos pessoais e os da Ecovila;
- A solução para as questões financeiras, entre elas a proposta de integralização do T-Infra do(s) interessado(s).

Condições para prosseguimento do processo.

Uma vez expresso o desejo do interessado de continuar com o processo, e sanados os itens acima, serão tomadas/estabelecidas algumas providências/condições:

- Encaminhamento do pedido para se tornar Membro Temporário, por parte do interessado;
- Assinatura do termo de compromisso sobre os direitos e deveres mútuos;
- O GA fará uma consulta aos membros da comunidade. Tal consulta pode levar a três situações: aceitação como Membro Temporário; continuação como Membro Observador/Observado; veto ao ingresso.
- Em caso de veto, a Ecovila enviará por escrito os motivos que levaram a esta decisão.

3ª Etapa – Membro Temporário (“noivado”)

Dado o maior envolvimento do interessado com a comunidade, as chances de maior conhecimento mútuo serão maiores, assim como a realimentação do processo de inserção e integração.

São compromissos e direitos de um Membro Temporário (além dos já exercidos nas etapas anteriores):

- Visitar livremente a Ecovila (caso não esteja hospedado);
- Aceitar formalmente os princípios e documentos que regem a Ecovila;
- Pagar uma Taxa de Membro Temporário, de valor igual à Taxa de Manutenção;
- Pagar as contribuições mensais que lhe couberem;
- Dedicar horas de trabalho aos assuntos da Ecovila.

Condições para prosseguimento do processo (“casamento”).

Uma vez expresso o desejo do interessado de continuar com o processo, serão tomadas/estabelecidas algumas providências/condições:

- Se, a critério do GA, as condições forem satisfatórias para as duas partes (comunidade e interessado) e o interessado deseje continuar o processo, deverá encaminhar à Diretoria, por meio do GA, uma solicitação, por escrito, para se tornar um Associado, assim como um plano de pagamento do T-INFRA. Ao mesmo tempo, o GA exporá à Diretoria os métodos e os resultados obtidos, sem emitir juízo de valor.
- Caberá à Diretoria fazer uma análise do processo e, quando for o caso, requisitar que se complementem as informações que julgar necessárias. Quando a Diretoria considerar o processo satisfatório, convocará uma Assembleia para julgar a aceitação do interessado como Associado.
- O ingresso do interessado deverá ser aprovado por unanimidade na Assembleia convocada para este fim.
- Caso não ocorra o ingresso do interessado por algum motivo, o interessado será ressarcido em 1/3 (um terço) da Taxa de Membro Temporário.

Satisfeitos os itens acima, o interessado estará aprovado no Processo de Inserção e Integração. Conforme o Artigo 3º do Estatuto, caso deseje ser um Associado Titular, deverá proceder à aquisição de um Título Patrimonial de Infraestrutura Coletiva (T-INFRA), conforme disposto neste Regimento Interno. Caso deseje ser um Associado Morador, deverá ser vinculado a um Associado Titular.

3. DO PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO OU EXCLUSÃO

3.1 Objetivo

Conforme o seu Estatuto (Artigo 2º item "d"), a Ecovila tem entre seus objetivos "d) Fazer da vida em grupo um instrumento de crescimento pessoal, promovendo o convívio construtivo, as habilidades de diálogo e a resolução pacífica de conflitos, consolidando a diversidade com uma rede de confiança e solidariedade (...)". Todavia, em casos extremos, pode ser necessário que um Associado seja excluído por causa de suas faltas recorrentes e ausência de diálogo.

3.2. Referência no Estatuto

Artigo 5º.

3.3. Decidem os Associados

Qualquer que tenha sido a causa de um conflito, para o crescimento da comunidade, vale a pena aproveitá-lo para despertar mudanças que venham beneficiar a todos. Daí ser necessário que haja um Processo de Reconciliação. Inicialmente, a Diretoria facilitará e documentará o esforço de **diálogo direto** para a solução do conflito, buscando a participação de todas as partes envolvidas. Caso não haja reconciliação, a Diretoria facilitará e documentará o esforço de diálogo envolvendo um **mediador** escolhido de comum acordo entre as partes. A Diretoria também documentará o cumprimento de eventuais acordos de reconciliação.

A exclusão de algum Associado da Ecovila é um recurso extremo. Caso seja inevitável, quando esgotadas as possibilidades de reconciliação os motivos se mantiverem, a Diretoria enviará uma correspondência formal ao membro tido em falta comunicando a indicação de sua exclusão, ao mesmo tempo em que convocará uma Assembleia especificamente para deliberar sobre o assunto, cabendo ao interessado apresentar recurso nesta Assembleia. A documentação do Processo de Reconciliação será divulgada aos participantes da Assembleia, para embasar suas decisões.

O Membro Associado excluído poderá ser ressarcido em até 10% do valor dos Títulos Patrimoniais, a combinar.

4. DO PATRIMÔNIO

4.1. Título Patrimonial

4.1.1. Objetivo

Receber dos Associados os recursos necessários ao estabelecimento da Ecovila. Permitir que, ao deixar a Ecovila, um Associado possa reaver o dinheiro empenhado na Ecovila, porém sem colocar em risco a viabilidade econômica da própria. A forma deve ser tal que evite a especulação sobre o valor imobiliário da Ecovila.

4.1.2. Referência no Estatuto

Item c) do Artigo 9º.

4.1.3. Decidem os Associados

Existirão dois tipos de títulos patrimoniais: de Infraestrutura Coletiva e de Benfeitorias. O

Título Patrimonial de Infraestrutura Coletiva (T-INFRA) corresponde ao investimento necessário para as estruturas básicas e de usufruto de todos os Associados, como por exemplo, os acessos, fornecimento de eletricidade ou equipamentos coletivos. **É a propriedade de um T-INFRA que caracteriza o associado como Associado Titular.** O Título Patrimonial de Benfeitoria (T-BEN) corresponde ao investimento de usufruto particular do Associado ou de um grupo de Associados, como por exemplo, as casas de moradia individual ou um espaço produtivo individual. Todos os Títulos Patrimoniais da Ecovila somente poderão ser vendidos pela Associação ou por seu intermédio para pessoas aprovadas no Processo de Inserção e Integração ou para seus Associados.

- o Título Patrimonial de Infraestrutura Coletiva (T-INFRA) da Ecovila Tibá somente poderá ser vendido aos seus Associados, que somente poderão vendê-lo à própria Ecovila ou por seu intermédio. A Assembleia decidirá sua forma de correção, considerando o valor da infraestrutura básica da Ecovila, incluindo equipamentos comunitários.
- A quantidade máxima de T-INFRA emitidos dependerá das condições de infraestrutura e acomodação da Ecovila ao longo de sua implantação. É desejável que se preservem os espaços individuais e coletivos a fim de garantir a plena realização de suas atividades e projetos.
- O Título Patrimonial de Benfeitoria (T-BEN) somente poderá ser vendido aos Associados Titulares. O objetivo do T-BEN é captar recursos para construção de benfeitorias de usufruto individual por um Associado específico. O Associado interessado proporá em Assembleia o valor do T-BEN a ser emitido, a benfeitoria correspondente, além da forma de correção e integralização do seu valor e do seu prazo de execução. Uma vez aprovado pela Assembleia, o interessado e um ou mais Associados escolhidos pela diretoria acompanharão o andamento da obra, atentando para os prazos estipulados no projeto.
- Os T-BENs estão necessariamente vinculados aos Títulos Patrimoniais de Infraestrutura Coletiva da Ecovila Tibá (T-INFRA), de forma que os T-BENs somente podem ser negociados entre Associados, isto é, entre detentores de T-INFRA.
- O Associado poderá fazer parcerias com não Associados em empreendimentos, desde que haja um contrato aconselhado juridicamente por especialista, onde, explicitamente, a Associação não seja afetada de maneira negativa no seu patrimônio. O contrato deverá ser aprovado em Assembleia.
- Caso o Associado queira se desfazer dos seus Títulos, deverá comunicar ao Presidente da Associação por escrito. A Associação tem preferência de compra. A responsabilidade pela venda do título é compartilhada entre a Ecovila e o sócio egresso. Qualquer venda ou compra de Títulos deve ser intermediada pela Ecovila. Cabe à Assembleia, convocada para tal fim, pactuar os acordos financeiros.
- No caso de um Associado Titular vender todos os seus Títulos Patrimoniais, este deixará de ser Associado, bem como seus Associados Moradores dependentes, a menos que passem a ser dependentes de outro Associado Titular.
- No ato da compra ou transferência de Títulos Patrimoniais, o adquirente pagará os custos dos trâmites burocráticos necessários.

4.2. Taxa de manutenção

4.2.1. Objetivo

Esclarecer os mecanismos para estipular as taxas de manutenção. Estipular contribuições que cubram o que efetivamente foi usado pela Associação. Estimular a busca por crédito

interno, no caso de dificuldades de pagamento de um associado.

4.2.2. Referência no Estatuto

Artigos 9º, 10º e 11º.

4.2.3. Decidem os Associados

- A taxa de manutenção será cobrada mensalmente e seu valor deverá ser calculado para que cubra os custos necessários para a manutenção em bom estado da infraestrutura da Ecovila. Cada Associado Titular será responsável pelo seu pagamento.
-
- Sempre que for cabível, haverá uma contribuição de uso específico para cada equipamento comunitário, que cobrirá os custos de quem efetivamente os use. Por exemplo: todos Associados Titulares pagarão a Taxa de Manutenção, que cuidará do bom estado do restaurante comunitário, entre outras coisas. Além desta, cada associado pagará uma contribuição por refeição efetivamente tomada.
- Em caso de comprovada dificuldade de pagamento, a Diretoria tem autonomia para negociar uma nova condição de pagamento, *ad referendum* da Assembleia.
- O valor das taxas serão reajustados pela Diretoria, e poderão ser revistas pela Assembleia ou referendo.
- O não pagamento das obrigações implicará em multa de 3% e juros de mora de 2% a.m..

4.3. Alterações no patrimônio

4.3.1. Objetivo

Salvaguardar o patrimônio da Ecovila, deixando todavia uma autonomia para a Diretoria tomar as decisões necessárias. Quando se fala de patrimônio, aqui se entende o patrimônio constituído (mobiliário, imobiliário e numerário), excluindo o caixa de custeio mensal, proveniente das taxas de manutenção.

4.3.2. Referência no Estatuto

Parágrafo Segundo do Artigo 11º.

4.3.3. Decidem os Associados

Em um mesmo mês a Diretoria terá autonomia para alterar o patrimônio dentro dos seguintes limites:

- Alterações de até 3% do Título Patrimonial de Infraestrutura Coletiva (T-INFRA) podem ser tomadas pela própria Diretoria.
- Alterações de até 10% do T-INFRA poderão ser tomadas pela própria Diretoria, desde que com a anuência do Conselho Fiscal.
- Alterações superiores a 10% deverão ser realizadas somente depois de ouvida a Assembleia ou Referendo.

5. DOS PROCESSOS DE DECISÃO

5.1. Referendos

5.1.1. **Objetivo**

Ter um instrumento flexível, e ferramentas de comunicação acessíveis, que permitam que decisões importantes sejam tomadas de forma participativa, sem necessitar convocar uma Assembleia.

5.1.2. **Referência no Estatuto**

Item h) do Artigo 28º.

5.1.3. **Decidem os Associados**

Para assuntos em que a Diretoria considere de fácil resolução, esta poderá convocar um Referendo, que terá o valor de decisão em Assembleia.

Para um Referendo ser válido será necessário que:

- o material de esclarecimento a questão a ser decidida seja colocado à disposição na internet e na sede da Associação (impresso) ;
- a Diretoria marque e facilite uma reunião para debater o tema com os que desejarem, precedida de explicação sobre a questão;
- haja, entre as respostas do referendo, as opções "Eu li o material de esclarecimento disponível e prefiro que a questão seja decidida em Assembleia" e "Eu aceitarei proativamente a decisão da maioria".
- ninguém opte por tomar a decisão em Assembleia;
- tenha a participação de mais de 90% dos votantes;
- haja uma opção com a preferência de mais de 75% dos que votaram, excluídos os que optaram por aceitar a decisão da maioria.

6. DOS USOS E OCUPAÇÃO

6.1. **Moradia e Hospedagem**

6.1.1. **Objetivos**

Estabelecer critérios para ocupação dos espaços existentes ou que venham a ser construídos e as formas de ressarcimento pelo uso e ocupação.

6.1.2. **Referência no Estatuto**

Não há.

6.1.3. **Decidem os Associados**

O termo Moradia/Residência será aplicado apenas aos Associados com casa própria ou adquirida a partir da compra de um Título Patrimonial de Benfeitoria (T-BEN) equivalente, e será denominado Associado Residente. Todos os demais casos serão considerados Hospedagem.

A Gerência de Hospedagem é o grupo responsável por organizar a recepção de hóspedes na Ecovila, respeitadas as condições de acomodação de hóspedes e Associados.

Desta forma, quatro situações são possíveis em relação à ocupação da Ecovila:

- a) Associado Residente – detentor de T-INFRA e do T-BEN, residindo em casa própria.
- b) Associado Hóspede - detentor de T-INFRA, residindo em edificações coletivas da Ecovila.

- c) Não Associado Hóspede – pessoa em Processo de Inserção e Integração residindo em edificações da Ecovila.
- d) Hóspede visitante

Pessoas que desejem ser hóspede visitante na Ecovila pagarão os seguintes percentuais da Taxa de Manutenção (TM), que funcionarão como o indexador dos valores de hospedagem:

- a) Diária (períodos curtos, de até 30 dias): 10% da TM ao dia.
- b) Mensal (períodos longos, mais de 30 dias): 1,5 TM ao mês.
- c) Nas duas situações acima, os valores se referem aos custos de consumo de água, eletricidade e uso das edificações. Os custos adicionais de alimentação, faxina, roupa de cama, mesa e banho serão acordados com a Gerência de Hospedagem.

Com relação à condição de Hospedagem, têm-se as seguintes situações:

- i) Hospedagem de curta duração para amigos/família dos sócios e Não Associados Hóspedes: sem custos de hospedagem, desde que comunicada à Associação ou a Gerência de Hospedagem com a devida antecedência.
- ii) Hospedagem para visitantes: valor indexado pela Taxa de Manutenção, dependendo da duração da hospedagem, mais os custos adicionais..
- iii) Hospedagem por trocas solidárias: sem custos de hospedagem, desde que exista um Plano de Trabalho acordado com a Associação ou com um empreendimento específico da Ecovila, explicitando o planejamento das atividades a serem realizadas.

Sobre as hospedagens, há ainda a observar:

- Toda hospedagem deve ter aprovação de todos os Associados; na impossibilidade, a Gerência de Hospedagem poderá decidir.
- A Assembleia poderá vir a estabelecer outra instância para a aprovação e gerenciamento das hospedagens.
- Deve haver sempre o cuidado de preservar acomodação para os demais Associados não moradores.
- Deve ter sempre atrelado, a qualquer categoria de hospedagem, um contrato com prazos e valores/trocas.
- Toda hospedagem deve estar sempre referenciada a um Associado Titular.

6.2. Edificações e infraestrutura

6.2.1. Objetivos

Estabelecer os locais e técnicas para edificação e infraestrutura, buscando o menor impacto ambiental possível com melhor conforto.

6.2.2. Referência no Estatuto

Não há.

6.2.3. Decidem os associados

Será orientado pelo Regimento Interno, em texto elaborado oportunamente, na ausência do qual as decisões serão tomadas em Assembleia.

6.3. Empreendimentos Solidários

6.3.1. Objetivo

Definir diretrizes orientadoras para a construção de empreendimentos particulares de um Associado Titular ou de um grupo.

6.3.2. Referência no Estatuto

Não há.

6.3.3 Decidem os associados:

Será orientado pelo Regimento Interno, em texto elaborado oportunamente, na ausência do qual as decisões serão tomadas em Assembleia.

6.4. Animais de estimação, fauna e flora

6.4.1. Objetivo:

Propiciar um convívio harmônico entre Associados, animais de estimação, fauna e flora.

6.4.2 Referência no Estatuto:

Não há.

6.4.3 Decidem os associados:

Será orientado pelo Regimento Interno, em texto elaborado oportunamente, na ausência do qual as decisões serão tomadas em Assembleia.

6.5. Usos da terra

6.5.1. Objetivo:

Planejar o uso agrícola da terra e criar mecanismos para eventuais usos de área por interesse particular de um ou mais Associados.

6.5.2. Referência no Estatuto:

Não há.

6.5.3. Decidem os associados:

Será orientado pelo Regimento Interno, em texto elaborado oportunamente, na ausência do qual as decisões serão tomadas em Assembleia.

6.6. Consumo

6.6.1. Objetivo:

Facilitar relação de compras coletivas, transporte coletivo, avaliação de hábitos de consumo e impacto ecológico.

6.6.2. Referência no Estatuto:

Não há.

6.6.3. Decidem os associados:

Será orientado pelo Regimento Interno, em texto elaborado oportunamente, na ausência do qual as decisões serão tomadas em Assembleia.

7. DA CONDUTA

7.1. Objetivo

Vivermos o maior tempo possível dentro de um clima de harmonia ao praticarmos algumas condutas de boa aceitação.

7.2. Referência ao Estatuto

Não há.

7.3. Decidem os Membros Associados

Certas atitudes e comportamentos são encorajados pelos Associados:

- seguir as Leis Estatuárias e do Regimento Interno da Associação.
- cumprir seus compromissos com a comunidade (Art. 1337 e Parágrafo Único do Código Civil em vigor – Lei 10406/02 de 10 de janeiro de 2002).
- fazer bom uso dos fundos financeiros da Ecovila.
- zelar pelo patrimônio da Ecovila assim como sua imagem, sobretudo os equipamentos coletivos.
- evitar atividades perniciosas e condenáveis.
- respeitar a legislação vigente na sociedade em que estamos inseridos.
- evitar ser causa direta ou indireta (dependentes e/ou animais de estimação) de distúrbios ou conflitos na comunidade.

8. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Eventuais dúvidas e omissões deste Regimento Interno serão esclarecidas por Assembleia ou Referendo.

Regimento aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2013.

ANEXO 4 - MODELOS DE SUSTENTABILIDADE



Fig. 1: Modelo dos Círculos Concêntricos



Fig. 2: Modelo da *Triple Bottom Line* ("Linha de base tripla")

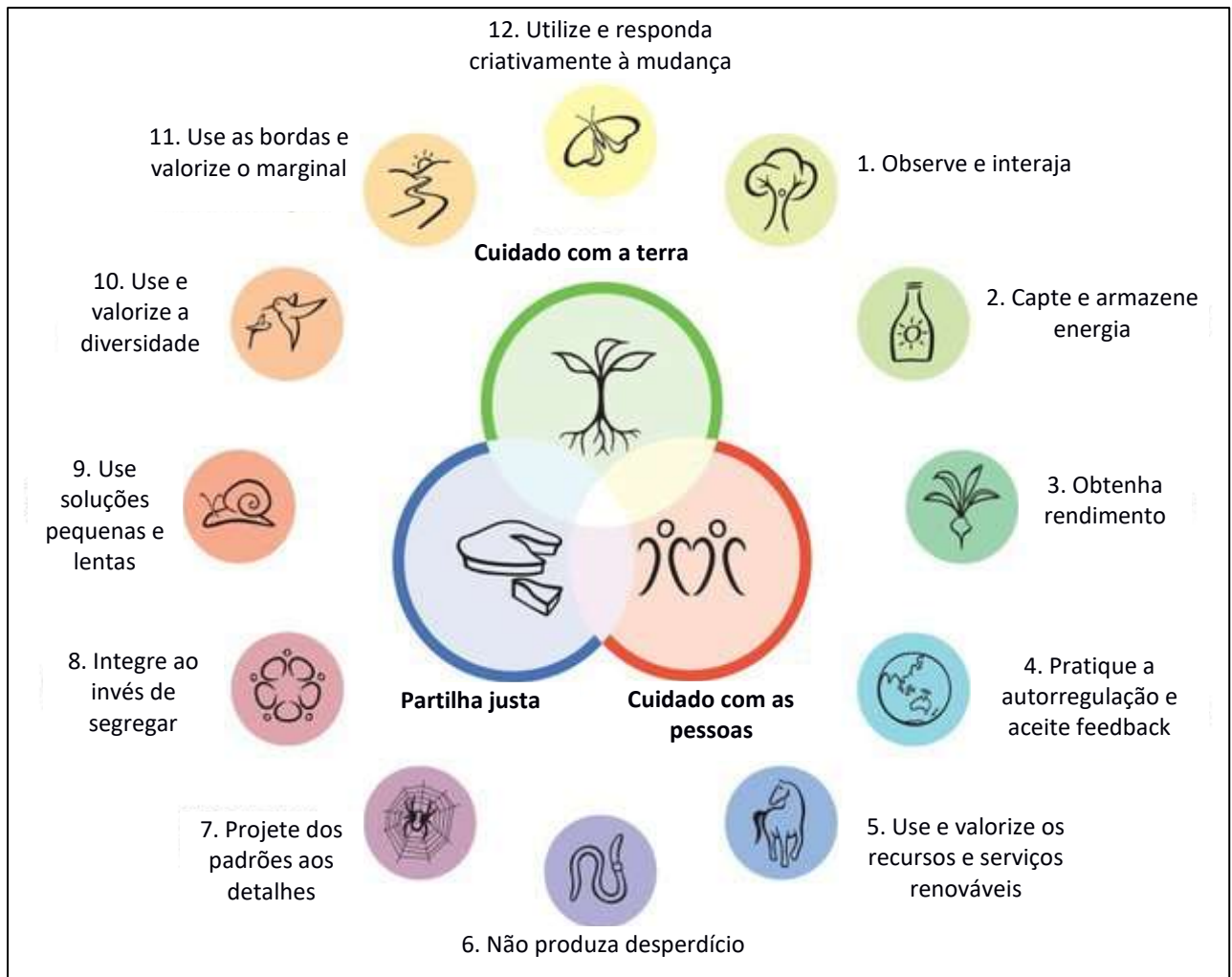


Fig. 3: Modelo dos Círculos de Sustentabilidade (exemplo para a cidade de São Paulo)

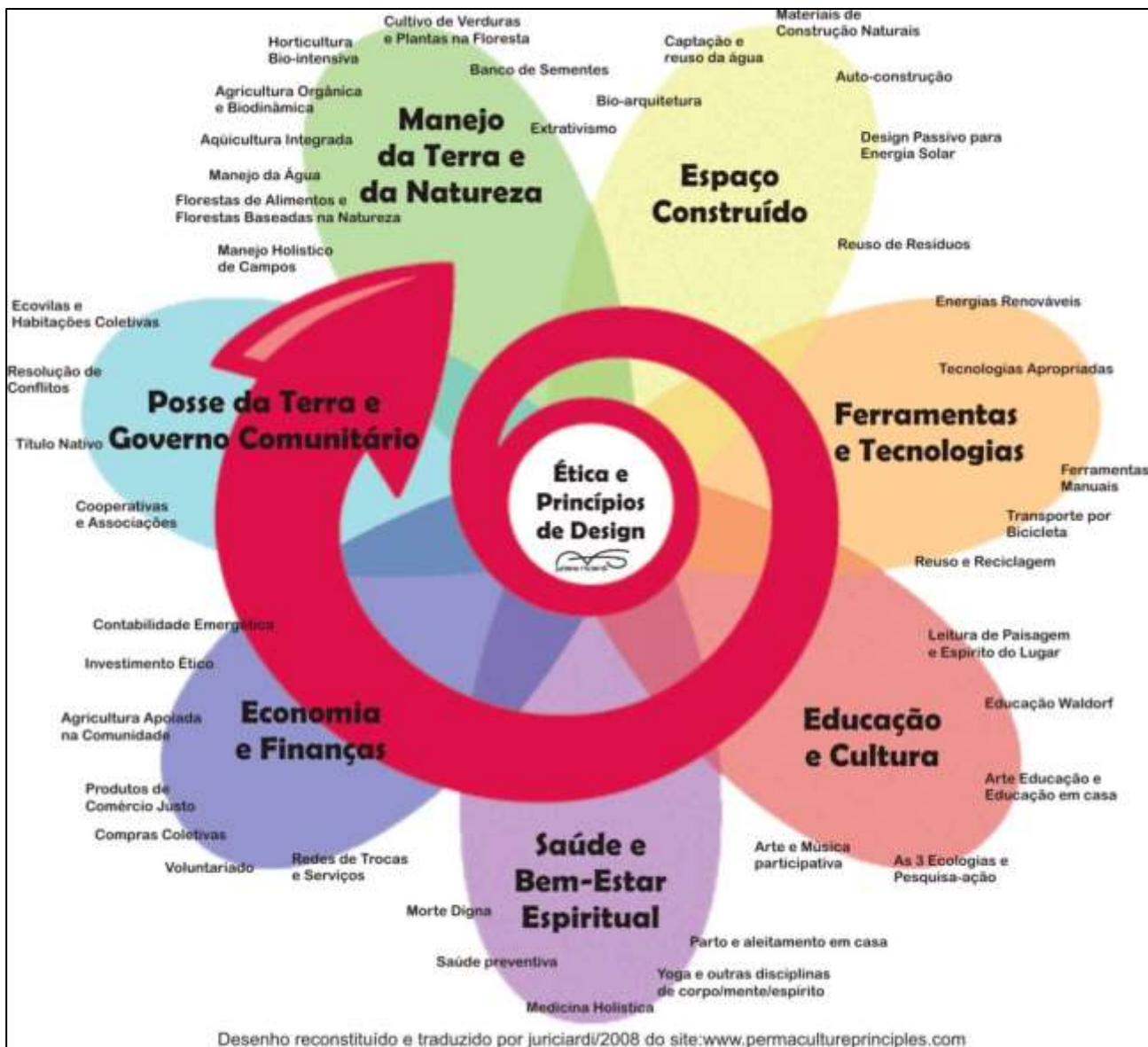


Fig. 4: Modelo de sustentabilidade da GEN (Rede Global de Ecovilas)

ANEXO 5 - REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA PERMACULTURAL



a) Três princípios éticos (ao centro) e 12 princípios de design (ao redor) da Permacultura.



b) Sete áreas de aplicação da Permacultura e tecnologias associadas.